

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

1º Vice-Presidente: João Gualberto Moreira Vasconcelos

2º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3º Vice-Presidente: Gelson Loiola

4º Vice-Presidente: Fernando Antonio de Moraes Achiamé

Secretário Geral: Vinícius Muline dos Santos

Secretário Adjunto: Ivonete Rodrigues Guedes

Tesoureiro Geral: Gilber Rubim Rangel

Conselho Fiscal: Anaximandro Oliveira Santos Amorim, Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel, Rogério Zanon da Silveira. Suplentes: Ricardo Brunow Costa e Wanda Maria Bernardi Capistrano Alckmin

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves, Eliana Barbosa de Souza, Paulo Stuck Moraes, Pedro J. Nunes, Vinícius Muline dos Santos

Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica: Paulo Stuck Moraes

Orador: Manoel Goes da Silva Neto

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier

A revisão dos artigos e as imagens neles contidas são responsabilidade dos respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917-
v. : il.

Anual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

e-mail: secretaria.ihges@gmail.com

EDITORIAL

Vem a publicação o octagésimo segundo número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, mantendo a regular periodicidade deste que, como orgulhosamente sempre frisamos, trata-se do mais antigo periódico em circulação no Espírito Santo.

Documento institucional das atividades da Casa, espelho das preocupações acadêmicas contemporâneas à publicação, a cada número editado mais se enriquece o repositório de informações referentes ao Espírito Santo postas à disposição de pesquisadores, leitores e interessados. Aliás, literalmente postas à disposição, já que presentemente providenciamos a digitalização de todos os números publicados para disponibilização no sítio do IHGES na internet. Deste modo atendendo à contínua necessidade de modernização da instituição, sobretudo move-nos o propósito de alcançar uma mais ampla difusão do conhecimento que vimos produzindo.

Dividida em seções, a presente edição traz quatorze artigos de associados e não associados, de formação e interesses diversos, explorando temas tão diversos como são os das áreas de arqueologia, história regional, história literária, genealogia e memória da cidade de Vitória; ainda, em seção especial, homenagens ao bicentenário de D. Pedro II por associado dedicado à pesquisa genealógica e de associada que prepara seu doutoramento estudando a família imperial brasileira. Na seção de discursos e pronunciamentos, os estatutários discurso de posse em nome dos novos associados e o elogio aos associados falecidos, além de pronunciamento em agradecimento à medalha Brás Rubim, outorgada pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo a membros desta casa de cultura.

Funcionando regularmente e realizando durante o ano de 2025 uma variada programação de palestras e atividades acadêmicas, a

publicação de mais um número da *Revista do IHGES* vem coroar os esforços da diretoria que, irmanada a cada associado, contribui para manter viva a ideia que levou à nossa fundação e ainda, pelos meios a nosso alcance, para um maior conhecimento da população capixaba sobre as coisas da sua terra.

Getúlio Marcos Pereira Neves
Presidente do IHGES

SUMÁRIO

ARTIGOS

Uma nação chamada Jucutuquara | 11

Willis de Faria

Aspectos históricos e arqueológicos das origens da Barra do Jucu | 51

Dr. Henrique Antônio Valadares Costa

Arqueologia da paisagem dos sambaquis do baixo rio Benevente em Anchieta, Espírito Santo: resultados parciais e perspectivas de pesquisa | 83

Paulo Vinicius Bonfim e Maria Jacqueline Rodet

História das Câmaras Municipais de Vitória, Guarapari, Benevente, Anchieta e Alfredo Chaves: da Colonização à Primeira República | 95

Cezar Tadeu Ronchi Junior

O 13º Batalhão de Polícia Militar da PMES | 115

Gelson Loiola

Colégio Americano Batista de Vitória – breve histórico de apogeu e seu episódico fim | 145

José Roberto de Oliveira

Colégio do Carmo em Vitória (ES): Origem, transformações e legado educativo-religioso | 175

Regina Menezes Loureiro

Entre política e memória: o jornal *O Provinciano* e a preservação da imprensa capixaba no IHGES | 183

Karulliny Silverol Siqueira

Tuberculose – a musa branca | 201

Jorge Elias Neto

Realismo Fantástico, história e imaginação na obra de Adelphi Poli Monjardim | 217

Francisco Aurelio Ribeiro

Na densidade da escritura de Samuel Duarte amor e ódio se mesclam | 235

Ester Abreu Vieira de Oliveira

Vetos e censuras na Literatura | 247

Marcela Neves e Marco Kbral

BICENTENÁRIO DE D. PEDRO II

O Conde d'Eu e a coroa da Princesa Isabel: a linguagem republicana de crítica ao Príncipe Consorte | 257

Cibele Camargos

Descendência de D. Pedro II – Por ocasião do segundo centenário de nascimento | 279

Paulo Stuck Moraes

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

Elogio aos associados falecidos 2024/2025 | 317

Manoel Goes Neto

Discurso de posse dos novos associados do IHGES | 323

Cibele Camargos

Outorga da Medalha Braz da Costa Rubim aos profissionais da história e da cultura espírito-santense | 329

Geraldo Magela da Silva Araújo

ARTIGOS

UMA NAÇÃO CHAMADA JUCUTUQUARA

*Willis de Faria**

Introdução

Falar, prosear ou contar através de contos e cônicas a sua história, e como viajar no túnel do tempo. Voltar com nossas mentes ao passado, pra lembrar o bairro nação em detalhes. Nasci no alto da Vila Rubin, na rua São Felipe, próximo ao morro do Quadro em 1948. Fui morar em Jucutuquara em 1952, quando nosso pai construiu uma bela residência nos contrafortes de Jucutuquara-Fradinhos ou final da linha do bonde. Convivemos no bairro ate 1979, onde passamos então a nossa infância e juventude.

Capítulo I

Nascimento e a expansão do bairro de Jucutuquara



* Geógrafo, historiador, blogueiro, jornalista, professor universitário aposentado. Pós-graduado em Geopolítica (PUC-Minas) e Ecossistemas Costeiros (UFLA). Viajante, cinéfilo, escritor e cronista.

Jucutuquara significa pássaro de buraco de pedra. Perde-se a contagem dos séculos e época em que os índios tupis talvez amedrontados com alguma ave gigantesca, batizaram o estranho ser de Jucu-ita-quera. Este se escondia num dos dois buracos profundos do pico que se abrem na metade de sua altura, na face leste.

Com o passar dos tempos a lenda foi esquecida e o nome que se transferiu para o pico de 296 metros de altura. Dependendo do lado e de quem olha, o pico pode assumir outras formas e mudar de nome Jucutuquara e também yticutuquara (pronuncia se Riticutu-quara), que significa “conchas suspensas, condizentes com a forma e a colocação dos buracos”.

Pela mesma razão o vulgo passou a denomina-la de Pedras dos Olhos batizada pela própria natureza diz Adelpho Monjardim, em Vitória Física, livro editado pela *Revista Canaan* Editora em 1950.

As mutações linguísticas cuidaram de fazer valer sua corruptela na linguagem popular e ele se tornou Jucutuquara, o bairro espremido entre seus congêneres: Forte São João, Ilha de Santa Maria, Maruipe, Fradinhos e as encostas da elevação de cujo pico leva nome. Um nome que é dele apenas, pois o pico é hoje conhecido pelo povo como pedra dos Dois Olhos.

Mas, no século XIX, um nobre holandês, Maximiliano Wied Neuwied, príncipe precursor dos atuais brazilianistas, daqueles que cruzaram terras inóspitas para descobrir espécimes raros e raças diferentes, viria descrever o núcleo inicial do bairro Jucutuquara, em seu livro *Viaagem ao Brasil* nos anos de 1815 a 1817. Wied-Neuwied começa por encantarem-se com o convento da Penha, as árvores, as ilhas, terminando por confundir a baía de Vitória com um rio caudaloso, ao qual chamou rio Espírito Santo. Mas deixemo-lo narrar as suas descobertas:

Seguíamos para Pedra d'água, solitária sem a elevação à margem do rio com o fim de transportar as nossas quatro montarias e dois burros de

carga, através do rio Espírito Santo. Frente a nos, no topo da serra situada da outra banda, vimos o notável rochedo de Jucutuquara, situado não longe de Vila Vitoria.

Parecido com o “*Dent de Jaman do Pays de Vaud*”, chama a atenção de longe; está colocada em tranquilas e verdejantes eminências parcialmente vestidas de pequenas matas.

Diante dele, mais perto do rio, fica a aprazível fazenda “Rumão”, em frente da qual a ilha das Pombas se ergue sobre a superfície espelhante do rio. Este é o marco inicial do bairro Jucutuquara descrito por um nobre que deixou também sua impressão de Vitória com suas casas em estilo português, balcões e rótulas de madeira.

Ele só não disse que existiam também moradias construídas de taipa cobertas de sapé ou de palha de pindoba. Porém esclareceu que na Última metade do século XVII a região do Espírito Santo não continha mais que 500 portugueses e quatro aldeias indígenas.

A agricultura movia a economia da incipiente vila. Em Jucutuquara um braço de mar imiscuía-se até a confluência dos rios Fradinhos e Maruípe.

Nos vales as culturas eram de algodão e cana-de-açúcar. Com o tempo, o sítio do Rumão cercada de árvores frutíferas iria ganhar um vizinho com a construção da fazenda Jucutuquara pelo capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo.

O naturalista francês, Saint-Ilaire, em 1818, visitou-a para credenciar-se junto ao capitão-mor para executar seus trabalhos. Sua fama ultrapassava as divisas da província e os mandatários portugueses iriam transformá-la em refúgio para seus dissidentes.

Nestas alturas a fazenda Jucutuquara já pertencia aos Monjardim devido ao casamento entre o coronel Jose Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, com Anna Luzia, filha de Francisco Pinto Homem de Azevedo.

O coronel durante o movimento de 1824, chefiado pelo padre Diogo Feijó e o senador Nicolau Vergueiro, era o governador da província, e convidou os revolucionários presos, devido ao fracasso de sua revolta, a passar no solar Monjardim seu período de liberdade condicional.

Na República Velha (1889 e 1930) já era bem povoado. Luis Serafim Derenzi, em *Biografia de uma Ilha*, conta como era o bairro no princípio do século. “Conheci Jucutuquara em 1909. Morei em pequena casa de telha pintada de cor de rosa, única no morro fronteiro ao estádio”.

Na atual Praça Asdrúbal Soares havia um barracão construído de pedra e coberto de zinco. Nele o Carvalhinho, tirador de paralelepípedos (cavuqueiro), tinha um botequim. Era o ponto da seção dos bondes.

Para a esquerda se vê um montículo de pedra, resíduo em meio ao mangue, visível na gravura do príncipe de Neuwied. “Começa então o pomar do Barão, que o córrego se despejava. Mangueiras, jaqueiras, fruta-pão, cajueiros, coqueiros e laranjeiras”.

A estrada, hoje Rua Jucutuquara, tortuosa em meio a grandes blocos de granito, dividia-se em dois ramos: à esquerda para Fradinhos, para a direita, vencendo o riacho, com ponte de madeira sobre os pregões da fracassada Estrada de Ferro Vitória a Peçanha, atingia-se a Passagem (ponte da) por caminhos lindeiro com as propriedades do Américo Figueiredo, do Barão de Monjardim, e de Maruípe.

“As marés de março transpunham a estrada da praia. As enchentes do Jucutuquara, por sua vez, causavam surpresas desagradáveis”.

A reta que demanda à Praia, trechos da Avenida Vitória, chamou-se “Reta do Cruzamento”, porque nela cruzavam os bondes e as locomotivas se abasteciam de água.

Nestas recordações vale a pena entregar de novo a palavra a Derenzi. Denominava-se Reta do Constantino por se iniciar na sombra do botequim do Constantino.

Foi à primeira estrada para a Praia, projetada e construída parcialmente por Saturnino de Brito. Jerônimo Monteiro levantou-lhe o nível acima da influência da maré.

Nestor Gomes alargou-se. Florentino Avídos, macadamizou-a (empedrar com macadame, ou seja, com pedra e saibro).

Aristeu Aguiar fez-lhe o pavimento em concreto armado, com 1800 metros de comprimento. Foi à primeira tentativa de pavimentação em concreto armado no Brasil. “Seu construtor foi Serafim Derenzi” Inaugurada em 1930.

Em 1949, Carlos Lindenberg mandou alargá-la, sendo os trabalhos concluídos pelo governador Santos Neves, 1954.

O asfaltamento foi executado pelo D.E.R. do Estado, sob a chefia do autor destas “notas, o mesmo que em 1937, quando diretor de obras da prefeitura, propôs substituir os nomes, sem significado, de rua S. João, Reta do Rumão, Reta do Constantino, pelo único de Avenida Vitória” Regressemos ao princípio do século.

Em 1913, um grupo de amantes do futebol fundou aquele que seria o clube máximo de Jucutuquara.

Seu estádio era de madeira e cercado de zinco. Durante a ditadura Vargas (1937 a 1945), ele iria transforma-se no terceiro estádio do Brasil, ao ser ampliado por seu presidente/Governador, o general Carlos Marciano Medeiros, época em que o interventor no Estado era o governador Bley (1930 a 1942), cujo nome seria dado ao estádio.

Os clubes daqueles anos eram além dele, Rio Branco, o Vitória, o Américo, o Uruguaiano, o Floriano e o Santo Antônio, dos quais sobreviveram apenas os dois primeiros e o Último.

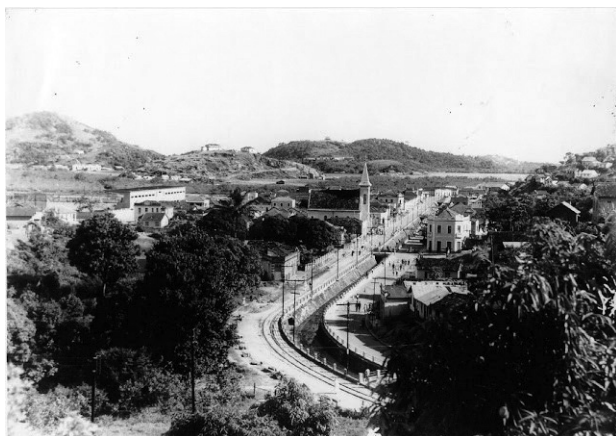
Chegava-se ao seu campo de bonde, para assistir às partidas entre times cujos jogadores vestiam calções até os tornozelos, ca-

misas em cores berrantes, e trazendo na cabeça indefectíveis gorros herdados das equipes inglesas.

Até então o bairro era constituído de casas dispersas com o mangue dominando largas faixas de terra.

Excluindo-se a praia Comprida, todo o resto da cidade se estende em pequenos golgos de aterro recente: Santo Antônio, Caratoira, Moscoso, Sete de Setembro e Jucutuquara: “São aterros seminaturais, conquistados às marinhas quaternárias, dificultando as construções e o melhoramento de calçadas do poder publica”.

“Para se levar benefícios a cada bairro percorrem-se longos vazios de habitantes, encarecendo, portanto, o custo unitário dos serviços em mira”.



“Os morros de encostas íngremes, revestidos em parte de vegetação alta, não haviam sido invadidos de todo”.

Sentindo o crescimento da cidade o governador Nestor Gomes (1920 a 1924) começou por desapropriar os terrenos do barão, construiu, segundo Derenzi, as estradas Fradinhos e Maruípe, canalizou o córrego e aterrou grande parte da área de Jucutuquara.

Florentino Avídos (1924 a 1928) toma posse, termina a terraplenagem constrói a Avenida 15 de novembro, hoje Paulino Muller.

Neste mesmo período Carlos Justiniano de Matos com ajuda da comunidade jucutuquarence edifica a igreja são Sebastião.

O governador Florentino Avidos muda a face do bairro Jucutuquara, da cidade, do Estado, dando-lhes nova forma, com construções modernas.

A valorização — recorremos de novo a Derenzi — imobiliária de Vitória, mormente da zona comercial teve de fato origem na administração Avidos. “O governo construiu bairros inteiros para venda em longo prazo”.

O preço do m² oscilava entre 250 e 300 mil réis. Foi o valor de venda dos grupos construídos nas Chácaras do Mulundú, “Vintém” (Zona da Rua Graciano Neves) e Jucutuquara.

Assim é que em sua mensagem final Florentino Avidos, depois de construir os primeiros conjuntos habitacionais de Vitória, em Jucutuquara, na Avenida 15 de Novembro e Ruas Augusto Calmon, Amâncio Pereira, Barão de Aimorés e Aristides Guaraná, diria encerrando o seu governo, que “ficou formado, desde 1924, o bairro de Jucutuquara”.

A ocupação dos morros com seus barracos de taboa pintados de cal verde, azul e rosa, vem desde o principio do século.

Nos últimos anos, com o crescimento da migração, os barracos proliferaram. As subidas por escadarias de cimento íngremes, as moradias construídas sobre pedras, o mato ocupando largos espaços, traçam o perfil da pobreza de um bairro que se torna a cada dia com a edificação de sobrados e casas estilo colonial, que invadem também os morros, num sentido de bem viver adverso dos menos favorecidos, exclusivamente classe média.

Essa transformação do perfil do bairro fazendo conviver a miséria com a vida menos apertada (*sic*) deu-se igualmente com o comportamento dos moradores.

Este desde 1949 tem, ao contrario dos outros bairros, o primeiro mercado construído fora do centro da cidade, o mercado São

Sebastião, de estilo curioso, pois se assemelha a sua entrada a de um cemitério, localizado na Praça Asdrúbal Soares.



Eram o tempo em que o bonde tinha seu ponto final no entroncamento Maruípe – Fradinhos, passando pela Avenida Paulino Muller (lado direito sentido Maruípe).

No lado esquerdo transitavam carroças e os poucos veículos existentes na época. No meio havia a célebre vala que canalizava as águas dos morros e os esgotos das residências.

O cearense de Fortaleza, Lourival Nepomuceno da Silva, comerciante, 42 anos, três filhos, comenta: “Naquele tempo não tinha asfalto, mas tinha vala, não tinha ônibus, mas tinha bonde”.

A vala hoje esta canalizada. Sobre ela reina o asfalto. Naquele tempo havia muitas enchentes — indaga o repórter?

— “Encher, enchia, mas depois que fizeram as comportas enche muito mais.”

— “Naquela época, só enchia a vala e as ruas, mas hoje, enche a vala, as ruas e as casas” — responde.

Ao instalar seu bar junto as Estágio Governador Bley, não esperava que 12 anos depois, em 1972, o Rio Branco vendesse o campo para a Escola Técnica Federal do Espírito.

Capítulo II

Um domingo no Cine Trianon



Observação: ESTE CONTO FOI PREMIADO EM 1º LUGAR NO CONCURSO LITERÁRIO (CONTO, CRÔNICA E POESIA) DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA. (2008)

De todas as memórias, uma das que mais marcou grande parte da vida dos jucutuquarenses na década de 50 e 60, foi o cine Trianon. Ficava na Rua Alberto Torre, no final do conjunto habitacional do bairro.

A fachada do cinema, com sua cor amarela pálida tinha o letreiro “Cine Trianon”, em letras garrafais em estilo itálico, com uma grande marquise à frente para abrigar aos espectadores, que aguardavam em longas filas a entrada para a sessão de filmes.

Suas cadeiras eram de madeira, com assento móvel. Existiam 845 cadeiras e era considerado como um cinema “poeira”, pois o piso era de cimento, e só no centro tinha uma passadeira vermelha.

Nos idos de 1958, houve a grande festa de inauguração do cinema, que tinha como característica especial à tela em “cinemascope” (tela gigante para época) a primeira em todo Estado do Espírito Santo.

Era uma beleza, o espectador participava com mais ação, principalmente dos filmes de faroeste. O cinema recebia moradores de toda capital. O bairro tinha muito orgulho de ter um cinema.

Em um dia de domingo, no ano de 1958, “Camundongo” e “Cafuringa” garotos de 10 anos, moradores do bairro, de um ponto chamado “final da linha do bonde”, diviso de Jucutuquara, com Maruípe e início de Fradinhos.

Eles se prepararam para ir a uma sessão que começaria às 14 horas, e era denominada como “*matinée*”, terminologia bem á francesa. Os seus ingressos foram adquiridos, com a venda dos metais recolhidos nos quintais dos vizinhos e que eram vendidos no Mercado dos Metais, de propriedade de Senhor Rochinha, que ficava no centro da cidade, no início da Rua Barão de Monjardim.

Nestas tardes, eles colocaram as suas melhores roupas, pegaram as suas revistas de “quadrinhos”, novas, seminovas ou surradas, colocaram em baixo dos braços, e foram para porta do cinema, com a finalidade de trocá-las por outras.

Era um ritual praticado pelas garotadas, de todas as classes, e com muito entusiasmo, um “escambo” a moda moderna. Nas negociações era sempre levado em consideração o estado de conservação das revistas, ou o valor das mesmas.

Se fosse almanaque valia mais. Nesta roda de trocas, tinha revistas de todo tipo, e principalmente das editoras EBAL e RIO GRAFICA EDITORA, que possuíam as mais variadas histórias de aventura.

Presentes nos quadrinhos, os heróis: Cavaleiro Negro, Roy Rogers, Flecha Ligeira, Zorro, Rin-tin-tin (faroestes), Tarzan, Mandrake, Fantasma, Capitão Marvel, Super-Homem, e sem falar nas infantis como o Pimentinha, Bolinha, Luluzinha, Reizinho, Pernalonga, Pato Donald, Brazilinha, Tio Patinhas, e outras.

— Temos revistas para trocas e são conservadas, falava alto “Camundongo”.

Logo se fazia a rodinha, com outros meninos com revista para o “escambo”.

Depois do troca-troca, era a hora da entrada no cinema.

Na portaria, ficava seu Tito, o juiz de menor, com seu terno branco adornado com uma gravata estilo borboleta, cores vermelhas, que não deixava menor de 10 anos entrarem desacompanhados dos pais.

Todos de ingresso na mão entregavam-no à porteira e já procuravam as suas cadeiras, que eram de madeira. No cinema cabiam umas 900 pessoas, e a ventilação era razoável, com ventiladores laterais.

Quem chegava atrasado, era acompanhada da “lanterninha”, uma funcionaria de lanterna na mão, que indicava onde havia lugares vazios.

“O “Cafuringa” e Camundongo” procuravam ficar junto aos outros garotos, para fazer algazarra.

Ao começar a sessão, tocava uma musica clássica (a que fosse sucesso na época), e as luzes começavam a se apagar, e entrava uma iluminação de cor, que ia se alternando de acordo com a música.

Neste momento a algazarra era total. Gritos, assovios, vaías, ovações, a assim valia tudo.

Gritavam: HUUUUUUUUUUUUUUUUUU! - E assobios gerais.

— Logo vinha o gerente acompanhado de um policial militar, que dava apoio ao cinema. Este PM era baixinho, e era apelidado de “Melhoral infantil” ogo a garotada, com a luz apagada gritava por todos os pontos:- Melhoral infantil!...Melhoral infantil!

O PM ficava uma fera e no escuro não conseguia distinguir as pessoas que estavam gritando. Era só Zorra.

Dava-se inicio o “jornal da tela”, com as notícias nacionais (com destaque para o “canal zero”, na área do esporte). Logo depois viria

os seriados, com “Flash Gordon, no planeta Mongo”, ou as peripécias do bandido chinês “Fumanchú”. Tudo em preto e branco.

Filmes coloridos eram raros. Sempre o seriado terminava em suspense, e o resultado só poderia ser visto na próxima semana.

Afinal, chegava à hora do filme, que era em sua maioria faroeste da pesada, em PB (preto e branco). Lá estavam os nossos heróis Roy Rogers, Rock Lane, Buck Jones, Hopalong Cassid, Ton Mix.

As cenas principais era a perseguição de bandidos a diligências, e logo chegava o “mocinho” dando tiros e depois festival de “sopapos” e finalmente prendendo o bandido. E como recompensa recebia um longo beijo da “mocinha”.

— Então: final feliz.

Lá também passava filmes, onde gargalhadas eram fartas, e fazia a alegria de todos. Um dos preferidos era o Cantiflas (O ator mexicano Mario Moreno).

Destaque também para o Carlitos (Charles Chaplin), O gordo e o magro (Stan Laurel e Oliver Hardy).

Muitos filmes também derramaram lágrimas da garotada, e o campeão foi o filme “Marcelino, pão e vinho”, estrelado por Pablito Calvo. Também os filmes da PELMEX faziam sucesso com os atores-cantores espanhóis, Joselito e a Marisol.

— Assim era o cotidiano do Cine Trianon.

Vale destacar, que nos momentos de algazarra total, era marcada com os filmes da produtora cinematográfica “Condor”, onde no anúncio do filme, aparecia uma águia no alto da montanha iniciando seu vôo.

Quando batia as asas toda garotada gritava:

— Chô, Chô...chô, em um ritmo uníssono.

Era balburdia total. Só quem não gostava era o gerente, que vinha com uma lanterna, querendo pegar algum “moleque” neste momento, para botar para fora do cinema.

Certas pessoas fizeram história na platéia do cinema, onde durante o filme aplicavam a sua molecagem:

- A gargalhada de Gilberto da Penha (o Paélio)
- O pêido de Pedro “Cariacica”.
- O arroteo de Arnaldo “Nacôco”.
- O assobio de Marcos “Triguinho”.

Todos tinham as suas marcas registradas, fácil de identificação na escuridão do cinema, mesmo no anonimato, era logo identificado por todos os presentes.

Ao terminar a sessão, todos retornavam para sua casa, comentando o filme, e com suas revistas debaixo do braço, principalmente o “Camundongo” e o “Cafuringa”, que teriam muita leitura para fazer, nas suas revistas em quadrinhos.

Assim, o cine Trianon, foi o ponto de encontro de toda a geração Jucutuquarenses, e para sempre permanecerá na memória de todos.

Hoje já não mais existe, pois deu lugar (depois de demolido) a uma grande escola. O cine Trianon morreu fisicamente, mas não na memória de um bairro que sempre o reverenciou.

O progresso determinou a sua decadência, mas ficando a certeza que existirão outros “Trianons”, em algum lugar deste planeta, onde o avassalador progresso não tenha chegado.

(Vitória-2008)

Obs 2: Os personagens desta história eram na realidade eu (Willis de Faria) e Hamilton Faria Quintais (vizinho e companheiro destas aventuras)

De todas as memórias, uma das que mais marcou grande parte da vida dos jucutuquarenses na década de 50 e 60, foi o cine Trianon. Ficava na Rua Alberto Torre, no final do conjunto habitacional do bairro.

Obs 2: Os personagens desta história eram na realidade eu (Willis de Faria) e Hamilton Faria Quintais (in memorian), (vizinho e companheiro destas aventuras)

De todas as memórias, uma das que mais marcou grande parte da vida dos jucutuquarenses na década de 50 e 60, foi o cine Trianon. Ficava na Rua Alberto Torre, no final do conjunto habitacional do bairro.



Observação: o Cine Trianon foi fundado em 1949, sendo de propriedade da empresa de Cinema de Vitória LTDA. (diga-se Edgar Rocha), situado na rua Barão de Mauá - possuía 845 lugares (cadeiras de madeira), com funcionamento diário, com média anual de 463 sessões, com 115.159 espectadores (média alta para um cinema de bairro), ap.35mm (tela cinemascope).



Capítulo III

A Fonte de Dona Blaura



ORDEM CRONOLOGICA: FOTOS-1978 – 1998

Fradinhos era o ponto final do bairro de Jucutuquara, situado em um estreito vale, e tinha como característica ser a nascente de vários córregos, tendo como montante as vertentes do morro do Bastos.

Córregos de águas cristalinas, que cortavam grotões e densa vegetação, típica da mata atlântica, formada por sapucaias, pau-d’alho, aderne, mulembás, louros e embaúbas, onde suas águas serpenteavam até chegar às áreas planas.

No percurso, o córrego era represado por pedras “maroadas” para formar pequenas lagoas, onde as lavadeiras executavam o seu serviço diário.

Uma pequena represa, antes do lago, conhecido pelos moradores como “biquinha”. Servia como ponto de abastecimento de água pela população, pois as mesmas estavam isentas de impureza.

A garotada do bairro usava carrinhos de mão, feito com caixotes de sabão, com rodas rudimentares de madeira, encapada em seu entorno com borracha, para evitar o desgaste da madeira.

Elas eram feitas da marcenaria do Zildon, que ficava na Avenida Maruípe e que tinha como objetivo o transporte de água até a sua residência. Alguns cobravam alguns centavos pelo transporte, até a porta das residências.

As águas tinham seu leito todo arenoso e seu percurso rodeado, até atingir a FONTE DE DONA BLAURA, por imensos bambuzais, que gemiam constantemente ao sabor dos ventos, que sopravam em várias direções.

Em dias de sol pleno, e principalmente no final de semana, era festa na barragem, pois a garotada usava para banhos. Era uma piscina natural, mas as águas cristalinas eram bastante frias. Havia também pequenos peixes com fartura, principalmente os morobás, o acará e o cachicô.

O córrego era muito disputado pela pesca, e sempre que podíamos, improvisávamos uma vara de bambu, linha de costura (fio urso) e alfinete envergado (tipo anzol), e então estava tudo pronto para a pescaria. Material para mim, é que não faltava, pois a minha mãe era a costureira do bairro.

Para completar, só era preciso ir até a beira do córrego, cavar no chão, a beira do córrego, até encontrar umas minhocas para isca. Voltávamos com alguns berés, mas o que valia apenas era o espírito de aventura e a esportividade. O que valia era “matar o tempo”.

O caminho para o final dos Fradinhos era de barro, mal passava algum carro. Em dia de chuva, ficava a estrada insuportável. Todas as casas existentes a beira da estrada eram bastante antigas, com moradores tradicionais.

Lá eu ia quase diariamente visitar as minhas tias-avós (irmãs de

minha avó materna). Durante a primavera, o percurso era deslumbrante, com todas as árvores floridas.

Uma grande sapucaia se fazia presente em frete das casas de minhas tias-avós, na entrada do caminho da fonte da dona Blaura. Ao lado da majestosa sapucaia, tinha um grande pau d'alho, arvore antiga e de grande porte, que com o cair da tarde, exalava um cheiro ativo, que as vezes deixava o estomago enjoado.

Nas áreas de encostas mais ruderais, de solos mais pobres, estavam presentes as quixabeiras, joazeiros e angicos roxo e camarás.

A grande preocupação dos moradores ao longo da estrada dos Fradinhos, era as chuvas torrenciais que provocavam enchentes no bairro, com o transbordamento do córrego.

O cair da tarde, era um belo espetáculo, pois podíamos ouvir o barulho da água serpenteando entre as pedras, revoadas de pássaros que procuravam a fonte para saciar a tua sede, principalmente rolinhas, bandos de bombeirinhos e os coleirinhos.

O barulho mais ouvido era os das lavadeiras em suas conversas, o “bater” da roupa sobre as pedras na hora da lavagem dos lençóis. A paisagem criada marcante, era dos lençóis e roupas estendidos onde à vegetação ou varais improvisados.

“Quarar” era o ato de colocá-las ensaboadas e expostas ao sol como forma da sujeira se soltar do tecido. Antes de quarar as roupas eram perfumadas com erva-santa, vegetação de pequeno porte muito abundante a beira do córrego. Elas eram misturadas ao sabão em barra, quando lavadas.

Na hora da secagem, a paisagem mudava, predominava o branco dos lençóis, pendurados nos varais improvisados, onde com o refletir do sol, e ao sabor dos ventos ofuscavam as nossas vistas. Algumas peças coloridas procuravam quebrar a monotonia do branco.

Dona Blaura era moradora próxima à fonte, de descendência alemã, que morava com outra irmã. Tinha um neto, que era conhecido como Carlinhos “sete falas”, menino de uns 12 anos, que na hora de falar, sua tonalidade vocal mudava constantemente. Mora-

va em uma casa modesta, era a guardiã da fonte, pois não permitia bagunça no local, de modo evitar sujar a água, que seria usada pelas lavadeiras.

A mais bela manifestação da natureza, era a chegada do verão, onde milhares de cigarras e seus cantos uníssonos, que transformava o vale em uma bela sinfonia musical afinada.

Era um ritual que ocorria todo o ano, e seu som era ouvido em todo vale. Vale sim, vale verde, e no alto do vale, estava presente um monumental bloco granítico, guardião dos segredos do vale, a magnífica Pedra dos Olhos.

Os anos se passaram, o progresso avançou vale adentro, violando as suas encostas com o desmatamento, destruindo suas belezas naturais, para ar lugar a um conjunto habitacional da Cohab, em 1968.

A urbanização sem controle se encarregou de transformar as águas livres do córrego em águas subterrâneas, com a construção de galerias pluviais.

Hoje nem vestígios existem da fonte da Dona Blaura, somente na memória de alguns moradores mais antigos, onde a águas foi elemento de muita importância para o abastecimento de suas residências. A paisagem mudou bruscamente. Onde o vale fértil, com ar de vila do interior, transformou-se em um bairro aristocrático de classe alta.

Esta classe ocupou todo o interior do vale, sem se preocupar com a preservação do status primitivo. Suntuosas residências estão edificadas em suas encostas, e em lugar da mata atlântica, hoje vemos uma vila de concreto.

Enfim, só quem viveu na época em que o vale era belo, sabe o significado histórico desta região. Antes de nós, há muitos séculos, também os índios Termininós, e depois os jesuítas ali viveram, mas isto é outra história...

(Vitória-2008)

CRONICA CLASSIFICADA COM MENÇÃO HONROSA
CONCURSO LITERÁRIO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO
DE VITÓRIA

Capítulo IV

Estádio Governador Bley — O orgulho do bairro de Jucutuquara

O futebol sempre foi à grande paixão dos brasileiros e acompanhamos atentamente o desenrolar do campeonato carioca e capixaba. Nos finais de semana na década de 50 e 60, sempre estávamos de ouvido no rádio (principalmente a rádio nacional e globo) acompanhando os jogos, pois a televisão ainda não tinha chegado à cidade.

A grande felicidade que eu e meus irmãos tivemos, foi quando em 1961, ganhamos de presente um rádio a pilha, do tamanho de um sabonete, pois o nosso pai era recém-chegado dos Estados Unidos da América, pois lá estava em uma delegação sindical, representando o Sindicato dos Ferroviários da Cia. Vale do Rio Doce, a convite do Presidente John Kennedy.

Bem, o importante é que começava a moda de levar rádios a pilha para os estádios, para ouvir os jogos. Quando tinha jogo de futebol no estádio Governador Bley, era festa em todo bairro, que se localizava na av. Alberto Torres.

Muitos torcedores circulavam agitados nas ruas do bairro e o ponto de encontro da torcida capa-preta (Rio Branco), era o **Bar do Ceará**, localizado em frente ao portão central do estádio.

Ali os torcedores tomavam os seus aperitivos, e faziam prognósticos do resultado da partida. O povo do bairro observava atentamente o movimento dos torcedores.

Durante os clássicos futebolísticos da época, como Rio Branco X Vitória, a agitação ainda era muito maior. Festa com direito a muito foguetório era durante as partidas do campeonato brasileiro de seleções estaduais.

A seleção capixaba portava a camisa da FDE (Federação Desportiva Espírito-Santense), portanto jogadores em sua maioria da

terra. Estes faziam explodir de paixão os torcedores, pois o amor a terra estava em jogo.

Nossos tradicionais adversários (de acordo com a tabela) eram os fluminenses, baianos, goianos e mineiros.

Lembro-me de alguns jogadores de plantel de 1962: Irezê e Carlos Magno (goleiros), Xavier, Diogo, Edalmo, Hélio, Ivan, Monte, Foca, Maciel, Fontana, Carlinhos Gabiru, Beto Pretti, Alcione, Robertinho, Wilson Pereira, Cafuringa.

Todos envergavam a camisa branca, com duas listas azuis e rosa no peito, com um círculo ao centro, com as iniciais FDE.

O local mais disputado pela maioria dos moradores do bairro era o morro do rio Branco que ficava atrás do gol a esquerda das arquibancadas. Durante os jogos importantes, devido à pequena capacidade do estádio em receber torcedores, fazia o morro ficar repleto de torcedores.

O muro do estádio não era alto, mas pular nem pensar, pois do outro lado fica cheio de “meganhas” (policiais militares), e caso alguém pulasse, o cassete “comia”.

A única chance de a garotada pular o muro, era nos jogos das seleções estaduais, pois quando tocava o hino nacional, os policiais ficavam imóveis e não podiam perseguir os torcedores.

Havia no estádio, muitas autoridades, e na hora de entrada em campo era um foguetório infernal. O futebol sempre esteve no sangue do bairro, e alguns perpetuaram esta história.

Vale lembra o Sr. Eugenilio Ramos, grande desportista que morava ao lado da igreja de São Sebastião. Ele era um fanático dirigente Capa-Preta (Rio Branco).

Tínhamos ainda o Sr. Manoel Donêncio, cujo nome verdadeiro era Manoel Pinto das Virgens, apaixonado pelo Rio Branco e Flamengo (RJ), e o maior incentivador do Anchieta Esporte Clube. O Rubens Monjardim, o eterno técnico de escolinhas de futebol.

Outra pessoa que muito colaborou com o futebol, por detrás dos bastidores, foi o Sr. Otacílio dos Santos, o sapateiro, que cuidava

com carinho das chuteiras dos jogadores, e também dos sapatos dos moradores de Jucutuquara.

Sua lojinha ficava debaixo das arquibancadas do estádio. Era um exímio artesão. Morava atrás de minha casa em Fradinhos, no alto do morro.

Mas, hoje no estádio Governador Bley, não se disputam mais partidas oficiais de futebol, pois o mesmo foi comprado pela Escola Técnica Federal na década de 70, para a prática desportiva escolar.

O estádio esta presente até hoje no bairro, como um marco de sua história.

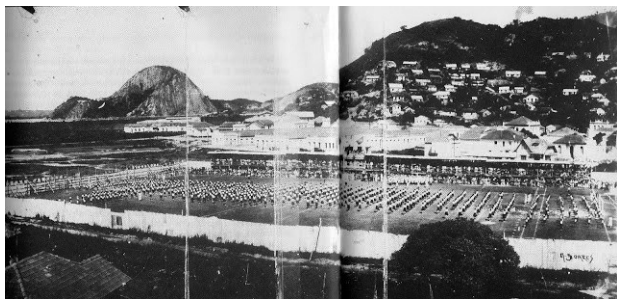


Foto do antigo estadio de zinco, tirada em 1932, durante desfile escolar.

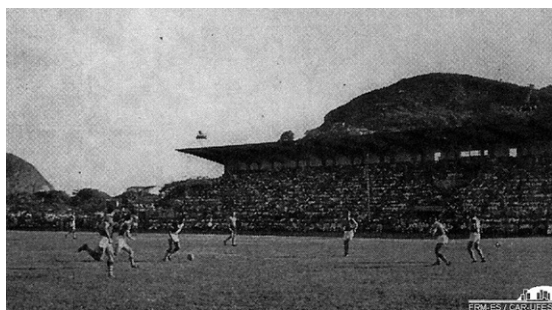


Figura: competição de futebol – 1950

Capítulo V

Os bondes e Jucutuquara

Nasci ilhéu, no alto da Vila Rubim, mas criado em Jucutuquara ou início dos Fradinhos.

Hoje a nossa antiga residência esta hoje enquadrada no limite de bairros como Fradinhos; e onde eu morava era conhecido com "final" da linha (do bonde), tendo como referência o bar do Ciroca, onde podia tomar caldo de cana com pastel e comer uma "manteiguinha". Era o bar frequentado, principalmente quem ia seguir adiante para Maruipe.

Lá não vendia cachaça, só no bar ao lado do Cesar Poltronieri ou o vizinho Bar de Joaquim Silva, o "Quikas" e no Bar de Mario (Nabo) Jantorno.

Entre os dois primeiros bares tinha a pensão do senhor Manoel Donêncio, onde sua filha Diva (bastante farta pelas gorduras abundantes) fazia o serviço de portaria.

Mas voltando ao passado, ou seja, no início de século os primeiros bondes a circular eram puxados a cavalos, ou burros, e fazia a linha Centro–Praia do Suá, local de banhos dos aristocratas.

Mas em 1909, começou a funcionar uma locomotiva, movida a carvão. O veículo fazia o mesmo percurso e pertencia a Cia ferro Carril e depois passou para a Leopoldina Railway, dona das extensas terras de Bento Ferreira, e tinha sua garagem entre o morro de Bento Ferreira e o Morro do Álvares Cabral.

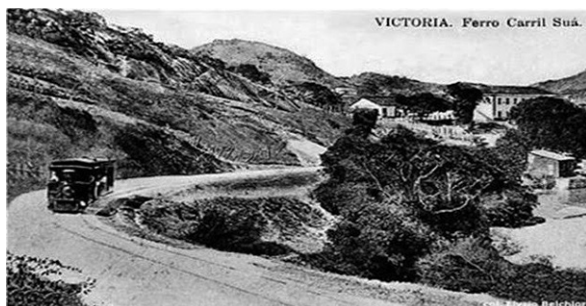


Figura - Locomotiva a vapor subindo a ladeira do Saldanha da Gama, vendo aos fundos a cada do bispado (1909)



Foto: avenida Vitória – direção Jucutuquara – Praia do Suá.

O por força do destino, meu primeiro emprego em 1967, foi na CCBF, mas após o término dos bondes em 1965.

O bonde era o transporte de massa da capital (só em dia de chuva que os passageiros sofriam). Para atender a grande massa da população, vários modelos de bondes apareceram: O bonde especial funerário (que ia para Santo Antônio), que transportava o caixão em um reboque e em outro carro viajava o cortejo.

Tinha o “Taioaba”, que funcionara pela madrugada e manhãs. Era um caro sem assentos, que além de transportar verduras e legumes para o mercado, onde seriam vendidas, levavam os boêmios de volta para as suas casas. Nos anos 60, tinha um bonde circular, que só trafegava pelo centro da cidade, ligando à parte alta a parte baixa da cidade.

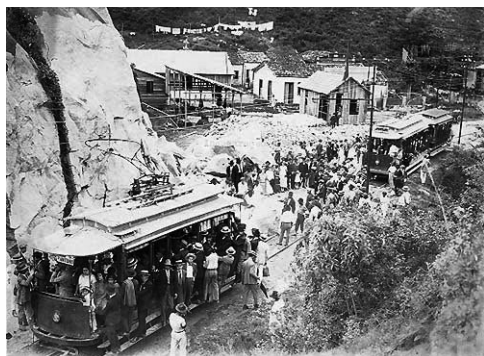


Foto: avenida Vitória – subida do forte São João.

Havia outras linhas regulares, tais como: Centro/Jucutuquara, Centro/Praia do Suá, Centro/Praia do Canto.

Centro/Praia Comprida, Centro/Santo Antônio. A oficina até o final de seu funcionamento ficava na Rua Sete de Setembro, em um local chamado de convertedora.

A CCBF, ainda era responsável pelo serviço de lanchas na baía de Vitória, que ligava o Centro a Paul (Vila Velha) e pelo serviço de telefonia.

As viagens nos bonde nos anos 50 e 60, nos traz grandes lembranças, seja pelo balanço durante seu tráfego, o vento de batia em nossos rostos, mas compensado pelo silêncio durante seu tráfego, onde só ouvíamos as batidas secas quando passava sob as emendas das linhas dos bondes.

Podemos descrever de modo especial este mágico transporte: “Plá...pla ...plá”, era a batida seca dos bancos de madeira dos bondes que trafegava pela cidade, após a chegada em seu ponto final.

Era com cobra de duas cabeças, não fazia o contorno para voltar, e sim o “motorneiro” (condutor do bonde), se dirigia para o outro lado do bonde, com a chave de velocidade na mão, e voltava para seu outro destino.

Os bancos mudavam de posição, quando o encosto dava um volta por cima do banco, colocando em posição frontal ao novo destino.



Foto: avenida Paulino Muller – Jucutuquara.

O cobrador tinha esta função, virar um por um. Eu “sentia”, este trabalho “na carne”, pois morava no “final da linha”, e durante o silêncio da noite, as batidas ecoavam por todo vale de Jucutuquara. Eles “recolhiam” a garagem após as 11 horas.

Motorneiro obedecia ao comando das linhas existentes, seguiam o traçado das linhas, e tinha a função de parar, dar a partida e aumentar a velocidade (não passava de 20 km por hora), só atingida na reta do cruzamento (em direção ao Forte São João) e do Constantino (em direção a Praia do Suá).

Ouvíamos o canto de esmerilhar nas curvas, e depois silenciosamente seguia seu rumo. Havia varias entradas para o bonde através do estribo único ou duplo, de madeira, dependendo do modelo do bonde.

As lonas que fechavam as laterais eram listradas, que RAM puxadas para baixo até chegar ao engate.

Em tempo de chuva, tinha que estarem fechadas. Três funcionários trabalhavam na operação do transporte: o Motorneiro, o Cobrador e o Fiscal.

Todos usavam uniformes de cor caqui, tipo militar com grandes bolsos laterais. O motorneiro, cobrador e fiscal, obrigatoriamente usavam um quepe (chapéu) tipo militar.

O cobrador era um verdadeiro malabarista, pois trabalhava andando pelo estribo, com dinheiro entre dos dedos, fazendo a cobrança das passagens.

Agarrava-se, nos mastros que separávamos compartimentos dos bancos. Ao sabor do vento, ele tintilhavam as moedas e gritava: “eis, eis, cobradooor”.

Todos sacavam suas moedas de seus bolsos e pagavam a passagem. Para esta façanha o cobrador girava rapidamente ao redor do bonde, para não deixar ninguém escapar sem pagamento.

Só os moleques escapavam principalmente eu, que tinha que saltar no Colégio Estadual, localizado no final do Forte de São João, e dava “um banho no cobrador”, pois quando ele circulava para o

lado, oposto, eu ia para o outro lado que ele já tina passado. Esta era a estratégia dos estudantes.

Quem não gostava muito era o cobrador conhecido com “ca-beção”, que arregalava seus olhos azuis e dizia: “vou lhe pegar moleque”.

Mas era tarde, toda turma saltava com o bonde andando, éramos mestre nesta arte de saltar com o bonde trafegado. Era só chegar ao final do estribo e soltar o corpo ao vento.

Ao findar a viagem, era a vez do fiscal, que andava por todo estribo do bonde, contando o numero de passageiros, para registrar em sua caderneta e depois registrar em um relógio analógico que tinha uma correia que puxava, e registrava um por um passageiro, e o numero ficava também registrado no relógio de conferencia.

Também era um barulho muito esquisito que tínhamos que ouvir: “nheco, nheco, nheco”.

Bem, o bonde não tinha buzina, e a comunicação de pedir passagem, era feita quando o motorneiro pisava sobre um pino que tinha no chão próximo ao lugar de condução/pilotagem, e saia o som: “pleim, pleim, pleim”.



Foto: avenida Vitória – cruzamento em frente ao bairro Horto.

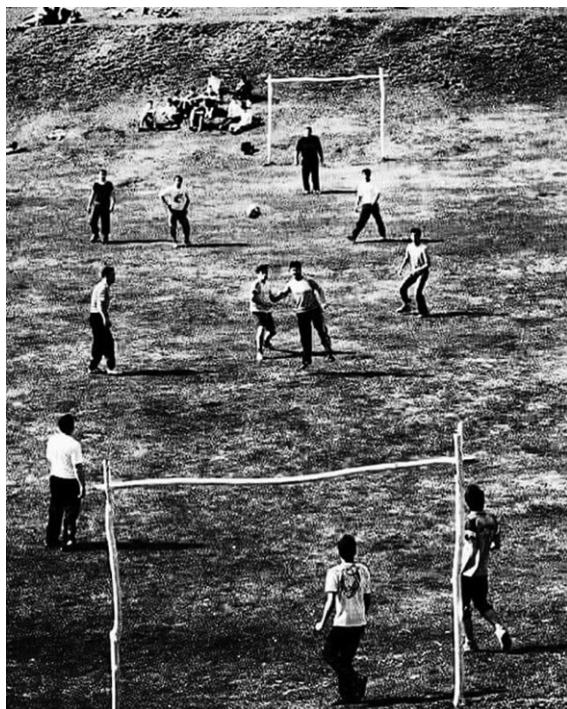
Como falei anteriormente, por força do destino, em dezembro de 1967, ingressei no meu primeiro emprego “engravatado”, na CCBF, na seção de consumidores, que ficava na Praça Costa Pereira, e nesta seção fui ser companheiro de quase todos os cobradores, fiscais e motorneiros, onde dividíamos as atividades de leituristas e conferentes.

Fizemos grandes amizades e contamos muitas histórias dos bondes. Lá estavam o “Cabeção”, “Galo Cego”, “Força Maior”, “Plácido”, “Dirceu”, “Orozimbo” e outros.

Todos eram conhecidos por apelidos. Foi uma experiência que ficou para sempre em nossa memória. Por três anos fomos companheiros de trabalho. O moleque de Jucutuquara agora tinha virado parceiro de quem no passado queriam “a cabeça”. O destino nos conduz a muitos caminhos.

Capítulo VI

O Campinho da Onça – onde nasciam os jogadores de futebol do bairro



Encravado em um vale, tendo aos dois lados os morros do Gegê e dos Monjardins, e bem no meio da mata, existia o Campinho da Onça. Este era o local mais freqüentado pela garotada do bairro. Jucutuquara e Fradinhos, sempre foram localizados ao meio de um extenso vale, cercado de grandes morros e cobertos por densa mata.

O retorno das peladas se dava sempre com o cair da tarde, onde todos os corpos suados já sentiam o frio da noite.

O campinho aos poucos foi perdendo a sua importância principalmente no início dos anos 60, pois quando surgiu o Esporte Clube Fradinhos (uma facção o Anchieta Futebol Clube), e Sr. Maximo Varejão doou uma parte de sua propriedade para os moradores construírem uma quadra de esportes, ao lado da capelinha de Santo Antônio.

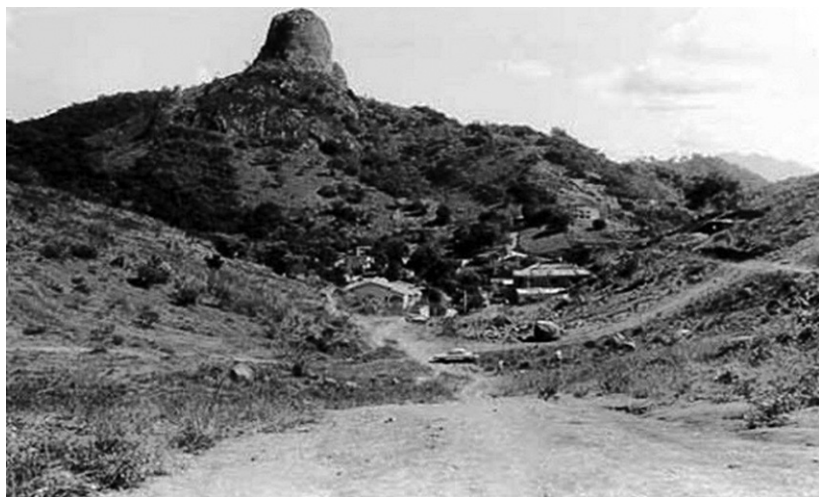
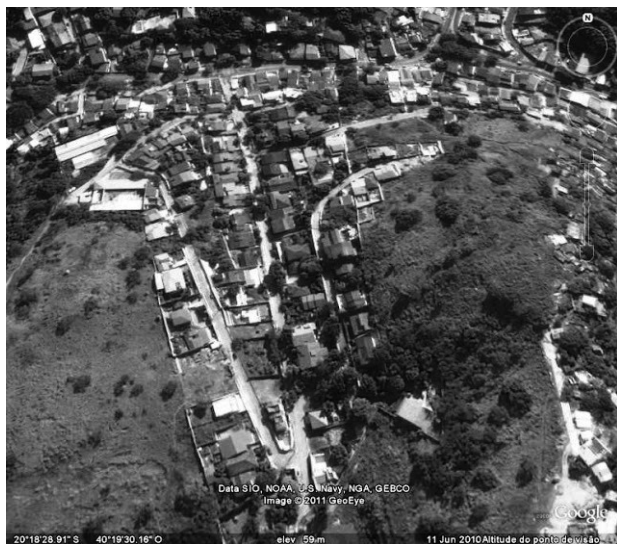
Cortou-se um grande barranco, onde todos os moradores trabalharam uma quadra de concreto na construção. Tudo foi feito, devido à matéria prima conseguida nas festas realizadas no bairro.

A partir de sua inauguração, o Campinho da Onça caiu no esquecimento, pois a garotada passou a freqüentar a quadra do Esporte Clube Fradinhos, pois esta estava mais próxima as suas residências.

Hoje o Campinho da Onça não mais existe como também o Esporte Clube Fradinhos. A área onde existia o campinho é hoje ocupada por residências de alto luxo, que passaram a fazer parte da paisagem do bairro. Hoje, estas residências ocultam um pouco da história do bairro.



Uma nação chamada Jucutuquara



Capítulo VII

A fábrica de tecidos de Jucutuquara e o Grupo Escolar Padre Anchieta - vizinhos face a face.



Para iniciar o funcionamento da Fábrica, foi necessário a construção do bairro operário, previsto no projeto de Francisco Saturnino de Brito, “a Vila Monjardim.

Por volta de 1924 (foto) tiveram início a construção da mesma, e poderemos observar nos fundos o morro do Cruzamento sendo ocupado com barracões de zinco, ocupado pelos antigos escravos libertos e seus descendentes.

Sinal de progresso era o que simbolizava a União Manufatora de Tecidos e Sacaria de Juta. Nada mais era que o “portal” do bairro, pois se encontrava encravado na Av. Vitória, esquina com Avenida Paulino Muller, nos contrafortes do morro do Romão.

O nome “Cruzamento” vem da importância do local, pois servia de desvio para o vale de Jucutuquara e a região praiana, onde os bondes elétricos eram o principal meio de transporte da capital. Ali eles tomavam rumos diferentes.

A Avenida Vitória também era denominada de “reta do Constantino”, no sentido da região praiana, pois Constantino Carvalhinho era o proprietário do bar que ficava no entroncamento, e era chamado também de “abrigo”, pois era o único local que abrigava os usuários do transporte coletivo, do sol de da chuva.

Ficava na Praça Asdrúbal Soares. Linhas de bondes se cruzavam e o motorneiro (condutor do bonde), tinha que esperar alguns minutos os bondes que vinham no sentido contrario pela Avenida Vitória, pois não havia trilhos duplos.

Em frente a fabrica de Tecidos estava o Grupo Escolar “Padre Anchieta”, construção de dois pavimentos, sempre de cor amarela e bastante grande, com um pátio no seu interior, e um galpão coberto que abrigava a parte interna, onde estava o refeitório, onde diariamente na hora o “recreio”, tinha para comer macarrão com leite queimado.

Tudo eram gratuito e muito saboroso. Lembro-me que a diretora do período que lá estudei (1955-59), era D. Maria da Glória e D. Adelaide. Sr. José era o porteiro que tomava conta das crianças, principalmente na hora de atravessar a av. Vitória.

No pátio externo, cujo lado externo era só manguezal da ilha de Santa Maria, e mais próxima a av. Vitória, uma plantação de Juta, tinha um imenso Pau Brasil, árvore símbolo Nacional, e todos os anos no dia da árvore faziam uma homenagem a natureza. Aprendi a valorizar a natureza nestes momentos.

A frente da escola estava então a Fabrica de Tecidos e Tece-lagem de Juta, que tinha uma importância vital para a população de Jucutuquara, pois daí surgiu à origem do bairro, a ainda grande parte da população ali trabalhava. Funcionava em quatro turnos de trabalho e o barulho das maquinas funcionando constantemente era ouvida a grande distancia.

O apito da fabrica na troca de turnos era o que mais marcava os moradores do bairro. Marcava o inicio e termino das jornadas de trabalho. O apito se transformava no relógio de nossas vidas,

pois nos avisavam e também nos obrigavam a colocar em prática os nossos compromissos.

Pela manhã o apito da fábrica fazia os estudantes e operários a despertarem de seu sono para iniciar os seus compromissos diários. Às 12 horas era a hora do almoço e no momento do apito era comum.

O povo falar um ditado bem popular: “Meio dia, panela no fogo e barriga vazia”. O apito das 18 horas indicava o termino da jornada diária de trabalho, era o sinal que a noite estava iniciando.

Durante a noite, mesmo sem existir leis de proteção ao silêncio, a fábrica não apitava. Desta forma, a fábrica fazia parte da vida de toda a população do bairro.

Diariamente era grande o movimento de caminhões nas portas da fábrica, pois eles vinham do porto de Vitória, carregados de juta, descarregados do navio vindos do Pará e Amazonas, para ali serem transformados e sacaria de juta, cujos sacos serviam para ser colocado o café destinado a exportação.

O gerente da fábrica era tal de Senhor Oscar, que morava ao lado da fábrica, com toda a sua família, e era muito querido e admirado em todo o bairro.

Uma grande tragédia marcou parte de minha infância, ficando viva em minha memória: foi o incêndio da fábrica, acredito ter sido nos idos de 1960, quando um curto circuito fez queimar por muitos dias o depósito de juta, no interior da fábrica.

Sentimos que um pedaço de nossas vidas estava sendo diluído. Mas, a fábrica sobreviveu e até hoje, mesmo fechada (desativada) está majestosamente erguida e imponente como antigamente, comprada pelo Município de Vitória, sendo transformada em Oficina do Trabalho.

A Avenida Vitória também era denominada de “reta” do Constantino, no sentido da região praiana, pois Constantino Carvalhinho era o proprietário do bar que ficava no entroncamento, e era chamado também de “abrigo”, pois era o único local que abrigava os usuários do transporte coletivo, do sol de da chuva.

Ficava na Praça Asdrúbal Soares. Linhas de bondes se cruzavam e o motorneiro (condutor do bonde), tinha que esperar alguns minutos os bondes que vinham no sentido contrario pela Avenida Vitória, pois não havia trilhos duplos.

Capítulo VIII

Jucutuquara – Fradinhos: a fazendinha dos Monjardins

A década de 50 foi início do período das transformações sociais, econômicas e ambientais. Jucutuquara foi à ponta do iceberg destas transformações, pois era o bairro mais próximo ao centro da cidade. Todos os moradores puderam acompanhar atentamente as mudanças.

Eu era um pequeno menino alheio aos problemas que a sociedade iria ter que enfrentar. A mim só interessava o estudo e o lazer. Era assim que pensava todos os meninos da época.

Geograficamente o bairro era situado em um grande vale, cortado por um córrego de águas claras, vindo dos fradinhos, e eu recebia um pequeno afluente na “entrada” dos Fradinhos, vindo da área denominada “mangueiral”, oriundo de Maruípe.

Sua nascente era nas cabeceiras do Morro dos Bastos. Bem o “mangueiral”, era uma chácara com muitas frutas, com destaque para goiaba, jambo branco e jambo vermelho, Jamelão, perinho e muitas mangueiras (rosa, espada, carlota, coração de boi e outras). Todos podiam tirá-las quando estavam maduras.

O vale de Jucutuquara era de beleza incomum, pois no alto dos morros existiam umas densas vegetações e a neblina cobria o vale, nas madrugadas de noites frias, dando aspecto de cortina de seda. Havia perto de minha casa, no final de Jucutuquara e início de Fradinhos (chamávamos de final da linha de Bonde), no alto da encosta, o curral do Sr. Mario e Áureo Monjardin.

Que ficava mais precisamente no morro de Fradinhos. Havia muitos animais (bovinos e caprinos) que pastavam tranquilamente durante o dia por toda encosta.

Acordar cedo (às 6 horas) era uma obrigação diária, por uma picada pelo meio do mato, lá ia eu, com a “leiteira” na mão, busca o leite para o café da manhã. Lá já estavam os senhores Mario e Áureo com os filhos José Áureo “Olho de Garoupa” e Jair “Pé de Banda”, sentados em banquinhos, ordenhando as vacas e cabras.

Bem, apelido nas pessoas era comum entre todos os moradores do bairro. Era como uma marca registrada.

Poucos não tinham apelidos, mas isto vai ser falado em outro capítulo das histórias. Abaixo do curral, tinha um pequeno alagado, provocado por uma improvisada barragem, onde o gado matava a sua sede. As águas vinham de um vale denominado “Campinho da Onça”.

Ali todos os animais silvestres também bebiam água. Era o local predileto para os passarinhos para a captura das aves. Todos os jovens do bairro Criavam em suas casas passarinhos silvestres.

Eu também tinha meu viveiro de passarinhos com as mais variadas espécies (coleirinhas, tiziu, gaturamo, saíra, rolinha, juriti, galo da campina, gaturamo mirim, bombeirinho, curió, melro e outros).

Não só existia o viveiro, mas também as varias gaiolas, que ficavam penduradas na varanda de casa. Pela manhã, os cantos uníssonos das aves eram ouvidos por todo vale. Diariamente a garotada pegava as suas gaiolas, com seus coleirinhos cantadores, armados de alçapão e visgos, seguiam para o mato..., Perto da represa. Era uma disputa terrível pela melhor “espera” (local onde mais provável que a ave iria efetuar o pouso), que podia ser uma pedra, uma cerca de arame ou galho de árvore. Ficávamos escondidos, a uma distancia aproximada de 20 metros, de preferência em uma sombra de árvore, onde ficávamos na “espia”.

O silêncio era obrigatório, barulho só o do vento ou mugir do gado. Por baixo das “capoeiras” de aroeira e fedegoso eram armas

as arapucas para capturar as rolinhas. Após algumas horas, voltávamos para casa com a captura, que logo iam para o interior dos viveiros. Para realizar estas travessuras e aventuras, tínhamos que enfrentar alguns perigos, tais como as vacas bravas.

A vaca era o terror do morro principalmente as que tinham crias novas. A que era terror da garotada era uma vaca chamada de “Farmácia, que carreiras davam aos menos avisados”. Mas, hoje, a fazendinha não mais existe, mas sim apenas residências de alto luxo. A represa deu lugar a uma grande ladeira, com bastante aclive, coberta de asfalto e concreto, sem o menor vestígio do passado. As matas das encostas, o campinho da onça não mais existe.

Os bois e as cabras são apenas histórias do passado. Na realidade, ouve uma imensa transformação, só ficando vagas lembranças.

Capítulo IX

O ônibus (lotação) da linha Fradinhos via Cidade Alta

Era década de 60, Fradinhos passava a ter a sua vida própria, e ainda não era bairro, e sim o final de Jucutuquara. Os moradores tinham que vir a pé pegar os ônibus que se dirigia para o centro da cidade que era a linha São Torquato – Cruzamento (aliás, era a única linha intermunicipal), que avançava até o final de Jucutuquara para pegar passageiros, ou a linha Barreiros – Vila Rubim. Ou o bonde que ainda existia, mas só chegava em 30X30 minutos.

Meu pai, Boécio Pache de Faria, chefe do gabinete do Prefeito Solon Borges, conseguiu uma concessão para o Vereador Juarez Martins Leite, colocar uma linha para Fradinhos, que passaria pela cidade alta até chegar ao Parque Moscoso. Uma linha interessante, porque os moradores da cidade alta ainda não tinham condução.

O Juarez adquiriu as lotações sucateadas do Rio de Janeiro, que estavam sendo retiradas de circulação. Aquelas que tinham um núme-

ro grande em cima, e era pequena de cor abóboda alaranjada e podia trafegar pelas ruas estreitas de Fradinhos e também da cidade alta.

Mas, foi criada uma tremenda confusão com o proprietário da linha São Torquato – Cruzamento, o Sr. Vitalino Biancucci, um italiano efervescente. Travou o maior bate boca com meu pai e o Vereador Juarez, pois se sentia prejudicado, o a concorrência ia diminuir o número de seus passageiros.



Seus ônibus também eram velhos e eram muito lentos e desconfortáveis, e demoravam atravessar a cidade e ir até nas alturas do Cine American, em São Torquato.

O velho Vitalino morava em um prédio construído por ele, em frente à subida do Museu Solar Monjardim, na Avenida Paulino Muller, esquina com a Rua Pinto Homem de Azevedo. Lembro-me, de quando

eu andava com meu pai, que ia sempre ao Mercado São Sebastião, em Jucutuquara (a pé), e quando passava em frente ao prédio do Vitalino, ele proferia sempre palavrões agressivos a integridade de meu pai.

Mas, por desgosto, sua linha parou de funcionar, e sem contar da ação de ilegalidade movida pelo Município de Vitória, de funcionamento de sua linha era irregular por não ser intermunicipal, e não podia trafegar na capital, o que motivou a cassação de sua licença.

Os lotações só funcionaram apenas por 02 anos, e saíram de circulação por falta de passageiros. Para suprir a demanda dos de Jucutuquara, já com a retirada dos bondes foi criada a linha Tabuazeiro – Vila Rubim.

Funcionava uma pequena lotação de linha independente, conhecida como “tartaruginha”, pois ela não tinha horário de funcionamento e só saía quando a lotação estava completa. Ele era o motorista, cobrador, Etc. Tinha uma concessão antiga, e não podia ser cassada. Funcionou por muitos anos.

Referências

Coleção Eutychio d'Oliver. Acervo IPHAN-ES - 1910.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória/Secretaria de Cultura e Turismo, 1995.

ELTON, Elmo. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória: Instituto Jones do Santos Neves, 1986.

FREITAS, José Francisco Bernardino. *Aterros e decisões políticas no município de Vitória: efeito cascata*. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 8., 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2004. v. 8, p.17. Disponível em:

HARTT, Charles Frederick. *Geologia e geografia física do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. Disponível em:

MARQUES, Cezar Augusto. *Diccionario historico, geographico e estatistico da provincia do Espirito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

PEREIRA, AMÂNCIO. *Homens e cousas espírito-santenses*. Vitória-ES: Artes Graphics, 1914.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo: Itatiaia, 1974.

TATAGIBA, José. *A história das primeiras ruas, ladeiras praças e monumentos históricos – Vitória, Cidade Presépio*. Vitória, 2008, p. 163. Disponível em:

PERIÓDICOS

ARISTOPHANES. Da Capichaba a Maruhipe. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 1, 10 dez. 1899a.

ARISTOPHANES. No Jardim Municipal. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 1, 17 dez. 1899b.

ARISTOPHANES. Pirahem. *O Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 1, 4 fev. 1900a.

BONDS do Suá. *O Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 2, 26 jul. 1907.

CASA na Praia do Suá. *Diário da Manhã*, Vitória, p. 4, 11 maio 1911.

CASSAS do high-life. *O Estado do Espírito Santo*, Vitória, 5 abr. 1891. Secção annuncios, p. 4.

COSTA, C. No Jardim Municipal. *O Espirito-Santense*, Vitória, 16 mar. 1882. Variedades, p. 2

DAEMON, Basilio Carvalho. Obras feitas pelo Partido Conservador. *O Espirito-Santense*, Vitória, 19 jan. 1882a. *O Espirito-Santense*, p. 1.

DAEMON, Basilio Carvalho. Limpeza da cidade. *O Espirito-Santense*, Vitória, p. 1, 19 nov. 1882b.

DAEMON, Basilio Carvalho. Um pouco de tudo. *O Espirito-Santense*, MELHORAMENTOS da capital: as inaugurações. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, p. 2, 29 set. 1909.

Monjardin Adelpho – Geografia Física de Vitória - 1949

PEREIRA, Amancio. [Sem título]. *Diário da Manhã*, Vitória, p. 3, 26 abr. 1917.

Uma nação chamada Jucutuquara

PEREIRA, Cleto Nunes. Averbção de marinhas. *Estado do Espírito Santo*, Vitória, 15 jul.

ASPECTOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS DAS ORIGENS DA BARRA DO JUCU

*Dr. Henrique Antônio Valadares Costa**

Resumo: Este artigo apresenta, a partir de novas fontes históricas e arqueológicas, as origens coloniais da Barra do Jucu. Apresentamos aqui as bases de sua fundação considerando o contexto histórico dos primeiros séculos da colonização lusitana no Espírito Santo. Apresentamos hipóteses do seu desenvolvimento entre o século XVIII até o início do século XIX, identificando sua relevância histórica dentro do desenvolvimento econômico e social do município de Vila Velha e Espírito Santo.

Palavras chaves: História da Barra do Jucu. História de Vila Velha. História regional capixaba. Ocupação costeira na Colônia.

Introdução

É difícil saber exatamente quando começou o povoado que chamamos hoje de Barra do Jucu. Não há uma data acertada como a chegada na região da Prainha de 23 de maio de 1535, marcando a colonização europeia e os conflitos com as populações indígenas do Espírito Santo. Todavia, podemos elaborar considerações que aproximam a um período específico. Apresentamos aqui, a luz de novos documentos identificados, novas informações sobre as origens do lugar.

O primeiro trabalho historiográfico sobre a Barra do Jucu foi desenvolvido pelo professor Homero Galvêas, abordando aspectos históricos e culturais desde sua fundação até o início dos anos 2000 (GALVÊAS, 2005). **Este artigo, contudo, concentra-se nas circuns-**

* Doutor e mestre em arqueologia pelo MAE/USP, historiador formado na UFES, atualmente trabalha na Prefeitura Municipal de Vila Velha e está como arqueólogo e professor da Pedagogia Intercultural Indígena PIIND/UFES.

tâncias históricas de sua formação inicial, considerando os aspectos históricos e arqueológicos desse processo. Nesse sentido, analisamos a documentação histórica disponível e os vestígios materiais arqueológicos já identificados na região. Sabe-se, sem dúvida, que a região do baixo rio Jucu, margeando o estuário, já era povoada muito antes dos europeus cruzarem o oceano Atlântico rumo às Américas. Essas evidências serão discutidas pela arqueologia no item a seguir.

Arqueologia na Barra do Jucu e entorno

A Arqueologia estuda o passado humano por meio de vestígios materiais, enquanto a História baseia-se essencialmente em fontes escritas. Para compreender o povoamento da região da Barra do Jucu antes da chegada dos europeus, é fundamental analisar os vestígios materiais remanescentes e sua distribuição espacial na forma de sítios arqueológicos.

Nessa região e entorno imediato, foram realizadas quatro pesquisas arqueológicas. A primeira, em 1966, conduzida por Adam Orssich, consistiu em investigações superficiais. Embora nenhum sítio tenha sido identificado na ocasião, Orssich registrou a informação transmitida por moradores: “Moradores da região contavam que, antigamente, um caminho dos índios alcançava o litoral neste ponto” (ORSSICH, 1981, p. 96). Em comunicação pessoal na década de 1990, o antigo morador Jair Ribeiro Costa relatou histórias ouvidas de habitantes mais velhos. Segundo essas narrativas, indígenas desciam do interior até a praia para coletar mexilhões (“sururus”) nos recifes da Barra do Jucu. Após cozinhá-los, armazenavam-nos em vasilhas cerâmicas, vedando as bocas com cera de abelha para conserva, antes de retornar ao interior.

As demais pesquisas foram desenvolvidas pelo autor deste artigo (duas) e por Dionne Miranda Erler (uma). A primeira (2008), parte dos estudos para o Plano de Manejo da Reserva Natural de Jacarenema, identificou os sítios arqueológicos Jacarenema 01 e Jacarenema 02 (COSTA, 2008). A segunda foi um programa de prospecções¹ para delimitar a extensão espacial desses mesmos sítios (ERLER, 2022a). A última consistiu no resgate arqueológico², do sítio Jacarenema 01 (2023), visando a implementação das estruturas do centro de educação ambiental e da polícia florestal do Parque de Jacarenema (COSTA, 2023).

Os sítios Jacarenema 01 e Jacarenema 02 (Figura 01) são os mais antigos identificados na região até o momento. Pertencem ao período pré-cerâmico, anterior à ocupação por grupos falantes das línguas Tupi (Tupinikim e Temiminó) e Macro-Jê (Tapuias³). A história pré-colonial do Espírito Santo divide-se entre o período pré-cerâmico (8000 a 1500 anos antes do presente – AP) e o cerâmico (1500 a 500 AP).

Os sítios pré-cerâmicos caracterizam-se pela ausência de cerâmica e associam-se às culturas de pescadores-coletores construtores de sambaquis costeiros e de caçadores-coletores do interior e costa. O período cerâmico relaciona-se aos grupos Tupi-Guarani e

¹ **Prospecção** é o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a verificação (identificação e delimitação) de sítios arqueológicos em uma determinada área geográfica.

² **Resgate** é um conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados à escavação, análise e preservação de vestígios arqueológicos que possam ser afetados por empreendimento ou atividades que causem impacto ao patrimônio cultural arqueológico.

³ **Tapuia** é uma etnônimo etnocêntrico designado pelos falantes das línguas Tupi que significa “aqueles que não falam a nossa língua”. Não era uma “tribo”, etnia em si, mas um conjunto de etnias que em sua maioria eram reconhecidos hoje como falantes das línguas Macro jê. No caso descrito aqui, faz referência aos **Goitacá** e **Puri**.

Macro-Jê, marcado pela produção de cerâmica e pela agricultura (COSTA, 2008). Embora não haja datações absolutas para os sítios Jacarenema, estabeleceram-se datas relativas por comparação com vestígios de sítios semelhantes e melhor estudados.

O contexto arqueológico dos sítios Jacarenema 01 e Jacarenema 02 insere-se na cultura dos sambaquis. Tradicionalmente, sambaquis são sítios formados predominantemente por montes intencionais de conchas, cujas alturas variam no Espírito Santo de menos de 1 metro a 10 metros (podendo superar 30 metros no sul do Brasil). Contudo, os sítios de Jacarenema não apresentam concentrações significativas de conchas, apenas lascas de quartzo e fragmentos pontuais de cerâmica (no caso do Jacarenema 02)..

Como relacioná-los aos sambaquis se não possuem acúmulo conchífero? Entre as décadas de 1960 e 1990 (e até os anos 2000 no Espírito Santo), sítios com baixa incidência de conchas e maior presença de sedimento arenoso e lascas de quartzo eram frequentemente atribuídos a um estágio distinto, denominado Tradição⁴ Itaipu, ou “sambaquis sujos”(PROUS, 1992). No entanto, como definido pela pesquisadora Madu Gaspar:

[...] considero que eles compartilham uma série de características dos sambaquis e, portanto, podem ser acomodados nas diferenças que existem no próprio sistema de assentamento e nas variações que ocorrerão durante o processo de colonização, que abrangeu mais de 5 mil anos e uma extensa faixa litorânea (GASPAR, 2000, p. 40).

⁴ Tradição Arqueológica na definição de Alfredo Mendonça de Souza (1997): “Grupos de elementos ou técnicas, com persistência temporal. Uma sequência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formam uma continuidade cronológica.

Pesquisas mais aprofundadas confirmaram que os sítios Jacarenema 01 e 02 são pré-cerâmicos, com abundância de lascas de quartzo e esparsos fragmentos cerâmicos apenas no Jacarenema 02. Eles estão vinculados aos construtores de sambaquis. A ausência de montes de conchas pode dever-se à escassez de ostras e mexilhões nos manguezais do rio Jucu (SEMMA/PMVV, 2010). Alternativamente, razões culturais podem ter levado essas sociedades a priorizar a construção de sambaquis junto à baía de Vitória ou aos manguezais de Guarapari, utilizando o local da Barra do Jucu especificamente para atividades de pesca e caça, sem construção de concheiros.

Os sítios localizam-se em uma área que, no passado, apresentava maior volume hídrico, sujeita à influência das marés do estuário do rio Jucu (a leste) e de água doce (a oeste), com partes baixas inundáveis a oeste. Não foram encontrados vestígios faunísticos significativos (conchas ou ossos), cruciais para indicar a economia extrativista. A preservação do material orgânico pode ter sido prejudicada pelo sedimento ácido da região. Comparações com sítios similares e melhor preservados sugerem que seus antigos ocupantes tinham um modo de vida baseado na pesca e caça.

Portanto, a região da Barra do Jucu contextualiza-se entre os períodos Pré-cerâmico e Cerâmico do passado pré-colonial. A fase pré-cerâmica, caracterizada pela ausência de cerâmica, está representada na região de Vila Velha por sítios distribuídos entre a baía de Vitória e o rio Jucu. Sambaquis eram abundantes no rio da Costa, mas foram destruídos pela exploração de suas conchas para uso como material construtivo (ligante em argamassas) e pela expansão urbana desordenada. Essas conchas foram utilizadas em construções como os fortes São Francisco Xavier e São João, o Convento da Penha e a Igreja do Rosário, entre outros (ROCHA, 2008).



Figura 1: Vista geral dos sítios arqueológicos Jacarenema 01 (ocorrência 01) e Jacarenema 02 (Ocorrências de 02 a 13) entre o bairro de Santa Paula e a rodovia do Sol dentro da Reserva Natural de Jacarenema. Fonte: Costa, 2008

Dentre os sambaquis identificados no município de Vila Velha, um foi registrado em 1966 por Adam Orssich, já bastante degradado, na base do morro do Convento da Penha:

Observei restos indubitáveis de um sambaqui recentemente destruído (1966) na margem de uma lagoa que se acha ao pé do morro de Nossa Senhora da Penha a leste. Além da terra tipicamente de preta misturada à conchas, vi numerosos fragmentos de ossos grandes, possivelmente humanos (ORSSICH, 1981, p. 46).

Outro sambaqui, localizado na ilha de Pituã, foi registrado em boas condições de preservação, mas permanece inédito, sem estudos realizados.

Os sítios arqueológicos pré-coloniais na área do rio Jucu são três: os sítios pré-cerâmicos **Jacarenema 01** e **Jacarenema 02**, e o

sítio cerâmico **Xuri dos Índios**, localizado no distrito rural de Xuri (Figura 2). Situado a aproximadamente 9 km da linha costeira e 15 km da Barra do Jucu, o sítio Xuri dos Índios vincula-se ao período Cerâmico do Espírito Santo, posterior à ocupação dos sítios Jacarenema (COELHO, 2021).

A filiação cultural deste sítio cerâmico ainda não foi estabelecida. Contudo, com base no registro documental histórico, poderia estar associado aos grupos Goitacá, Puri ou Tupi, populações ameríndias historicamente atestadas na região (NIMUENDAJÚ, 1981).

Os sítios Históricos (Pós-Contato com a cultura portuguesa) são sítios arqueológicos do período histórico identificados por: **Ruína Jesuítica**, **Laranjal** e **Vila Velha 01**. O sítio “**Ruína**” está associado ao empreendimento jesuítico do século XVIII, relacionado ao desenvolvimento da atividade agrícola ao longo do rio Jucu. Os demais sítios (**Laranjal** e **Vila Velha 01**) correspondem a assentamentos camponeses do século XIX, possivelmente vinculados a ocupações de populações negras e/ou indígenas.

A Figura 02 apresenta a distribuição espacial dos sítios arqueológicos mencionados na região do rio Jucu e proximidades, incluindo também as Igrejas de Araçatiba e a ruína da Capela de Belém, ambas no município de Viana. Destaca-se o sítio arqueológico **Araçatiba 01**, identificado no entorno da antiga igreja. Embora sua ocupação abranja desde o período pré-colonial até o colonial, a ausência de estudos específicos impede afirmações conclusivas. Não obstante, os vestígios sugerem a possibilidade de ali ter sido estabelecida uma missão de catequese, sendo seus ocupantes os prováveis construtores da Igreja e, posteriormente, do canal de Camboapina (ou rio Marinho).

Em suma, os dados arqueológicos disponíveis indicam que o povoamento pré-colonial na região da Barra do Jucu ocorreu entre **5000 e 1000 anos atrás**, durante o período pré-cerâmico. Esta cro-

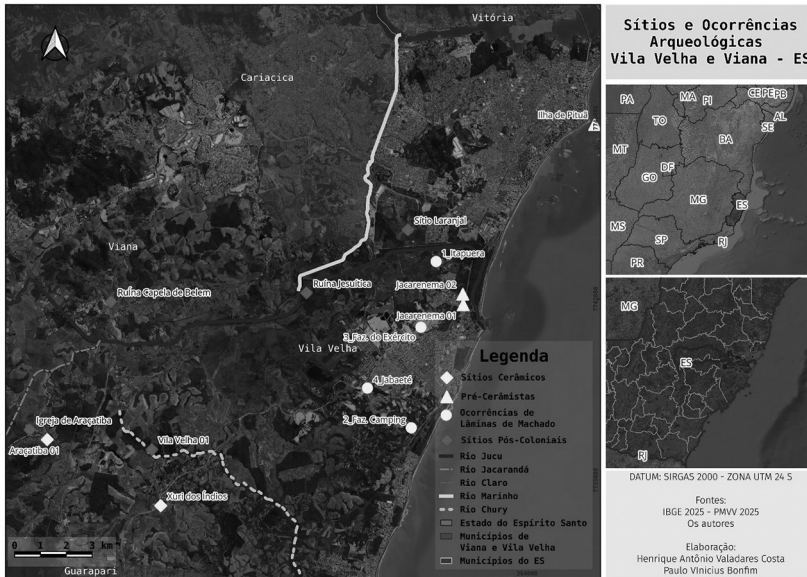


Figura 2: observar-se que a distribuição de sítios arqueológicos ao longo dos rios Jucu e seus afluentes.

nologia é inferida a partir de datações por radiocarbono $^{14}\text{C}^5$ publicadas para sítios similares na Baía de Vitória (ERLER, 2022b).

A dinâmica social desses grupos caracterizava-se por uma economia baseada na pesca, complementada pela caça e coleta. A abundância de lascas de quartzo nos sítios Jacarenema atesta uma expressiva indústria lítica local. Supõe-se que a produção de artefatos estava voltada principalmente para o processamento de alimentos (corte de pescado e recursos vegetais) e para o trabalho em materiais botânicos (lenhosos e herbáceos), possivelmente na confecção de cestarias para armazenamento e transporte, além de armadilhas para caça e pesca (Figura 03).

⁵ As datas de carbono catorze disponibilizadas são dos sítios Areal 01, Sambaqui do Morro e Sambaqui do Limão situados entre os municípios de Serra e Vitória.

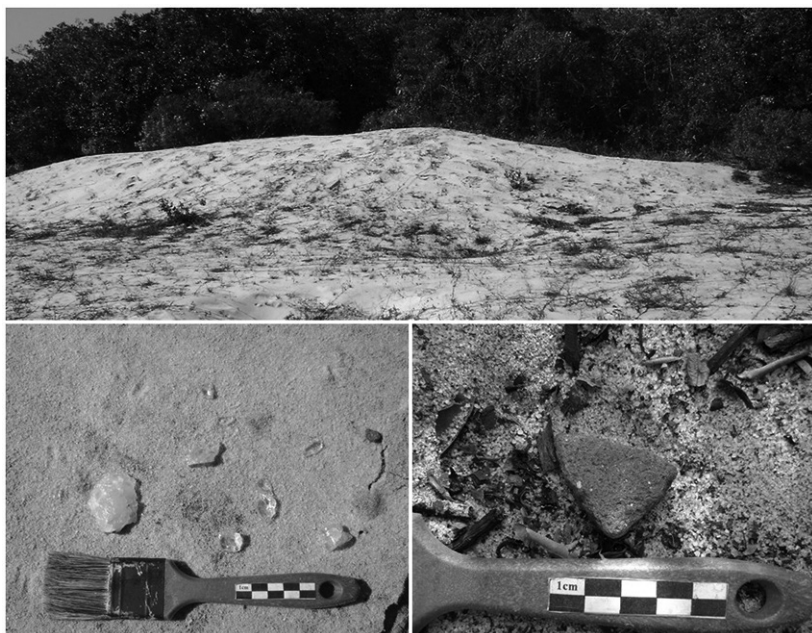


Figura 3: Sítio arqueológico Jacarenema 02. Imagem 1. Vista geral do sítio em terraço arenoso, 2. Detalhe de lascas de quartzo produzidas a partir da debitagem de blocos líticos e 3. Fragmento de cerâmica indígena. Fonte: Costa, 2008

Além das lascas de quartzo, as sociedades pré-coloniais da região também **dominaram a produção de machados de pedra polida**, utilizados principalmente para o **processamento de madeira e vegetais lenhosos**. Essa tecnologia de lâminas polidas era uma prática consolidada tanto entre construtores de sambaquis quanto entre grupos ceramistas.

Quatro exemplares de lâminas de machado polido foram identificados no entorno da Barra do Jucu, conforme ilustrado na Figura 04. Os locais dos achados são: **1. Itapuera; 2. Fazenda Camping; 3. Área de tiro do exército e; 4. Jabaeté.**

Uma segunda fase de ocupação indígena na região, envolvendo grupos **Tupi, Goitacá e Puri**, sugere que estes **não estabeleceram ocupações perenes na Barra do Jucu, mas sim acampamentos pe-**

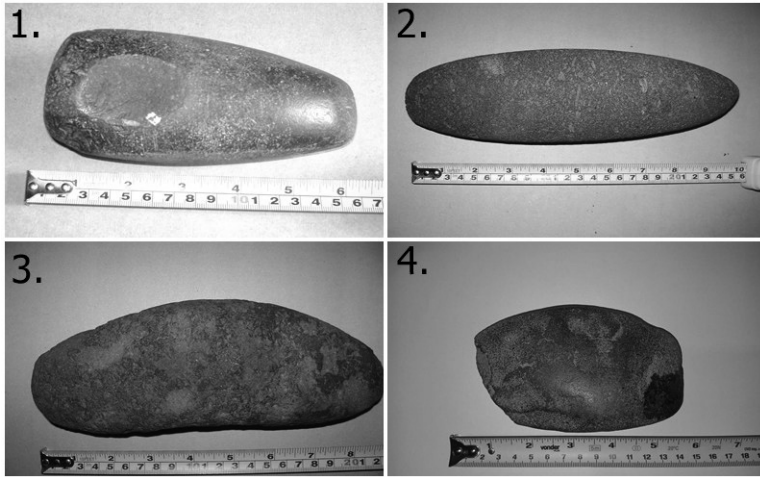


Figura 4: lâminas de machado de pedra polida provenientes de quatro pontos da região estudada: 1. Itapuera; 2. Fazenda Camping; 3. Fazenda de treino de tiros do exército e; 4. Região de Jabaeté.

riódicos, mantendo suas aldeias principais em áreas mais interiores ao longo do rio. Esses **deslocamentos sazonais parecem ter persistido no período pós-contato**, conforme atestado pela tradição oral local que registra visitas recorrentes para coleta de mexilhões e outros recursos costeiros essenciais à subsistência.

A **presença indígena permanece marcada na toponímia regional**: Jucu, Jucuroaba, Jaguaruçu, Camboapina, Jacarenema, Xuri, entre outros topônimos ao longo do rio Jucu. Evidências sugerem que a **continuidade desta presença pode ter sido mais significativa do que indicam os registros oficiais**. Em comunicação pessoal (2014), o Sr. Gentil de Souza Neves, morador de Araçatiba/Viana, relatou: “há mais de 40 anos haviam índios em Amarelos, mas foram levados para Aracruz”.

Amarelos, região rural do município de Guarapari próxima a Xuri (Vila Velha), parece articular-se às informações sobre o uso da Barra do Jucu como área de exploração costeira. **É provável que**

Amarelos funcionasse, no período referido, como um ponto de concentração populacional, cujos habitantes utilizavam as regiões vizinhas para captação de recursos. Com o avanço das grandes propriedades, esses grupos, provavelmente, foram incorporados como mão de obra camponesa nas fazendas entre Viana, Guara-pari e Vila Velha. A cronologia específica da ocupação ceramista (qual grupo agrícola ocupou primeiro a região) e o contexto pós-contato em Amarelos permanecem pouco estudados, demandando novas pesquisas arqueológicas e históricas – um tema com grande potencial investigativo.

Portanto, apesar do profundo impacto colonial, as populações indígenas não desapareceram. Elas continuaram como agentes ativos no desenvolvimento econômico regional, seja na condição de mão de obra escravizada, servil ou livre, materializando sua presença tanto nos vestígios arqueológicos quanto nas construções que moldaram a paisagem (igrejas, lavouras, canais como o que ligou o rio Jucu à baía de Vitória).

A conquista do baixo rio Jucu para origem das fazendas e dos povoados

A referência documental mais antiga a povoados na região encontra-se no auto de devassa⁶ contra os jesuítas de 1761, que menciona:

Ao terceiro dice que sabe pello ouvir dizer a vários moradores desta Villa, pessoas dignas de inteiro credito, principalmente aos **moradores das**

⁶ A devassa foi um documento que recolheu testemunho de moradores contra abusos dos padres jesuítas para justificar a sua expulsão.

terras de Jucú deste termo, que o Padre Rafael Machado, sendo Reitor do Collegio da Companhia desta Villa,” [fl.6] (RIBEIRO, 2018).

Este registro, contudo, não especifica a localização exata desses moradores: se estavam concentrados na barra do rio Jucu ou dispersos ao longo das margens entre Araçatiba e a foz. Diante dessa lacuna documental, **adota-se como uma hipótese plausível, ainda que incerta nas fontes.**

A consolidação da colonização portuguesa na região só foi viável após a chamada “pacificação”⁷ do atual território de Vila Velha. O processo de ocupação enfrentou resistência imediata: em 1535, o desembarque de Vasco Fernandes Coutinho foi bloqueado por indígenas. A crise de hegemonia portuguesa local atingiu seu ápice em 1551, quando os Goitacá executaram um ataque bem-sucedido que destruiu a Vila do Espírito Santo. Esse evento decisivo resultou na transferência definitiva da sede da Capitania para a “Vila Nova de Vitória”.

O avanço português para a região sul de Vila Velha, especificamente no vale do rio Jucu, **iniciou-se pelo interior em 1556 sob liderança do cacique tupiniquim Pirá-Obig (“Peixe Verde”).** Este grupo **deslocou-se de Santa Cruz (atual Aracruz/ES) para estabelecer um aldeamento estratégico nas proximidades de Araçatiba,** às margens do rio que posteriormente receberia seu nome em português⁸. Esta ocupação, **a oeste do atual distrito de Araçatiba,** representou o **primeiro marco no processo de controle definitivo**

⁷ Por “pacificação” traduz-se transformação do território indígena para o controle e uso colonial por meio da negociação ou uso da força por atos belicosos.

⁸ O rio Peixe Verde é um dos rios afluentes do rio Jucu com nascente no município de Domingos Martins. Há também um distrito rural de mesmo nome, fronteiro a Domingos Martins. Dista 10 km aproximadamente da sede de Araçatiba.

da região pelos colonizadores, mesmo que protagonizado por indígenas. (LEITE, 2004a).

A **consolidação definitiva do controle português** ocorreu em 1594, com a vitória militar sobre os Goitacá. Este triunfo foi viabilizado por uma **expedição punitiva organizada pelo donatário Miguel de Azevedo**, contando com forças portuguesas e, majoritariamente de guerreiros indígenas aliados – os mesmos que haviam defendido a capitania contra o corsário inglês Thomas Cavendish em 1592 (DAEMON, 2010; FONSECA, 2000). A **conquista territorial seria impossível sem este apoio estratégico**, onde as lideranças indígenas forneceram o **núcleo principal da mão de obra e do poder bélico colonial**.

A “**pacificação**” do vale do rio Jucu viabilizou o desenvolvimento agrícola que fundamentou o surgimento do povoado da Barra do Jucu. Entre o final do século XVI e 1700, **consolidou-se o aldeamento jesuítico de Araçatiba**, origem de uma das mais prósperas propriedades litorâneas: a **Fazenda de Araçatiba**, já em plena produção açucareira em 1716. Fundada pelo padre Rafael Machado com apoio do proprietário vizinho Jorge Fraga⁹, sua relevância econômica é atestada pela construção de “navio de madeira especial para assegurar com regularidade o serviço entre a Fazenda e o Colégio de Vitória [...]” (LEITE, 2004b, p. 470).

Esta embarcação — provavelmente de **porte médio** — transportava açúcar e outros produtos pelo rio Jucu, atravessando sua barra até Vitória por via marítima. O **crescimento da produção gerou demanda por maior capacidade de escoamento**, levando à construção de um **canal artificial ligando o rio Jucu à baía de**

⁹ As fontes relatam que o Jorge Fraga faleceu em 1721, possuía engenho de açúcar que deixa em testamento aos padres da ordem dos jesuitas, em troca da realização de missa anual no dia de Santo Inácio (LEITE, 2004b, p. 470).

Vitória. Esta obra possibilitou o tráfego contínuo de canoas **monoxilónias**¹⁰ (construídas e manejadas por indígenas), ampliando não apenas o fluxo de mercadorias, mas também de pessoas –fator decisivo para a ocupação do baixo curso do rio.

A expansão colonial seguiu de **Araçatiba em direção à foz**, padrão evidenciado pelo sítio arqueológico de **Jaguaruçu (atual Rancho Forte)**. As ruínas de uma residência às margens do Jucu, em alvenaria de pedra com argamassa de cal de ostras, têm datação atribuída a 1702 (Figura 05). Ressalta-se, contudo, a ausência de fontes primárias que confirmem esta cronologia no presente estudo. Pesquisas arqueológicas limitaram-se ao entorno da estrutura (ALMEIDA, 2023), sendo necessários novos estudos para validar sua periodização colonial. Embora apresente similaridades construtivas com edifícios do século XVIII (e.g., Igreja de Belém), a escassez de dados impede afirmações conclusivas.



Figura 5: ruína jesuíta de Vila Velha, data atribuída de 1702. Fonte de figura Vista aérea : <https://www.instagram.com/p/Cb3XD5rDfwL/> ; vista geral <https://outros300.blogspot.com/2013/01/vila-velha-conheca-as-ruinas-jesuiticas.html> e vista do rio Jucu da ruína Google Earth.

¹⁰ Canoas feitas a partir de um único tronco escavado.

Portanto, o desenvolvimento da Capitania do Espírito Santo ao sul de Vitória dependia do controle efetivo do território entre as primeiras cachoeiras e o litoral. Contudo, a dominação integral do vale do rio Jucu — incluindo seu curso superior nas nascentes no município de Domingos Martins — só se concretizou no século XIX. Este processo foi viabilizado por dois fatores interligados: a estrada ligando a Minas Gerais e o estabelecimento de colônias europeias em territórios tradicionais Puri, acelerando a despossessão indígena COSTA, 2017; 2023).

Entre jesuitas e franciscanos foi o ponto pesqueiro a origem

Embora os jesuítas tenham estabelecido a navegação regular no rio Jucu a partir da Fazenda de Araçatiba, **não foram os articuladores do núcleo da Barra do Jucu**. O impulso decisivo veio com os **franciscanos do Convento da Penha**, que iniciaram a exploração **pesqueira no morro da Concha** — atividade mantida até hoje pela comunidade local (FILGUEIRAS, 2009).

Como mencionado, **não há registro oficial de fundação do povoado**. Contudo, o documento mais antigo referente à Barra do Jucu data de 1775: a escritura de venda da metade do morro da Concha pelo Convento da Penha ao alferes¹¹ do Exército Português **Antônio Coutinho de Melo**. O acordo, mediado pelo síndico dos frades **José Martins Ferreira**, concedia ao militar **direitos de exploração pesqueira no local**:

¹¹ Alferes era patente de oficial do exército português equivalente atualmente a patente de 2º Tenente.

Digo eu José Martins Ferreira como síndico dos Revdos. Padres do Convento de Nossa Senhora da Penha que é verdade vendi ao alferes Antônio Coutinho de Melo a metade do morro da Barra de Jucu, chamado Concha, aonde costuma lançar-se os tresmalhos, e redes de pescar, por preço e quantia de quatro mil réis, e pelo ter recebido do dito alferes Antônio Coutinho de Melo lhe passei a presente por mim feita e assinada e presentes por testemunhas o Sr. João Carlos Ferreira, e lhe largo na pessoa do dito comprador toda a posse, domínio e senhoria que os ditos Revdos. Padres tinha sobre dita metade do morro para que goze e possua como sua que fica sendo de hoje em diante da mesma forma que pescavam, cuja venda foi feita com consentimento do Ver. P. Guardião atual do Convento da Senhora da Penha Fr. Francisco de Jesus Camargo que também aqui assinou V. do Espírito Santo. 3 de novembro de 1775. Fr. Francisco de Jesus Camargo, Guardião, José Martins Ferreira síndico, João de Freitas Magalhães, José Carlos Ferreira (ROWER; SETARO, 1984, p. 78).

Conforme evidenciado, a atividade pesqueira — não a agrícola — impulsionou a ocupação da foz do rio Jucu. A obra *Convento de Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo*, produzida pelos frades, menciona que a pesca era realizada por escravizados do Convento, sugerindo que a venda de parte do morro da Concha (1775) visava angariar recursos para obras no complexo franciscano (Ibidem). Contudo, os autores **não referenciam fontes primárias** que comprovem o uso de mão de obra africana nessa atividade — informação que permanece **potencialmente especulativa**.

Padrões históricos regionais indicam que comunidades pesqueiras do período eram majoritariamente compostas por indígenas catequizados (RIBEIRO, 2006; SILVA, 1988). Um sistema escravista africano na pesca exigiria **infraestrutura repressiva in-**

compatível com o contexto local: seja o traslado diário à senzala da Fazenda de Piratininga (>15 km), seja uma estrutura carcerária na Barra do Jucu – ambas ausentes no registro documental e arqueológico. **A presença africana, no entanto, era expressiva no vale do rio Jucu:** cerca de 400 escravizados atuavam no engenho de Araçatiba no início do século XIX, **cujos descendentes permanecem na comunidade de Araçatiba (Viana).** (VERTELO, 2017). **É provável que o pescado do morro da Concha abastecesse** tanto o Convento quanto as populações que trabalhavam nas fazendas além das comunidades ribeirinhas que se formaram.

Territorialmente, a Barra do Jucu situava-se na confluência de duas grandes propriedades coloniais: Fazenda de Araçatiba (jesuítica até 1759)¹², sediada na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda; **Fazenda Franciscana**, com núcleo no Convento da Penha (Figura 6). Esta última delimitava-se no século XVIII por: Morro do Convento da Penha; Ilha dos Bentos; Cais do Armazém; Morro de Ucharia; Campos de Piratininga e; Metade do morro da Concha (ROWER; SETARO, 1984, p. 90-91). A **Figura 7** (detalhe do mapa da Província de 1868) ilustra a persistência espacial desses marcos fundiários (ALMEIDA, 1868).

A **centralidade da pesca** na economia local é reiterada em 1790 pelo governador Ignácio Monjardino: (NEVES, 2000):

[...] o Jucu sobe até o primeiro cachoeiro oito nove léguas para parte sul, e dele sai um ramo que desemboca ao mar, a que chamam barra de Jucu, que dista três léguas e, da vila do Espírito

¹² A expulsão da ordem inaciana do Estado do Brasil no dia 3 de Setembro de 1759 com a promulgação da “Lei dada para a proscrição, desnaturalização e expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios” A expulsão se efetiva em 1760. Com as propriedades confiscadas pela Coroa portuguesa e leiloadas a particulares da antiga Capitania.



Figura 6: limite provável das propriedades franciscanas e jesuitas no baixo rio Jucu

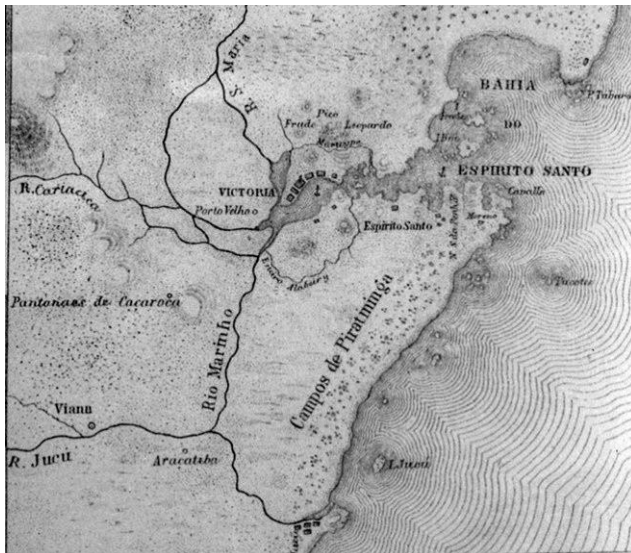


Figura 7: detalhe de mapa da província do Espírito Santo de 1868 com a localização de povoado da Barra do Jucu ao sul e entre o morro do Convento da Penha e o povoado os Campos de Piratininga e a oeste o traçado do rio Marinho, canal aberto pelos jesuítas. Destacado em amarelo a povoação de Jucu. Fonte: Almeida, 1868

Santo, conjunta à barra desta capital, duas léguas. Pelo dito ramo de rio, e sua barra, entram canoas; e por detrás de um morro fica um remanso, onde há sua pescaria, a que faz o melhor abrigo deste lugar (Ibidem, p. 134)

Este relato confirma a função estratégica do sítio como porto pesqueiro natural. Conforme demonstra Silva (1988), **a dinâmica dos engenhos açucareiros dificultava a autossuficiência alimentar:**

[...] dado o nível das forças produtivas e as conjunturas, era pouca a margem de tempo disponível para o escravo produzir seu próprio alimento, haja vista alguns engenhos levar em de cinco a nove meses, só nas fases de colheita e moagem da cana e fabrico do açúcar. Nestas fases, requeria-se um maior número de trabalhadores que as demais, além de a jornada de trabalho, nestas mesmas fases, durar até dezoito horas diárias, com momentos ou dias de descanso totalmente aleatórios. Dessa forma, é lícito supor que a alimentação dos escravos e de seus senhores era normalmente adquirida fora dos engenhos (Ibidem, p. 44)

Conclui-se que a pescaria da Barra do Jucu surgiu como resposta à **demandas proteicas das fazendas do vale do Jucu**. Portanto, propõe-se que: a pesca foi o **fator primordial** no estabelecimento do povoado e; seu desenvolvimento foi **diretamente impulsionado** pela expansão açucareira. A descrição de Monjardino do local como “o melhor abrigo deste lugar” será analisada no próximo item, considerando suas implicações geográficas e econômicas.

Topônimos indígenas explicam a escolha do lugar

Mas qual o significado da afirmação de ser o “melhor abrigo”? Para compreendê-la, é essencial considerar que a região ao sul de Vila Velha integra a **planície de inundação do rio Jucu**. A análise dos **topônimos indígenas** — Jucu, Jacarenema, Jabaeté e **Piratiníng**a — revela como os Tupi descreviam a paisagem: Piratiníng (campos que constituíam a maior parte das terras franciscanas): Segundo Navarro (2013), “pira” = peixe + “tininga” = seco/mirrado. Refere-se a áreas alagáveis onde peixes encalhavam durante as cheias, secando ao sol nas vazantes. Os atuais bairros sujeitos a alagamentos correspondem a essa antiga planície; **Jucu**: Derivado de “tuku” (tucum-do-brejo, *Bactris setosa*)¹³, palmeira de ambientes pantanosos; **Jacarenema**: “ĭakaré” (jacaré) + “nema” (fedorento)¹⁴, indicando áreas alagadas; **Jabaeté**: “Y (água) + “abaeté” (medonha)¹⁵, referindo-se a grande volume de água (NAVARRO, 2013).

¹³ O **tucum**, é um tipo de palmeira que possui muitos espinhos no tronco e nas folhas, encontra-se distribuída entre o sul da Bahia ao Rio Grande do Sul. Tinha uso de suas folhas, do onde se extrai uma fibra, que era usada para linhas para a pesca e seus frutos, até hoje, tem o consumo apreciado em muitas regiões do Brasil.

¹⁴ Sobre **Jacarenema**, é provável que o termo “jacaré que fede” ou “jacaré fedorento” venha da interpretação de que pontos inundáveis da atual reserva, a margem do rio, que no baixio das águas, em seu nível baixo e excesso de algas e vegetais em decomposição, levassem o nível de oxigênio a zero propiciando que um odor desagradável marque a impressão do lugar. Estes locais cheios do réptil jacaré aderissem ao odor, percebido após sua captura, levando este nome e dando a toponímica do lugar.

¹⁵ Sobre **Jabaeté** muitas lendas são ouvidas pela tradição oral, mas que se relaciona ao grande volume de água, era da existência de ilhas flutuantes. Alguns falam de três feitas de juncos e madeira, mas com a drenagem e retificação do rio Jucu a lagoa tomou as dimensões menores atuais. Eram descritos que nas cheias as águas da lagoa e do rio Jucu não tinham divisão formando um mesmo corpo de água.

Esses topônimos **sinalizam zonas hipersuscetíveis a inundações**. Contudo, estudos geomorfológicos identificaram **terraços pleistocênicos** (100-80 mil anos AP), formados por cordões arenosos durante as flutuações marinhas da última glaciação (MARTIN et al., 1997).

Essas elevações (sedimentos claros a cinza-escuros) representavam **refúgios naturais contra inundações**: local de assentamento das **populações pré-coloniais**; área escolhida para o **núcleo pesqueiro histórico** da Barra do Jucu. Assim, o "melhor abrigo" descrito por Monjardino (1790) refere-se precisamente a esses **terraços elevados** — as únicas formações topográficas estáveis em meio à planície alagável.

As canoas indígenas garantiram a permanência na colônia

O surgimento do povoado da Barra do Jucu deveu-se primordialmente à sua excelência como ponto pesqueiro, essencial para abastecer a crescente mão de obra dos engenhos açucareiros e povoados do entorno. A atividade realizada, provavelmente, por indígenas não escravizados — foi inicialmente organizada pelos franciscanos e posteriormente por particulares. Este processo combinou dois vetores de ocupação: a expansão a partir da Vila do Espírito Santo e; o fluxo proveniente do aldeamento jesuítico e engenho de Araçatiba.

A **Figura 07** reconstitui os prováveis limites das grandes propriedades coloniais, ressaltando a **drástica alteração das margens fluviais** por intervenções antrópicas desde o período colonial até as últimas décadas (diques, aterros, desmatamentos). Como atestado documental, o **baixo curso do Jucu já abrigava moradores em 1761**, dependendo crucialmente da navegação por canoas nessa re-

gião pantanosa. Relatos do **final do século XVIII ao início do XIX** descrevem intenso tráfego de embarcações marítimas adentrando o rio. Sobre essa dinâmica fluvial, Francisco Cunha registrou em 1811: “[...] vindo da vila do Espírito Santo para esta, não se encontram rios memoráveis; porque uma légua de distancia da primeira vê-se o rio Jucu, cuja barra é só capaz de receber canoas [...]” (BITENCOURT, 1989, p. 58).

A navegação por canoas no rio Jucu foi fator decisivo para a integração do povoado com os núcleos centrais da Capitania: Vitória e Vila Velha. A visita pastoral do Bispo Dom José Coutinho (1812) revela aspectos cruciais dessa dinâmica:

Os moradores de Ponta da Fruta, e da Barra do Jucu, que pertencem à Freguesia de Vila Velha, ficam quase sempre sem Missa por causa da sua pobreza, e distância, em que moram; e por isso deixei Portaria de Oratório na Fazenda do Jucu do Coronel Bernardino Falcão de Gouveia Vieira Machado, com Cemitério, e Pia batismal, por toda a sua vida, e tudo dependente do Pároco. Este homem é muito celebrado pela sua riqueza, ambição, bazófia, e gênio satírico, e engraçado; E nós andamos debaixo de sua proteção quase um mês, e lhe ficamos muito obrigados. No dia 13 de Outubro **subimos nas suas Canoas pelo Rio Jucu**, e viemos pela sua Vala, ou Canal entrar na Vila da Vitória Capital da Capitania do Espírito Santo pelo meio-dia, e no Escaler do Governo com dez Remadores Índios, comandado pelo Capitão de Milícias, Francisco Guimarães, que ficou meu Afilhado. Desembarcamos no Cais do Palácio do Governo (COUTINHO, 2002).

A canoagem como sistema de transporte foi elemento-chave para a integração da região da Grande Vitória até meados do século XX (COSTA, 1951). Esta prática indígena foi assimilada pelo sis-

tema colonial e mantida por populações integradas à sociedade luso-brasileira. Sua eficácia logística ampliou-se com a construção do **Canal dos Jesuítas** (atual rio Marinho)¹⁶, que conectou o rio Jucu à baía de Vitória. Esta via alternativa e segura evitava o perigoso trajeto marítimo pelo oceano, otimizando o escoamento da produção da Fazenda de Araçatiba (Figura 8).



Figura 8: ponto de tabuas localizado no rio Formate, afluente do rio Jucu, observa-se na imagem o transporte de pessoas e mercadorias, em Cariacica/ES. Fonte: Autor e data desconhecida, provavelmente primeira metade do século XX.

Conforme atestado pelo **Bispo Dom José Coutinho**, os **rema-dores indígenas trabalhavam para o Coronel Falcão**¹⁷ residente na Barra do Jucu. Inicialmente vinculados às fazendas, esses canoieiros **tornaram-se trabalhadores autônomos** no século XIX, prestando serviços à população geral (1951).

¹⁶ O canal foi construído no ano de 1740 com mão-de-obra indígenas dos aldeamentos da ordem dos inacianos também chamado de Camboapina.

¹⁷ O tenente coronel Bernardino Falcão Galvão Vieira Machado, o “Coronel Falcão”, proveniente da Bahia, comprou as terras de Araçatiba onde estabeleceu residência com uma casa também na Barra do Jucu.

O canal de 8 km — obra jesuítica executada por indígenas aldeados — tornou obsoleto o tráfego pela foz do Jucu (SILVA, 2017). O intenso fluxo pelo rio Marinho em embarcações menores consolidou não apenas a Barra do Jucu, mas também povoações ribeirinhas como **Jabaeté, Jaguaruçu e Itapuera**. Evidências sugerem que: estes núcleos podem ser anteriores à própria Barra do Jucu; desenvolveram-se como **desdobramentos das fazendas jesuíticas** e; mantiveram maior densidade populacional até meados do século XX (NASCIMENTO; MENANDRO, 2002). A **influência cultural de Araçatiba** manifesta-se nas tradições barrenses, particularmente nas festas de **congo em honra a São Benedito** — práticas que sintetizam o legado afro-indígena da região (MACEDO, 2015, 2024; NASCIMENTO; MENANDRO, 2002).

A importância da Barra do Jucu na época Colonial

Além de fornecer pescado marinho, a Barra do Jucu funcionou como **entreposto estratégico para a consolidação da estrada litorânea colonial**, conectando a Vila do Espírito Santo (Vila Velha) aos aldeamentos do sul — Guarapari, Reritiba (Anchieta) e Muri-beca (Presidente Kennedy) — e às capitânicas meridionais.

A **efetivação do controle territorial** deu-se através da **ocupação sistemática do espaço**: vilas, povoados e aldeamentos articulados ao projeto colonial. Embora as vias marítimas e fluviais tenham sido fundamentais, a **consolidação terrestre foi decisiva**. O núcleo da Barra do Jucu, dinamizado pela pesca, forneceu — juntamente com outros assentamentos costeiros — as **condições logísticas para implantação de rotas terrestres**, integrando povoações existentes e fomentando novas. O detalhe de mapa de 1878 apresenta as vias terrestres e as fluviais (Figura 09).

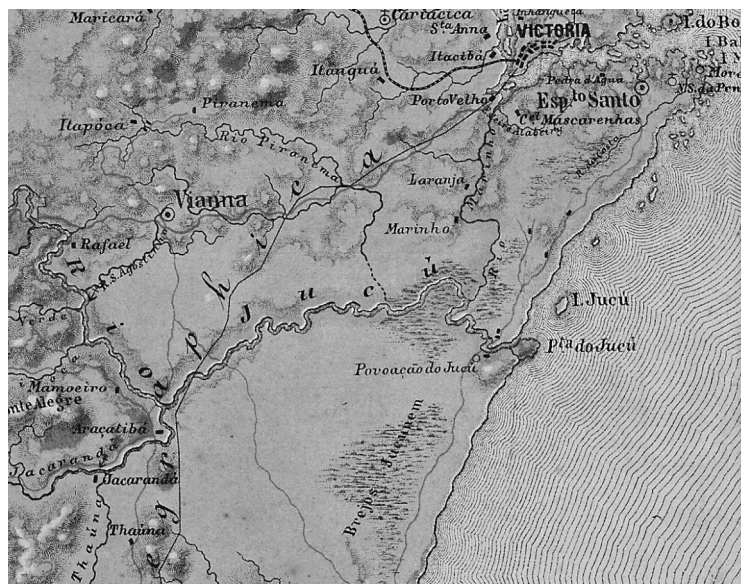


Figura 9: detalhe de mapa da província do Espírito Santo apresentando as estradas (vermelho) que ligavam a vila do Espírito Santo as vilas e povoações ao sul: Fonte: mapa da província de 1878.

A via terrestre estava consolidada em 1818, conforme atestado pelo naturalista Auguste de Saint-Hilaire:

Pouco mais ou menos a meio caminho, encontrei a Ribeira do Jecú, perto da qual estão espalhadas algumas choupanas. Passa-se sobre esse pequeno rio por uma ponte de madeira, **cuja entrada é fechada por uma grande porta**, ao passar a qual, é exigido tributo.

O jecú se lança no Oceano, pouco abaixo da ponte, mas sua embocadura tem pequena profundidade para dar entrada a outros barcos além pirogas (SAINT-HILARIE, 2002, p. 35-36).

A existência do pedágio em 1818 atesta o tráfego regular na estrada colonial¹⁸. Esse fluxo contínuo impulsionou o crescimento populacional, quantificado em 1828 pelo presidente provincial

Ignácio de Vasconcelos: “Esta vila contem as Povoações de Jucú a margem direita da barra de rio deste nome que contém 360 almas”(VASCONCELOS, 1978). À medida que a integração territorial avançava, melhorias estruturais transformavam progressivamente a antiga vila de pescadores.

Conclusão

A Barra do Jucu enraíza-se em uma história milenar, desde os sambaquis (6000-1500 AP) até as ocupações cerâmicas posteriores que exploravam seus recursos costeiros. Na era colonial, indígenas integrados ao sistema português tornaram-se pivôs do desenvolvimento local, impulsionado pela pesca no Morro da Concha – iniciativa franciscana do século XVIII. Estrategicamente posicionada entre as grandes propriedades clericais de Araçatiba (jesuítas) e do Convento da Penha (franciscanos), a povoação consolidou-se como entreposto alimentar para os engenhos, utilizando trabalho indígena especializado.

Sua transformação em núcleo urbano deveu-se ao duplo impacto da expansão açucareira de Araçatiba e da abertura do Canal dos Jesuítas (rio Marinho), que redirecionou o fluxo mercantil para Vitória. Paralelamente, as rotas fluviais transportaram não apenas pescado, mas também tradições culturais: como o congo de Araçatiba enraizaram-se na identidade local, simbolizando a síntese afro-indígena que perdura. Assim, longe de ser mero acidente geográfico, a Barra do Jucu é filha diletta do projeto colonial eclesiástico, onde geografia, economia e interculturalidade forjaram uma comunidade única no litoral capixaba.

¹⁸ Parte dessa estrada passava, em parte, nos logradouros atuais da av. Vasco Coutinho e na ciclovía de Jacarenema.

A navegação por **canoas indígenas**, tecnologia ancestral apropriada pelo sistema colonial, tornou-se o eixo vital dessa integração regional. A construção do Canal dos Jesuítas (atual rio Marinho) no século XVIII — obra monumental executada por mãos indígenas — redesenhou as rotas logísticas, desviando o fluxo do perigoso trajeto marítimo para uma via interna segura que conectava o Jucu à baía de Vitória. Paralelamente, a estrada litorânea, materializou o controle territorial português, transformando a Barra em entreposto terrestre entre Vila Velha, Guarapari e capitanias ao sul. Esse duplo sistema de transporte (fluvial e terrestre) não só impulsionou o povoado, como articulou um **tecido de comunidades ribeirinhas** — Jabaeté, Jaguaruçu, Itapuera — muitas delas, provavelmente, anteriores à própria Barra, desdobradas das fazendas jesuíticas.

A ocupação definitiva emergiu da confluência de atores diversos: indígenas integrados (cujos topônimos ainda marcam a paisagem), ordens religiosas que geriam empreendimento produtivos, escravizados africanos e elites agrárias como o Coronel Bernardino Machado, cujos remadores indígenas navegavam o Jucu. A transformação de “lugar de peixes” em núcleo populacional reflete, assim, uma complexa negociação de territórios e culturas, cujo legado sobrevive na identidade barrense do presente.

Referências

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, electoraes e judicarias*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

ALMEIDA, Marcellus d'Almeida de. *Relatório de avaliação de Impacto Ambiental ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento*

Estância do Barão, município de Vila Velha/ES. . Vila Velha: [s.n.], nov. 2023.

BITTENCOURT, Gabriel. A vida dos documentos – documento pioneiro da historiografia capixaba: “Informação de Francisco Manoel da Cunha sobre a Capitania do Espírito Santo – 1811. *Notícias do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1989. .

COELHO, Filipe André do Nascimento. *Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Implantação e Pavimentação da ES-466; Entr. ES-388 - Rodovia Leste/Oeste (seg. 02), Acesso entre o Entr. ES-388 (Av. Jaguarussu - Seg.04) e Variante do Xuri (seg.05) Vila Velha/ES.* . Rio de Janeiro: [s.n.], 2021.

COSTA, João Ribas da. *Canoeiros do rio Santa Maria*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1951. v. 1.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. *Levantamento do Potencial Arqueológico da Reserva Natural Muicipal de Jacarenema - Vila Velha/ES*. Vila Velha-ES: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Envirolink, 2008.

_____. *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Relatório de Salvamento do Sítio Jacarenema 01, Vila Velha-ES.* . Vila Velha: [s.n.], jun. 2023.

_____. Um pouco da história e da cultura Purí. In: BENTIVOGLIO, Julio (Org.). . *História dos povos indígenas no Espírito Santo: os Purí*. 1. ed. Serra: Milfontes, 2017. p. 41–70.

COUTINHO, Dom José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando em sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. 1º ed. Vitória: Estação Capixaba Cultural, 2002.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2º ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Provincia_do_espirito_santo.pdf>.

ERLER, Dionne Miranda Azevedo. *Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrmônio Arqueológico Empreendimento: Programa de Gestão Inte-*

grada das Águas e da Paisagem do Espírito Santo, Obras e Serviços de Operação Projeto, Construção e Operação de Contrato TurnKey para os Sistemas de Esgotam. Vitória: Gaia Meio Ambiente/Arquebios, 2022a.

_____. *Um estudo sobre a distribuição dos sítios arqueológicos da Tradição Aratu na paisagem capixaba*. 2022b. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

FILGUEIRAS, Márcio de Paula. Tempo e Sociedade entre os Pescadores da Barra do Jucu/ES. *SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais*, v. 1, n. 5, p. 145–169, set. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2740/2208>>. Acesso em: 3 ago. 2025.

FONSECA, Zoel Correia. Thomaz Cavendish e as peripécias de um desembarque malsucedido . In: PACHECO, Renato; BRÍGIDA, Léa (Org.). *Anais das Jornadas de Navegações (IV)*. 1. ed. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo , 2000. v. 34. p. 21–65.

GALVÊAS, Homero Bonadiman. *A História da Barra do Jucu: gênese da cultura capixaba – desenvolvimento sócio cultura da Grande Vitória*. 1º ed. Vila Velha-ES: do Autor, 2005.

GASPAR, Maria Dulce. GASPAR, M. D. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LEITE, Serafim. Tomos I-II-III. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2004a.

_____. *Tomos IV-V-VI. História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2004b.

MACEDO, Inara Novaes. Das bandas de índios às bandas de Congo da Barra do Jucu. *Revista do Colóquio*, v. 14, n. 24, p. 98–118, 30 dez. 2024.

_____. *Entre rios, praias e planetas: travessias do congo da Barra do Jucu*. 2015. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/1432>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MARTIN, Louis et al. *Geologia do quaternário costeiro do litoral norte do rio de janeiro e do espírito santo*. Belo Horizonte: CPRM, 1997.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. *Canto do tambor e sereia: identidade e participação nas bandas de Congo da Barra do Jucu, Vila Velha/ES*. Vitória/ES: EDUFES, 2002.

NAVARRO, Eduardo Almeida. *Tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013.

NEVES, Guilherme Santos. Informação do capitão-mor Ignácio João Monjardino ao governador da Bahia- 1790. Origem da historiografia capixaba. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo*, v. 53, 2000.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimunedaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

ORSSICH, A.S. Relatório arqueológico do Espírito Santo. *Revista de Cultura*, v. 19, p. 45–117, 1981.

PROUS, Andre. *Arqueologia Brasileira*. 1. ed. Brasília, DF: EdUnB, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/972151?origin=crossref>>.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia do Bolso, 2006.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *Devassa da reforma da religião da Companhia de Jesus nesta comarca do Espírito Santo*. Vitória: EdUFES, 2018.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Viagem_Pedro_II_ES_Levy_Rocha.pdf>.

ROWER, Frei Basílio; SETARO, Frei Alfredo W. *O Convento de Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 1984. v. 1.

SAINT-HILARIE, August de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Vitória: Secretária Municipal de Cultural de Vitória, 2002.

SEMMA/PMVV. *Moluscos. Fatores bióticos. Diagnóstico ambiental do Parque Municipal de Jacarenema*. . Vitória: [s.n.], 2010.

SILVA, Juliano Motta. *Aspectos de paisagem, memória e esquecimento de um rio urbano: lembranças do rio Marinho*. 2017. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

SILVA, Luiz Geraldo. *Os pescadores na História do Brasil*. Volume I: Colônia e Império. Recife/PE: Comissão Pastoral dos Pescadores, 1988. v. 1.

VALADARES COSTA, Henrique Antônio. Uma breve história dos indígenas de Domingos Martins. *Dimensões*, v. 49, n. 49, 3 fev. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/39174>>.

VASCONCELOS, Ignácio Accioli de. *Memoria Statistica da Provincia do Espírito Santo escrita no anno de 1828*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1978. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/sndt9287-1.pdf>>.

VERTELO, Marcos Aurélio dos Santos. *Comunidade de Araçatiba, Viana-ES: herança e devoção de afrodescendentes no pós-abolição*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/handle/10/9283>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM DOS SAMBAQUIS DO BAIXO RIO BENEVENTE EM ANCHIETA, ESPÍRITO SANTO: RESULTADOS PARCIAIS E PERSPECTIVAS DE PESQUISA

*Paulo Vinicius Bonfim**

*Maria Jacqueline Rodet***

Resumo: Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa em andamento sobre os sambaquis localizados na bacia do rio Benevente, no município de Anchieta-ES. O estudo busca compreender as relações entre as práticas culturais e a configuração da paisagem estuarina, adotando referenciais teóricos da arqueologia da paisagem, da geoarqueologia e do conceito de terroir aquático. O trabalho integra análise historiográfica das pesquisas sobre sambaquis no Espírito Santo e o exame preliminar do material arqueológico proveniente do sítio Chapada do A IV. Os resultados obtidos até o momento sugerem que os sambaquis do Baixo Benevente constituem expressões materiais de territorialidade e manejo ecológico em ambientes de manguezal e paleolaguna. Este artigo busca, assim, divulgar o andamento da pesquisa e indicar suas perspectivas futuras.

Palavras-chave: sambaquis; arqueologia da paisagem; terroir aquático; Benevente; Espírito Santo.

Introdução

Os sambaquis, estruturas formadas predominantemente pela acumulação de conchas — embora algumas apresentem uma base mais terrígena — e podem conter sepultamentos e uma varieda-

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

** Pós-doutora em arqueologia pré-histórica. Associada da Universidade Federal de Minas Gerais no curso de Antropologia e Arqueologia.

de de artefatos, constituem importantes testemunhos da ocupação pré-colonial do litoral brasileiro (Gaspar, 2004; Prous, 2019). De origem tupi — *tamba* (concha) e *ki* (amontoado) —, o termo designa sítios que refletem adaptações a ambientes costeiros, articulando subsistência, simbolismo e construção da paisagem (Scheel-Ybert *et al.*, 2023).

A arqueologia brasileira, desde o século XIX, tem se dedicado a desvendar a origem, a função e o significado dessas estruturas, que foram objeto de intensos debates científicos (Langer, 2001). No Espírito Santo, embora os primeiros registros datem do século XIX (Saint-Hilaire, 1818 [1936]; Maximiliano, 1817 [1940]), apenas com as pesquisas de Celso Perota, nos anos 1970 do século passado, e de Ximena Villagrán, a partir de 2013, o tema recebeu tratamento sistemático.

O presente artigo divulga o andamento de uma pesquisa que investiga os sambaquis do Baixo Benevente, propondo uma leitura integrada entre arqueologia da paisagem e geoarqueologia (Bertrand, 2004; DeBlasis; Gaspar; Kneip, 2021), a fim de compreender como os construtores desses sítios interagiam com o ambiente estuarino e como suas práticas moldaram a paisagem cultural local.

1. Fundamentos teóricos

O conceito de **paisagem**, entendido como totalidade dinâmica e relacional, constitui base essencial da arqueologia contemporânea. Georges Bertrand afirma que:

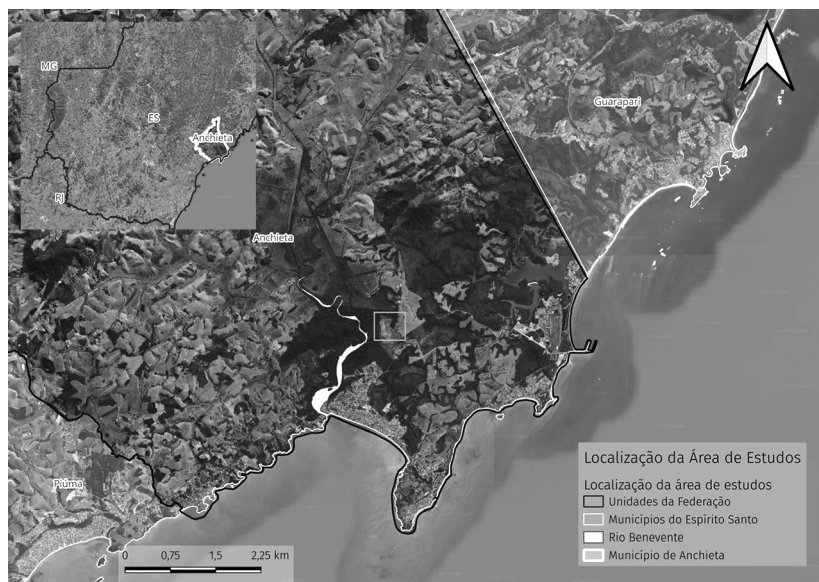
A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados, mas o resultado da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos em perpétua evolução (Bertrand 2004, p. 141).

O entendimento de que a conceituação plural de paisagem em perpétua transformação é ponto de partida para compreender a relação dos construtores de sambaquis com seu entorno. Muito evidente quando compreendemos as diversas adaptações tecnológicas necessárias para viver num contexto marcado por variabilidade diária, como as marés, ou num período maior pontuado pela sazonalidade das estações, pela migração de animais em seus ciclos biológicos, e em escala ainda mais ampla as transgressões marinhas que ocorreram ao longo dos últimos 5 mil anos até 2 mil anos (Martin *et al.*, 1997). As mudanças afetavam uma série de interações com o ambiente como a de coleta de alimentos, a que tipo de recursos teriam acesso em determinada época do ano, quando era mais necessário se proteger do frio, das chuvas, ou mesmo dos insetos, tornando a relação com a paisagem muito mais profunda (DeBlasis; Gaspar; Kneip, 2021).

Em complemento, a noção de **terroir**, originalmente proposta por Gilles Sautter e Paul Péliissier (1964) e expandida por Marie-Christine Cormier-Salem (1995; 2018), amplia essa perspectiva ao incluir as dimensões ecológicas, produtivas e identitárias dos territórios. Para Cormier-Salem e Adama Mbaye (2018, p. 3), o *terroir* é “uma construção simbólica e política do espaço, um referente identitário e patrimonial”. No contexto brasileiro, essa abordagem tem sido frutífera para interpretar os sambaquis como **terroirs aquáticos** — espaços híbridos onde o manejo de recursos, a monumentalização e o simbolismo territorial se entrelaçam. Essa leitura dialoga com a noção de **aquatório**, proposta por Andreas Kneip, Deisi farias e Paulo DeBlasis. (2018), e com os estudos de Madu Gaspar e Lucas Antonio da Silva (2022), que compreendem os sambaquis como “paisagens construídas para serem vistas, principalmente a partir do meio líquido”.

A partir dessa perspectiva, os sambaquis podem ser compreendidos como marcos que organizam e expressam as relações entre

grupos humanos e o ambiente costeiro. Sua inserção na paisagem — frequentemente em áreas de transição entre o mar, os estuários e os rios — evidencia uma escolha intencional que articula visibilidade, acesso a recursos e inscrição simbólica no território. Assim, mais do que simples vestígios materiais, os sambaquis configuram paisagens de memória, nas quais práticas cotidianas, rituais funerários e transformações ambientais se entrelaçam. Essa leitura evidencia o papel ativo da paisagem na constituição das identidades sociais e territoriais pré-coloniais, reafirmando a necessidade de compreender esses sítios não apenas como depósitos arqueológicos, mas como agentes na construção histórica do espaço costeiro.



Mapa1- Localização da área de estudos.

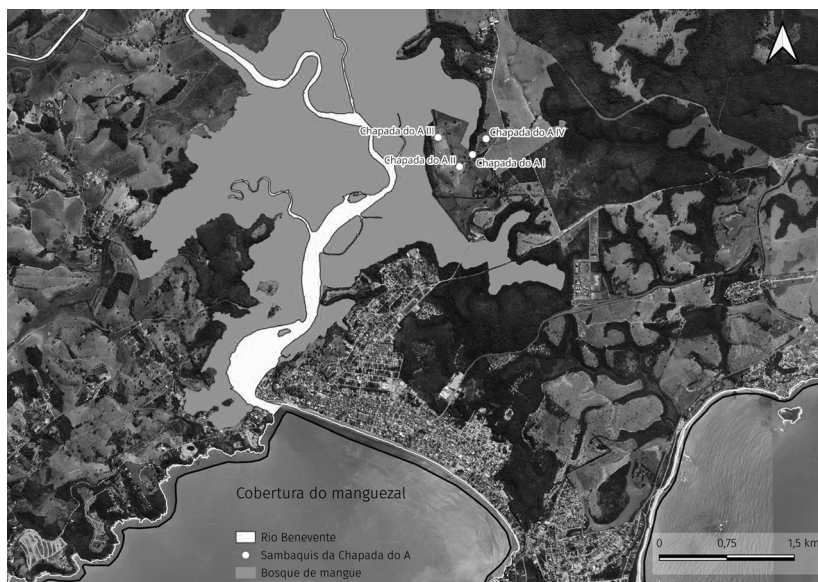
Fonte: P. Bonfim segundo dados do IBGE e IEMA.

2. Contexto arqueológico regional

Os estudos sobre sambaquis no Espírito Santo iniciaram-se no século XIX, quando viajantes naturalistas descreveram grandes depósitos de conchas utilizados como fonte de cal (Saint-Hilaire, 1818 [1936]). No entanto, a arqueologia sistemática só se consolidou com o PRONAPA (Perota, 1971; 1974), que classificou e mapeou sítios em todo o estado.

Posteriormente, Kenitiro Suguio, Louis Martin e José M. L. Dominguez. (1982) obtiveram as primeiras datações radiocarbônicas de sambaquis capixabas, situando as ocupações em torno de 4.000 anos AP. Nas décadas seguintes, Villagrán et al. (2018) recuaram esse intervalo para cerca de 7.000 anos AP, indicando longa duração das ocupações costeiras.

Os sambaquis Chapada do A I, II, III e IV — objeto do atual trabalho de mestrado de um dos autores — localizam-se às margens do rio Benevente, próximos à sua foz à ~3 km, e estão associados a um sistema paleolagunar (Martin *et al.*, 1997) (Mapas 1 e 2). A paisagem é marcada pelos morros da Formação Barreiras, fontes potenciais de matérias-primas líticas, e por extensos manguezais, indicativos de um ambiente favorável à coleta e à pesca. Essa configuração geomorfológica e ecológica permite compreender os sítios à luz do conceito de terroir aquático, no qual os elementos ambientais e culturais se articulam de forma dinâmica na construção e manutenção dessas paisagens sambaquieiras.



Mapa 2 - Localização e cobertura do bosque de mangue

Fonte: P. Bonfim, segundo dados do IEMA e IPHAN.

3. Métodos de trabalho

A pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar, integrando análises arqueológicas, geoarqueológicas e espaciais, com o intuito de compreender as relações entre os sambaquis e a dinâmica ambiental do baixo curso do rio Benevente. Até o momento, foram conduzidas uma revisão historiográfica das pesquisas sobre sambaquis no Espírito Santo — contemplando desde os trabalhos pioneiros de Censo Perota (1974) até as contribuições mais recentes de Henrique Antônio Valadares Costa (2014) e Ximena Villagrán e colegas (2018) — e um exame preliminar do acervo arqueológico proveniente do sítio Chapada do A IV, atualmente em nova curadoria. A análise desse conjunto tem se voltado à classificação tipológica e tecnológica dos materiais líticos e malacológicos, considerando sua morfologia, proveniência estratigráfica. Paralelamente, o levan-

tamento geoambiental e a análise integrada de dados cartográficos e geológicos (IBGE; Vale, 2017) têm permitido reconhecer padrões de implantação que articulam aspectos geomorfológicos, recursos disponíveis e escolhas culturais. Ao relacionar a distribuição dos sítios à configuração do sistema paleolagunar, a pesquisa busca revelar como esses espaços foram não apenas habitados, mas também significados, configurando verdadeiros terroirs aquáticos — paisagens simbólicas nas quais práticas de coleta, produção e provavelmente ritualização se entrelaçam à construção social do território. O estudo encontra-se em andamento, com previsão de ampliação das correlações entre unidades estratigráficas e indicadores paleoambientais, de modo a aprofundar a compreensão dos processos formativos e das múltiplas dimensões culturais inscritas na paisagem sambaqueira.

4. Resultados parciais e discussão

Os resultados preliminares indicam predominância de artefatos líticos em quartzo lascado. As lateritas ocorrem em abundância na região e podem ter desempenhado um papel relevante na produção de pigmentos minerais utilizados pelos grupos sambaquieiros. Esses solos ricos em ferro resultam de processos intensos de intemperismo em ambientes tropicais e úmidos, nos quais a lixiviação de sílica e bases promove a concentração residual de óxidos e hidróxidos de ferro e alumínio. Entre os principais minerais presentes nas lateritas destacam-se a goetita ($\alpha\text{-FeOOH}$), um óxido de ferro hidratado responsável pelas tonalidades marrom-amareladas características de solos bem aerados; a hematita (Fe_2O_3), que confere colorações vermelhas intensas e estáveis; e a lepidocrocita (FeO(OH)), outro óxido de ferro hidratado que contribui para os

matizes avermelhados e alaranjados. A presença combinada desses minerais sugere uma ampla disponibilidade de matérias-primas ferruginosas aptas à produção de pigmentos, o que indica que as lateritas, além de seu papel geológico, podem ter sido intencionalmente exploradas como recursos simbólicos e tecnológicos na composição cromática das práticas culturais locais (Wang *et al.*, 2023). Foram ainda identificadas lâminas de machado em granito e um exemplar em silimanita, material possivelmente transportado de áreas de gnaiss (Museu de Rochas e Minerais, 2025).

Tabela 1– Quantitativo de material arqueológico escavado durante o Programa de Resgate Arqueológico na área do Gasoduto do Ramal GASCAV - UTG – Sul

	Cerâmica histórica	Vidros	Metais	Lítico	Ósseo	Miscelânea	Outros	Totais gerais
Nível								
0-10	18	7	1	622	190	1	42	881
10-20	13	6	4	1176	758	46	96	2099
20-30	0	0	0	543	226	64	43	876
30-40	0	1	0	343	326	0	176	846
40-50	0	0	0	114	52	0	81	247
50-60	0	0	0	4	3	0	11	18
60-70	0	0	0	3	6	0	6	15
Totais por tipo	31	14	5	2805	1561	111	455	4982

Fonte: P. Bonfim com base em Perota, 2009.

A distribuição dos materiais na tabela 1 mostra maior concentração entre 20 e 40 cm de profundidade, mas também a sucessão de camadas sugere episódios sucessivos de deposição e ocupação. Os espécimes dos vestígios malacológicos — com destaque para *Ostreidae*, *Glycymeris longior* e *Phacoides pectinatus* — tem habitat característico como o da área do baixo Benevente, um ambiente estuarino muito propício para o desenvolvimento de manguezal, que abrange atualmente uma área de 21,6 km² (Petri *et al.*, 2011; Vervloet, 2023). Os moluscos presentes na escavação, em sua maioria, são encontrados em rochas ou raízes das árvores de mangue, as *Ostreidae*, que compõe o maior volume dos identificados, re-

presentam bem esse comportamento. Os bivalves *Glycymeris longior* e *Phacoides pectinatus* diferem pouco em habitat estando mais associados aos fundos lodosos ou arenosos, mas também, muito presentes em ambiente estuarino em profundidade compatível com os demais espécimes (CONCHAS BRASIL, 2024). As evidências confirmam a exploração de ambientes de manguezal e substratos lodosos (Andrade, 2005)

Esses dados reforçam a hipótese de que os sambaquis do Baixo Benevente constituem paisagens de manejo ecológico, em que a construção dos montes relaciona-se tanto a estratégias de subsistência quanto, muito provavelmente à visibilidade e controle territorial. Como observa Gaspar (2004), a proximidade entre sítios e sua distribuição visual sugerem formas de interação comunitária e não de competição.

A abordagem geoarqueológica (Villagran, 2012) permite compreender essas estruturas como formações híbridas, combinando processos naturais e ações humanas, expressas em solos modificados e acúmulos intencionais. Nesse sentido, o conceito de *terroir aquático* contribui para reinterpretar os sambaquis como sistemas socioecológicos complexos, em constante adaptação ao ambiente estuarino.

Conclusão e perspectivas

Os resultados até o momento confirmam o potencial interpretativo dos sambaquis da bacia do Benevente para a arqueologia costeira brasileira. A pesquisa confirma que também esses sítios constituem expressões materiais de territorialidade, cooperação e adaptação ecológica.

Entretanto, por se tratar de um estudo em andamento, as análises permanecem parciais. As próximas etapas incluem novas cam-

panhas de campo, aprofundamento da análise da coleção escavada, além da ampliação da base comparativa com outros sítios da bacia do Benevente e do litoral capixaba.

Com isso, espera-se contribuir para a consolidação de um modelo interpretativo regional, capaz de integrar dados arqueológicos, geoambientais e simbólicos, reforçando a relevância dos sambaquis do Espírito Santo no contexto da pré-história sul-americana.

Referências

ANDRADE, J. A. de. AS UNIDADES DE PAISAGENS E OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE FLORAI-PR. [s. l.], 2005.

BERTRAND, G. PAISAGEM E GEOGRAFIA FÍSICA GLOBAL. ESBOÇO METODOLÓGICO. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, [S. l.], v. 8, 31 dez. 2004.

CONCHAS BRASIL. *Espécies Brasileiras - Conchas Brasil*. Disponível em: <https://conchasbrasil.org.br/especies-brasileiras/>. Acesso em: 10 out. 2025.

CORMIER-SALEM, M.-C. Paysans-pêcheurs du terroir et marins-pêcheurs du parcours. Les géographes et l'espace aquatique. *L'Espace géographique*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 46–59, 1995.

CORMIER-SALEM, M.-C.; MBAYE, A. Les « terroirs » maritimes revisités: Fin ou renouveau dans le contexte de la globalisation des mers et des littoraux ouest-africains? *Revue d'ethnoécologie*, [S. l.], n. 13, 2 mar. 2018.

COSTA, H. A. V. *Arqueologia do Estado do Espírito Santo: subsídios para gestão do patrimônio arqueológico no período de investigação acadêmica de 1966 a 1975*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) — Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DEBLASIS, P.; GASPAR, M.; KNEIP, A. Sambaquis from the Southern Brazilian Coast: Landscape Building and Enduring Heterarchical So-

cieties throughout the Holocene. *Land*, [S. l.], v. 10, n. 7, p. 757, 19 jul. 2021.

GASPAR, M. D. *Sambaqui (Arqueologia do Litoral Brasileiro)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

KNEIP, A.; FARIAS, D.; DEBLASIS, P. Longa duração e territorialidade da ocupação sambaqueira na laguna de Santa Marta, Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 25–51, 30 jun. 2018.

LANGER, J. Os sambaquis e o Império: escavações, teorias e polêmicas, 1840-1889. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, [S. l.], n. 11, p. 35–53, 16 dez. 2001.

MUSEU DE ROCHAS E MINERAIS (Brasil). *Sillimanita (Sillimanite)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2025. Disponível em: <https://laboratorios.ufrj.br/mineraiserochas/sillimanita-sillimanite/>. Acesso em 20 de set. 2025.

PETRI, D. J. C. et al. Distribuição das espécies e estrutura do manguezal do rio Benevente, Anchieta, ES. *Biota Neotropica*, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 107–116, set. 2011.

PROUS, A. *Arqueologia brasileira a pré-história e os verdadeiros colonizadores*. [S. l.]: Carlini e Caniato Editorial, 2019.

SAINT-HILAIRE, A. D. *SEGUNDA VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL ESPIRITO SANTO*. trad. CARLOS MADEIRA. São Paulo: COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1936. v. 71, (Brasiliense, 5).

SCHEEL-YBERT, R.; WESOLOWSKI, V.; GASPAR, M. D.; DEBLASIS, P.; BOYADJIAN, C.; KLOKLER, D.; GIUSTO, M. Duas décadas depois das “Novas perspectivas na reconstituição do modo de vida dos sambaquieiros: uma abordagem multidisciplinar”. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 40–63, 25 maio 2023.

SILVA, L. A. da S.; GASPAR, M. D. OS SAMBAQUIEIROS E AS ÁGUAS. REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O MODO DE VIDA PESCADOR E OS RIOS, AS LAGOAS E OS MARES. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 203–217, 3 ago. 2022.

SUGUIO, K.; MARTIN, L.; DOMINGUEZ, J. M. L. Evolução da planície costeira do rio Doce (ES) durante o quaternário : influencia das

flutuações do nível do mar. In: SIMPÓSIO DO QUATERNÁRIO NO BRASIL, 1982. *Atas [...]*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1982. p. 93–116.

VERVLOET, R. J. H. M. (Org.). *Mapeamento e Análise Espaço-Temporal dos Manguezais do Espírito Santo*. Vitória, ES: Roberto J. H. M. Vervloet, 2023 (Série Mapeamentos CGEO).

VILLAGRAN, X. S. *MICROMORFOLOGIA DE SÍTIOS CONCHEIROS DA AMÉRICA DO SUL: ARQUEOESTRATIGRAFIA E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE SAMBAQUIS (SANTA CATARINA, BRASIL) E CONCHEROS (TERRA DO FOGO, ARGENTINA)*. 2012. 493 f. TESE DE DOUTORAMENTO - USP, São Paulo, SP, 2012.

VILLAGRAN, X. S. et al. Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, [S. l.], v. 13, p. 573–596, dez. 2018.

Wang, Y.; Li, Y.; Liu, B. *The Correlation of Colour and Iron Oxides in Yellow Seal Stones*. *Minerals*, v. 13, n. 2, 291, 2023.

HISTÓRIA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE VITÓRIA, GUARAPARI, BENEVENTE, ANCHIETA E ALFREDO CHAVES: DA COLONIZAÇÃO À PRIMEIRA REPÚBLICA

*Cezar Tadeu Ronchi Junior**

Resumo: Este artigo apresenta um panorama histórico das Câmaras Municipais de Vitória, Guarapari, Vila Nova de Benevente, Anchieta e Alfredo Chaves, desde sua origem institucional nas vilas coloniais, as transformações durante o Império e a Primeira República. O estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica e documental, com ênfase em fontes oficiais e trabalhos historiográficos. **Palavras-chave:** Espírito Santo; Câmaras Municipais; Poder Local; História Política.

Introdução

As Câmaras Municipais são parte constitutiva da história política brasileira. Oriundas das estruturas administrativas implantadas durante o domínio mouro na Península Ibérica (711-1492), foram absorvidas pelos costumes políticos lusos após a libertação portuguesa e transpostas para o Brasil no processo de administração colonial.

Assim, As Câmaras Municipais brasileiras derivam diretamente das experiências portuguesas. Como sintetiza a Câmara de Novais (2025), “as Câmaras Municipais foram implantadas no Brasil logo após o descobrimento, seguindo o modelo português de administração local, que vigorava desde a Idade Média”.

A criação da primeira Câmara Municipal no Brasil ocorreu em São Vicente, em 1532. Segundo a Câmara de Aracruz (2021), “a ins-

* Associado do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

tituição da Câmara Municipal era condição indispensável para a elevação de um povoado à categoria de vila, conferindo-lhe o direito à representação política local”.

No Espírito Santo, sua instalação remonta à fundação da capitania em 1535, quando o poder local começou a se organizar a partir das vilas.

Segundo Santos (2013, p. 22),

[...] as câmaras foram, por séculos, o espaço onde se formalizava a vontade política dos chamados homens bons, responsáveis por reger o cotidiano das comunidades”. Essa constatação ilustra como o poder municipal se articulava em torno de elites locais, condicionando a participação política.

No presente trabalho, apresentaremos alguns dados recolhidos em nossa pesquisa de campo acerca da constituição do poder municipal no Espírito Santo. O Objetivo é demonstrar como o poder das Câmaras foi o primeiro a organizar a vida local, conferindo à comunidade das vilas certo grau de autonomia para fazer valer seu protagonismo.

1. Poder local no Período colonial

A primeira vila capixaba foi **Vila Velha**, fundada em 1535, e logo em seguida, em 1551, a sede administrativa foi transferida para a **Vila da Vitória**. Nesse contexto, a Câmara tornou-se o núcleo do poder local (PREFEITURA DE VILA VELHA, 2010).

Holanda (1995, p. 87) afirma que “as câmaras coloniais eram, antes de tudo, instrumentos de poder local, mais próximas dos interesses imediatos das elites locais do que da Coroa”.

Faoro (2001, p. 142), por seu turno descreve:

As câmaras não eram apenas órgãos administrativos, mas estruturas de mando, de controle social e de exercício da autoridade. Constituídas pelos chamados homens bons, elas exerciam a função de verdadeiras instâncias de poder, frequentemente mais atentas aos interesses locais do que às ordens emanadas de Lisboa.

Essa realidade também se verificava no Espírito Santo, onde o poder municipal se confundia com a elite agrária, que controlava terras e ofícios.

2. Poder local no Império

A independência trouxe mudanças profundas. A Constituição de 1824 e a Lei de 1828 reduziram a autonomia das câmaras. De acordo com a Câmara Municipal de Itapemirim (2020), “a partir da lei de 1828, os vereadores passaram a cumprir mandatos de quatro anos, sob regras mais rígidas de funcionamento e com menor margem de decisão sobre os assuntos locais”.

Nesse período, observa-se a transição das câmaras de instâncias multifuncionais para órgãos com atribuições mais limitadas, subordinados ao poder central.

3. Poder local na República e Estado Novo

Com a República, as câmaras foram dissolvidas e substituídas por Conselhos de Intendência. Segundo Faoro (2001, p. 364), “o fechamento das câmaras municipais significou o golpe mais duro na autonomia política local desde o período colonial”.

Durante o Estado Novo, essa situação se agravou. As câmaras foram suprimidas por decreto em 1937, e somente em 1946, com a nova Constituição, retomaram sua função legislativa e representativa.

4. Poder local após a promulgação da Constituição de 1988 e desafios atuais

A Constituição Federal de 1988 consolidou a autonomia municipal e reforçou o papel legislativo e fiscalizador das câmaras. Carvalho (2012, p. 101) sintetiza o processo: “a cidadania no Brasil se construiu lentamente, e o fortalecimento das instituições locais ainda é um caminho em aberto”.

Ainda assim, persistem desafios. Em muitos municípios capixabas, câmaras funcionam com limitações de recursos técnicos e financeiros. Santos (2013, p. 57) observa:

A câmara municipal de Vitória, ao longo de sua história, refletiu tanto os avanços da institucionalidade democrática quanto os limites impostos por estruturas de poder excludentes, pouco permeáveis à participação popular efetiva.

Esse diagnóstico pode ser estendido às demais câmaras capixabas, que enfrentam a tarefa de modernizar-se e ampliar o vínculo com a sociedade.

5. Quadro geral da composição das Câmaras e do poder municipal

5.1 – VITÓRIA

Poder Legislativo/Executivo de Vitória (1551-1862)

A partir da fundação da Vila de Vitória, cuja data mais aceita pela historiografia data de 08/09/1551, todo o sertão a ela ficou vinculado tudo aquilo que se considerava “sertão”, que era todo o território da Capitania do Espírito Santo, menos a Vila do Espírito Santo (Vila Velha). Portanto, toda a capitania (exceto a outra vila, a do Espírito Santo) estava sob a jurisdição da Vila de Vitória e de sua Câmara, posto ser esta a forma de organização e exercício do poder transposta de Portugal para sua colônia, o Brasil.

Todavia, um dos documentos mais antigos que fala da Villa da Victória está no acervo da Fundação Biblioteca nacional, no Rio de Janeiro. É um Registro de um vigário que atuava na Capitania do Espírito Santo e data de 03 de março de 1550. No documento, consta que:

Antônio Cardoso de Barros, Provedor-Mor da Fazenda de El-Rei Nosso Senhor nestas partes do Brasil, etc., faço saber aos que virem, que nesta Villa da Victória, Província do Espírito Santo, capitania de Vasco Fernades Coutinho, achar servindo o vigário da dita povoação Francisco da Luz, clérigo de missa por seu irmão João Dormundo (CAPITAL, UM..., 2013).

07/09/1644 – Câmara de Vitória

Vereadores: Bento Ferreira de Queirós; Manuel F. Varella (Presidente); Francisco G. Santiago

Juízes Ordinários: Miguel Pinto e Sebastião Lobo

Ouvidor: Julião Rangel de Souza

Procurador: Francisco da Costa

02/05/ 1663 – Câmara de Vitória

João Peres de Gusmão, Antônio Gomes, D. Dinis Lobo, Pedro Corrêa Couto e Manoel de Almeida Couto.

Presidente: D. Dinis Lobo

01/05/ 1709 – Câmara de Vitória

Vereadores: José Bulhões, José da Rocha Machado, Sebastião de Bulhões, Inácio de Oliveira, Francisco de Albuquerque Teles e Agostinho Pereira de Aguiar.

Escrivão da Câmara: João Antunes Corrêa

07/05/ 1752 – Câmara de Vitória

Vereadores: João Ribeiro, Antônio José Pereira, Manoel Lourenço, Leandro Barcelos Vieira e Francisco Luiz de Andrade

22/12/ 1787 – Câmara de Vitória

Abel de Jesus Bulhões, Antônio José da Cunha, João de Almeida Coelho, José Antônio dos Reis, José Teixeira, José Roiz Aralaya e Roque Francisco Delgado

07/12/1819 – Câmara de Vitória

D. José Caetano da Silva Coutinho (bispo do Rio de Janeiro) recebeu os cumprimentos do Presidente da Câmara, que é sempre o vereador mais velho, e que era então José Francisco dos Reis Malta. Não veio o outro vereador, Bernardino Falcão de Gouveia Vieira Machado (Tenente-coronel, representante de Viana). Outros vereadores: Francisco Caetano Simões, Antônio José Vieira da Vitória e José Maria Ferraz.

Juiz Ordinário: João Antônio de Moraes

09/05/ 1821 – Câmara de Vitória

Carta de Congratulações a D. Pedro I

João Pinto Ribeiro Seixas, Manuel de Moraes Coutinho, João Francisco da Silva, Francisco dos Santos Machado e José Joaquim de Abreu.

30/03/ 1822 – Câmara de Vitória

João Antônio Pentzenauer, Antônio Francisco Viana, João Pedro da Fonseca Portugal, José Alves Viana e Joaquim de Abreu.

Presidente: João Antônio Pentzenauer

22/06/ 1822 – Câmara de Vitória

Vereadores: José Nunes da Silva Pires, Sebastião Vieira Machado, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim (Barão de Monjardim).

14/03/ 1849 – Câmara de Vitória

Presidente: José Ribeiro Coelho

23/07/ 1849 – Câmara (Legislatura 1849-1852)

Vereadores: Manoel de Siqueira e Sá Júnior, José Ribeiro Coelho, Manoel Ferreira dos Passos Costa, Francisco de Borba Braga, Manoel Gomes das Neves Pereira

Presidente: Manoel Siqueira Sá Júnior

21/05/ 1855 – Câmara (Legislatura 1853-1856)

Vereadores: Padre Inácio Rodrigues Bermude, Major Antônio Ferreira Rufino, João teixeira Maia, Antônio Francisco de Ataíde, José Antunes Barbosa, Antônio José D'Azevedo, Manoel Ferreira dos Passos Costa e João Crisóstomo de Carvalho.

Câmara (Legislatura 1857-1860)

Vereadores: João Crisóstomo de Carvalho, Pe. Ignácio Rodrigues Bermude, Tenete-Coronel Manoel do Couto Teixeira, Francisco Salles da Silveira, Francisco Rodrigues de Barcellos Freire, João Teixeira Maia, Antônio Francisco de Athayde, Manoel Rodrigues de Campos e Bernardino José Ferreira de Araújo.

Presidente: João Crisóstomo de Carvalho

Câmara (Legislatura 1861-1864)

Vereadores: Manoel do Couto Teixeira, Pedro Antônio de Azevedo, Francisco Rodrigues Pereira, Francisco da Rocha Tagarro, Manoel Augusto da Silveira, Antônio Francisco Ribeiro, Manoel Ribeiro de Campos, Manoel Goulart de Souza Reis Bastos e Aureliano Manoel Nunes Pereira.

5.2 – GUARAPARI

No ano de 1558, “Cão Grande”, irmão de Maracajá Guaçu (batizado Vasco Fernandes Coutinho em homenagem ao donatário da capitania do Espírito Santo), chefe temiminó, movimentou sua gente para além da Ponta da Fruta, na Vila do *Spiritu Sanctu* (Vila Velha), fundando um povoado que passou a se chamar *Guaraparim*. A partir dessa formação inicial, mais tarde o Padre José de Anchieta estabeleceu ali uma aldeia, em 1585, elevada a freguesia em 11 de janeiro de 1611 e a vila em 1º de janeiro de 1679, por ato do donatário Francisco Gil de Araújo (Leal, 2016, p. 34-85). A instalação da Câmara data de 03 de janeiro de 1679.

Em 1744 o Juiz ordinário da Câmara de Guarapari era Francisco Borges Marinho (Presidente da Câmara); em 1747 o Juiz ordinário da Câmara de Guarapari era José Gomes da Costa (Presidente da Câmara), segundo registro nos depoimentos ao auto de devassa contra os jesuítas em 1761.

Desta formação original, sertão a dentro, um processo de povoação se deu. Inicialmente marcado pela criação de muitas outras aldeias pelos jesuítas, sendo a mais conhecida a de Reritiba, onde o Padre Anchieta atuou.

A extensão territorial de Guarapari, até 1º de janeiro de 1759, quando Reritiba passa de aldeia a vila com o nome de Benevente, apartada administrativamente de Guarapari, abarca a parte sudoeste do território do hoje município de Marechal Floriano, então habitada por povos indígenas como os puri e os puri coroados.

5.3 – VILA NOVA DE BENEVENTE

Tendo nascido Reritiba (lugar das ostras, em língua tupi), quando passou de aldeia a vila, em 1º de janeiro de 1759, recebeu esta denominação de Villa Nova de Benevente. Neste tempo,

Nas estimativas do Capitão-Mor Inácio João Mongardino, realizadas em 1789-1790, Benevente foi considerada a segunda vila mais populosa da capitania, com 3.017 habitantes livres e 102 escravos. Ele afirmou, ainda, que os chefes da vila eram índios, assim como seus habitantes (Moreira, 2017, p. 118)

Assim, consta que em 12 de agosto de 1887 a Vila de Benevente foi elevada à categoria de cidade, passando a se chamar Anchieta, tendo este ato sido ratificado pela Lei estadual nº 1.307, de 30 de dezembro de 1921.

Poder Municipal da Vila Nova de Benevente¹

Vereadores: Gregório Araújo (juiz Ordinário, Presidente da Câmara), Manoel Gomes França, Matias de Magalhães, Jacob da

¹ Cf. Correa (2021) a instalação da Câmara Municipal em 14/02/1761, ao lado do hoje Santuário de Anchieta. 1ª legislatura com vereadores todos indígenas.

Silva (Vereadores), Marcelino Coelho (Procurador do Conselho), Machado de Araújo (Almotacel) e Mariano dos Ramos (oficial)

Presidente da Câmara: Gregório Araújo

1819 – Câmara de Benevente

Joaquim Marcelino da Silva Lima (Barão de Itapemirim) foi Juiz Ordinário da Câmara de Benevente (Presidente da Câmara); Manoel de Jesus Lírio foi Juiz Ordinário da Câmara de Benevente (Presidente da Câmara) e Antônio Gomes da Cunha Braga (professor e 1º ocupante da cadeira de primeiras letras de Benevente, criada em setembro de 1814) foi escrivão da Câmara.

1824-1825 – Câmara de Benevente

Antônio Rodrigues Cardoso foi Juiz ordinário da Câmara de Benevente (Presidente da Câmara).

1826 – Câmara de Benevente

Vereadores: Antonio Rodrigues Cardoso, Joaquim Fernandes Guimarães, Signal de Manoel da Costa Braga, Signal de Francisco Ramos e Manoel José de Oliveira.

1849-1852 – Câmara de Benevente

Vereadores: Francisco Xavier Nunes, José Marcelino Pereira de Vasconcellos, José Antônio de Mattos, Ignácio Rodrigues Pereira de Sena, Manoel de Jesus Miranda, Felisberto Francisco dos Santos e Alexandre D'Almeida Silva

Suplentes: Manoel Antônio de Oliveira e José Joaquim de Campos

1857-1860 – Câmara de Benevente

Vereadores: Ten. José Joaquim de Campo, Alferes Manoel Ribeiro da Costa, Ten. José Antonio de Mattos, Alferes Manoel An-

tonio D'Oliveira, Francisco Dias de Carvalho, Hermes José Alves Rangel e Joaquim Francisco Pereira Ramos.

1861-1864 – Câmara de Benevente

Vereadores: Manoel Ribeiro da Costa, Manoel Francisco da Silva, Antônio Francisco Delgado, Joaquim José Vieira Nunes, Joaquim Francisco Pereira Ramos, Hermes José Alves Rangel, Manoel Pereira Rodrigues Brandão, Joaquim Antonio de Oliveira e Antônio Rufino da Fonseca..

1873-1876 – Câmara de Benevente

Vereadores conservadores: Dr. Heleodoro José da Silva, Capitão Hermes José Alves Rangel, Alferes Francisco José Gonçalves, Virgílio Francisco da Silva, Manoel Antonio Damásio, José Joaquim de Almeida, Manoel Antônio de Siqueira Filho.

Presidente: Capitão Hermes José Alves Rangel (1874); Dr. Heleodoro José da Silva (1873, 1875, 1876)

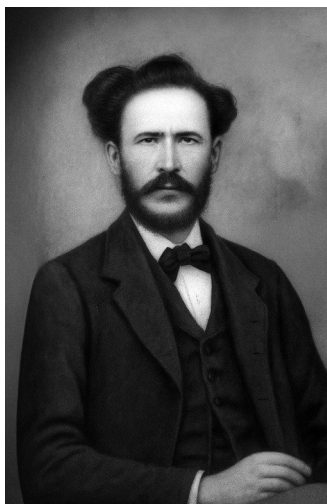


Figura 1 Dr. Heleodoro José da Silva

1879-1882 – Câmara de Benevente

Vereadores: Antônio Carneiro Lisboa Junior, Fortunato Francisco Pereira Ramos, Capitão Hermes José Alves Rangel, Francisco José Rangel, Francisco José Gonçalves, Antonio Domingues Pereira e José Rodrigues Brandão.

Presidente: Antônio Carneiro Lisboa Junior (1880)

1883-1886 – Câmara de Benevente

Vereadores: Francisco José Gonçalves, Hermes José Alves Rangel, Herculano Ferreira da Silva, Ignácio Rodrigues da Costa, João Ferreira de Souza Nogueira, José Pedro de Araújo, Miguel Alves dos Remédios, Guido Von Doelinger e Antonio Alves Rangel.

Suplentes: João Francisco Simões Cordeiro e Manoel Antônio Damazio.

Presidente: Francisco José Gonçalves (1883, 1884, 1885 e 1886); José Pedro de Araújo (1884-1885).

Vice-presidente: Hermes José Alves Rangel (1883, 1884, 1885); Miguel Alves dos Remédios (1885-1886)

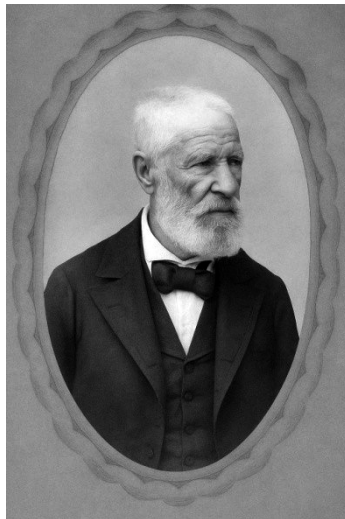


Figura 2 Capitão Hermes José Alves Rangel

Secretário: Guido Von Doelinger (1885-1886)

Procurador: Antonio Alves Rangel (1883-1886)

Juiz de Paz do 3º Distrito Alfredo Chaves: Delphino Pinto Fernandes, Ludovico Francisco de Paula, Antonio Domingues Pereira, João Baptista Mendes

Subdelegado: Augusto Roberto Vallerstein Pacca

Porteiro da Câmara: Joaquim Ribeiro da Costa

Deputado provincial: Alferes Francisco José Golçalves

Primeiro Agente de Correio: Júlio Torres

5.4 – ANCHIETA

Poder Legislativo/Executivo de Anchieta

1887-1889 – Poder Municipal²

Vereadores: Manoel dos Passos Martins, José Garcia Luiz, André Leal, Damaso Nunes Ribeiro, Herculano Ferreira da Silva e João Ferreira de Souza Nogueira.

Presidente: Manoel dos Passos Martins (1887, 1888 e 1889)

Vice-Presidente: José Garcia Luiz

Secretário: Guido Von Doelinger

Procurador: Antonio Alves Rangel

Porteiro: Joaquim Ribeiro da Costa

Parocho da Matriz Nossa Senhora as Assunção: Padre André Bertolo y Miguez

Juiz de paz do 3º Distrito Alfredo Chaves: Antonio Domingues Pereira, Antonio José Alves da Silva, João Batista Mendes e Ludovico Francisco de Paula.

² Resolução nº 30, de 17/01/1890, dissolve a Câmara Municipal de Anchieta e nomeia Conselho de Intendência.

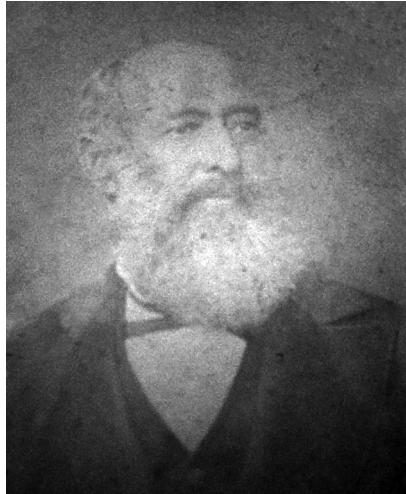


Figura 3 Manoel dos Passos Martins

1890 – Poder Municipal

Intendentes: Dr. Heleodoro José da Silva, Victorino José Garcia dos Santos e André Leal.

Presidente: Dr. Heleodoro José da Silva

5.5 – ALFREDO CHAVES

Poder Municipal de Alfredo Chaves³

1891 – Conselho de Intendência (24/01/1891)⁴

Joaquim da Costa Pinto, José Togneri, João Francisco Simões Cordeiro, Eduardo Pessanha Igreja e Antônio Soares Pinto

³ A partir da reforma constitucional de 1913, quando foram criadas as prefeituras, foi criado o cargo de prefeito (com mandato de 2 anos). Com esta nova configuração os prefeitos municipais foram Colombo Guardia (1914-1915), Antônio Soares Pinto Júnior (1916-1918); Colombo Guardia (1918-1919); José Ferreira Lima (1919-1920); Francisco Augusto José Alves (1920-1922); Colombo Guardia (1923-1927); Olival Brigídio Vieira Pimentel (1928); Carlos Soares Pinto (1929-1930); Aguinaldo Costa (1930-1931); Joel da Escóssia

Presidente do Conselho de Intendência (Prefeito): Joaquim da Costa Pinto

Nota do autor:

1893 – 1896: Governadores Municipais

José Togneri, Joaquim da Costa Pinto, Aristides Rabbi, Antonio Cardoso da Silva e Joaquim Antonio Pinheiro

Presidente do Governo Municipal: Joaquim da Costa Pinto (1893-1894; 1895-1896); José Togneri (1893-1894); Joaquim Antonio Pinheiro (1895-1896).

1897– 1900: Governadores Municipais

Joaquim da Costa Pinto, José Togneri, Joaquim Antonio Pinheiro, Antonio Soares Pinto e Sílvio Casotti.

Presidente do Governo Municipal: Joaquim Antonio Pinheiro (1897); Antonio Soares Pinto (1897-1898, 1899-1900)

1900-1904: Governadores Municipais

José Togneri, Antonio Soares Pinto, Antonio Gava, Antonio Delfino de Oliveira, Ignácio Coelho de Melo.

Suplentes: Luiz Franzotti, Pedro Malini, Ricardo Magnago, Giuseppe Bernabé e Antonio Domingues Pereira.

Presidente do Governo Municipal: Antonio Soares Pinto (1900, 1901, 1902 e 1904); José Togneri (1903, 1904)

(1931-1932); Celestino Maurício Quintanilha (1933-1934); José Pereira de Mello (1934); Celestino Maurício Quintanilha (1935); e Telêmaco Gallerani (1935-1938). A partir daí o território passa a pertencer a Domingos Martins (Ronchi Junior, 2024; Pessali, 2015).

⁴Em 18/12/1891 o Conselho foi deposto e o povo aclamou uma junta governativa, composta por Joaquim da Costa Pinto, José Togneri e Antônio Cardoso da Silva, que governou o município até o final de 1892.

1904-1908: Governadores Municipais

Antonio Soares Pinto, José Togneri, João Merrigue, Antonio Gava e João Ricardo Costa Filho.

Presidente do Governo Municipal: João Merrigue (1904, 1905); Antonio Soares Pinto (1904-1905, 1906-1907 e 1908).

1908-1912: Governadores Municipais

Guido Von Doelinger, José Togneri Junior, Ricardo Magnago, Sante Provedel, Moysés José Alves e João Fortunato Piovesan.

Presidente do Governo Municipal: Guido Von Doelinger (1908-1909 e 1910); José Togneri Junior (1910,1911-1912); João Fortunato Piovesan (1909 e1912).

1912-1914: Governadores Municipais

José Togneri Júnior, Sante Provedel, Silvio Casotti, Colombo Guardia e João Fortunato Piovesan

Presidente do Governo Municipal: José Togneri Júnior (1912-1913, 1914)

Nota do autor: A partir da Reforma Constitucional de 13 de maio de 1913, os governadores municipais passaram a ser vereadores e foram criadas as prefeituras e retornaram as Câmaras Municipais, com o mandato do prefeito de 2 anos e dos vereadores de 4 anos.

1914-1916 – Câmara Municipal

Vereadores:José Togneri Júnior, Sante Provedel, Silvio Casotti, Colombo Guardia e João Fortunato Piovesan

Presidente da Câmara: José Togneri Júnior (1914) e Silvio Casotti (1915-1916)

Em 20/12/1892 houve eleição para governadores Municipais, após a organização constitucional deste estado

Prefeito: Colombo Guardia (1914-1915); Antonio Soares Pinto Júnior (1916-17).

1916-1920 – Câmara Municipal

Vereadores: José Togneri Júnior, Silvio Casotti, Colombo Guardia e João Fortunato Piovesan, Carlos Bertoldi, Antonio Soares Pinto Júnior.

Presidente da Câmara: Colombo Guardia (1915-1916 e 1917-1918); Antonio Soares Pinto Júnior (1918-1919 e 1920)

Prefeito: Antonio Soares Pinto Júnior (1916-1918); Colombo Guardia (1918-1919); José Ferreira Lima (1919-1920)

1920 – 1924 - Câmara Municipal

Vereadores: Colombo Guardia, Joaquim Lourenço de Jesus Mattos, Angelo Bernabé, Adolpho Bottecchia, Francisco Mariani e Antonio Soares Pinto Junior.

Presidente da Câmara: Antonio Soares Pinto Júnior (1920-1921 e 1923-1924); Angelo Bernabé (1921-1922); Colombo Guardia (1921-1922 e 1923-1924).

Prefeito: Francisco José Augusto Alves (1920-1922); Colombo Guardia (1923-1924).

1924-1928 – Poder Municipal

Vereadores: Angelo Bernabé, Adolpho Bottecchia, Gesualdo Saudino, Joaquim Lourenço de Jesus Mattos, Victório Fregonassi, Ofrante Zanoni, Pedro Boldrini e Carlos Grassi.

Presidente da Câmara: Colombo Guardia (1924, 1927-1928)

Prefeito: Colombo Guardia (1924-1927);

1928-1930 – Poder Municipal

Vereadores: Carlos Soares Pinto, Celso Nazario de Paula, Luiz Campo Dall’Orto, Joaquim Lourenço de Jesus Mattos, Santo Prove-

del, Antonio Chrysantho Sant'Anna, Angelo Puppín (único vereador eleito por Araguaya – parte pertencente a Alfredo Chaves)

Suplentes: David Bianchi, Angelo Botecchia, Alfredo Bernabé, Antonio Brasilis e Antônio Pereira Lima

Presidente da Câmara: Carlos Soares Pinto (1928-1929) e Antonio Pereira Lima (1929-1930).

Prefeito: Olival Brígido Vieira Pimentel (1928); Carlos Soares Pinto (1929-1930).

Vereadores entre 1918 e 1937

Antônio Campeiro de Oliveira

Bernardo Cavatti

Francisco Antônio Esteves

Jacinto Brunoro

João Brais

Prefeitos (1930-1937)⁵

1930-1931: Dr. Aguinaldo Costa

1931-1932: Joel da Escóssia

1933-1934: Celestino Maurício Quintanilha

1934: José Pereira de Melo

1935: Celestino Maurício Quintanilha

1936-1937 – Poder Municipal

Vereadores: Carlos Soares Pinto, Victório Fregonassi, Ítalo Campo Dall'Orto, Domingos Provedel, Joaquim Magnago, Dr. Aguinaldo Costa, Mário Pires, Pedro Secchin e Adolpho Bottecchia.

⁵ Após a “Revolução” de 1930, Getúlio Vargas assume o poder e as Casas legislativas são fechadas, sendo a administração municipal exercida por prefeitos indicados. Somente depois de promulgada a Constituição de 1937 é que os prefeitos voltam a ser eleitos.

Presidente da Câmara: Carlos Soares Pinto (1936-1937)

Prefeito: Telêmaco Gallerani

Conclusão

A trajetória das Câmaras Municipais no Espírito Santo reflete a evolução política brasileira. De órgãos coloniais multifuncionais, passaram a espaços legislativos, foram dissolvidas e suprimidas em regimes autoritários e, finalmente, se consolidaram como instâncias fundamentais da democracia local após 1988.

O fortalecimento dessas instituições, contudo, exige a superação de desafios relacionados à transparência, representatividade e participação social.

No presente trabalho recuperamos a composição das Câmaras de Vitória, Guarapari, Benevente, Anchieta e Alfredo Chaves nos períodos Colonial, Imperial e da 1ª República, com fontes recolhidas da historiografia e do acervo do APEES – Arquivo Público do Espírito Santo e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Neste recorte, apresentamos cada poder municipal constituído, recuperando uma importante parte da história do poder municipal e da política no estado do Espírito Santo, que oferecemos como subsídios para que outros pesquisadores possam ampliar os estudos ou abordá-los a partir de novas perspectivas.

Referências

CAPITAL, UM ano e meio mais velha. *A Gazeta*, Vitória, 20 out. 2013. Política, p. 56.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ. *História da Câmara Municipal de Aracruz*. Aracruz, 18 out. 2021. Disponível em: <<https://www.aracruz.es.leg.br/institucional/historia-da-camara-municipal-de-aracruz>>. Acesso em: 20 set. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM. *História da Câmara de Itapemirim*. Itapemirim: Câmara Municipal, 2020. Disponível em: <https://www.camaraitapemirim.es.gov.br/pagina/popup/1000>. Acesso em: 23 set. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVAIS. *História das Câmaras Municipais no Brasil*. Novais, 4 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.camaranovais.sp.gov.br/institucional/noticias/historia-das-camaras-municipais-no-brasil>>. Acesso em: 20 set. 2025.

CORRÊA, Luís Rafael Araújo. *Insurgentes brasileiros: uma comunidade rebelde indígena no Espírito Santo colonial*. Jundiaí- SP: Paco Editorial, 2021.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL, João Eurípedes Franklin. *Espírito Santo: história*. Vitória: IHGES, 2016 (Coleção Renato Pacheco, 4).

LITTIG, Jair; SANTANA, Valmere Klippel. *Marechal Floriano: O surgimento de um município - Anotações sobre a história da ocupação territorial, da gente florianense e da gênese do poder local*. Marechal Floriano: Câmara Municipal de Marechal Floriano, 2024.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Espírito Santo Indígena – Conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

PESSALI, Hesio. *Alfredo Chaves: Uma visão histórica e política*. e. ed. Alfredo Chaves/ES: Câmara Municipal de Alfredo Chaves, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. *Vila Velha: o Espírito Santo começou aqui*. Vila Velha: PMVV, 2010. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/vila-velha-o-espírito-santo-começou-aqui-1926>. Acesso em: 23 set. 2025.

RONCHI JUNIOR, Cezar Tadeu. *História das Câmaras no Espírito Santo: 1551-2024*. 2024 (Manuscritos).

SANTOS, Estilague Ferreira dos. *História da Câmara Municipal de Vitória: os atos e as atas*. Vitória: Câmara Municipal de Vitória, 2013.

O 13º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DA PMES

*Gelson Loiola**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo reconstruir a evolução histórica do 13º Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo, sediado na cidade e município de São Mateus, na região norte do Estado capixaba, os fatos que antecederam a fixação do Destacamento Policial Militar na região mateense em 1838, a sua evolução organizacional ao longo do tempo, bem como, revelar os principais precursores de sua existência e os gestores que as comandaram juntamente com seus subordinados que atuam na defesa da sociedade em suas áreas de circunscrição.

Palavras-chave: Polícia Militar – Espírito Santo. Batalhão. São Mateus. Precursores. História.

Introdução

O marco inicial para a criação de um novo modelo de Forças Policiais nas províncias brasileiras, conforme obra deste autor (2024), foi o Ato Adicional de 10 de outubro de 1831, aprovado pela Regência Trina, após a extinção da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, autorizando aos presidentes em Conselhos Gerais de Província, órgãos legislativos provinciais instituídos pela Constituição Imperial de 1824, a criarem Guardas Municipais de Permanentes ou Corpos de Permanentes, que se tornariam o primeiro modelo de Forças Policiais Provinciais do Brasil, as atuais Polícias Militares brasileiras.

* Coronel reformado da PMES, escritor, bacharel e professor de Direito, pós-graduado Curso Superior de Polícia, especialista em Docência do Ensino Superior, Direito Constitucional e História Militar, pesquisador militar efetivo e membro da Diretoria do IHGES.

O ato Adicional de 10.10.1831 foi regulamentado pelo Decreto de 22 de outubro de 1831, que em seu art. 1º, dispõe:

O estado-maior do corpo de guardas municipais permanentes nesta Córte constará de um Commandante geral com graduação de Tenente Coronel, um Ajudante, um Cirurgião-mór, um Cirurgião Ajudante, um Secretario Sargento e um Quartel-mestre Sargento.

Art. 2º. Constará o Corpo de quatro companhias de infantaria composta cada uma de 100 soldados, um Corneta, seis Cabos, um Forriell, tres Sargentos, 1º e 2º Commandante, com graduação de Capitão e Tenente: [...]. (Decreto de 21.10.1831).

Art. 4º. O estado-maior, e Commamndantes de companhias serão nomeados pelos Presidentes em conselho nas Provincias.

Com certeza, toda essa estrutura organizacional de cargos e funções, de postos e graduações fixadas para a Guarda de Permanente da “Côrte do Rio de Janeiro”, (art. 1º e 2º), e nomeações de comandantes pelo chefe do executivo provincial/estadual), jamais fizeram parte da estrutura organizacional de guardas civis municipais na história militar do Brasil,

Foi com base no Ato Adicional de 10.10.1831, regulamentado pelo Decreto de 21.10.1831, que o Conselho do Governo da Província do Espírito Santo, composto por Antônio Pinto Chichorro da Gama (presidente), José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Manoel de Moraes Coitinho, Manoel dos Passos Ferreira, Padre Domingos Leal, João Antônio de Moraes e Francisco Martins de Castro, reuniu-se, e conforme a ata do conselho de 12.12.1831, que diz: “nesta sessão tratou-se da criação da Guarda paga de conformidade com a Lei de 10 de outubro”. (Fundos de Governadoria (F.G.) /L.A. 134, p.119-21).

As autoridades da Província capixaba foram comunicadas em 13.12.1831, a respeito da criação da Companhia de Guardas de Permanentes com 100 soldados, o 1º modelo de polícia provincial do Espírito Santo, e que o Alferes do Exército Brasileiro, Antônio Ferreira Rufino era o seu comandante, e ainda, a “Tabella de vencimentos da Companhia de Guarda de Permanentes”, datada de 2.04.1832. (Fundos de Governadoria (F.G.) /L.A. 195, p. 244).

1ª TABELA DE VENCIMENTOS DA COMPANHIA DE PERMANENTES DO ES - 1832

1º Comandante	60000
2º Cabo	30000
Sargento	21000
Furiel	20000
Cabo	18000
Corneta	18000
Soldado	18000

Secretaria de Governo em 28 de abril de 1832
João Carlos de Oliveira

Al Comandante da Companhia
Fundos de Governadoria 71 - M. 2. 13

Fonte: Lolola, *A PME S no Brasil Imperial*, 2024, p. 53

Outras provas, são, a comunicação ao comandante da Companhia de Permanentes da “nomeação do médico cirurgião-mor, José Joaquim Pereira de Moraes”, (p.54), para atender aos integrantes da Corporação, todas as incorporações ordenadas pelo presidente da Província na Companhia de Permanentes de 18.04.1832, e 31.12.1833, quando ingressaram 4 sargentos, 1 furriel, 1 cabo, 1 corneta e 64 soldados e o relatório presidencial de 31 de dezembro de 183, (FG196-201, APE-ES).

Com o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, a Regência concedeu as províncias brasileiras mais autonomia e instituiu as Assembleias Legislativas em substituição aos Conselhos de Gerais de Governo, e a Província do Espírito Santo inaugurou a sua Assembleia Legislativa Provincial, com 20 integrantes, em 1º de fevereiro de 1835, na 1ª sessão presidida pelo deputado, padre João Clímaco de Alvarenga Rangel

Empossados, os deputados capixabas iniciaram anualmente a reorganização legislativa das instituições públicas da Província, e

através da Lei nº 9, de 6 de abril de 1835, o presidente, Manoel Pires da Silva Pontes, criou a Guarda de Polícia Provincial com três oficiais subalternos, um 1º sargento, dois 2º sargentos, 1 furriel, 6 cabos, 2 cornetas e 100 soldados, em substituição ao Corpo de Permanentes.

A última ratificação sobre a criação da PMES em 1831, emerge do relatório presidencial apresentado por Costa Pereira, em 1861:

Muitas são as vicissitudes porque tem passado a força de polícia nesta província, sendo ora aumentada, ora diminuída a às vezes até suprimida. Antes da criação das assembleas provinciais esta força consistia n'um corpo de permanentes. A lei n.º 9 de 6 de abril de 1835, authorizou a presidência a ir gradualmente dissolvendo esse corpo, e creou em substituição huma guarda composta de 115 praças. (Rel. p.17, grifo nosso).

Assim, está comprovada a criação da Policia Militar do Espírito Santo em 12 de dezembro de 1831, história que irá completar neste ano de 2025, os seus 194 anos de existência, defendendo a sociedade capixaba.

As reorganizações da Polícia Militar do Espírito Santo

A Polícia Militar do Estado do Espírito Santo foi reorganizada diversas vezes devido as transformações históricas pelas quais passou a sociedade brasileira, sendo que no período Imperial e após o golpe militar que instituiu a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, quando a sua organização básica era de apenas uma Companhia de Polícia.

A sua primeira reorganização com a estrutura de um Batalhão ocorreu através da aprovação da Lei nº. 74 de 26 de dezembro de

1893, que a organizou com um efetivo de 17 Oficiais e 368 praças de *pret*¹, a Corporação passou a denominar-se, “Corpo de Polícia” (art. 1º), “[...] dividido em quatro Companhias” (art. 4º), sendo criado ainda, um “Piquete de

O interior do Estado do Espírito Santo contava apenas com os Destacamentos Policiais Militares (DPM) na execução das atividades policiais, até a edição da Lei nº. 781, de 31 de dezembro de 1911, que ao fixar o efetivo da Força Pública para o ano de 1912, dispôs pelo art. 10 que: “O director da Segurança Pública poderá transferir para qualquer município do Estado algumas dessas companhias do Corpo Militar de Polícia, desde que isso lhe pareça conveniente das zonas sul ou norte do Estado”, abrindo assim, a possibilidade da criação de Subunidades da PMES nas regiões do interior do Estado do Espírito Santo.

Em 4 de janeiro de 1934, o Decreto nº. 4.359, assinado por João Punaro Bley², reorganizou a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, dando-lhe nova denominação de “Força Pública do Estado” (1934), sendo fixado o seu efetivo com 732 integrantes, distribuídos em 44 oficiais e 688 praças.

E foi pelo art. 1º do citado Decreto, que a Corporação Policial Militar capixaba passou a possuir a sua primeira Unidade, o 1º BATALHÃO DE INFANTARIA (1º Btl Inf), porém, ainda, sem características de Unidade Policial, composto pelas 1ª, 2ª e 3ª Companhias de Fuzileiros (Cia Fuz), a Companhia de Metralhadora Mixta (CMM), e o Pelotão Extranumerário (PEExt), e assim permaneceu organizada até o ano de 1938, foi criada a primeira Subunidade de Polícia Ostensiva da história da PMES.

¹ “*Pret*” em francês significa: “pronto”, logo, praça, soldado já formado, que já passou apronto, que o difere daquele que ainda está em curso de formação.

² Capitão do Exército Brasileiro. Interventor Federal no período 1930 a 1934, governador Constitucional de 1935 a 1937 e Interventor Federal de 1937 a 1943, no Estado do Espírito Santo.

Em virtude das diversas transformações políticas da história brasileira, a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo passou por diversos processos de reorganização visando atender as especificidades de cada época, e somente após mais de 100 anos de sua criação, é que se iniciou a implantação de subunidades exclusivas para execução de sua atividade fim, o Policiamento Ostensivo.³

A PRIMEIRA SUBUNIDADE DE POLÍCIA OSTENSIVA DA PMES

Conforme obra deste autor (2009), a primeira subunidade para execução exclusiva do policiamento ostensivo da história da PMES, foi criada pelo Decreto-Lei nº. 9.663, de 30 de julho de 1938, pelo governador João Punaro Bley, extinguindo a Guarda Civil e a criando a Companhia de Polícia Especial, conforme sua “certidão de nascimento”:

Art. 1º - Fica extinta a Guarda Civil e creada a Polícia Especial destinada ao serviço de Policiamento da Capital do estado.

Art. 2º - A Polícia especial será militarizada e constituirá uma sub-unidade da Policia Militar, a cujo Comando geral estará subordinada para todos os efeitos.

§ 1º - Aplicam-se à Policia Especial as leis, regulamentos e instruções em vigor na Policia Militar [...].

§ 2º - Um capitão da Policia Militar, designado pelo Comando Geral exercerá as funções de Comandante da Polícia Especial [...].

§ 3º - Os elementos integrantes da Polícia Especial serão consideradas praças de *prét*, aplican-

³ É o policiamento reconhecido imediatamente pelo fardamento, armamento, equipamento e viatura caracterizada.

do-se lhes as leis e regulamentos que definem seus deveres e assegurem as vantagens conferidas às praças da PM.

§ 4º - A distribuição do policiamento será feita de acordo com as instruções baixadas pela Secretaria do Interior e Justiça⁴, [...].

Art. 3º - O efetivo da Polícia Especial será fixado anualmente, incluindo-se no orçamento da Polícia Militar as verbas que lhe forem destinadas para o custeio das despesas do pessoal e material.

Art. 4º - Na organização da Polícia especial poderão ser aproveitados os atuais guardas civis.

Art. 5º - Serão aproveitados como inspetores de veículos ou em outra qualquer função pública, os atuais guardas civis que contarem com mais de dez anos de serviço, ficando-lhes assegurados os direitos e vantagens [...].

Art. 6º - A Polícia Especial terá no corrente ano, o seguinte pessoal: [...].

Parágrafo Único - Serão aproveitados, respectivamente, como sargento-ajudante, 1º sargento, 2º sargento, 3ºs sargentos, cabos, e soldados de 1ª classe, os atuais guardas civis de 1ª, 2ª e 3ª classe.

Art. 7º - Os vencimentos do pessoal da Polícia especial serão fixados na tabela anexa do presente decreto.

Art. 8º [...]. Art. 9º - O atual fiscal geral da Guarda Civil poderá ser aproveitado numa das vagas de sub-tenente, [...] (Loiola, 2009, p. 17-8).

A Companhia de Polícia Especial foi organizada com o efetivo de um capitão da PMES, comandante, dois subtenentes, um sargento ajudante, um 1º sargento, um 2º sargento, cinco 3º sargentos, cinco cabos, quinze soldados de 1ª classe, quarenta e dois soldados de 2ª classe e sessenta soldados de 3ª classe, sendo o quadro de pra-

⁴ Na época todos os órgãos responsáveis pela segurança pública no Estado eram subordinados a Secretaria do Interior e Justiça, ainda não havia a Secretaria de Segurança Pública.

ças nos termos dos artigos 4º, 6º e 8º, composto pelos integrantes da extinta Guarda Civil que foram transferidos para a Corporação PM capixaba.

Com a inclusão e as promoções dos 102 ex-integrantes da extinta Guarda Civil na PMES, em 5 de agosto de 1938, segundo este autor (2009, p. 18-9), entrou em atividade a Companhia de Polícia Especial, a primeira subunidade exclusiva para a execução de policiamento ostensivo da PMES, em todo território capixaba.

É pela Lei nº. 730, de 25 de agosto de 1953, na gestão do comandante-geral da PMES, oficial do Exército Brasileiro, coronel em comissão, Mauricio Leal Silva, que o governador Jones dos Santos Neves (1943 a 1945 e 1951 a 1954) reorganizou a Polícia Militar do Espírito Santo, criando as Diretorias de Saúde e de Instrução, e estabelecendo que a Corporação se organizasse nos seguintes termos:

Art. 26. Os elementos da tropa, reunidos de conformidade, com as disposições regulamentares e organizados com os recursos indispensáveis a sua vida administrativa, denominam-se Corpos, Unidades e suas Sub-unidades; Unidades e Sub-unidades Isoladas e Unidades e Sub-unidades Especiais. (Loiola, 2009, p. 21, grifei).

Mesmo assim, entendendo não haver necessidade de instituir Unidades de Polícia, o coronel Maurício Leal, comandante-geral da PMES, decidiu manter a organização das Unidades da PMES, como Batalhões de Infantaria (Btl Inf), porém, em virtude da determinação da Lei nº 730/53, foi extinta a Companhia de Polícia Especial que foi substituída pela Companhia de Guardas, com a missão de continuar a executar as atividades de policiamento ostensivo na Corporação capixaba.

A PRIMEIRA UNIDADE DE POLÍCIA OSTENSIVA DA PMES

Em 10 de novembro de 1956, o governador Francisco Lacerda de Aguiar “Chiquinho”, em seu primeiro mandato (1955 a 1958), altera a organização da PMES pela Lei nº. 1.140, modificando alguns dispositivos da Lei nº. 730/53, sem, no entanto, alterar o art. 26, o que permite então, ao coronel Sidronílio Firmino, comandante-geral da Corporação Capixaba (1941-1946 e 1947, 1955-1957), com base na autorização legal para criação de Unidades Especiais, decide o seguinte:

9) – INSTITUIÇÃO: - I – Em caráter experimental, é nesta data instituído um Batalhão com o efetivo de três companhias, do tipo especial; uma companhia de Comando e serviços e um Pelotão de Metralhadoras. II – Essa Unidade, com denominação, também, experimental, de ‘BATALHÃO ESPECIAL DE POLICIAMENTO OSTENSIVO’, se constituirá dos oficiais e praças ora ainda pertencentes ao efetivo do IIº Batalhão, da Companhia de Guardas e mais os elementos considerados dispensáveis. (Loiola, 2009, p. 21).

Assim, surgiu a primeira Unidade de Policiamento Ostensivo da PMES, o Batalhão Especial de Policiamento Ostensivo (BEPO), instituído em caráter experimental, com três Companhias de Policiamento Ostensivo (1ª, 2ª, 3ª Cia PO), uma Companhia de Comando e Serviços (CCS) e um Pelotão de Metralhadoras (Pel Mtr), e passou a ocupar as instalações do antigo pavilhão do Serviço de Saúde, salas da sargenteação e dos subalternos do Corpo de Bombeiros, atrás do extinto “Quartel do Moscoso”, a atual sede do Batalhão de Polícia de Trânsito da PMES (BPTran), ao lado do Hospital Central (Hospital São José), no Moscoso, Centro de Vitória–ES, se tornando o embrião dos Batalhões de Polícia Militar da Corporação.

O seu efetivo foi composto por 26 Oficiais e 544 praças, a serem distribuídos nos seguintes termos: tenente-coronel (1), major (1), capitães (4), 1º tenentes (12), 2º tenentes (8), subtenentes (4), 1º sargentos (4), 2º sargentos (21), 3º sargentos (47), cabos (66) e soldados (402), conforme BD PMES nº 270, de 01.12.1956.

Todo o pessoal para compor o efetivo da nova Unidade (U) foi transferido do 2º Batalhão de Infantaria (2º Btl Inf) e da Companhia de Guardas (Cia Gd), extintos pela citada lei, além de outros policiais especialistas, uma vez que a Unidade teria uma Banda Marcial e um “1º tenente com formação sanitária” (médico).

A primeira Unidade de Polícia Ostensiva da PMES, o BEPO, teve a seguinte estrutura organizacional: comando (CMDO), subcomando (SUBCMDO), ajudância (Ajd), Companhia de Comando e Serviço (CCS), 1ª, 2ª e 3ª Companhias de Policiamento Ostensivo (Cia PO), Pelotão de Metralhadoras (Pel Mtr) totalizando 544 integrantes, e o primeiro comandante foi o tenente-coronel Idyllo Dessaune Coelho.



Não posso deixar de registrar que o genitor deste autor, o então, 2º sargento Olinto Loiola⁵, foi classificado na 2ª Companhia de Policiamento Ostensivo do BEPO, pelo Boletim Diário nº 278, de 12.12.1956, sob o comando do então, capitão Argeu Furtado de Almeida, (comandante-geral da PMES em 1964.

Assim, temos a partir do dia 1º de dezembro de 1956, a criação da primeira Unidade de Policiamento Ostensivo da PMES, o Batalhão Especial de Polícia Ostensiva (BEPO), que passou a ser res-

⁵ Olinto Loiola – nasceu em 9.06.1925, Mangaray, Santa Leopoldina-ES, filho de Antonio Francisco Loyola e Ormy Maria Madalena Loyola, ingressou na PMES em 5 de fevereiro de 1948, CFC (1949), CFS (1950), CAS (1959), Tenente do Quadro de Oficiais Administrativo (1969), transferido 1º Tenente QOA, Reserva Remunerada PMES (1978), faleceu em 9.04.2025.

ponsável pelo Policiamento Ostensivo no Estado do Espírito Santo, subordinado diretamente ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo..

O Batalhão Especial de Polícia Ostensiva funcionou até a sanção da Lei nº. 1.476, de 28 de dezembro de 1959, quando o governador Carlos Lindenberg o extinguiu, substituindo-o pela Companhia de Guardas nos seguintes termos:

Art. 3º - As Unidades e Sub-unidades de Polícia Militar compreendem:

I – Unidades e Sub-unidades semelhantes às de Infantaria do Exército:

a) – 2 (dois) Batalhões de Infantaria.

b) – 1 (uma) Companhia Escola.

II – Unidades e Sub-unidades Especiais:

a) – 1 (uma) Companhia de Comando e Serviços.

b) – 1 (uma) Companhia de Guardas.

c) – 1 Corpo de Bombeiros. (Loiola, 2009, p. 28).

Assim, permaneceram as Unidades de Polícia nos moldes do Exército Brasileiro, o 1º Batalhão de Infantaria (1º Btl Inf), “Batalhão Ferreira Rufino” (1º cmt da Companhia de Permanentes da Província do Espírito Santo nomeado em 12 de dezembro de 1831 que comandou ininterruptamente até 1839), e o 2º Batalhão de Infantaria (2º Btl Inf), “Batalhão Silva Pontes”, (sobrenome do presidente da Província que sancionou reorganização da Corporação com Guarda de Polícia Provincial em 1835), em substituição ao Corpo de Permanentes de 1831.

A citada reorganização manteve dentro das Subunidades Especiais, a Companhia de Comando e Serviços (CCS), e reativou a Companhia de Guardas (CG), com a missão de efetuar o Policiamento Ostensivo no Estado, em substituição ao Batalhão de Especial de Polícia Ostensiva (BEPO), que apesar desta interrupção his-

tórica, continua sendo a primeira Unidade exclusiva da execução da atividade fim da Polícia Militar capixaba, em todo o Estado do Espírito Santo.

A revolução de 1964 e a reorganização da PMES

Conforme vários autores, no ano de 1964, eclodiu em Belo Horizonte, o denominado “Golpe ou Revolução de 1964”, que se concretizou no dia 2 de abril de 1964, com a destituição do presidente João Goulart, dando início a “Ditadura ou Regime Militar”, após a posse do general Humberto de Alencar Castello Branco, na Presidência do Brasil.

A RECRIAÇÃO DE BATALHÃO DE POLÍCIA NA PMES

O fato da recriação de um Batalhão de Polícia Militar após a extinção do BEPO em 1959, antecedeu ao golpe ou Revolução de 1964, através da Lei nº 1.997, de 20 de março de 1964, pelo governador Francisco Lacerda de Aguiar em seu segundo mandato (1963 a 1966), reorganizando a PMES, mantendo os 1º e 2º Batalhões de Infantaria e criando de Unidades Especiais, porém, devido aos eventos de 1964, foi publicada em 13 de abril de 1964.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 86 – Para atender as necessidades impostas pelas atividades da Polícia Militar e de acordo com seu efetivo, a Tropa, [...], fica assim constituída[...]:

I – Unidades e Subunidades de Infantaria:

a) – Dois Batalhões de Infantaria (Incorporados);

b) – Uma Companhia de Comando e Serviços (Incorporada);

II – Unidades e Subunidades Especiais:

- a) – Um Batalhão de Polícia (Incorporado);
- b) – Um Corpo de Bombeiro (Unidade-Incorporada);
- c) – Um Corpo de serviços Auxiliares (Subunidade Incorporada);
- d) – Uma Companhia Escola (Incorporada). (Loiola, 2009, p. 29) (grifos na obra).

Assim, surgiu a segunda unidade da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo com a denominação de BATALHÃO DE POLÍCIA estruturado nos moldes do embrionário Batalhão Especial de Polícia Ostensiva (BEPO), assim organizado:

COMANDO (Comandante e Subcomandante), efetivo de 1 (ten-cel), 1 (maj).

COMPANHIA DE COMANDO: Comando, Seção de Comando da Companhia, Grupo de Comando, Grupo de Serviços, Turma de Administração, Turma de Manutenção, Turma de Aprovisionamento e Seção de Comando do Batalhão.

PELOTÃO DE INVESTIGAÇÕES: Comando, Grupo Auxiliar, Centro de Informações, Seção de Telefonia e Sinalização e Seção de Administração.

PELOTÃO DE SERVIÇOS: Comando, Grupo de Suprimento e 1º, 2º e 3º Grupo de Manutenção.

COMPANHIA DE GUARDAS: Comando, Seção de Comando, Grupo de Comando, Grupo de Serviços, Turma de Administração, Turma de Aprovisionamento e 1º, 2º e 3º Pelotão de Guardas.

COMPANHIA DE POLICIAMENTO OSTENSIVO: Comando, Seção de Comando, Grupo de Comando, Grupo de Serviços, Turma de Administração, Turma de Aprovisionamento, 1º e 2º Pelotão de Policiamento, Pelotão de Choque.

COMPANHIA DE POLICIAMENTO ESPECIAL: Comando, Seção de Comando, Grupo de Comando, Grupo de Serviços, Turma de Admi-

nistração e Manutenção, Turma de Aproveitamento, Pelotão de Policiamento de Trânsito e Rodoviário, Pelotão de Policiamento Rural e Florestal, Pelotão de Policiamento Geral.

PELOTÃO DE METRALHADORAS: Comando, Grupo de Comando, 1ª, 2ª e 3ª Peça. (Loiola, 2009, p. 30).

Diante do que dispõe o art. 84 da Lei Orgânica da PMES, o coronel Argeu Furtado de Almeida, comandante-geral da Corporação (1964 a 1965), fez publicar a classificação do efetivo do Batalhão de Polícia, como Unidade Especial, sob o comando do o tenente-coronel Jader Peixoto Rubim, para execução da atividade operacional de policiamento ostensivo dos municípios capixabas.

No contexto nacional foi através do Decreto-Lei nº. 667, de 2 de julho de 1969, que se concedeu a exclusividade do Policiamento Ostensivo fardado às Polícias Militares brasileiras.

Com o advento da Lei Estadual nº 2.579, datada de 2 de março de 1971 e sancionada pelo governador Cristiano Dias Lopes Filho, que dispôs sobre a Organização Básica da PMES, a reorganizou transformando o Batalhão de Polícia sediado em Vitória, capital do ES e criado em 1964, em 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM), e criou o 2º BPM com sede no município de Nova Venécia-ES no norte do Estado, e o 3º BPM com sede em Alegre-ES, no sul do Estado, e extinguindo definitivamente os 1º e 2º Batalhões de Infantaria da estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

A colonização da região de São Mateus

Segundo Daemon (1879) e vários autores, o território do atual município de São Mateus foi primitivamente habitado pelos índios

aimorés, mais conhecidos como “Botocudos”, que se concentravam as margens do rio Cricaré, e que não fora possível determinar a data específica da chegada dos primeiros colonos na região de São Mateus-ES, e que no ano de 1554, há notícias de que os colonos assustados com os constantes ataques indígenas, acabaram se dispersando em grupos e fugiram em direção a outras capitanias ou para o interior da Capitania do Espírito Santo, e algum destes grupos seguiu para o norte da capitania se estabelecendo às margens do Rio “Quiricaré”, povoando o local.

Já, Lima e Nardoto (1999), e outros autores, abordam que, provavelmente, a colonização da região pode ter tido sido iniciada após a ocorrência de naufrágios no litoral mateense, onde os naufragos sobreviventes acabaram se estabelecendo naquele local, porém, há registros mais consistente, de que os primeiros colonizadores de São Mateus, sejam provenientes da Capitania de Porto Seguro, que se limitava ao norte com a Capitania do Espírito Santo, mas, não há documentos a comprove, e segundo Daemon (1879), há documentos que comprovam a existência do povoado em 1558, devido a histórica “Batalha do Cricaré”, quando o governador-geral Mem de Sá, enviou o seu filho Fernão de Sá, comandando de uma esquadra com seis navios para socorrer o donatário da Capitânia do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, e ao ingressarem no Rio Cricaré, travaram a batalha contra os indígenas, cujo desfecho resultou na morte de Fernão de Sá e aprisionamento de centenas de indígenas.

A IMPLANTAÇÃO DE TROPAS MILITARES EM SÃO MATEUS-ES.

Os registros de instalação de uma organização militar no município de São Mateus-ES, precede a Proclamação da Independência do Brasil, D. Pedro I, em 7 de setembro de 1822, segundo Daemon

(1879), as câmaras municipais da província capixaba, prestaram o juramento a independência do Império e aclamação de D. Pedro I, imperador do Brasil, porém, com exceção da Vila de São Mateus-ES, o que resultou no deslocamento de tropas para a região visando coagir os habitantes da localidade a aderirem a independência e a aclamação de D. Pedro I, imperador do Brasil, e os depoimentos e grande parte das notícias não passaram de boatos, porém, o fato é que a Vila de São Mateus, que pertencia a Bahia, conforme ofício da Junta Provisória Provincial do Espírito Santo, aderiu a Independência e a aclamação em 22 de janeiro de 1823, após ser incorporada a Província do Espírito Santo.

Assim, após receber o apoio dos mateenses, D. Pedro I, baixou o Decreto de 11 de abril de 1823, que: “Crêa uma companhia de infantaria de 2ª linha na Villa de S. Matheus, Província do Espirito Santo”, (Coleção de Leis, 1823, p.56), organizada com um capitão, um tenente, dois alferes, um 1º sargento, dois 2º sargentos um furriel, oito cabos, oitenta soldados e dois tambores, instalando a primeira subunidade do Exército Brasileiro São Mateus-ES.

No que diz respeito a instalação de um contingente da Força Pública Provincial do Espírito Santo no município de São Mateus-ES, conforme comprovado, a 1ª Força Pública Policial do Espírito Santo, fora criada pelo Conselho de Governo Provincial, em 12 de dezembro de 1831, e o registro da instalação de um contingente da Guarda de Polícia Provincial (PMES) na área de São Mateus-ES, Região Norte da Província, consta do Mapa do Corpo de Polícia assinado pelo alferes comandante, anexo ao relatório do presidencial de João Lopes da Silva Coito, de 4 de setembro de 1838, aonde na Vila de São Mateus constam destacados 1 cabo e 5 soldados e a Vila da Barra de São Mateus, o mesmo efetivo, os precursores da implantação da polícia provincial no norte do Estado do Espírito Santo.

A solenidade de inauguração ocorreu em 9 de março de 1971, contou com as presenças do governador Cristiano Dias Lopes Filho, comandante-geral da PMES, coronel em comissão Hilton do Vale e o prefeito de Nova Venécia-ES, Antônio Moreira, e a assunção do comando do 2º BPM pelo tenente-coronel PM Rubens de Souza Papi, ocorreu em 25 de março de 1971.

Com a efetivação da Unidade PM, o Destacamento Policial Militar (DPM) de São Mateus-ES, foi incorporado em 1971, ao efetivo da 3ª companhia do 2º BPM.

Com a publicação do Decreto nº 2.335, em 3 de setembro de 1986, foi reorganizado os quadros da PMES, e cria na estrutura organizacional do 2º BPM, a 4ª Companhia de Polícia Militar, e modifica a função de chefia da 4ª Seção das Unidades (P/4), que era de capitão PM, para ser exercida pelo posto de major PM.

Em 11 de setembro de 1986, ocasião em que este autor, 1º tenente PM Loiola, mais antigo da Unidade PM, exercia a função de capitão PM, chefe da P/4, o tenente-coronel PM Ademirdio Félix,

comandante do 2º BPM, me informou que devido a reclassificação daquela chefia para o posto de major PM, em 3 de setembro de 1986, este autor a deixaria, e por ser o mais antigo no posto, seria classificado na função de capitão no comando 4ª Cia/2º BPM a contar de 4 de setembro de 1986.

Pelo Boletim Interno nº 079/86, 2º BPM, o tenente-coronel Adermídio Felix, Cmt do 2º BPM, após reorganizar a Unidade PM, conforme informado, dispensou o 1º tenente PM Gelson Loiola da função de major PM chefe da P/4, e classificou na mesma, o capitão Newton Roberson Maia, ambos a contar de 4 de setembro de 1986, data de efetivação da 4ª Cia/2º BPM da PMES.

Ato contínuo, o mesmo BI nº 079/86 publicou: “ASSUNÇÃO DE FUNÇÃO: - a CONTAR DE 04 Set 86, [...]: – De Cap QOPM Cmt da 4ª Cia, o 1º Ten QOPM GELSON LOIOLA [...]; De – 1º Ten QOPM SCmt da 4ª Cia, o 2º Ten QOPM ISRAEL LUPPI BATISTA, RG 9337-1”.

Assim, a 4ª Companhia do 2º BPM, nasceu em 4 de setembro de 1986, ainda com sede no município de Nova Venécia, e circunscrição nos municípios de São Mateus, Conceição da Barra e Pedro Canário, sendo o primeiro oficial na função de capitão comandante da SU, o 1º tenente PM Gelson Loiola, como 1º tenente subcomandante, o 2º tenente PM Israel Luppi Batista, e como sargenteante, o 2º sargento PM José Barbosa Soares.

Pelo BI 079/2º BPM, foram transferidos para 4ª Cia/2º BPM, os destacados no município de São Mateus-ES: 1º sargento PM Dílson, dos Santos, 2º sargentos PM Jair Repeker, 3º sargento PM Alexis Nunes de Araújo, cabos PM Ozéas Valandro de Oliveira, Laer Vieira, Dejair Camata e soldados PM Francisco Ivo de Oliveira, Valtair José Viana, Sebastião Américo, Valdir Alves de Azevedo, Antônio Ramos, Vanair Raimundo de Oliveira, Carlito Manzini, José Rodrigues, Leverino Regi da Silva, Nelson Soares Falcão, Élcio Gama

de Oliveira, Ordete Mota, Valdecir Montegazini, Valdecir Pereira Apelphele, Ademar Xavier Vilete, Ademar Xavier, Ademar Pinha, Francisco Carlos Loiola, Martins dos Santos, Valmir Alves de Azevedo, Moisés Negris, Rubens Ramos Vermeile, Antônio Afonso Felix, Francisco Carlos do Nascimento, Pedro Tavares Mariano, José da Silva Soares e Sérgio Narcizo da Silva.

Destacados no município de Conceição da Barra-ES, 2º sargento PM Nestor Siqueira, cabos PM Jalmas Ferreira Greis e Juvenal Alves Ferreira e soldados PM Aldecir Ferreira do Carmo, Sergino Regi da Silva, Antônio Estefânio, Danilo de Souza Barbosa, Elizeu Gonçalves de Souza, Alcy Barbosa Moreira, Edvaldo Caliman, Pedro Salvador, Cezar Narcizo da Silva, Francisco Atanásio Piassi, Geraldo Ezequiel Canal, Grelado Schimdtberger, Ronaldo Pavan Muller, Ederaldo Muller, José Barbosa de Matos e Adelino Coimbra Júnior.

Destacados no município de Pedro Canário-ES, 3º sargentos PM, Orly Brozeguini e Carlos Roberto Pacheco, cabos PM José Neto Lívio e soldados PM José Vieira Medeiros, João Pereira, Genário Gonçalves de Farias, Vilmérico Augusto Saar, Elivaldo Pires do Sacramento, Edson Paiva Vieira, Geumar Gonçalves de Farias, Ozéas do Nascimento e Raimundo Santana da Silva. Estes foram os policiais militares da 4ª Companhia do 2º BPM, precursores da história da 5ª Companhia Independente, e do 13º BPM da PMES no município de São Mateus-ES, na região norte do Estado do Espírito Santo.

Assim, iniciei a organização administrativa da 4ª Cia, e inclusive no dia 25 de setembro de 1986, por determinação do comando, segui a serviço para o município de São Mateus-ES, pois, havia sido iniciado os contatos com o prefeito municipal local, Wallas Batista de Oliveira, sobre a instalação da sede de uma Companhia do 2º BPM naquela cidade. Retornando em 26 de setembro de 1986, conforme BI nº 081/2º BPM, informei ao comandante do 2º BPM, que seria a instalada a sede da 4ªCia/2º BPM naquela cidade, em

janeiro de 1987, após as obras serem efetuadas nas instalações do aquartelamento da SU.

A 4ª Companhia do 2º BPM, ainda sediada em Nova Venécia-ES, mudou de comando, pelo Boletim Interno nº 088, de 18 de novembro de 1986, sendo o 1º Ten PM Gelson Loiola, exonerado da função de capitão comandante da SU, sendo nomeado para comandá-la, o capitão Newton Roberson Maia.

Finalmente, conforme publicação contida no Boletim Interno nº 005, de 20 de janeiro de 1987, sob comando do capitão PM Newton Roberson Maia, a sede da 4ª Companhia do 2º BPM da PMES foi transferida e instalada na cidade e município de São Mateus-ES.

A 4ª Companhia do 2º BPM sediada inicialmente em Nova Venécia, e posteriormente, destacada para em São Mateus teve como comandantes no período de 1986 a 1998 os seguintes oficiais:

GALERIA DE COMANDANTES DA 4ª CIA DO 2º BPM	
	
A partir da esquerda	
Cap PM Gelson Loiola (1º Ten PM na função)	04.09.1986 – 18.11.1986
Cap PM Newton Roberson Maia	18.11.1986 – 14.05.1987
Cap PM Joaquim Simões Neto	14.05.1987 – 15.09.1987
Cap PM Jones da Silva de Freitas Mattos	15.09.1987 – 15.02.1990
Cap PM Pedro Delfino	15.02.1990 – 20.01.1996
Cap PM Paulo Henrique Batista Freire	20.01.1996 – 21.05.1996
Cap PM Paulo César Vieira	21.05.1996 – 18.09.1998
Fonte: Boletins Diários do 2º BPM/PMES, 1986-1998 – (Montagem do autor)	

Nasce a 5ª Companhia Independente da PMES em São Mateus-ES

A 5ª Companhia Independente (5ª Cia Ind) da PMES foi criada no governo de Vitor Buaiz, pelo Decreto nº 4.328- N de 28 de agosto de 1998, e oficialmente instalada no dia 18 de setembro de 1998, na

sede da Rua Ermelino Carneiro Sobrinho, número 78, bairro Ideal, São Mateus-ES, ocasião em que assumiu o primeiro comandante, major João Aílto Dal'Col, o qual foi sucedido no comando da SU, pelo major PM Nilton Siqueira do Nascimento, em 4 de fevereiro de 1999.

O major PM Siqueira, permaneceu no comando da 5ª Cia Ind, até 15 de junho de 2000, quando foi substituído pelo major PM Marcos Assis Batista, que permaneceu no comando da SU até 9 de novembro de 2003, quando foi substituído pelo major PM Laércio Oliveira, que permaneceu do comando da 5ª Cia Ind, até dia 3 de junho de 2003, substituído pelo major PM Marcelo Bermudes Rangel.

E finalmente, no dia 2 de fevereiro de 2006, assume mais uma vez o comando da SU Independente, o major PM Marcos Assis Batista que permaneceu no cargo até 1º de junho de 2010, encerrando a gestão, como o último comandante da 5ª Companhia Independente, para dar início a história do 13º Batalhão da PMES.

A 5ª Companhia Independente de São Mateus-ES teve como comandantes no período de 1998 a 2006, os seguintes oficiais:



Nasce o 13º Batalhão de Polícia Militar da PMES

Com o advento do Decreto nº 2476-R, de 26 de fevereiro de 2010, o governador ES, Paulo Hartung, aprovou a criação e instalação da Unidade Policial Militar no município de São Mateus –

ES, uma antiga reivindicação, atendida com a seguinte Certidão de Nascimento:

DECRETO nº 2476-R, de 26.02.2010

Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições [...].

Art. 17. As Unidades Operacionais subordinadas ao CPO-N são as seguintes:

I -

VI - Décimo Terceiro Batalhão de Polícia Militar (13º BPM) tem como sede o município de São Mateus e área de articulação os municípios de Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário e São Mateus;(BCG nº 009, de 4.03.2010).

Emerge na história da PMES, o 13º Batalhão de Polícia Militar, subordinado operacionalmente ao Comando do Policiamento Ostensivo do Norte (CPO-N), ocasião em que, pela Portaria nº 111-S, de 02.06.2010, o Cmt-geral da PMES, exonera : “[...] do cargo de Major QOC Comandante da 5ª Cia Ind e nomeia para o cargo de Tenente-Coronel QOC Comandante do 13º BPM”, Marcos Assis Batista, a contar de 01.06.2010”

O 13º Batalhão de Polícia Militar da PMES foi sediado em 24 de junho de 2010, na Rua Ermelino Carneiro Sobrinho, nº 126, Bairro Ideal, São Mateus-ES, antigo prédio do Laboratório Regional de Saúde de São Mateus-ES, e a primeira mudança de comando do 13º BPM ocorreu através Portaria nº 227-S, de 25 de outubro de 2012, exonerando o tenente-coronel PM Marcos Assis Batista, e nomeando, para o cargo, o tenente-coronel PM Altieri de Carlo da Silva Machado, que assumiu no dia seguinte.

O tenente-coronel PM Altieri permaneceu no cargo até o dia 18 de julho de 2013, quando pela Portaria nº 138-S, deixou coman-

do do 13º BPM, sendo substituído, pelo tenente-coronel PM Alex Voney de Almeida, e a passagem de comando ocorreu no dia 2 de agosto de 2013, na sede do 13º BPM, S. Mateus-ES.

A história do 13º BPM da PMES, é marcada em dia 17 de dezembro de 2013, com a inauguração de sua nova sede, no prédio Sagrada Família, com 2.000 m² de área construída, na Avenida João XXII, nº 1544, Bairro Boa Vista, São Mateus-ES, antigo campus da Coordenação Universitária Norte do Espírito Santo (CEUNES).

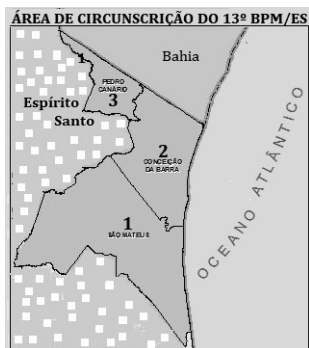


O tenente-coronel PM Voney comandou o 13º BPM, até 19 de agosto de 2015, quando pela Portaria nº 405-S, foi exonerado, e substituído, pelo tenente-coronel PM Paulo César Garcia Duarte, o qual assumiu ao comando no auditório de Sesc, em São Mateus-ES.

O tenente-coronel PM Paulo César, comandou o 13º BPM até a edição da Portaria nº 095-S, de 1º de março de 2018, quando foi substituído pelo tenente-coronel PM Giuliano Menegatti, com a transmissão de comando, em 9 de março de 2018, na sede do 13º BPM.

O tenente-coronel PM Menegatti, deixou o comando do 13º BPM, no dia 4 de abril de 2019, pela Portaria nº 270-S, assumindo o tenente-coronel PM Mateus Garcia Pereira, e a passagem de comando foi em 12 de abril de 2019, no auditório da Faculdade Vale do Cricaré, da cidade e município de São Mateus-ES.

Em 27 de setembro de 2021, pelo Decreto nº 4.970, foi criada a 18ª Companhia Independente da PMES, oriunda da 4ª Companhia



do 13º BPM, com circunscrição no município de Jaguaré (sede) e no município de Vila Valério-ES, passando assim, o 13º BPM a manter a sua área de circunscrição apenas no município de (1) São Mateus (sede), município de (2) Condição da Barra (2ª Cia) e no município de (3) Pedro Canário (3ª Cia).

O tenente-coronel PM Mateus permaneceu no comando do 13º BPM da PMES, até a publicação da Portaria nº 606-S, de 28.10.2021, quando foi designado para a função, o tenente-coronel PM, Jefson Coelho Correia, a contar de 28 de setembro de 2021.

O tenente-coronel PM Jefson, permaneceu no comando do 13º BPM da PMES, até a publicação da Portaria nº 012-S, de 09.01.2025, quando foi substituído pelo tenente-coronel PM, Alielson de Oliveira Ribeiro, a contar de 27 de dezembro de 2024.

O tenente-coronel PM Alielson permaneceu poucos meses à frente do Comando do 13º BPM da PMES, quando ocorreu nova mudança na função de comandante do 13º BPM da PMES, pela Portaria nº 397-S, de 14.04.2025, quando o tenente-coronel PM Anderson Simonassi Faria, designado, assume ao comando da citada Unidade, a contar de 11 de abril de 2025, sendo o atual comandante até a conclusão deste artigo em 15 de setembro de 2025.

GALERIA DE COMANDANTES DO 13º BPM/PMES	
(1ª)	   
(2ª)	    
A partir da esquerda	
(1ª) > Ten-Cel PM Marcos Assis Batista	24.06.2010 – 25.10.2012
Ten-Cel PM Altieri de Carlo da Silva Machado	25.10.2012 – 18.07.2013
Ten-Cel PM Alex Volney de Almeida	18.07.2013 – 19.08.2015
Ten-Cel PM Paulo César Garcia Duarte	19.08.2015 – 01.03.2018
(2ª) > Ten-Cel PM Giuliano Menegatti	01.03.2018 – 04.04.2019
Ten-Cel PM Mateus Garcia Pereira	04.04.2019 – 28.09.2021
Ten-Cel PM Jefson Coelho Correia	28.09.2021 – 22.12.2024
Ten-Cel PM Arleison de Oliveira Ribeiro	22.12.2024 – 11.04.2025
Ten-Cel PM Anderson Simonassi Faria	11.04.2025 – Atual 2025
Fonte: Boletim Geral da PMES, 2010-2025. (Montagem do autor)	

Organização e atual efetivo do 13º BPM da PMES – 2025

A Unidade Policial Militar do 13º BPM está organizada com: Comando, Subcomando, Seção de Pessoal (P/1); Seção de Inteligência (P/2); Seção de Planejamento (P/3), Seção de Logística (P/4): (Subseção Armamento e Munição, Subseção de Almoxarifado, e Subseção de Transporte; Subseção de Tecnologia da Informação e Comunicação); Seção de Comunicação Social (P/5); Seção de Polícia Administrativa e Justiça Militar (SPAJM); Seção de Trânsito (STran); Pelotão de Comando e Serviço (PCS): (Comando de Policiamento da Unidade, Programa de Erradicação de Drogas e Violência, Centro de Comunicação Operacional); 1ª Companhia (1ªCia/São Mateus); 2ª Companhia (2ªCia/Conceição da Barra); 3ª Companhia (3ªCia/Pedro Canário); Pelotão de Força Tática (PFT).

E o atual efetivo está composto pelos: **Tenente-coronel QOCPM** Anderson Simonassi Faria; **Major QOCPM** Antonio Ednis Bergamin Junior e Andre Costa Lebach; **Capitães QOCPM** Vinicius Scardua Rocha e QOAPM Itamar Laurindo e Roberto Carlos De Barros; **1º Tenente QOAPM** Mario Lucio De Oliveira, Clecio Alves Brito; **2º Tenentes QOAPM** RR Altamiro Krauze, Walasce Rodrigues Barbosa; **QOAPM** Manoel Domingos de Sousa Coitinho; **QOCPM** Mylena Altoe do Espirito Santo; **Aspirantes Oficiais PM** Vinicios Moreira Monico, Wanderson Ribeiro Barboza e Douglas Santos da Silva.

– **Subtenentes QPMP-C** Moises Celeste Manoel e Ademar de Souza Gomes.

– **1º Sargentos QPMP-C RR** José Marcos do Amaral, Gabriel Custódio e Francisco de Assis Fugulim; **QPMP-C** Glaubia do Nascimento Lima Piumbini, Ronilton Martins da Rocha, Paulo Sergio Januario de Azevedo, Thamiris dos Santos de Oliveira

– **2º Sargentos QPMP-C RR** Rosinaldo Soares;; **QPMP-C** Osmar Jacobsen, Gerson Ferraz dos Santos Filho, Daniel da Silva Mi-

nelli, Rodrigo Rubia Goncalves, Edilton Neres dos Santos, Adalto Lemos Ribeiro e Alexandre Oliveira Rodrigues.

– **3º Sargentos QPMP-C** Paulo Araujo Sampaio, Marcio Dias de Souza, Max Paulo do Nascimento Vidal, Regiane Amaral Magalhães, Wellio de Souza Oliveira, Adeones Firmiano, Aldair Ribeiro de Jesus, Eidilcimar Barbosa, Rik Elves de Freitas Pereira, Alex de Oliveira Viana, Jailson de Oliveira Viana, Cristiano Rocha Ferreira, Diego Jose Lampier, Anderson Cardoso Evangelista, Wender Jean Vechi, Regina Goncalves de Aguiar Traspadine, Rogerio do Nascimento Daniel, Janderson Pereira da Silva, Raedy Bulhoes Ferrari, Nathan Matos Almeida e **QPMP-C RR** Marcelo Belinassi.

– **Cabos QPMP-C** Valdeni Ferreira de Souza, Mario Nascimento de Jesus Junior, Aglario Queiroz Feitosa Junior, Raphael Motta, Hudson dos Santos Manoel, Celson Tonetto da Silva, Emerson Jose de Jesus do Carmo, Jesse Cupertino, Ritler Covre Ferreira, Rodrigo Rezende Zane Carvalho, Rudi de Almeida, Suelis Negris Junior, Jair Cremasco Neto, Alessandro Cardoso, Fernando de Aguiar Moreth, Giovanni Lyrio, Victor Luiz Borges Neves, Luis Fernando Nunes Botelho, Pablo Santos Pinheiro, Luis Henrique Rigueti De Angelo, Osvaldo da Silva Lopes, Homero Lyra Netto, Marcus Vinicius Coutinho Galvao, Wagner Reuter Barros Mota, Ricardo Goncalves Silva Conceicao, Mitriane Gomes de Oliveira, Samuel de Almeida Bonfim, Vinicius Faria Pedrosa, Anderson Chalub Cerqueira, Wesley Darwin da Conceicao Santos, Joao Vitor Bittencourt M. Corona, Paulo Victor Pitanga Farias, Diego Ferreira Moura, Alex Jose Mendes de Araujo Lima, Guilhermy da Silva de Nadai, Diego Bonela de Oliveira, Charles Gomes Ramos, Allan Ramalho Nakasawa, Leonardo Jordao da Silva, Carlos Henrique Batista Graca, Maiara Almeida Venancio, Rodrigo Oliveira De Souza, Leonardo Pereira De Souza, Givanilson Dos Santos Rocha, Josenildo Santos Apolinario, Rafael Ponath Pereira, Fabiano Alves Santos, Edir Marchiore, Thiago Almeida Roncatto, Adriano Da Rocha

Esteves, Tassio Carreiro Gomes, Thiago Gomes Rosa, Douglas Oliosi dos Santos, Alyson Bruno de Azevedo Araujo, Jose Ronie de Assis, Flavio de Oliveira, Gilmar Buss, Juliana Piovesan Calegari, Aline Gotardo, Paulo Jose Batista Vasconcelos, Gerliandro Vinhati Borghi, Tallisson Santos Teixeira, Julia Carolinne Lima Rodrigues, Weverton de Oliveira Silva, Jadson Brommenschenkel da Conceicao, Emerson da Silva Correia, Igor Zamprogno do Nascimento, Wanderson Goncalves Coutinho, Leandro Borges dos Santos, Juliana Carla Dummer, Flavio Gomes Santos, Joao Valdecy Fundao dos Santos, Estevam Gommiero Neto, Erivan de Oliveira Lucena, Sergio Reis Guimaraes, Samuel Barbosa da Silva Souza, Joao Paulo Baeta Costa, Vilson Neves da Conceicao, Wilker Maia Bispo, Elder Ferraris Goncalves.

– **Soldados QPMP-C** Anderson Schinaider Viana, Rontgen Pinto Cabral, Jandson Pinto da Silva, Diego Magalhaes Barros, Flavio Amaral Lopes, Maikon Guerner, Lucas Mota Alvarenga, Carlos Magno Barreto dos Santos, Renan Favarato Araujo, Rafael Alves de Souza, Rafael Candido Cupertino, Thales Serra, Diego Santos Aires, Janusa Silva Neres Reuter, Leandro do Nascimento, Jakson de Souza Santos, Liliane Rufino Broseghini Teixeira, Thassio Esteves Rezende, Bruno Langa Barros, Marllon Franca Gusson, Joelson Rodrigues Rocha Junior, Marcos Barcellos Nunes, Nestor Oliveira Bernardino, Ronaldo Gomes dos Santos, Francisco Schneider Junior, Rainon Costa Mercedes, Eunice Carvalho Pires, Rayzianders Henrique de Oliveira Faier, Bruna Costa Saldanha, Anderson De Oliveira Merlo, Jociane Liandro Rezeno, Felipe Henrique Santos, Hulda Silva de Oliveira, Rayanne Santana Bonometti Jankowitsck, Mateus Honorato, Ravi Carvalho Mourao, Patrick Regonini de Oliveira, Gildo Silva Santos Filho, Tiago Correa de Andrade, Gedeon Campos Santos, Iasmim Silva Souza Nunes, Vitor Douglas da Silva Andreilino, Victor Marcello de Matos Silva, Webenklay de Oliveira Lenso, Ruberlan Moreira de Jesus Teles, Claudia Souza dos Santos, Lucas Queiroz Meneses

dos Santos, Cleilton Souza Carlos, Ruan Rodrigues de Souza, Davi da Silva de Oliveira, Filipe da Silva Pedruzzi, Moises de Amorim Carvalho Junior, Meyrice Machado Favarato, Alysson da Silva Almeida, Gustavo Bittencourt Macedo Corona, Carol Bettero Zucateli, Edson Araujo de Oliveira, Gabriel Felipe Pereira Rodrigues, Hiago Cosvosk Dos Santos, Ronaldo Neves Esteves Netto, Fabricio dos Santos Bispo, Joao Victor Ribeiro de Souza, Karlos Samuel Mirandola de Andrade, Barbara Ribeiro Pereira, Alan Fernandes Dos Santos Silva, Henzo Maciel da Silva Correa, Brayan Prando Ciler, Lucas Sousa Batista, Jhonata da Conceicao Fonseca, Pedro Antonio Oliveira de Souza, Alberto Goncalves de Araujo Junior, Emanuel Pedro Verissimo da Silva Santos, Elizeu dos Santos Muniz, Vitor dos Santos de Souza, Jaber Luiz Nascimento Santos, Thallyson Vieira de Araujo, Andre Oliveira Costa, Miqueias dos Santos Bispo. (Fonte: P/1, 13º BPM, 15.09.2025).

A história continuará

O 13º Batalhão de Polícia Militar da PMES (13º BPM), instituído em 26 de fevereiro de 2010, antecedido pela 5ª Companhia Independente (5ª Cia Ind), que fora criada em 28 de agosto de 2010, ambas oriundas da 4ª Companhia do 2º BPM da PMES, inicialmente, criada e sediada na sede do 2º BPM, em 4 de setembro de 1986, no município de Nova Venécia-ES, no norte do Estado do Espírito Santo, e foi fixada no município de São Mateus, em 19 de janeiro de 1987, ao longo do tempo, construiu uma valorosa história na proteção das sociedades dos municípios em sua área de circunscrição operacional e administrativa.

A todos os precursores das atividades de segurança pública realizadas na área da subunidade destacada, posteriormente, subunidade independente, e por fim, da Unidade do 13º BPM/PMES que compuseram e compõem os seus quadros ao longo de sua existência, e a

todos os seus familiares, o nosso reconhecimento de sua valorosa atividade na proteção de seus municípios de circunscrição ao longo de sua trajetória. Essa história que não só os imortaliza historicamente, mas também, revela aos leitores da história da gloriosa Polícia Militar do Espírito Santo as suas identidades, merecedoras destes registros.

Assim, com a alma impregnada pelo pensamento de Mario Lago, de que “as pessoas podem não se lembrar exatamente o que você fez, ou até mesmo todas as palavras que você disse... Mas elas sempre lembrarão como você as fez sentir”, encerro este artigo sobre a história do “13º Batalhão de Polícia Militar – 13º BPM” da PMES, que foi produzido como uma forma de homenagear com respeito e admiração todos os seus integrantes do passado, do presente, também do futuro, pois, conforme sabemos, cumpriram, vem cumprindo, e com certeza cumprirão com muito sacrifício o seu papel constitucional na proteção de milhares de pessoas que residem e transitam em sua área de circunscrição.

E com base na frase reveladora de que, todos nós passamos, porém, as instituições permanecem, temos certeza que a história infinitamente, continuará e, algum dia, alguém, a partir da data de encerramento desta obra, em 15 de setembro de 2025, continuará a escrevê-la, para o conhecimento e valorização por parte das futuras gerações, de todos os policiais militares que atualmente, dedicam as suas vidas em prol da população dos municípios de São Mateus, Conceição da Barra e Pedro Canário, situados da Região Norte do Estado do Espírito Santo.

Referências

DAEMON, Bazílio Carvalho. *Província do Espírito Santo, Sua descoberta, História Chronológica, Synopsis e Estatística*. Vitória: Typographia ES, 1879.

ESPÍRITO SANTO (Arquivo Público Estadual). *Coletânea de Leis, Decretos e documentos*. Vitória: APE. ES. 1831 -35.

_____. *Mensagens e Relatórios*. Presidentes da Província e Estado do Espírito Santo, 1833 – 1889. APE-ES.

ESPÍRITO SANTO, (Polícia Militar). *Boletins do Comando Geral* (BCG). 1986 – 2011. Vitória-ES: Centro de Documentação da PMES (CEDOC), QCG, PMES.

_____. (Polícia Militar). *Boletim Geral da Polícia Militar* (BGPM). 2012 – 2025. Vitória-ES: Centro de Documentação da PMES (CEDOC), QCG, PMES.

_____. (Polícia Militar). *Notícias da PMES*. Diretoria de Comunicação Social. Disponível em: www.pm.es.gov.br, acesso em 2024.

_____. (Polícia Militar). *Boletins Internos do 2º Batalhão de Polícia Militar* (BI/2ºBPM). 1986– 1998, Vitória-ES: Centro de Documentação da PMES (CEDOC), QCG, PMES.

_____. (Polícia Militar). *Boletins da 5ª Companhia Independente* (5ª Cia Ind). 1998-2010. Vitória-ES: Centro de Documentação da PMES (CEDOC), QCG, PMES.

_____. (Polícia Militar). *Regimento Interno e Relação de Efetivo do 13º BPM*. São Mateus: 2025.

ESPÍRITO SANTO, (Prefeitura Municipal de São Mateus). *História*. Disponível em: www.saomateus.es.gov.br, acesso em jul. 2020.

LIMA, Herinéia. NARDOTO, Eliezer. *História de São Mateus*. São Mateus: EDAL, 1999

LOIOLA, Gelson. *A evolução histórica do Primeiro Batalhão de Polícia Militar do Espírito Santo*. Vitória: GSA, 2009.

_____. *A Polícia Militar do Espírito Santo no Brasil Imperial: 1831-1889*. Vitória: Clube dos Autores, 2024.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 5 ed. Vitória: APE-ES/SECOM, 2008.

WIKIPÉDIA, Enciclopédia Livre. *São Mateus* (Espírito Santo). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/>. Acesso jul. 2024.

COLÉGIO AMERICANO BATISTA DE VITÓRIA BREVE HISTÓRICO DE APOGEU E SEU EPISÓDICO FIM

*José Roberto de Oliveira**

Resumo: O nascimento em 1907, o sucesso da instituição “Colégio Americano Batista de Vitória”, seus momentos de transição vividos, a eficácia organizacional alcançada com seu Conselho Diretor: o Instituto Batista de Educação de Vitória (IBEV) e seu epílogo, não poderiam deixar de permear as principais narrativas históricas advindas de uma proto-história eivada de princípios religiosos e de fé, que ensejaram seus objetivos educacionais. Não se trata de uma investigação histórica, que procura compreender a constituição e o epílogo do Colégio Americano Batista de Vitória”, mas relatar fatos, objetivamente, sobretudo. A contribuição dos batistas na área educacional, na Região Metropolitana de Vitória, via Colégio Americano foi realmente notável.

Palavras-chave: Colégio Americano Batista de Vitória; Instituto Batista de Educação de Vitória (IBEV).



Colégio Americano Batista de Vitória — Unidade Centro Vitória — ES

* professor e escritor. Membro do IHGES, da ALVV e da ACALEJES. Autor do Blog Literocultural Memórias e Cultura Capixaba <https://joserobertodeoliveira.blogspot.com>

Em meio a temática acadêmico-científica tratada/proposta no meu livro “PLANO DE CARREIRA VERSUS CRESCIMENTO DO INDIVÍDUO E EFICÁCIA DAS ORGANIZAÇÕES — O caso Instituto Batista de Educação de Vitória (ES)” — que, à luz da realidade encontrada em 2001, teve por objetivo analisar até que ponto a implementação de um plano de carreira poderia vir a ser um fator de crescimento do indivíduo e de maior eficácia no Instituto Batista de Educação de Vitória (IBEV) não poderia referido livro, deixar também, de permear nuances históricas advindas de uma proto-história eivada de princípios religiosos e de fé, que ensejaram os objetivos educacionais, cuja culminância resultou na Instituição objeto da análise supra mencionada, mas que desta feita nos impele a caminhar um pouco pela sua história mais que centenária.

1 - O Perfil do IBEV — Breve Histórico

O Instituto Batista de Educação de Vitória (IBEV), com o nome de fantasia de Colégio Americano, tinha como sede a Unidade Centro no município de Vitória, capital do Estado Espírito Santo, fundada em 1907 por missionários americanos da Convenção Batista do Sul do Estado Unidos da América do Norte, com a missão de exercer atividades de ensino, em princípio, em regime de internato e externato nos níveis Fundamental e Médio, instituição essa, vinculada a um órgão mantenedor de confissão religiosa, que é a Convenção Batista do Estado do Espírito Santo, órgão supremo e deliberativo da Denominação Batista neste Estado. Referida Convenção, na condição de entidade mantenedora do IBEV, delibera anualmente, em assembleia geral, a composição dos membros do seu Conselho Diretor.

Diretores do Colégio Americano ao longo do tempo:

1.º Diretor: (fundador) Missionário Loren M. Reno – 1907-1934;

2.º Diretor: Dr. Alberto Stange Júnior: 1934-1965;

3.º Diretor: Dr. Nelson Rangel: 1965-1983;

4.º Diretor: Pr. Derli Baiense Moreira: 1984 – 2003.

Preliminarmente, passeando por alguns marcos importantes na história deste estabelecimento de ensino, vamos encontrar na publicação de Silva (1997: 31-32) a seguinte transcrição:

Loren Marion Reno, mais conhecido como Loren Reno, assume o primeiro posto desta narrativa. Missionário da denominação Batista, nasceu em New Castle, Pensilvânia, EUA, e viveu grande parte de sua vida em Vitória, onde contribuiu ativamente para o desenvolvimento da cidade. Ele era bacharel em pedagogia, ciências e teologia e organizou a missão Batista em todo o Estado do Espírito Santo. Em 1902, Loren Reno casou com Alice May Wymer e, dois anos depois, o casal missionário da Igreja Batista chega ao Brasil.

Por ser um missionário dos EUA e da Denominação Batista, a história da instituição tem todas as imbricações educacionais-religiosas, desde o seu nascedouro. Silva (1997, p. 22) narra que o Colégio Americano iniciou suas atividades no ano de 1907 no porão da residência da família Reno, situada na Av. Schmidt, n.º 70 (atual Av. Florentino Avidos). Iniciou aquele que viria a ser um dos maiores e mais importantes colégios do Estado do Espírito Santo. Posteriormente, já em 1909, a escola passou a funcionar nas dependências da Primeira Igreja Batista de Vitória, na Rua General Osório, em um templo conhecido como o “Templo da Torrinha”.

Juntando o ideal evangelístico e de educador, Loren Reno percebeu que poderia iniciar uma grande obra, levando, ao povo capixaba, a luz do evangelho e a luz do saber. Assim, na importante obra

de evangelização, enfrentou dois grandes problemas iniciais: as dificuldades na língua portuguesa e perseguições até com violências, pela intolerância religiosa presente à época.

Nascia, portanto, o Colégio Americano Batista de Vitória, nesta cidade sol, neste jardim de hespérides e nesta ilha hospitaleira. (José Paulo de Souza Filho)

O ano de 1914 marca a formalização do funcionamento da escola criada por Loren Reno junto às autoridades competentes. Silva (1997), em sua narrativa sobre a história do Colégio Americano, traz a transcrição do documento expedido à época:

Termo de responsabilidade que assegura o Sr. Loren M. Reno para manter uma escola de curso primário.

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de 1914, compareceu nesta Secretaria de Ensino Público, o Sr. Loren M. Reno, para declarar, perante o Sr. Diretor do Ensino, que tem sob sua direção uma Escola Primária particular que funcionará no prédio da Igreja Batista, à rua General Osório n.ºs 33 e 35, nesta Capital, e que se submete à fiscalização desta diretoria nos termos do Art. 2º, letra d e números I, II e II da Lei n.º 1 (Reforma da Organização Administrativa), de 18 de novembro de 1913.

E para constar, eu, Dario Araújo, oficial da Diretoria do Ensino Público, lavrei o presente termo.

A partir desta formalização, houve um movimento de expansão da escola. Possivelmente visando o futuro, Reno adquire, em 1919, um vasto terreno, então uma chácara, na encosta do Morro do Moscoso. Passados alguns anos, em 07 de setembro 1934, o missionário inaugura a sede do Colégio Americano, no terreno da “Chácara do Moscoso”, contando com quatro prédios no total, sendo um para internato masculino; outro para o internato feminino;

um terceiro para aulas e para o setor administrativo; e, por fim, um quarto prédio onde residia com sua família (SILVA, 1997).

Sobre aprovação pública ao trabalho de Reno, encontramos em Silva (1997), sempre com grande projeção na sociedade local, vários elogios e referências de autoridades públicas, desde os primórdios da existência da escola, como as palavras proferidas pelo Dr. Florentino Avidos, Governador do Estado do Espírito Santo, na sua mensagem anual (1927), com referência ao Colégio:

Entre os bons estabelecimentos particulares, figura, com relevo, o Colégio Americano, conceituado estabelecimento de ensino mantido pela Missão Batista desta capital, prestando excelente concurso ao desenvolvimento da instrução. Mantém internato e externato e funciona em edifícios próprios. Filiados ao mesmo colégio existem, no Estado, 16 escolas primárias e um Jardim de Infância.

Loren Reno faleceu em 04 de março de 1935, data a partir da qual assume o cargo de diretor do Colégio Americano o Dr. Alberto Stange Júnior, que era amigo de Reno. Na administração de Stange, a escola segue seu movimento de expansão, e se consolida como uma das principais instituições de ensino da capital, expandindo tanto sua oferta de cursos, desde a Educação Infantil até os cursos técnicos, como sua estrutura física, com a construção do edifício A. J. Terry. Posteriormente, em homenagem ao relevante trabalho prestado, a Prefeitura de Vitória deu o nome de Loren Reno à rua lateral da sede da instituição que ele fundou.

Em 1936 a estrutura organizacional diretiva máxima da entidade, passa a ser identificada como Junta do Colégio Americano de Vitória, o que perdura até 1971. A partir de 1972 passou a chamar-se de Conselho Diretor do Instituto Batista de Educação de Vitória - IBEV (SILVA, 1997, p. 87).

Realinhando o assunto, na prática, embora colégios batistas, esses recebiam influência do IBEV e tinham-no como referência organizacional e educacional, mas de fato eram colégios (os 16 citados) também mantidos pela Convenção Batista do Estado do Espírito Santo, assim como o IBEV. “A administração Stange resultou, em termos de oportunidades educativas, num sem número de novas opiniões para a mocidade estudiosa de nossa terra” (Silva 1997).

Nas décadas de 1960 e de 1970, o Americano rivalizava com o Colégio Salesiano, da Igreja Católica, como os melhores colégios particulares do Estado. Dali saíram famosos médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, políticos, entre outros profissionais, além de empresários, que ganharam fama no Brasil e no exterior.

Não é difícil admitir-se que a eficiência, o progresso e a projeção social de um colégio dependem, principalmente, do seu corpo docente, de cuja relação trazida por Silva (1997) destacamos, em homenagem representativa:

Antônio Dias de Souza, ex-aluno, Secretário de Estado; Almir Santos Gonçalves, membro da Academia Espírito-Santense de Letras, que, além de professor, foi Secretário do Colégio e Assessor do missionário Reno; Cícero de Moraes, engenheiro, advogado do Espírito Santo na questão do contestado Minas – Esp. Santo e Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem; Albuíno Azeredo, engenheiro e Governador do Estado; Cristiano Dias Lopes Filho, Deputado Federal e Governador do Estado; Ciro Vieira da Cunha, Governador do Estado, jornalista e poeta; Cérynnes Pereira Franco, Médico, Prefeito de Vitória, professor de medicina legal na Faculdade de Direito do E. Santo; Ceciliano Abel de Almeida, Prefeito de Vitória, escritor e engenheiro civil; Cristiano Ferreira Fraga, Médico Sanitarista; Cristiano Woeffel Fraga, ex-aluno, Arquiteto e Diretor da Secretaria do Patrimônio da União em nosso Esta-

do; Eurípedes Queiros do Valle, Desembargador, membro da Academia Espírito-Santense de Letras; Francisco Colares Júnior, escritor e membro do Instituto Histórico e Geográfico do E.E.Santo; Geraldo Costa Alves, professor de Latim, poeta, autor do Hino Cinquentenário do Colégio e do Hino de Brasília; Irysson da Silva, ex-aluno, prefeito de Presidente Kennedy, escritor e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; Ivo Amâncio de Oliveira, membro da Academia Espírito-Santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; João Crisóstomo Beleza, engenheiro e Superintendente da Companhia Vale do Rio Doce; Jorge Vilaça, professor de francês e bancário; Mauro Braga, Juiz de Direito; Renato José Costa Pacheco, Juiz de Direito, membro da Academia Espírito-Santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do E. Santo e autor de vários livros.

Importante e justo, registrar que o Pastor Orivaldo Pimentel Lopes, intelectual advogado, ex-aluno da instituição, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo foi Diretor da Unidade Centro na gestão Derly Bahiense, com elevada contribuição de assessoramento à direção geral do IBEV, conforme informado por José Paulo de Souza Filho na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. n.º 44, 1994.

Do corpo docente hodierno mencionado em Silva (1997), em homenagem representativa, também destacamos: Neucineia Fabri Rodrigues; Dicleia Silva Barroso; Thelma Marques Lessa; Ilka Araújo Guimarães Soela; Neivaldo Scheidegger; Eunice Almeida Rohr de Oliveira; Olímpio Honorato Pereira; Jonas Pereira de Aguiar; Eliomar Correa de Jesus; José Roberto de Oliveira; Araciene Soares da Silva; Wanda da Silva Miranda.

Da equipe técnica, de tão valorosos e dedicados colaboradores, também, em homenagem representativa, destacamos alguns nomes

da Unidade Centro, registrados por Silva (1997): Diretor Pedagógico: Prof. Ibraim da Silva Lança; Supervisão: Eunice Almeida Rohr de Oliveira e Marilena Rocha de Azeredo; Coordenadora: Júlia Castro de Moraes; Auxiliar de Coordenação: Lauricéia A. Fortunato; Secretária: Neuza Maria Cabral Mulinari; Auxiliar de Secretaria: Gelsinha da Conceição Santos Gomes; Encarregado: Isaías Clemente Domingues; Porteiro: Arildo Vieira da Silva.

Certamente que, em todos esses anos de existência, centenas de outros mestres e integrantes da equipe técnica, deram a sua parcela de sabedoria e dedicação. O caminho, ou a rota, fora iniciado naquele histórico e célebre seis de outubro de 1907.

No início de sua administração, o Dr. Alberto Stange Júnior ministrava apenas os cursos Primário, Ginásial e Jardim de Infância. Este foi extinto e, mais tarde, voltou a funcionar. Chegou, entretanto, o momento de se ampliarem as áreas de chances educacionais para os jovens em busca de preparo para a vida. Vieram, também, as novas aberturas ofertadas pelo Ministério de Educação, sabiamente aproveitadas pela direção do Americano. Desta maneira, e dentro deste enfoque, o Dr. Alberto Stange Júnior criou os seguintes cursos: Científico, Clássico, Ginásial Noturno, Secretariado, Normal ou Magistério, Técnico de Contabilidade e retomou o Jardim da Infância, o “Americaninho”, abrangendo todas as áreas do Pré-Escolar.

Em 1964 deixou de oferecer o ensino sob o regime de internato.

Esta tradição em ensino fez da instituição um dos melhores, em nível pedagógico, no Estado. A instituição, à época, tinha um corpo docente de nível profissional muito bem qualificado e uma clientela em torno de cinco mil alunos, sendo que outras milhares de pessoas, sejam alunos, professores e/ou funcionários, já passaram por ela durante todo esse período de existência

Na administração do Dr. Nelson Rangel surge o curso Técnico de Administração. O auge dessa administração foram os cursos téc-

nicos profissionalizantes na década de 70 e no início dos anos 80. Foi a melhor instituição de ensino particular com ensino profissionalizante de Vitória. Em meados dos anos 80, a instituição entra em crise financeira e administrativa.

Com a posse do Pr. Derli Baiense Moreira na direção geral (1984), o IBEV sofre fundamentais mudanças, a saber: saneamento das finanças, visto que se encontrava em difícil crise financeira; volta do crescimento de matrículas; investimento em publicidade. Ainda assim, lançou-se em projetos de expansão física mais ousados, inclusive fora do município de Vitória, com compra de terrenos e construção de novas unidades. Foram criadas as unidades de: Vila Velha, Serra e Cariacica, além de mais uma unidade em Vitória, no bairro Praia do Canto. Por último, a criação da Faculdade Batista de Vitória – FABAVI.

Fato é, que a ampliação do IBEV, tanto em estrutura física quanto em recursos humanos, vai se dando de forma gradativa desde sua criação, porém, sem o devido planejamento estratégico, não só na área de seus recursos humanos, que foi objeto delimitado em minha Dissertação de Mestrado em 2001 — Fundação Getúlio Vargas, FGV-RJ — O quadro de pessoal, àquela ocasião, assim estava distribuído: Centro 118; Praia do Canto 48; Vila Velha 57; Serra 18 e Cariacica 14.

Eis algumas características de funcionamento de cada Unidade:

- Unidade Centro — Educação infantil ao ensino superior; possuía laboratório de química; na parte de biologia, além do laboratório, possuía um cadáver humano para estudos; laboratório de informática; biblioteca; sala de artes; auditório; três quadras de esportes, tudo isso numa área total de 25.000 m²;

- Unidade Praia do Canto — Educação infantil ao ensino superior; laboratório de química; biologia; laboratório de informática; sala de artes; duas quadras de esportes, tudo isso numa área total de 1.260 m²;

- Unidade Vila Velha — Educação infantil ao ensino superior; laboratório de química; laboratório de biologia; laboratório de Informática; biblioteca; sala de artes; duas quadras de esportes; academia de ginástica; apoio psicológico; escola de esportes (futebol, handball e vôlei); laboratório de redação; convênio com Speak Fast (inglês e espanhol); escolinha de música, tudo isso numa área total de 14.000 m²;

- Unidade Cariacica — Da 5ª série do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Estrutura física ainda em fase de construção. Área total de 16.000 m²;

- Unidade Serra — Do Ensino Fundamental ao Ensino Superior; laboratório de Informática; sala de artes; biblioteca; uma quadra de esportes, tudo isso numa área total de 6.600 m².

Foram inauguradas em 1990 as três novas unidades do Americano: Praia do Canto, Praia da Costa e Laranjeiras. Em 1994, segundo nos afirma José Paulo de Souza Filho na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo n.º 44, a totalidade de alunos da instituição atingiu o ponto mais alto da sua história: 4270 alunos matriculados. Também nessa década, mais especificamente em 1998, nasce a Faculdade Batista de Vitória (FABAVI), oferecendo cursos de graduação em Administração, Administração em Marketing, Administração de Informática e Administração em Comércio Exterior. Em 1992, inicia Cursos de pós-graduação “*latu sensu*” (especializações na área da Administração) mas somente na Unidade Praia do Canto. A partir desse momento o IBEV, além do Colégio Americano Batista de Vitória, passou a ser mantenedor também da FABAVI.

Yrisson da Silva, em 1997, assim vaticinou, quando da comemoração dos 90 anos de atividades da instituição: “Ninguém duvide: não está longe o dia quando o Americano, com novas unidades de ensino superior, estará funcionando como, talvez, Universidade

Batista do Estado do Espírito Santo ou com que outro nome for. O passado e o presente do Americano indicam as suas gloriosas perspectivas dum futuro de crescentes e maiores glórias”.

2. Convênio Colégio Americano e Campbellsville University (EUA)

Este é outro aspecto altamente positivo da influência do Colégio Americano ao lado de seu espírito de serviço.

Através de um convênio educacional firmado em 1998 com a Campbellsville University, situada no Estado de Kentucky — EUA, o aluno do Colégio Americano tinha a oportunidade de cursar graduação em faculdade no exterior. O programa consistia na ida de estudantes que estavam finalizando o Ensino Médio, para se graduarem em uma das melhores universidades norte-americanas, com planos especiais de pagamento nas anuidades.

Dentro deste escopo, o Colégio Americano, em seu proveitoso e oportuno convênio com a Campbellsville University, selecionava jovens estudantes concludentes do ensino médio de suas fileiras e os encaminhava àquela Universidade onde faziam seu curso universitário, na área por eles escolhida. Vale ressaltar que tal convênio não trazia qualquer ônus para a instituição.

Em troca de alimentação e biblioteca, os alunos prestavam serviços vários durante 3 (três) horas por dia, em atividades que variavam em cada caso, no âmbito do campus universitário, à guisa de bolsa de estudos, reduzindo muitíssimo suas despesas de manutenção na universidade. O alojamento era oferecido gratuitamente para alunos do Colégio Americano.

3. Cursos de Graduação e pós-graduação

Em 1998, o Instituto que atuava desde a pré-escola, há 93 anos no Estado do Espírito Santo, passou a atuar também no ensino de 3.º grau em todas as unidades, com exceção da unidade de Cariacica. Os cursos oferecidos eram na área de administração, com as seguintes habilitações:

Administração Geral, nas Unidades Centro e Serra;

Comércio Exterior e Marketing, na Unidade Vila Velha;

Administração de Informática, na Unidade Praia do Canto.

POSFÁCIO

Entendemos, como Bloch (2001, p. 75), que o passado “é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa [...]”. Desse modo, as nossas reflexões representam uma leitura possível da constituição do Colégio Americano Batista de Vitória, com a perspectiva de servir como impulso para novas pesquisas sobre protestantes e escolas protestantes no Estado, contribuindo, assim, para o enriquecimento da História da Educação do Espírito Santo.

Na busca da identificação da filosofia educacional originária da instituição, vamos encontrar na Dissertação de Mestrado de Sandra Loureiro Faller (2009) “[...] uma investigação histórica, que procurou compreender a constituição do Colégio Americano Batista de Vitória”, assim lecionada: A educação pode ser considerada uma marca visível do povo batista. Sua paixão pelo estudo da Bíblia desenvolveu o interesse pela educação religiosa, cultivada nas Igrejas através das organizações de treinamento e da Escola Bíblica Dominical. Em razão disso, os templos batistas foram se tornando verdadeiros complexos educacionais, contando inclusive com o es-

tabelecimento de bibliotecas. A Educação chamada de Geral ou Secular teve a mesma origem: o desejo de abrir oportunidades para o estudo da juventude e de criar escolas com capacidade para exercer influência sobre a sociedade brasileira.

A contribuição dos batistas na área educacional é realmente notável, considerando tanto a qualidade quanto a quantidade. (FALLER, 2009).

CONTEXTO HISTÓRICO E MUDANÇAS ALGUNS REGISTROS

No Site Morro do Moreno <https://morrodomoreno.com.br/materias/colégio-americano-batista-de-vitoria.html>, também vamos encontrar uma síntese alusiva a história do Americano Batista de Vitória, trazida por José Paulo de Souza Filho, compiladas por Walter de Aguiar Filho, ambos membros do IHGES, em maio de 2012, tendo como fonte a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo n.º 44 — 1994:

Agradecemos a Deus o privilégio de apresentar ao povo capixaba, nas comemorações da Cidade de Vitória, a História do Colégio Americano, tenho certeza que o ideal de Loren Reno se tornou uma luz que não se apagará.

Alberto Stange Júnior foi o seu sucessor na grande obra, inaugurando uma segunda fase na vida do seu Educandário, que durou mais de 30 anos, com expansão do Colégio, construção de outros prédios e notável penetração na sociedade. As principais famílias de Vitória tinham seus filhos matriculados no Americano. Cresceu não só no aspecto físico, mas especialmente no seu produto, o ensino, com seus vários cursos Científico, Clássico, Contabilidade, Formação de Professores e vários outros.

Em 1936, ajudado pelo missionário A. J. Terry, Dr. Stange consolidou a estrutura jurídica do Colégio. Em 1941, construiu o Refeitório, a Biblioteca e uma grande área de cimento armado.

Em 1945 — Depois de vários cursos em funcionamento e grande número de matrículas, foi preciso construir novas salas de aulas e em pouco tempo foram inauguradas 11 salas no grande edifício Alice Reno.

Em 1955, na propriedade ao lado do Colégio, foi instalado o Jardim de Infância. Havia 1500 alunos e 60 professores.

Sua obra estendeu-se de tal maneira que o Colégio foi classificado em 1º lugar no inquérito promovido pela Sociedade Informativa da Imprensa Interamericana.

Além destas atividades, ainda funcionava o Curso Bíblico sob a direção do Pr. Carlos Leimann.

A administração Alberto Stange Júnior foi marcada pelo crescimento técnico-científico da entidade.

Em 1967, o Dr. Stange passava a direção ao educador Nelson Rangel, cuja administração se estenderia até 1982. Atenção especial foi dada aos cursos profissionalizantes, tais como:

Patologia Clínica, Desenhista e Projetista, Técnico de Química, Administração, Secretariado, Tradutor e Intérprete.

Dr. Alberto Stange Júnior era uma inteligência polifórmica. Foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Membro da Academia Espírito Santense de Letras, Professor, Advogado, Ex-Deputado Estadual e Ex-Presidente da Assembleia Legislativa, Membro de várias entidades culturais do Estado e do país. [...] Ocupou a cadeira na Ala (Academia de Letras e Artes), de Lisboa, Portugal. Honrou nosso Estado. Discípulo de Loren Reno, homem dinâmico, conhecedor dos mais elevados moldes de ensino, à época.

Na direção Derli Baiense o progresso foi sentido diariamente, o Colégio, podemos dizer, caminhou vitorioso, marcado por expressivo crescimento patrimonial, numérico e educacional.

<https://robertaes.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/11/o-colegio-foi-vendido1.pdf> Acesso em: 25 set. 2009.

É isso mesmo: o Colégio Americano Batista do Centro de Vitória foi vendido para a Prefeitura de Vitória. O negócio foi feito pelo Instituto Batista de Educação de Vitória — IBEV, instituição da Convenção que administra o Colégio Americano e a FABAVI, e recebeu o aval do Conselho Geral da Convenção Batista do Espírito Santo, no último dia 5, com **apenas um voto contra, o do Pr. Addison Caio Magalhães Cintra**. A notícia da venda, que surpreendeu a todos, batistas e não batistas, foi publicada recentemente num jornal de Vitória, mas, na verdade, o negócio entre a direção do Colégio e a Prefeitura já estava sendo tratado há mais de ano. Nossa igreja, fundadora do Colégio há quase cem anos, não foi sequer comunicada da transação. Alguém pode dizer que o Conselho do IBEV não tinha a obrigação de informar à Primeira Igreja Batista de Vitória sobre alienação do patrimônio do Colégio. Obrigação, talvez não tivesse, mas, por consideração, deveria tê-lo feito. Assim como as demais igrejas, só tomamos conhecimento da venda pela imprensa. Temos ainda a informação de que o patrimônio do Colégio em Jardim Camburi e em Campo Grande também foram vendidos e que o imóvel onde funcionam o Colégio Americano e a FABAVI na Praia do Canto já foi alienado para adquirir um terreno no Bairro Consolação, onde será construída uma nova unidade. O que se percebe, com tudo isso, é que a instituição criada por Loren Reno, em 1907, para ser um instrumento de evangelização e de formação de líderes cristãos, optou por tornar-se uma empresa, que compra e vende, cujo objetivo é o lucro financeiro e a competitividade no mundo da educação. Ou seja, o material tomou o lugar do espiritual. Qualquer espaço na mídia tornou-se mais relevante do que o jardim de oração. É uma pena que a evange-

lização tenha deixado de ser prioridade para o Colégio Americano há muito tempo e o sonho de Loren Reno foi ficando perdido ao longo dos anos. Hoje os números falam mais alto que os princípios que nortearam a criação da pequena escola, que nasceu na sala do casal Reno até chegar à magnífica propriedade que acaba de ser vendida. É lamentável que, às vésperas de completar cem anos, o Colégio Americano, fundado pelo grande Reno, deixa de existir no Centro de Vitória. Lá se vai a nossa história, num flagrante desrespeito à memória daqueles que, com tanto amor e sacrifício, plantaram a semente do evangelho e da educação batista confessional em nossa cidade. Com a venda do histórico imóvel, o Seminário Teológico Batista do Espírito Santo, o SETEBES, cujo diretor é o Pr. Gênesis Ferreira Bezerra, e que sempre funcionou nas suas dependências, fica numa situação extremamente difícil, pois, sem sede própria, depende agora da alternativa de espaço que a direção do IBEV vai apresentar. Vamos acompanhar atentamente o desenrolar dos acontecimentos. A propriedade do nosso Colégio Americano Batista do Centro vai ser transformada numa escola municipal, cujo nome, segundo informações, será São Clemente. Oremos pela Denominação Batista no Espírito Santo! Oremos para que o Espírito Santo tenha liberdade para agir no meio do seu povo e na vida dos seus líderes! Oremos para que haja mais humildade e menos soberba por parte daqueles que dirigem nossas instituições. Oremos para que haja mais dependência do poder do Senhor e menos confiança na força do homem. Oremos para que Deus tenha misericórdia de nós! Pr Oliveira de Araújo (PASTOR da PIB de VITÓRIA) – Grifo do original.

<https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20Autorizativas%202019/Mudan%C3%A7a%20de%20>

Denomina%C3%A7%C3%A3o%20-%202019/res5270-1.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE n.º 2.549/2011 Conhece do encerramento das séries iniciais (1.º ao 5.º ano) do Ensino Fundamental do Colégio Americano Batista de Jardim da Penha.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE n.º 2.875/2011 (Processo CEE n.º 444/2010), aprovado na Sessão Plenária do dia 22-12-2010 e validado na Sessão Plenária do dia 13-01-2011, RESOLVE: Conhecer do Encerramento das séries iniciais (1.º ao 5.º ano) do Ensino Fundamental do Colégio Americano Batista de Jardim da Penha, na Avenida Saturnino Rangel Mauro, n.º 2.961, Bairro Jardim da Penha, Vitória, ES, mantido pelo IBEV, Instituto Batista de Educação de Vitória, ES, a partir de 1º. do final do ano letivo de 2010. Vitória, 13 de janeiro de 2011.

ARTELÍRIO BOLSANELLO Presidente do CEE
Homologo

Em 13 de janeiro de 2011.

KLINGER MARCOS BARBOSA ALVES Secretário de Estado da Educação

* Publicada no Diário Oficial de 04-02-2011.

Origem: A instituição foi fundada em 1907 pelo missionário Loren Reno.

Em 2006, a Prefeitura de Vitória comprou o antigo prédio do Colégio Americano Batista.

Integração: Em 2010, o Colégio Americano integrou a Rede de Ensino Doctum, uma união que resultou na mudança de denominação e em investimentos na melhoria dos serviços educacionais.

Localização Antiga: O prédio histórico da “Chácara do Moscoso”, antigo local de funcionamento da instituição, atualmente é a sede do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Ernestina Pessoa.

O antigo Colégio Americano Batista de Vitória não foi "comprado" no sentido tradicional, mas sim adquirido pelo município em 2006, sendo preservado e adaptado para abrigar um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) que atende crianças. O prédio histórico, que é tombado pelo patrimônio público, atualmente funciona como CMEI Ernestina Pessoa.

Em entrevista, publicada em 2011, o presidente da rede que adquiriu a instituição assim se manifestou:

“Quais foram as principais mudanças que a rede trouxe para o Americano e a FABAVI?

Além de regularizarmos a situação administrativa e financeira das instituições, estamos sintonizando a FABAVI e o Colégio Americano à Rede Doctum, com relação à estrutura administrativa e pedagógica”.

<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/especial-publicitario/rede-de-ensino-doctum/ensino-doctum/noticia/2018/11/21/uma-escola-centenaria-educando-geracoes.ghtml> Acesso em: 21 nov. 2018. Rede Doctum

Há 110 anos no Estado, o Americano possui, atualmente, quatro unidades no Espírito Santo: em Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica, com turmas de educação infantil ao ensino médio e pré-vestibular.

Em novembro de 2010, a Rede de Ensino Doctum, que tem uma história de mais de 80 anos a serviço da educação, atuando no Estado do Espírito Santo e de Minas Gerais, anunciou a integração do Colégio Americano e da Faculdade Batista de Vitória (FABAVI) ao portfólio do grupo.

<https://comunhao.com.br/colégio-americano-comemora-105-anos/> Acesso em: 14 maio 2013.

A história do Colégio Americano Batista, em Vitória, foi lembrada nesta segunda-feira (13), em evento realizado no Cerimonial Le Buffet, em Vitória. Em uma noite especial, os 105 anos desta que é uma das instituições de ensino mais tradicionais do Espírito Santo foram celebradas por diretores, professores, autoridades e alunos do passado e do presente. O destaque ficou por conta da presença do general americano Loren Reno, sobrinho-neto e que tem o mesmo nome do missionário fundador do colégio.

O professor Cláudio Leitão, diretor-presidente da Rede de Ensino Doctum, que incorporou o Colégio Americano e FABAVI, também veio à Vitória e falou com a Comunhão sobre a importância do Americano para o Estado. “A construção da cultura e do desenvolvimento do Espírito Santo e dos capixabas passa pelo Colégio Americano. Não é possível separar o colégio da história do Estado. O Americano é um patrimônio de princípios e valores importantes. E, em um momento de mercantilização do ensino, resgatar uma história tão rica, feita de voluntariado, desprendimento e exemplos de determinação para as gerações futuras é muito importante. O fato do general Loren ter o mesmo nome do fundador do Americano, chama atenção e ele se emociona bastante com a história de seu antepassado em terras capixabas. Então, fizemos vários contatos e o convidamos. Estamos todos comemorando os 105 anos desta instituição histórica”, falou.

O general reformado da Força Aérea americana, Loren Reno, falou com emoção da história do seu tio-avô e da forma com que foi recebido. “É uma grande honra para mim estar aqui em nome de minha família. Os capixabas nos receberam de forma calorosa. Eu parablenizo o Colégio Americano por 105 de existência. São 105 anos de excelência, dedicados a criar homens e mulheres líderes.

Na sua fundação, havia um grande líder. Hoje, há um grande líder. Obrigado por continuar esta grande tradição”, disse ele.

Durante o evento foi realizada também a entrega do Prêmio de Mérito Escolar aos estudantes com melhor desempenho escolar no ano passado, além de uma programação com atrações culturais. Para o assessor especial do governo do Estado, Esmael Almeida, o Americano Batista construiu uma trajetória pautada pela educação de qualidade, aliada a princípios cristãos.

É um dia especial. Pudemos ver o testemunho de pessoas que passaram pelo Colégio Americano, uma entidade que marcou a história do Estado e construiu um legado na área da educação [...] Foi também ver a homenagem feita, através da presença de um membro da família, ao missionário e pastor Loren Reno, um que homem que deixou por aqui uma obra tão significativa para a educação e focada na Palavra de Deus, frisou. [...]

<https://esbrasil.com.br/educacao-como-instrumento-de-transformacao-da-sociedade/>. Acesso em: 14/06/2011.

O Colégio Americano Batista de Vitória (ES) atualmente funciona como a Escola Americano Doctum Vitória, localizada na Rua Joaquim Leopoldino Lopes, n.º 230, Bairro Consolação. A instituição, que foi integrada à Rede de Ensino Doctum em 2010, atende a diferentes ciclos de formação, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, buscando oferecer uma educação de qualidade com foco no desenvolvimento do aluno.

Detalhes da Instituição:

Nome Atual: Escola Americano Doctum Vitória

Endereço: Rua Joaquim Leopoldino Lopes, n.º 230, Bairro Consolação, Vitória – ES

[...]

Site: O colégio faz parte da Rede de Ensino Doctum, que pode ser acessada em Doctum.

<https://www.al.es.gov.br/Noticia/2017/10/33558/solene-celebra-110-anos-do-colegio-americano-no-es.html> Acesso em: 17 out. 2017.

Os 110 anos de história do Colégio Americano no Estado do Espírito Santo foram lembrados em sessão solene realizada na Assembleia Legislativa, na noite de segunda-feira (16). Pessoas que fazem parte da trajetória da instituição, entre elas alunos, ex-alunos, professores e ex-educadores, foram homenageadas. Houve a entrega da Comenda Loren Reno e de certificados.

<https://www.vitoria.es.gov.br/noticia/predio-antigo-do-colegio-americano-sera-preservado-pela-pmv-30312> Acesso em: 20 ago. 2018.

No final de 2006, a Prefeitura de Vitória comprou o prédio que foi restaurado e entregue em 2011.

A Prefeitura de Vitória vai preservar o importante e histórico prédio do antigo Colégio Americano Batista mesmo com as intervenções necessárias para a construção da nova Escola

Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) São Vicente de Paulo, que será erguida no complexo de edifícios Loren Reno, situado no Parque Moscoso. A preservação do patrimônio

histórico, aliada à oferta de educação de qualidade, são uma das principais diretrizes da atual gestão.

Nesta segunda-feira (20), foi publicado no Diário Oficial do Município o edital de licitação para a demolição de prédios em desuso e condenados pela Defesa Civil de Vitória. O local é composto pelos edifícios: Alberto Stange, A. J. Terry, Alice Reno, a quadra esportiva e apoio/vestiários e duas casas, localizados na rua Loren

Reno, 17. As demolições serão realizadas em 90 dias — após licitação e ordem de serviço — com investimento de R\$ 1,2 milhão.

Após a retirada dos edifícios, da quadra e das casas, será elaborado o projeto de contenção das encostas. Com o terreno limpo e a contenção projetada será elaborado, então, o projeto executivo do edifício que abrigará a EMEF São Vicente de Paulo, que, aliás, está completando 100 anos de existência. O prédio principal do complexo — tombado pelo patrimônio histórico e antiga sede do colégio Americano Batista — continuará abrigando o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Ernestina Pessoa, que atende 221 alunos nos turnos da manhã e tarde.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE-ES n.º 5.270/2019. Considera oficializada a mudança de denominação do Colégio Americano Batista de Vitória para Escola Americano Doctum Vitória.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE-ES n.º 5.634/2019 (Processo CEE-ES n.º 207/2018/SEP n.º 83504133), aprovado na Sessão Plenária do dia 06-08-2019, com fundamento na Resolução CEE-ES n.º 3.777/2014, RESOLVE: Considerar oficializada a mudança de denominação do Colégio Americano Batista de Vitória para Escola Americano Doctum Vitória, situada na Rua Joaquim Leopoldino Lopes, n.º 230, Bairro Consolação, município de Vitória, ES, mantida pelo Instituto Ensinar Brasil, CNPJ n.º 19.322.494/0001-59.

Vitória, ES, 20 de agosto de 2019.

MARIA JOSÉ CERUTTI NOVAES Presidente do CEE

Homologo

Em 20 de agosto de 2019.

VITOR AMORIM DE ANGELO Secretário de
Estado da Educação

<https://grafittinews.com.br/obras-no-antigo-colegio-americano-batista-de-vitoria-ainda-nao-tem-prazo-de-conclusao/> Acesso em: 15 fev. 2025.

Obras no antigo Colégio Americano Batista de Vitória ainda não tem prazo de conclusão

Entre a aquisição da antiga escola particular no Bairro Parque Moscoso pela Prefeitura de Vitória, ES, a elaboração de projeto, captação de recursos e o início das obras já somam 19 anos.

A Prefeitura de Vitória, ES, a PMV ainda não deu prazo para o término das obras do antigo Colégio Americano Batista de Vitória, no Bairro Parque Moscoso, que estão há 19 anos sendo prometidas para abrigar a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) São Vicente de Paulo. Esta última funciona há 19 anos no antigo Colégio e Convento do Carmo.

O local que já abriga o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Ernestina Pessoa e onde estão as obras que vai sediar a EMEF São Vicente de Paulo é onde funcionou o antigo Colégio Americano Batista de Vitória.

Nuances do último capítulo da história

Ano de 2003: marco importantíssimo na vida do Colégio Americano Batista de Vitória, a partir de uma surpreendente convocação prévia de reunião por parte do seu diretor geral, Pr. Derli Baiense Moreira, o mesmo comunica oficialmente, nesta reunião, com a presença dos representantes do Conselho Diretor do IBEV e ainda de vários convi-

dados do corpo docente, funcionários e alguns líderes batistas, numa manhã de sol naquele dia, o qual inclusive eu presente estava, que: “era hora de sair do colégio americano... do comando da instituição”, surpresa creio, para a maioria esmagadora das pessoas que conviviam no dia a dia do colégio, ainda mais considerando estar ele aposentado das suas funções da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, sem nenhum compromisso de exercício pastoral naquele momento e vivendo toda a expansão do IBEV, alavancada justamente no seu mandato e, também, por nenhuma alegação de problema de doença ou outra ocorrência de situação significativa na sua vida pessoal, foram trazidas à baila como motivos impeditivos de prosseguir à frente da instituição. Naquele momento. Fato é que, naquele momento rápido e singelo, sem delongas, ensejou hiato para que ocorresse, por força estatutária, a posse do Presidente do Conselho Diretor do IBEV, Pr. Jésus Silva Gonçalves. Vale lembrar que este conselho é eleito na assembleia da Convenção Batista do Estado do Espírito Santo, que acontece anualmente e, portanto, a ela vinculado, subordinado.

Iniciava ali, o menor tempo de gestão ocorrido na história da instituição, entretantes, a mais impactante. Sete anos em que o Americano Batista de Vitória, paulatinamente, viria deixar saudades em toda a comunidade envolvida.

Ainda sobre a saída do gestor anterior e a entrada deste último gestor/diretor... pensávamos ser por um período transitório/provisório, até que fosse indicado outro pelo próprio conselho, qual nada! Despiciendo omitir que pairaram, como de costume na cultura de nosso povo, confabulações dignas de estarem no rol das “teorias de conspiração...” estórias que só podem gravitar no mundo da imaginação ou no campo da maledicência de alguns fiéis, não tão fiéis assim, visto tratar-se de uma instituição de confissão religiosa, o que, via de regra, todos os seus atos devam estar acima de quaisquer suspeitas, mesmo as mais pueris.

Num cenário de expansão, e com a solução de continuidade de seu protagonista, oportunizou naquele momento, um clima de surpresa e incerteza, embora longe de imaginar-se que iniciara-se este novo momento, o derradeiro momento da história do Colégio Americano Batista de Vitória, instituição vigorosa nos princípios da educação pátria e portentosa nos valores morais, éticos e cristãos permeados no seio da sociedade capixaba, desde 06 de outubro de 1907.

Não demorou muito o aparecimento de “relatos” e sinais de que emergia uma meta-história, como, por exemplo, a mudança estética no espaço físico que centralizava o comando, que muito se criticou, uma delas foi: mudanças no gabinete do diretor geral da instituição que sofreu modificações drásticas de aparência. De paredes de alvenaria normais, houve uma conversão para uma estrutura chamativa com vidros espelhados, mormente nas faces externas, sem falar nos detalhes interiores que acompanharam a “intenção demarcatória de um novo momento de comando e da forma de comandar”, mas, tomado por alguns como um marco inicial no distanciar os diálogos costumeiros, os diálogos possíveis... encarnaram um tom “mais majestático”... contemporâneo, arquitetonicamente falando. A maioria das pessoas expressava admiração e que não justificava tal mudança, vista por muitos como ostentatória, por si só, até por causa do objeto administrado, qual seja: a educação e com viés de evangelização.

Outro aspecto externo percebido e preocupante à época foi que o novo gestor passou a circular com carro blindado e a maioria das pessoas temia pelo que de fato acontecera ou poderia estar acontecendo, preocupado-se com o mesmo. Oportunizou muitos comentários sobre o assunto. Porque uma atividade educacional, de sacerdócio, executada por um sacerdote, numa instituição de confissão religiosa e por ter uma mantenedora religiosa, de elevado conceito de valores humanos na sociedade que se encontrava inserida, desde o seu nascedouro, em 1907, traria tantos riscos pessoais a partir de

então? Por não haver fatos não parecia nem razoável imaginar que, por estar no exercício do cargo de diretor geral da instituição, cargo que inspirava honra e respeito e não embates/conflitos deletérios, ser, portanto, passível de uma medida de proteção pessoal/institucional a este nível!

Segundo Fabiano Goldacker sempre será um risco para a empresa, afastar os extremos da pirâmide organizacional [...] a função burocrática se torna mais importante que a produção[...] e serviços. Era o novo cenário inaugurado.

O que se infere da análise administrativa-histórica do quadro é que todos esses procedimentos, a necessidade de se fazer notar no referido cargo de gestão, em todos os momentos, levou, via de consequência, a esvaziar o portentoso gabinete da direção geral. Entretanto, o ato culminante desse modelo de gestão se consumaria com a transferência desse gabinete para um centro corporativo de um dos shoppings da região metropolitana de Vitória, embrenhado num dos andares do edifício, onde o filtro para acesso a qualquer demanda pessoal era inaugurada no térreo tal prédio que possuía três catracas eletrônicas a ultrapassar, isto, após um filtrar no atendimento de espaço térreo não do IBEV... a recepcionista validaria ou não a passagem por tais catracas. Enfim, alcançar o diálogo pessoal, tornara-se uma saga! Com certeza blindado mais ainda o acesso para as interrelações pessoais hodiernas necessárias e, como óbvia decorrência: um custo financeiro elevadíssimo para a manutenção de tal status num ambiente externo, ainda mais em um shopping.

Mas, porém, contudo, todavia, considerando que o IBEV tinha um conselho diretor que continuava a existir e com as mesmas prerrogativas, após a posse dada ao então presidente e, dentre outras competências, ser responsável por fiscalizar e balizar os atos administrativos decisórios que ocorriam e, considerando mais ainda que, na instância superior hierárquica deste conselho, encontrarmos sua total subordi-

nação à Convenção Batista do Estado do Espírito Santo, pressupõe, a validação, no mínimo tácita, de todas as tomadas de decisões estruturais e de logísticas acima noticiadas. Não se tem conhecimento se as tais “teorias da conspiração”, que cercaram todo o imbróglio, chegaram ao Conselho Diretor do IBEV ou mesmo à Convenção Batista do Estado à época. Fato é que o silêncio prevaleceu na oficialidade.

Conhecimento de manifestação contrária ao ocorrido no Colégio Americano encontramos do então Pastor da Primeira Igreja Batista de Vitória, Oliveira de Araújo que assim se manifestou:

[...] o Colégio Americano Batista do Centro de Vitória foi vendido para a Prefeitura de Vitória. O negócio foi feito pelo Instituto Batista de Educação de Vitória — IBEV, instituição da Convenção que administra o Colégio Americano e a FABAVI, e recebeu o aval do Conselho Geral da Convenção Batista do Espírito Santo, no último dia 5, com **apenas um voto contra, o do Pr. Addison Caio Magalhães Cintra**. A notícia da venda, que surpreendeu a todos, batistas e não batistas, foi publicada recentemente num jornal de Vitória... (grifo nosso)

Resgatando ainda, dentre toda a perplexidade que causou à sociedade capixaba, notadamente aos residentes na região Metropolitana de Vitória, mas principalmente à comunidade dos protestantes batistas, envolvida com a vida do Americano, um grupo de protestos organizou duas passeatas no Centro da cidade, no percurso do colégio até à Primeira Igreja Batista, na Avenida Beira Mar, o que não demoveu seus líderes de seus desideratos. Tal movimento teve como lideranças, pessoas da membresia da PIB Vitória. O IBEV foi vendido integralmente! Quanto aos valores, o “quantum accepti”, das transações efetivadas, se envolveu toda a situação patrimonial ou só o negócio Colégio Americano, e ainda quem, de direito, ven-

deu, quem adquiriu o negócio-escola do Colégio Americano Batista e Faculdade Batista de Vitória bem como tudo sobre o vasto e valioso patrimônio retro mencionado, só mesmo a Convenção Batista do Estado do Espírito Santo ou, especificamente sobre os imóveis, as prefeituras municipais e Cartórios de Registro de Imóveis onde tais imóveis se encontravam cadastrados.

Embora valores não tenham sido objeto, por isso não tratado com especificidade no presente resumo histórico, não nos parece difícil inferir que o recebido por todas essas transações, às épocas dos desfazimentos do Americano e FABAVI, deva ter proporcionado um significativo aporte financeiro.

Os patrimônios devem ter sido altamente avaliados, mesmo o do Centro de Vitória — pela sua metragem e edifício — bairro que à ocasião passava por uma desvalorização... mas o da Praia do Canto, Laranjeiras e Praia da Costa, sempre altamente valorizados, possivelmente superaram as expectativas. Por decorrência pensa-se que restou/sobrou pelo menos, para aqueles que protagonizaram todo este momento de descontinuidade da história dos batistas na educação no Estado do Espírito Santo pelo IBEV, os valores arrecadados com mencionadas negociações, para serem aplicados à evangelização, repetindo — um dos pilares da Missão Reno — e que durante muitos anos, possivelmente, estarão frutificando neste mister.

Evocando a premissa espiritual que permeia todo o ensinamento cristão batista e não se afastando do enfoque narrativo histórico no presente trabalho, pertinente é reiterar:

Entrementes, quis a história que a Instituição religiosa que havia acolhido em 1909 o Colégio Americano, logo após a sua fundação, noticiasse no seu Boletim Informativo, n.º 47, da Primeira Igreja Batista de Vitória (IBV), de 21/11/2010:

FIM. O dia 12 de novembro de 2010 ficará marcado para sempre como o dia em que os batistas

capixabas encerraram uma história de 103 anos: o Colégio Americano Batista, fundado por Loren Reno, foi transferido para um grupo educacional de Minas Gerais. A FABAVI também entrou na operação. Que o Senhor tenha misericórdia de nós!

Nota: Ainda bem que na venda do imóvel do colégio — Parque Moscoso — para a Prefeitura Municipal de Vitória em 2006, ainda restou à parte frontal da arquitetura que foi tombada pelo ente público, como patrimônio histórico, preservando assim para as gerações futuras, algo que poderia não ser tangível e contemplativo, patrimonialmente falando, ou seja, nenhum vestígio de sua existência, a não ser fotografias e relatos esparsos.

Referências

FALLER, Sandra Loureiro. *A constituição do Colégio Americano Batista de Vitória: entre a modernização do ensino e a missão religiosa* (1907 – 1935). 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2275/1/tese_5017_Sandra%20oureiro%20faller.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

NOSSA HISTÓRIA. PIBV. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <http://pibvitoria.org.br/historia-da-igreja/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SILVA, Irysson da. *90 anos de vitórias em Vitória: Breve história do Colégio Americano Batista de Vitória*. Vitória: Edições do IBEV, 1997.

OLIVEIRA, José Roberto de. *Plano de carreira versus crescimento do indivíduo e eficácia das organizações: o caso Instituto Batista de Educação de Vitória (ES)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, José Roberto de. *Plano de carreira versus crescimento do indivíduo e eficácia das organizações: o caso Instituto Batista de Educação de Vitória (ES)*. 1. ed. São Paulo: Scortecci, 2022.

COLÉGIO DO CARMO EM VITÓRIA (ES): ORIGEM, TRANSFORMAÇÕES E LEGADO EDUCATIVO-RELIGIOSO

*Regina Menezes Loureiro**

O Colégio do Carmo, localizado na cidade de Vitória, Espírito Santo, tem suas origens profundamente enraizadas na tradição da ordem religiosa carmelita. Essa ordem, ao se estabelecer na região, fundou um convento e uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo, marco significativo da presença católica na capital capixaba.

Segundo a historiadora Maria Stella de Novaes, o colégio passou a ser oficialmente reconhecido como Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em 1900 sob a liderança de Dom João Batista Corrêa Nery, primeiro bispo do Espírito Santo (1897–1901), que promoveu diversas ações de estruturação e fortalecimento da Igreja no Estado. A criação da instituição contou com o apoio decisivo das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, que vieram de outras regiões do Brasil com a missão específica de atuar na educação e na assistência social.

A Irmã Maria Horta, religiosa da ordem carmelita, reconhecida nacionalmente por sua atuação no campo social e educativo, foi diretora do Colégio do Carmo e, também do Orfanato Dona Zilma Ferreira, exercendo papel relevante na consolidação de práticas educativas e assistenciais voltadas às populações mais necessitadas da capital.

Ao longo do tempo, o Colégio do Carmo passou por mudanças administrativas, estruturais e pedagógicas, refletindo os diversos ciclos sociais e religiosos vivenciados pelo Espírito Santo. A sua memória permanece como símbolo da influência da Igreja Católica na educação capixaba. As Irmãs de Caridade de São Vicente de

* Escritora capixaba, advogada, membro do IHGES

Paulo, responsáveis pela administração do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, eram figuras conhecidas nas ruas de Vitória. Em suas raras saídas, eram facilmente identificadas pelos pesados hábitos em tecido azul-carbono e pelas chamativas cornetas — toucas imaculadamente brancas e engomadas — que cobriam suas cabeças, formando parte de sua indumentária característica.

Perfil Pedagógico do Colégio do Carmo (Vitória, ES)

O Colégio do Carmo dedicava-se à educação de meninas pertencentes às camadas mais altas da sociedade capixaba. Com pedagogia inspirada no “sistema preventivo” de orientação salesiana — baseava-se no trinômio ver, julgar e agir - buscava oferecer uma formação integral: intelectual, espiritual e social. O rigor moral permeava a vida escolar e incluía práticas religiosas (como a Primeira Comunhão realizada na capela do colégio), cerimônias de formatura no salão nobre e a tradicional exposição dos chamados “trabalhos de agulha”, que revelavam a valorização dos saberes femininos tradicionais. O ambiente interno do colégio assumia um ar conventual, quase claustral, marcado por regras rígidas de disciplina e comportamento. Tanto alunas internas quanto externas conviviam sob a vigilância constante das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo e dos professores. Conforme aponta Fernando Achiamé, esse ambiente disciplinar e devocional era o reflexo direto da missão ultramontana da Igreja Católica. O Colégio do Carmo, nesse contexto, consolidou-se como baluarte contra as influências liberais da educação pública, laica e republicana.

As aulas tiveram início em 1º de março (sem especificação do ano no trecho original, mas presumivelmente no início do século XX), com um total de nove alunas internas, vinte e três externas e

vinte e dois meninos — como aponta a historiadora Maria Stella de Novaes. Em 1909, o colégio recebeu autorização oficial para formar professoras para o ensino primário e “além de ser o primeiro educandário fundado no Espírito Santo sob a direção de religiosas, encerra, na sua história, páginas de abnegação e de trabalho constante pela formação moral e científica da mulher capixaba”. Em destaque a obrigatoriedade da saudação: “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!”, proferida pelas alunas ao entrarem nas salas ou ao receberem as irmãs para as aulas, ao que se respondia: “Para sempre seja louvado.” Esse cenário foi vivenciado pelo professor e folclorista Guilherme Santos Neves, que ali lecionou português. Em suas aulas promovia aprendizado participativo: reunia as alunas para cantarem toadas tradicionais, compor melodias ao piano, registrar diferentes versões dos folguedos e parlendas – transformando o folclore em conteúdo vivo e documentado. Embora o colégio fosse marcado por um modelo de forte conservadorismo pedagógico, o professor encontrou entre as alunas um verdadeiro “filão folclórico” — expressão utilizada por Fernando Achiamé — oriundo das diversas tradições culturais que as estudantes traziam consigo. Essa riqueza cultural, muitas vezes oral, era formada por cantigas, parlendas, modinhas, rodas de ciranda, toadas de lavadeiras, aboios e versos populares. Guilherme, atento a essa diversidade, transformou sua prática docente em oportunidade de pesquisa viva, sendo reconhecido pelas próprias alunas como alguém que revelava a “sabedoria insólita” da cultura popular que habitava o cotidiano escolar.

Sobre essa convivência com o professor, a escritora capixaba Bernadette Lyra, ex-aluna do colégio, registra com ênfase: “Havia uma paixão temporânea, uma dor e uma alegria de vida em tudo que ele dizia e fazia. Do divino ao escatológico, da mente ao corpo, nada do que era humano lhe parecia desprezível ou estranho. Eu nunca tive lição de liberdade maior” (*apud* Achiamé).

O Colégio do Carmo floresceu especialmente nas décadas de 1940 a 1960. Localizado no antigo Convento de Nossa Senhora do Carmo, na Rua Coronel Mascarenhas, centro de Vitória, o edifício histórico passou, ao longo dos anos, por várias destinações. Além de ter sediado o tradicional Colégio do Carmo, acolhe atualmente a Escola São Vicente de Paulo, e já abrigou a Secretaria de Estado da Educação e o Centro Tecnológico de Vitória, preservando sua relevância como espaço de memória e educação no coração da capital capixaba.

FORMAÇÃO NO COLÉGIO DO CARMO E A INFLUÊNCIA NA TRAJETÓRIA DE MARIA JOSÉ MENEZES

Como aluna interna do Colégio do Carmo, em Vitória (ES), Maria José Menezes recebeu uma educação primorosa, marcada por rigor intelectual, rígida disciplina moral e forte influência espiritual da tradição carmelita, ordem religiosa, conhecida por sua ênfase na contemplação, na oração e na busca de uma conexão profunda com o divino.

Nascida na Fazenda Panorama, no interior do Espírito Santo, Maria José como aluna interna teve sua sensibilidade e vocação educadora fortemente influenciadas. A vivência no Carmo não apenas consolidou os fundamentos de sua educação formal, mas também lhe proporcionou um contato precoce com manifestações artísticas, culturais e religiosas, elementos que mais tarde ecoariam em sua produção intelectual e em sua atuação como educadora e escritora.

Na década de 1930, o Colégio do Carmo funcionava como internato feminino e era amplamente conhecido pelo rigor disciplinar. Alunas internas, como Maria José, eram submetidas a uma rotina austera, que incluía normas de conduta minuciosas, como o uso de camisola durante o banho, proibição de atos considerados

“frívolos”, e vigilância constante por parte das irmãs. As punições por qualquer desobediência reforçavam o caráter conventual e a hierarquia moral da instituição.

O projeto pedagógico do colégio estava profundamente ancorado em valores religiosos e morais, buscando formar as jovens segundo os padrões de comportamento social vigentes. A preparação feminina voltava-se prioritariamente para os papéis tradicionais de esposa, mãe e dona de casa. Assim, ensinavam-se bordado, costura, boas maneiras, práticas religiosas, além do cultivo de habilidades artísticas.

Nesse ambiente, atividades artísticas e culturais também tinham lugar de destaque. As “festinhas dramatizadas”, encenadas sob a orientação da Irmã Paulina, eram eventos esperados com entusiasmo. As exposições de pintura e trabalhos manuais organizadas pela Irmã Maria Horta encantavam pela beleza e delicadeza, revelando o talento das alunas. Já a Irmã Teresa se destacava pelo incentivo à arte como prática pedagógica, contribuindo para a formação estética e sensível das estudantes.

Em 1911, o Colégio do Carmo foi oficialmente equiparado à Escola Normal, passando a oferecer formação para o magistério. Esta conquista representou um marco na educação feminina no Espírito Santo, pois possibilitou a entrada das mulheres na carreira pública como professoras. Esse avanço, alinhado ao padrão moral da época, consolidou o protagonismo das mulheres no ensino primário e, com o tempo, abriu caminhos para sua atuação em outras esferas da vida profissional.

Nos anos 1940, os rigores da disciplina continuavam marcantes. Ao chegar para as aulas, as alunas deviam formar fila e passar por revista coletiva. Era vetado o uso de esmalte, e exigia-se que o uniforme estivesse impecável: saia pregueada azul-marinho, blusa branca de mangas compridas e botões, sapato preto fechado (“sapa-

to-tanque”) e meias brancas altas (meias-americanas), que tocavam os joelhos. Fitas no cabelo só eram permitidas se fossem da mesma cor do uniforme.

A turma do magistério do Colégio do Carmo em 1934, da qual Maria José Menezes fez parte, é um exemplo emblemático da chamada “feminização do magistério” no Brasil. Com a criação das escolas normais, a presença feminina no campo educacional cresceu significativamente, superando os obstáculos iniciais e assumindo a maioria dos cargos na docência — sobretudo no ensino primário.

O edifício que abrigou o colégio, o antigo Convento do Carmo, passou por diversas ocupações ao longo de sua história. Em 1860, o espaço foi destinado a abrigar um Corpo da Polícia, e, em 1872, o governo provincial assumiu o prédio em definitivo, transformando-o em quartel militar.

O Colégio do Carmo, que funcionou até cerca de 1970, passou a abrigar outras instituições educacionais e administrativas. Localizado na Rua Coronel Mascarenhas, no centro de Vitória, o conjunto arquitetônico do antigo convento carmelita remonta ao século XVII

Ainda hoje, o edifício permanece como um dos principais marcos da cidade, representando um legado histórico e arquitetônico de valor inestimável. O Colégio do Carmo segue como símbolo da educação católica no Espírito Santo e da pedagogia inspirada na espiritualidade salesiana e carmelita — herança viva na memória de mulheres como Maria José Menezes.

PROFESSORA MARIA JOSÉ MENEZES

Após concluir sua formação no Carmo, Maria José retornou ao interior do estado para lecionar. Sua primeira experiência como professora foi na Escola da Fazenda Panorama, onde iniciou uma trajetória marcada pelo comprometimento com a educação, espe-

cialmente em contextos rurais e populares. Localizada na Fazenda, atendia crianças de sítios e propriedades vizinhas e buscava promover o homem do campo por meio da melhoria da qualidade de vida, através da educação.

No século XX, a vida de professoras primárias era marcada por uma combinação de idealização e restrições, com grande ênfase na moralidade e no comportamento. As escolas rurais enfrentavam desafios como a localização isolada, a dificuldade de acesso e falta de recursos, mas também foram palco de educação popular e engajamento comunitário. As escolas eram símbolo de dedicação e esforço, com os alunos percorrendo longos caminhos para chegar às aulas.

Referências

- NOVAES, Maria Stela de. *O CARMO – Colégio Nossa Senhora Auxiliadora 1650 – 1900 – 1950*, publicação do IHGES;
- MORAES, Achiamé Fernando Antonio de. *O Espírito Santo na Era Vargas*;
- Arquivo de família.

ENTRE POLÍTICA E MEMÓRIA: O JORNAL *O PROVINCIANO* E A PRESERVAÇÃO DA IMPRENSA CAPIXABA NO IHGES

*Karulliny Silverol Siqueira**

Resumo: Este artigo analisa o jornal *O Provinciano* editado e publicado no Espírito Santo em 1860, hoje preservado exclusivamente no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. A raridade dessa coleção evidencia uma lacuna historiográfica sobre a imprensa provincial capixaba e seus modos de circulação. A pesquisa fundamenta-se nos referenciais da história da cultura impressa, destacando a relevância do IHGES como guardião dessa memória coletiva. O estudo busca compreender tanto o papel do jornal na cena política e cultural da província quanto sua singularidade como patrimônio documental.

Palavras-chave: Imprensa; memória; século XIX.

Introdução

A história do livro e da cultura impressa tem demonstrado de forma sólida que as transformações trazidas pela tipografia ultrapassaram os limites da técnica e reconfiguraram profundamente as práticas sociais, intelectuais e políticas. Dentro desta temática, Elisabeth Eisenstein¹ interpretou a invenção da imprensa como uma verdadeira “revolução” capaz de estabilizar textos, ampliar a difusão do conhecimento e consolidar novas formas de memória cultural.

* Doutora em História Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Professora no Departamento de Arquivologia e no Programa de Pós-Graduação em História da Ufes. Associada efetiva do IHGES. E-mail: karulliny@yahoo.com.br.

¹ EISENSTEIN, Elisabeth L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

Marshall McLuhan², por sua vez, destacou os efeitos do meio tipográfico sobre a percepção humana, vendo na imprensa um agente estruturador de novas sensibilidades e de divulgação de conhecimento. Em estudos mais recentes, Roger Chartier³ acrescentou a essa discussão a necessidade de compreender a circulação dos impressos em suas dimensões materiais e nas práticas de leitura, atentando para as formas de apropriação pelos públicos. Já Robert Darnton propôs o importante modelo de “circuito da comunicação”, que evidencia as conexões entre autores, editores, impressores, livreiros e leitores.⁴ Juntos, esses aportes colocaram a cultura impressa como elemento central para a compreensão das sociedades modernas, que hoje podemos, sem dúvida, adaptar e utilizar para a discussão sobre a história da imprensa no Brasil, bem como para as províncias.

Assim, destacamos que essas interpretações encontram ressonância e especificidade no caso brasileiro. A introdução da tipografia em 1808, com a Impressão Régia⁵, inaugurou um processo que faria da imprensa não apenas um meio de difusão de notícias, mas uma arena de disputas políticas e de formação de opinião no contexto de consolidação do Estado-Nação. Como enfatiza Marco Morel⁶,

² MCLUHAN, Marshall. *A galaxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Nacional, 1972.

³ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1994. CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial, 1998.

⁴ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁵ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

⁶ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

o jornal tornou-se espaço de sociabilidade política e instrumento de mobilização, em especial no contexto da independência e das primeiras décadas do Império. Os escritos de Lúcia Bastos Pereira das Neves⁷ demonstraram como a imprensa foi fundamental para a circulação da cultura política constitucional, difundindo noções de cidadania e direitos. Marcello Basile⁸ reforçou essa perspectiva ao analisar o papel dos periódicos na formação do espaço público regencial, evidenciando o lugar dos jornalistas como mediadores entre elites políticas e leitores, e como divulgadores dos projetos de nação de Exaltados, moderados e Caramurus.

Nesse mesmo horizonte, é necessário ressaltar que a imprensa provincial, por sua vez, ampliou esse fenômeno para além da Corte e das capitais centrais, articulando o debate político nacional com as realidades e demandas locais. É nesse quadro que se insere o jornal *O Provinciano*, publicado em 1861 na província do Espírito Santo. Sua análise permite compreender como, mesmo em regiões consideradas periféricas no Império, havia intensa produção impressa, conectada às disputas nacionais, mas marcada por especificidades provinciais. Examinar o *Provinciano* significa, portanto, lançar luz sobre os modos pelos quais a imprensa capixaba integrou-se à vida política do Império, contribuindo para a circulação de ideias, a afirmação de identidades partidárias e a consolidação de uma esfera pública local.

O estudo da imprensa oitocentista no Brasil tem revelado não apenas a formação de uma esfera pública em construção, mas também os modos pelos quais diferentes províncias articularam suas

⁷ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820–1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

⁸ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: A era regencial 1831-1840). In: Keila Grinberg e Ricardo Salles. *O Brasil Imperial*. Volume II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

próprias experiências de modernidade, comunicação e política. No Espírito Santo, ainda que a produção tipográfica tenha sido menos volumosa do que em centros como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, a existência de periódicos como o *Provinciano*, publicado em 1860, indica a vitalidade de um espaço público letrado em formação e a busca por participação no circuito nacional da palavra impressa. A investigação desse jornal, no entanto, enfrenta um desafio particular: a singularidade de sua preservação, já que sua coleção não se encontra em arquivos públicos ou bibliotecas nacionais, mas apenas sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES).

Esse dado é, por si só, significativo. A exclusividade do acervo no IHGES nos coloca a refletir sobre o papel das instituições locais na constituição da memória capixaba e na salvaguarda de documentos que, de outro modo, poderiam ter desaparecido ao longo dos anos. Como lembra Roger Chartier, a história cultural da escrita só pode se desenvolver se for capaz de articular os suportes materiais aos usos sociais.⁹ Nesse sentido, o *Provinciano* é testemunho tanto de uma prática jornalística política específica quanto de uma trajetória arquivística marcada por lacunas, dispersões e sobrevivências fortuitas, próprias dos impressos do século XIX no Brasil.

A análise desse periódico deve considerar, portanto, duas dimensões complementares: de um lado, sua inserção na dinâmica da imprensa provincial, com seus temas, estilos e público-alvo; de outro, sua atual condição de fonte rara, restrita a um único acervo, o que reforça a pertinência de discutir a memória documental e o papel das instituições de custódia na preservação da história da cultura escrita. Nesse percurso, dialogamos com a historiografia da imprensa brasileira e com reflexões inerentes à arquivologia, sobre

⁹ Chartier, 1998, p.17.

memória e patrimônio documental¹⁰, a fim de propor uma leitura que entrelace história da imprensa e história da preservação, tomando o Provinciano como objeto central.

Nosso objetivo neste artigo não é esgotar a análise de todo o conteúdo do periódico. Pretende-se trazer à luz algumas características importantes do jornal, sobretudo, acerca de sua materialidade e o lugar que ocupou diante do contexto de aumento de publicações políticas ocorrido em 1860.

A imprensa capixaba e a década de 1860

A imprensa capixaba foi implementada na década de 1840 por Ayres Tovar, a partir de um contrato com a Assembleia Provincial que, desde 1835, definiu em legislação a necessidade de uma tipografia para a publicação de atos oficiais da província.¹¹ Como nos adverte Basilio Daemon¹², a tentativa de publicação do jornal que se denominava *Estafeta*, não logrou êxito. Dificuldades relacionadas à materialidade da folha dificultaram sua produção, fazendo cessar os trabalhos da tipografia. Para além dos empecilhos de caráter tipográfico, Tovar faleceu, e o maquinário que ficou sob os cuidados de sua esposa só foi vendido em 1848 para Pedro D'Azeredo. Assim, a partir do empenho do novo proprietário em novo contrato com a Assembleia Provincial consolidou-se a imprensa capixaba em 1849, com a publicação do jornal *O Correio da Vitória*.

¹⁰ BELLOTTO, Heloisa. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

¹¹ OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 2008.

¹² DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

Durante os primeiros anos de atividade, o *Correio* foi o veículo oficial da província, publicando atos e portarias expedidas pela administração, zelando pela manutenção das cláusulas de contrato com o legislativo. Em suma, esses primeiros anos de jornalismo foram marcados pela ausência de contendas políticas e quase inexistência de críticas ao governo provincial, posto que este era um dos preceitos a serem respeitados no acordo com o legislativo.¹³

Aos poucos, as tipografias ampliaram seu alcance na província com a entrada de novas tipografias que, de forma gradual, modificaram o cenário do jornalismo local, atingindo seu apogeu em 1860, momento em que se acentuou a produção de periódicos. O aumento do número de tipografias e de títulos publicados circunscreveu-se em um contexto político propício à difusão e circulação de ideias, evidenciando que a província do Espírito Santo estava de fato se inserindo no jogo político partidário da Corte.

O cenário político desta quadra foi marcado por reformulações partidárias na Corte, impulsionadas, sobretudo, pelas dissidências entre Liberais e Conservadores e pela atuação da chamada Liga Progressista.¹⁴ As disputas partidárias e os debates do legislativo visualizados no Rio de Janeiro parecem invadir a política provincial, que utiliza a imprensa como veículo condutor dos debates políticos. Como acentua Basílio Daemon, 1860 representa o momento da “explosão da imprensa política”.¹⁵ É necessário destacar que várias destas

¹³ Siqueira, Karulliny Silverol. O advento da imprensa na província do Espírito Santo e os primeiros anos de atividade editorial no século XIX: uma análise sobre o jornal *Correio da Vitória*, 1849-1855. Almanack, Guarulhos, v.39, p.1-32, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/j394CmNghDD-C33BPBTsbQGG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2025.

¹⁴ BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista: Parlamento, sistema representativo, e partidos nos anos de 1860. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos das. (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.295-324.

folhas foram efêmeras e, muitas vezes, criadas em prol de alguma disputa eleitoral. No entanto, a alta produção das tipografias deste período merece, sim, destaque, pois além de evidenciar a consolidação da produção impressa local, aponta o lugar dos periódicos como instrumentos de delineação das identidades políticas no Espírito Santo.¹⁶

No entanto, não queremos aqui demonstrar que a ampliação da atividade tipográfica provincial fora um mero resultado dos desdobramentos da Corte. Na verdade, acentua-se que as disputas políticas e partidárias vindas do Rio de Janeiro acabam por salientar as dissidências e demandas locais. Assim, em uma investigação anterior denominada *Imprensa e Partidos Políticos no Espírito Santo*, também publicada pelo IHGES, em 2013, evidenciamos a relação entre a década de 1860 e a consolidação dos partidos Liberal e Conservador na província.¹⁷

Naquela ocasião, a pesquisa destacou a emergência de um jornal intitulado *O Tempo*, com ampla participação de Marcellino Pereira de Vasconcellos em sua redação, e trazendo à luz traços embrionários de uma defesa da identidade liberal local. Os redatores de *O Tempo* precisaram enfrentar os redatores de uma tipografia destemida, situada na Rua do Piolho, nº4.¹⁸ Ali publicava-se *O Provinciano*.

O Provinciano: perfil, circulação e materialidade

A tipografia na qual publicava-se *O Provinciano* pertencia a Emilio Francisco Guizã, um indivíduo muito envolvido no jornalismo capixaba. Os esforços desse redator representam parte sig-

¹⁵ Daemon, 1879.

¹⁶ SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *Imprensa e Partidos Políticos na Província do Espírito Santo, 1860-1880*. Vitória: Cadernos de História, IHGES, 2013.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ *Idem*.

nificativa em meio à já citada “explosão da imprensa” ocorrida em 1860, indicada por Daemon em suas memórias.¹⁹ Naquele contexto, Guizã já possuía uma trajetória importante como dono de tipografia e empreendedor na área do jornalismo local. Em março de 1860 publicou em Vitória o jornal *O Mercantil*, que teve curta duração. Após publicar o *Provinciano*, o redator investiu na produção de outros jornais de cunho político e recreativo como *O Picapau* e *O Periódico dos Pobres*, todos ainda na década de 1860.

Anos mais tarde, Guizã investiu sua carreira de redator no sul do Espírito Santo, estabelecendo em Benevente o jornal *Estrella do Sul*, em 1867. Imprimiu 27 números daquele periódico em Anchieta, finalizando em 22 de dezembro de 1867 a publicação naquela localidade. Em 5 de janeiro o jornal passou a ter sua impressão em Vitória (a partir do número 28).²⁰

Na cronologia da imprensa capixaba elaborada por Amâncio Pereira, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* n. 02, consta que *O Provinciano* foi publicado em Vitória, pela primeira vez, em 7 de setembro de 1860. Segundo o autor, o jornal pode ser considerado político e noticioso, além de ser portador de ideias conservadoras.²¹

O proprietário, Emílio Francisco Guizã, que também exercia a função de diretor da tipografia, dividia a escrita do periódico com alguns companheiros. Os principais redatores indicados por Amâncio Pereira em seu estudo são os Drs. José Camillo Ferreira Rabello e Antônio Joaquim Rodrigues que, posteriormente, fora substituído por Dr. Joaquim José Fernandes Maciel.²²

¹⁹ Daemon, 1879.

²⁰ *O Estado do Espírito Santo*, n.2752, 1892.

²¹ PEREIRA, Amâncio. História da Imprensa Capixaba. *Revista do IHGES*, nº 3, 1922.

²² *Idem*.



Fonte: O Provinciano, 06 de dezembro de 1861 – nº 122.

O *Provinciano* se intitulava um jornal político e noticioso. A partir das informações contidas nos exemplares a que tivemos acesso, a assinatura custava 5\$000 reis por semestre. Era composto por quatro páginas, em um espaço de 180 x 315 mm, onde o texto era disposto em três colunas.

A folha exibia uma linguagem baseada em tom satírico e de crítica política. As discordâncias e desaprovações do jornal tinham endereço certo: a redação de *O Tempo*. O intuito era rebater constantemente as falas e análises de Marcellino Pereira de Vasconcellos

feitas naquele jornal. Marcellino foi muitas vezes denominado pelos redatores do *Provinciano* como o “padeiro” ou o “Belchior” do Tempo, ironizando sua atuação como redator e intelectual. Nos parece que a crítica residia no fato de que, na visão do periódico, Marcellino via-se como uma figura muito mais importante do que realmente era. Enquanto em *O Tempo*, o redator exibia suas análises e denúncias sobre a política local, No *Provinciano*, os redatores alertam para o fato de que, naquela tipografia, existem homens de igual ou maior valor, mas que não precisam de exaltação da própria figura como o redator do *Tempo*:

Sr. Simplicio, declare ao Belchior que os colaboradores do *Provinciano* são bem conhecidos, posto que não se proclamam escritores públicos. São dois homens formados em Direito, e de posição social, além de alguns amigos que prestam o seu contingente a bem dos verdadeiros interesses da província. Entre os cavalheiros do *Provinciano* não há – Rebouças – em miniatura e nem maranhenses em grande escala.²³

Em diversas passagens do jornal, os redatores olham com desconfiança a posição de Marcellino Pereira de Vasconcellos atrelada às ideias liberais da Corte. Em uma passagem no n.122 chama o redator do Tempo para o debate, debochando de sua suposta adesão ao partido: “O Sr. José Marcellino saberá quais são os princípios do partido Liberal? O Curioso”²⁴

Vasconcellos é o tempo todo acusado pelo *Provinciano* de ambicionar seu próprio benefício em tudo o que faz na província. Para os redatores, todas as críticas feitas por Marcellino em o *Tempo*, direcionadas ao presidente de Provincia Costa Pereira, por exemplo,

²³ *O Provinciano*, n.122, 06 dez. 1861.

²⁴ *O Provinciano*, n.122, 06 dez. 1861.

são justificadas por seus caprichos não terem tido êxito com aquele administrador, posto que Marcellino fora então demitido de seu cargo.²⁵ Em uma das edições, o redator F. Rebello do *Provinciano* explica no n. 6 de *O Tempo*, que Marcellino até mesmo o acusa de infringir os artigos 160 e 264 do código criminal. A querela inicia-se pela acusação do redator do *Provinciano* de usar verbas públicas de forma errônea. A oposição alocada em *O Provinciano* utiliza o jornal para sanar a questão, indicando que Marcellino usou de má fé ao denunciar algo que desconhece.²⁶ Os embates entre o *Provinciano* e *O Tempo* são inúmeros e muito ricos no que se refere à compreensão da dinâmica política local. No entanto, a análise torna-se um pouco difícil a partir da ausência das edições de *O Tempo* que, infelizmente, possui apenas um número preservado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

As contendas da província eram também exploradas na seção *Mofina*, uma coluna muito frequente nos jornais da época, escrita em tom satírico ou de crítica social e política, que fazia uso do termo como marca de ironia. O título já sinalizava ao leitor que estaria diante das “mofinas” da vida pública: os infortúnios, as trapalhadas administrativas, as pequenas desventuras da política provincial.

Para além da política, o jornal liderado por Guizã mostra-se como uma verdadeira vitrine social e cultural do que ocorria na capital na década de 1860. O periódico relata, por exemplo, a encenação de peças teatrais, tal como a peça *Dois renegados*. A folha elogiou intensamente a atuação no teatro União Capixaba. Finalizam a análise parabenizando os envolvidos e oferecendo honras à Antunes, Dorothéa e Victor pelo desempenho na peça. O jornal ainda destaca um fato interessante, enfatizando que o exemplo da-

²⁵ *O Provinciano*, n.123, 10 dez. 1861.

²⁶ *O Provinciano*, n.123, 10 dez. 1861.

quele teatro, que retirou homens vestidos de mulheres, e possivelmente deu às mulheres esta incumbência, deveria ser seguido por todas as peças locais.

A folha, assim como as demais da localidade, atuava como veículo de informação para os habitantes da província, transcrevendo publicações de jornais de outras partes do Brasil e trazendo aos capixabas assuntos variados. Entre as publicações, percebe-se o destaque dado ao noticiar a morte de D. Pedro V, em Portugal²⁷, prestando glórias ao monarca. O periódico também dedicou espaço significativo para noticiar o naufrágio do *Hermes*, em Macaé, uma embarcação que seguia para Campos. Os redatores lamentaram o ocorrido e destacaram que naquele acidente faleceu Manoel Antônio de Almeida, autor de *Memórias de um sargento de milícias*, publicado em 1854.²⁸

As disputas políticas do jornal influenciaram sua dinâmica de publicação. Na edição de 24 de dezembro de 1861, os redatores informaram aos leitores que, a partir de então, a tipografia mudaria os dias de publicação. A motivação vinha da produção de *O Tempo*, que passou a publicar nos mesmos dias de *O Provinciano*: terças e sextas-feiras. Desta forma, o editor indicou que passariam a imprimir o jornal na quinta-feira e aos domingos, a fim de que a população capixaba tenha jornais quase todos os dias da semana. Nesta mesma edição, o redator de *O Provinciano* adverte ao público leitor que nos três últimos números de *O Tempo*, o jornal passou a ser mais comedido, cessando suas injúrias e o tom difamador com que iniciou sua vida pública no cenário jornalístico de Vitória.²⁹

Ao analisar aspectos inerentes à materialidade dos exemplares do jornal *Provinciano*, observa-se a presença de pequenos traços

²⁷ *O Provinciano*, n.123, 17 dez. 1861.

²⁸ *O Provinciano*, n.126, 20 dez. 1861.

²⁹ *O Provinciano*, n.127, 24 dez. 1861.

verticais próximos às palavras impressas como, por exemplo, no caso registrado antes do termo “defensor”. Esses sinais não correspondem a elementos compositivos do texto, mas derivam das condições técnicas da oficina tipográfica de Guizã. Tratam-se, muito provavelmente, de resíduos de tinta acumulados nas laterais dos tipos móveis, transferidos para o papel durante a pressão da impressão. Tal ocorrência podia resultar tanto do desgaste natural dos tipos de chumbo, reutilizados até o limite de sua vida útil, quanto de práticas de limpeza incompletas, realizadas de modo apressado devido ao ritmo intenso de produção, dentro de uma tipografia limitada.



Fonte: O Provinciano, 17 de dezembro de 1861 – nº125

Esses traços revelam aspectos fundamentais da materialidade da imprensa provincial oitocentista. Em primeiro lugar, testemunham o reaproveitamento constante de materiais, indício de um fazer tipográfico que conciliava economia e improviso em âmbito local. Em segundo lugar, expõem o caráter artesanal da produção, marcada por imperfeições que não eram obstáculo à circulação e ao impacto cultural dos periódicos. Como lembra Roger Chartier, a materialidade nunca é neutra: cada marca ou falha de impressão constitui também um vestígio das condições sociais e técnicas que possibilitaram a existência do texto.³⁰ Assim, o simples traço residual na página do *Provinciano* não deve ser visto como um erro irrelevante. Na verdade, pode ser identificado como chave interpretativa para compreender o funcionamento do cotidiano das oficinas tipográficas do Espírito Santo no século XIX que, de forma acelerada, mantinham a circulação dos impressos e a participação na vida política.

O estudo feito por Amâncio Pereira destaca que em 1863, com a derrota do partido conservador, em 9 de agosto de 1863, ocorreu a saída do Dr. Joaquim Maciel, levando ao fim da publicação do *Provinciano*.³¹ Das edições publicadas, poucas restaram para compor a memória do jornalismo capixaba. Em levantamento feito para este estudo, constatou-se que apenas o IHGES detém uma coleção desse periódico.

A preservação de *O Provinciano* no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

A presença da coleção do jornal *O Provinciano* (1860) no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)

³⁰ Chartier, 2014.

³¹ Pereira, 1922.

levanta questões centrais sobre a importância dessa instituição para a preservação de fontes da imprensa capixaba. Fundado em 1916, o IHGES desempenha, desde então, um papel crucial na salvaguarda de documentos e impressos locais, funcionando como espaço de memória e como guardião de um patrimônio importante para a história da cultura escrita e impressa do Espírito Santo. Essa condição singular nos leva a refletir sobre a manutenção da coleção que só sobreviveu porque uma instituição local assumiu a responsabilidade de mantê-la, auxiliando na composição da história do jornalismo do Espírito Santo.

Para além do jornal analisado neste estudo, como fonte relevante para a trajetória da produção editorial capixaba oitocentista, vale também ressaltar a riqueza contida no Catálogo das Coleções Espaciais e Obras Raras da Biblioteca Augusto Lins (IHGES)³², no qual figuram diversos documentos e coleções de suma importância para a composição das lacunas ainda existentes na historiografia capixaba. Assim, a preservação de *O Provinciano* no acervo do IHGES, aponta para a importância de iniciativas de caráter local dentro da perspectiva de preservação de arquivos e patrimônio cultural como parte de nossa história. Como explicita Heloisa Belloto:

O arquivo [...] é a principal testemunha da história local. [...] constitui o patrimônio cultural dessa mesma comunidade. A preservação do patrimônio cultural significa a preservação da memória de toda uma sociedade que tenha produzido e acumulado aquele patrimônio, é a soma de todos os saberes, fazeres, comportamentos e experiências que, a partir dos seus objetos, regis-

³² Brasil. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. *Catálogo das Coleções Espaciais e Obras Raras da Biblioteca Augusto Lins*. Maria Dalva Pereira de Souza (org.). – Vitória: IHGES, 2012.

tros de produtos concretos foram produzidos no evoluir desta Sociedade.³³

Considerações finais

A análise do jornal *O Provinciano* permite compreender a complexidade da vida política e cultural capixaba na década de 1860, revelando tanto as disputas partidárias quanto a materialidade da produção tipográfica. O estudo evidencia ainda como a imprensa provincial foi espaço de afirmação de identidades locais, em diálogo com as tensões do Império. A preservação do periódico exclusivamente no acervo do IHGES destaca o papel crucial das instituições locais na manutenção da memória coletiva e no resgate de fontes raras. Refletir sobre esse percurso é também reforçar a importância da história da cultura impressa na construção de narrativas sobre a província. Assim, *O Provinciano* emerge não apenas como testemunho jornalístico, mas como patrimônio documental que ancora a memória da imprensa capixaba.

Referências

FONTES

O Estado do Espírito Santo
O Provinciano

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista: Parlamento, sistema representativo, e partidos nos anos de 1860. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos das. (org.). *Repensando o Brasil do*

³³ Belloto, 2014, p. 135.

Oitocentos. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.295-324.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: A era regencial 1831-1840). In: Keila Grinberg e Ricardo Salles. *O Brasil Imperial*. Volume II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BELLOTTTO, Heloisa. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Brasil. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. *Catálogo das Coleções Espaciais e Obras Raras da Biblioteca Augusto Lins*. Maria Dalva Pereira de Souza (org.). – Vitória: IHGES, 2012.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1994.

_____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial, 1998.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Nacional, 1972.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 2008.

PEREIRA, Amâncio. História da Imprensa Capixaba. *Revista do IHGES*, nº 3, 1922.

Siqueira, Karulliny Silverol. *Imprensa e Partidos Políticos na Província do Espírito Santo, 1860-1880*. Vitória: Cadernos de História, IHGES, 2013.

_____. O advento da imprensa na província do Espírito Santo e os primeiros anos de atividade editorial no século XIX: uma análise sobre o jornal *Correio da Victória*, 1849-1855. Almanack, Guarulhos, v.39, p.1-32, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/j394Cm-NghDDC33BPBTsbQGG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2025.

TUBERCULOSE – A MUSA BRANCA

*Jorge Elias Neto**

Resumo: Não há exagero na afirmação de que a história da tuberculose é a história da civilização. Com essa citação o escritor capixaba Tulo Hostílio Montenegro começa o livro *Tuberculose e literatura – Notas de pesquisa*. A tuberculose pode ser considerada a “doença da escrita”, e esta constatação nos é apresentada pelo autor capixaba. Foram poucos os autores que se dispuseram a realizar um trabalho profundo e definitivo, capaz de demonstrar que a tuberculose, em todas as suas fases clínicas, em diversos momentos históricos e circunstâncias evolutivas da sociedade humana, é uma doença capaz de influenciar criador e criatura. Partimos da obra de Tulo Hostílio para realizar uma “atualização” sobre a importância da tuberculose na literatura em prosa e verso e demonstrar que, dessemelhante nas características individuais, existe uma resposta homogênea dos autores quando confrontados com o bacilo de Koch, porque “um tuberculoso é o mesmo em qualquer parte do mundo, internacionalizado pelo mesmíssimo bacilo...”

Palavras-chave: Tuberculose. Literatura. Poesia. Romance. Tulo Hostílio Montenegro.

Fanarás poeticamente...
Todas as tuas tosses serão líricas,
Todas as tuas hemoptises serão românticas...
Jamil Almansur Haddad

A fim de imaginarmos, de forma aproximadamente precisa, determinada pessoa, temos antes de mais nada de estudar a sua época, fase em que podemos até mesmo ignorá-la, para depois, a ela retornando, encontrar o maior agrado na sua contemplação.
Carta de Goethe a Karl Friedrich Zelter (1758-1832).

* Poeta, cronista, ensaísta, médico graduado pela UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), especialista em cardiologia pela SBC (Sociedade Brasileira de Cardiologia) e em marca-passo pelo SOBRAC (Sociedade Brasileira de Arritmia Cardíaca). Mestre em Fisiologia cardíaca pela UFES. Fellow em eletrofisiologia cardíaca pela Universidade de Paris VI. Membro da AEL e do IHGES.

“Não há exagero na afirmação de que ‘a história da tuberculose é a história da civilização.’” Com essa citação de John B. Haweso, o escritor capixaba Tulo Hostílio Montenegro (1916-96) começa o livro *Tuberculose e literatura – Notas de pesquisa*, publicado em 1949 (2ª ed. ampliada, 1971).

Aos mais jovens, pode ocasionar certo estranhamento que durante bastante tempo, não só em nosso país como em todo o Mundo, a tuberculose tenha sido a doença mais fatal que, por circunstâncias que discutiremos, tomando como pilar central a obra de Tulo Hostílio, tenha inspirado a produção de poetas e escritores. Apenas como exemplo, listamos alguns dos principais autores da literatura universal que foram acometidas por essa doença: Milton, Pope, Walt Whitman, Goethe, Descartes, Locke, Kant, Spinoza, Jane Austen, Balzac, Rousseau, Emerson, Novalis, Tchekov, Gorki, Dostoiévsky, Schiller, Shelley, Cícero, Poe, Leopardi, Becquer, Musset e Camus.

Nascido em Vitória, Tulo Hostílio foi estatístico, primeiro no IBGE, depois na Organização dos Estados Americanos, em Washington, onde se radicou com a família. Foi membro de várias instituições científicas americanas (como a *American Academy of Political and Social Science*) e mereceu obituário no jornal *Washington Post*. Seu livro dedicado à Dama Branca (a tuberculose) foi acolhido com entusiasmo pela crítica brasileira. Dela disse Sérgio Milliet em *O Estado de São Paulo*: “Nossa literatura crítica carece de obras do gênero da que escreveu Montenegro. Elas ajudam a compreender melhor a criação artística.” E Érico Veríssimo, em carta ao autor: “Li com grande prazer o seu livro. [...]. Muito obrigado em nome dos tuberculosos dos meus romances!” A reedição de 1971 inclui dez páginas de “Apreciações críticas”.

À parte o esmero técnico e o significado literário e artístico da obra, Tulo parte de uma assombrosa revisão bibliográfica (522

referências) e da coleta de um número impressionante de artistas, 713 deles portadores de tuberculose. Mas o que chama a atenção é o conteúdo humano que aflora de suas páginas. A dedicatória do livro – “À memória de minha mãe, meu pai e Nilo –, também tuberculosos”, Carlos Burlamaqui considera “a mais honesta, franciscana e bela dedicatória de que a literatura brasileira pode orgulhar-se”.

O livro está dividido em três partes: a trajetória da tuberculose desde a pré-história; a “Tuberculose na primeira pessoa do singular”, examinando poetas (por escolas literárias) e prosadores; e a “Tuberculose transferida”, abordando “a representação literária e artística da enfermidade”, ou seja, os personagens típicos na poesia e na prosa de ficção.

“Todas as doenças têm história”, disse Jacques Le Goff. A tuberculose acompanha a raça humana desde a pré-história e dela se acharam vestígios em múmias egípcias 5.000 anos a.C. Assírios e persas já se referiam a ela. Quanto aos hebreus, as opiniões se dividem. Alguns acham que a doença era desconhecida na Judeia e outros alegam que os hebreus a adquiriram dos egípcios, tendo-lhes o contato prolongado garantido imunidade superior à de qualquer outro povo. Neste caso, teriam significado especial várias passagens do Antigo Testamento, entre as quais as do Deuteronômio e do Levítico: “Porei sobre vós o terror, a tísica e a febre, que consomem os olhos e esgotam a vida.”

Hipócrates acreditava, erroneamente, em seu caráter hereditário: “um tísico nasce de outro tísico”. Já Areteu da Capadócia dá um passo à frente, descrevendo acuradamente a enfermidade sob o aspecto clínico.

Na Idade Média, “os séculos das trevas”, nada se acrescentou de substancial ao conhecimento da enfermidade. Entra-se em:

um deserto de quinze séculos, durante os quais não se avança um passo no estudo da tuberculose. [...] A opinião volta a contentar-se com a pri-

mitiva explicação do castigo divino e as preces que devemos levantar ao céu para libertar-nos da enfermidade contraída. [...] É como se a Medicina tivesse retrocedido, no rumo dos espíritos malignos e dos encantamentos.

Chega-se então ao Renascimento, e a investigação não mais se interrompe. Morton (que morreu de tuberculose) em seu tratado sobre *Phtisiologia*, cunha a expressão “tuberculose pulmonar”; Laennec, também vitimado pela tuberculose, descobre a auscultação pulmonar; Villemin demonstra tratar-se de doença contagiosa; Pasteur desenvolve a doutrina bacteriana; e Robert Koch isola o bacilo transmissor da doença.

No século XIX, a tuberculose se firmou como grave problema social, ocasionando a morte de 1,5 milhão de pessoas por ano, além de deixar em inúmeros sobreviventes um rastro de sequelas físicas, psicológicas e sociais de difícil solução. Em seu estudo, Tulo priorizou a literatura produzida nessa época, que é a da escola romântica. Chamava-se a tísica então de doença da escrita. Theniers-Puget descreve-a como “causadora de vida mental mais intensa, elevando a iluminação interior ou mesmo determinando-a”. Como diz Tulo, “é como se as belas-artes atraíssem o bacilo, ou o bacilo, junto com a febre e as pontadas, desencadeasse o amor das artes, mormente o das letras”. E, como exemplo, ouçamos o conselho dado pela mãe ao poeta Rodrigues de Abreu e transformado em verso: “Meu filho, deixa de fazer versos;/ Ouvi dizer que todo poeta morre tísico..”

Com base no culto do eu, os poetas expressavam, segundo o *Dicionário de termos literários*, de Massaud Moisés, extremo pessimismo, sensação de perda de suporte, apatia moral, melancolia difusa, tristeza, culto do mistério, do sonho, da inquietude mórbida, tédio irremissível, sem causa, sofrimento cósmico, ausência da alegria de viver, fantasia desmesurada, atração pelo infinito, desen-

canto em face do cotidiano, desilusão amorosa, nostalgia, falta de sentimento vital, depressão profunda, abulia, resultando em males físicos, mentais ou imaginários que levam à morte precoce ou ao suicídio.

Como veremos quando tratarmos da poesia romântica, “época houve em que, por desconcertante sortilégio, a tuberculose chegou a fazer-se querida, veículo de morte nobre e desejada para homens que encontraram, no lento aniquilamento que ela proporcionava, sua libertação de um mundo que não os satisfazia”. De raízes na Idade Média, esta cresce de ser a tuberculose “tema de amor e de inspiração poética” fomentadora da lenda “poética e sexual” dos bardos e musas atingidos pelo “extremado amor” veiculado pela doença. Essa idealização, através de um processo gradual, determinou não só sua aceitação, mas também o “embelezamento do triste e até do repugnante” — golfadas de sangue equivaliam à “espuma de color de rosa”.

Uma apaixonada romântica, “saltando de alegria”, oferece ao amado o lenço manchado de sangue golfado do peito, dizendo-lhe, feliz:

... Ven
Y mira! Gracias al cielo,
Estoy tísica también!

Diante de tantas posturas e raciocínios extremados da intelectualidade, não é de causar maior espanto que Frederic Chopin, tuberculoso famoso, tenha ditado moda de vestimenta e de postura com suas maneiras delicadas, sorriso triste e notória palidez cutânea. O mesmo ocorrendo com o violinista Paganini que viu todas as vestimentas da época serem usadas “à Paganini”. Este período, nos conta Tulo, foi denominado da “poitrinaire” (tuberculoso, em português), que “invadiu” a arte, o sentimento, o amor e a vida. Uma verdadeira “neurose coletiva”. Mais uma vez o ontem, nos dizendo de hoje...

Essa motivação rendeu frutos, embora viesse a se tornar um anacronismo após as primeiras décadas do século XX. A tuberculose como estilo só se justificava, quantitativamente, no século XIX, o “século de ouro da tísica”, e no começo do século XX.

Mas foi Afonso Arinos, no ensaio de crítica psicológica sobre Bandeira, quem estabeleceu uma diferenciação definitiva entre esses dois períodos quando afirmou que “a diferença entre os poetas antigos e os poetas modernos está em que os primeiros morriam e os segundos se curam de tuberculose”.

Não foi possível a Tulo Hostílio uma análise sociológica dessa disparidade entre o comportamento dos literatos no final do século XIX, particularmente dos românticos, em contraposição ao tísico-modelo do modernismo, Manuel Bandeira. Isso certamente se deve ao fato de que, quando da leitura e busca de fontes bibliográficas pelo autor, ainda existisse uma carência de textos que abordassem a sociologia da saúde e a psicologia social, textos estes que só vieram a ser apresentados no início da década de 50, em particular as publicações do sociólogo norte-americano Talcott Parsons.

Um traço característico da tuberculose foi que os indivíduos que a adquiriam se associavam como numa verdadeira “sociedade secreta”, com estatutos e hierarquia próprias. Basta uma leitura do clássico de Thomas Mann, *A montanha mágica*, para nos certificarmos dessa particularidade. Esse aspecto era tão claro que, já na década de 50, Koestler, estudioso das minorias, incluiu os sanatórios tísicos entre os “guetos que não são judeus”, junto com os cárceres, os campos de concentração, os mosteiros, as colônias de artistas, as minorias étnicas, os grupos homossexuais, as seitas religiosas e as agremiações políticas.

Outra questão preponderante no final do século XIX é que se acreditava que a tuberculose estava intrinsecamente ligada à hereditariedade (conceito hipocrático) e às condições de vida, como

habitação e trabalho. A noção da doença implicava a noção de herança de morte. A moléstia era herdada enquanto constituição e, na época, a morte sobrevinha porque a cura inexistia. Embora abrandado na Europa a partir da segunda metade do século XIX, esse traço se manteve forte no Brasil, sendo defendido por muitos médicos, mesmo no início do Estado Novo.

Quatro dos mais significativos poetas românticos brasileiros pagaram tributo à tuberculose: Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu e Castro Alves.

Vejamos o que nos diz Álvares de Azevedo, autor de *Lira dos vinte anos*, sobre a musa branca: “Coração, por que tremes? Vejo a morte,/Ali vem lazarenta e desdentada.../ Que noiva!... E devo então dormir com ela?/ Se ela ao menos dormisse mascarada!”

Casimiro de Abreu foi o poeta do “Amor e medo”, que chegou a dizer que “queria a tísica com todas as suas peripécias, queria ir definhando lyricamente, soltando sempre os últimos cantos da vida e depois expirar no meio de perfumes debaixo do céu azulado da Itália, ou no meio dessa natureza sublime que rodeia o Queimado”. E assim foi... A tuberculose arrebatou-lhe a vida aos 23 anos de idade. E em seu poema “No leito”, Casimiro nos diz novamente da Musa: “A febre me queima a fronte/E dos túmulos a aragem/Roçou-me a pálida face;/ Mas no delírio e na febre/ Sempre teu rosto contemplo...”

Castro Alves, autor de poemas que se eternizaram por sua potência e beleza, em seu poema “Adeus”, desabafa: “Quis te odiar, não pude. — Quis na terra/ Encontrar outro amor — foi-me impossível. / Então bendisse a Deus que no meu peito/ Pôs o germe cruel de um mal terrível”. E é no poema “O tísico” — que teve o título alterado para “Mocidade e morte” — que colhemos esta estrofe definitiva: “Morrer — é ver extinto dentre as névoas/O fanal que nos guia na tormenta;/ Condenado — escutar dobres de sino/ — Voz da morte,

que a morte lhe lamenta —/Ah! Morrer — é trocar astros por cí-
rios,/ Leito macio por esquife imundo;/ Trocar os beijos da mulher
— no visco/ Da larva errante do sepulcro fundo. / Ver tudo findo...
Só na lousa um nome,/ Que o viandante a perpassar consome. [...] Adeus!... Arrasta-me uma voz sombria,/ Já me foge a razão na noite
fria!...”

Os parnasianos foram mais longevos. Vários trataram o tema (às vezes em tom de escárnio), mas poucos sucumbiram à doença. A tuberculose era um traço anacrônico e descabido, findo o romantismo. Como deixou claro Carvalho Filho : “Odeio as virgens pálidas, cloróticas, / Beleza de missal que o romantismo/ Hidrófobo apregoa em peças góticas,/ Escritas nuns acessos de histerismo.”

Mas a tuberculose, “pulando” a escola da impassibilidade, “foi tornar-se íntima dos simbolistas”. A inclusão de Augusto dos Anjos entre os simbolistas já se fazia motivo de debate quando da publicação do livro de Tulo Hostílio. Afinal, como situar o insituável autor de Eu? Poeta mórbido-pessimista, Augusto dos Anjos, embora erroneamente tenha sua morte atribuída à tuberculose (morreu em decorrência de uma pneumonia), em duas quadras de longa poesia externou sua percepção sobre esse mal: “Falar somente uma linguagem rouca, /Um português cansado e incompreensível, /Vomitando o pulmão na noite horrível /Em que se deita sangue pela boca! /Expulsar, aos bocados, a existência /Numa bacia autômata de barro /Alucinado, vendo em cada escarro /O retrato da própria consciência...”

Ainda dentro do movimento simbolista, Tulo Hostílio destacou a poetisa Auta de Souza, “a mais espiritual das poetisas brasileiras”, que, mesmo morta, continuou sendo invocada pelos espíritos, que lhe psicografaram versos. Dela selecionamos os versos retirados do poema “Dolores”: “Dentro de minh'alma doída, chorosa,/De pobre moça tuberculosa, / Cheio de medo, tremulo, incerto/ Bate com força meu coração.// E assim morrendo, coitada, aos poucos, /

Convulsa e fria, louca de espanto,/ Solto suspiros, gemidos roucos,/ Olhando as cruzes do Campo Santo,// Porque me lembro que muito breve/ Leva-me a ele tanta dor física,/ E dentro em pouco, branco de neve,/ Verão o esquife da pobre tísica”.

Outro simbolista tuberculoso foi Cruz e Souza. Poeta discreto, que pouco tratou da tuberculose como tema, em seu poema “Assim seja!” nos passou a ideia que a indesejada teria sido recebida com serenidade e coragem: “Fecha os olhos e morre calmamente!/ Morre sereno do Dever cumprido!/ Nem o mais leve, nem um só gemido/ Traia, sequer, o teu Sentir latente.// Morre com a alma leal, clarividente,/ Da Crença errando no Vergel florido/ E o pensamento pelos céus brandido/ Como um gládio soberbo e refulgente.// Vai abrindo sacrário por sacrário/ Do teu Sonho no templo imaginário,/ Na hora glacial da negra Morte imensa...// Morre com teu Dever! Na alta confiança/ De quem triunfou e sabe que descansa,/ Desdenhando de toda a Recompensa!”

Simbolista pouco conhecido nos nossos dias, Max Vasconcelos resumiu com os seguintes versos o impacto dos poetas coetâneos: “Dos que ficaram como eu: tossindo.../ Monjas brancas e poetas simbolistas./ Curtindo o mesmo mal que eu vou curtindo...//Dos que morreram desejando, ver/ O Pôr do Sol com as derradeiras vistas/ Dos que morreram como eu vou morrer...”

Já no século XX começa a declinar a associação entre tuberculose e criação artística, passando a identificar-se a doença como grave problema de saúde por sua persistência e propagação. De mal romântico passa a mal social, o que contribuiu para a estigmatização social do enfermo.

No Brasil, a falta de interferência efetiva do poder público levou ao surgimento de Ligas (sendo a principal encabeçada pelo médico carioca, radicado em São Paulo, Clemente Ferreira) que propagaram os métodos de profilaxia vigente e criaram sanatórios. Osvaldo

Cruz implementou a assistência pública à doença. Nos anos 1920 ocorreram a Reforma Carlos Chagas e a vacinação dos recém-nascidos com BCG. Em 1936 Manoel Dias de Abreu desenvolveu a abreugrafia, otimizando o acesso à investigação radiológica da população. Por fim, em 1943, dá-se a descoberta da estreptomina pelo americano Selman Waksman (Prêmio Nobel de Medicina), possibilitando o tratamento e o controle efetivos da tuberculose. Enumerando-se assim, passam despercebidos uma série de atropelos, retrocessos e embates existentes dentro da classe médica e entre esta e os órgãos oficiais (seja da Velha República ou do governo Vargas), mas não foi esse o objetivo principal do ensaio elaborado por Tulo Hostílio.

Manuel Bandeira, ressalta Tulo, é o personagem “mais importante da literatura brasileira, se se considera a influência da tísica sobre a gênese e o desenvolvimento de uma vocação literária. Em nenhum outro intelectual patricio teve a identificação com a doença tão permanente caráter”.

Destaque-se um comentário de Ribeiro Couto dirigido a Bandeira ao recebê-lo na Academia Brasileira de Letras: “Não fora o acidente da enfermidade, não teríeis talvez escrito a vossa obra, isto é, a mesma obra, com os seus motivos fundamentais, vividos por experiência direta. Faltaria o tormento de olhar a vida pela janela sem poder tomar parte no voluptuoso tumulto; dessarte, não viríeis a descobrir depois dos quarenta anos o reino de Pasárgada – país dos recalques em liberdade, dos antigos desejos compensados, das alegrias enfim permitidas.”

“Eu faço verso como quem morre”, nos sussurra Bandeira. E a Ribeiro Couto responde: “Se não for isso, não farei mais nada, porque em mim o poeta é a tuberculose. Eu sou Manuel Bandeira, o poeta tísico”. E disse mais: “A moléstia não chegou sorrateiramente, como costuma fazer, com emagrecimento, febrinha, um pouco de

tosse, não: caiu [...] de supetão e com toda a violência, como uma machadada de Brucutu”.

A morte anunciada, numa época sem penicilina, assombrou o imaginário do poeta condenado, tecendo o tempo que se esvai na tediosa espera do fim. Bandeira passou a vida esperando a morte e morreu aos 82 anos. “A vida inteira que podia ter sido e que não foi”.

Em um dos poemas de *Carnaval*, “A Dama Branca”, a morte e a tuberculose mostram inteiras:

A Dama Branca que eu encontrei,
Faz tantos anos,
Na minha vida sem lei nem rei,
Sorriu-me em todos os desenganos.

Era sorriso de compaixão?
Era sorriso de zombaria?
Não era mofa nem dó. Senão,
Só nas tristezas me sorriria.

E a Dama Branca sorriu também
A cada júbilo interior.
Sorria como querendo bem.
E todavia não era amor.

Era desejo? – Credo! de tísicos?
Por histeria... quem sabe lá?
A Dama tinha caprichos físicos:
Era uma estranha vulgívaga.

Era... era o gênio da corrupção.
Tábua de vícios adúlteros.
Tivera amantes: uma porção.
Até mulheres. Até meninos.

Ao pobre amante que lhe queria,
Se lhe furtava sarcástica.
Com uns perjura, com outros fria,
Com outros má.

— A Dama Branca que eu encontrei,
Há tantos anos,
Na minha vida sem lei nem rei,
Sorriu-me em todos os desenganos.

Essa constância de anos a fio,
Sutil, captara-me. E imaginai!
Por uma noite de muito frio,
A Dama Branca levou meu pai.

Quem seria a Dama Branca: a tuberculose — Musa Branca — ou a morte? Diz-nos Emanuel de Moraes tratar-se de “uma transposição de conceitos, mas não de sentimentos em relação à morte”, sendo então a Dama Branca “a mulher representativa do seu erotismo exacerbado. [...] a união de temas num só corpo — numa só Musa — sem aquele horror do poeta romântico”. A Dama Branca seria, “criatura luminosa e ao mesmo tempo corrupta”, sendo simplesmente “a personificação da tísica na sua concepção poética”.

A tuberculose entre os prosadores, nos diz Tulo, teve seu reconhecimento comprometido ao longo dos tempos devido à carência de dados. O que aconteceu de notório é que o preconceito contra os prosadores tísicos foi muito maior que com os poetas. Como se a tísica fosse, como já sinalizamos anteriormente, lugar-comum e desejável para os jovens lívidos bardos veneradores da Musa Branca. Estes se situavam “confortavelmente”, aos olhos da sociedade novecentista e do início do século XX, em sua relação com Thánatos. Mas não podemos nos furtar da lembrar o romancista Graciliano Ramos, que contraiu tuberculose nas prisões do governo, durante o Estado Novo. Em *Memórias do cárcere* Graciliano retratou, de forma clara e irretocável, se mantendo como documento histórico, o “lado sinistro de uma ditadura frequentemente considerada suave”. Outro notório tuberculoso foi nosso dramaturgo maior Nelson Rodrigues, que teve sua primeira peça ensaiada durante sua inter-

nação no sanatório de Campos de Jordão, quando se encontrava internado para tratamento da tísica.

Tuberculose e literatura é um marco na literatura brasileira. Foram poucos os autores que se dispuseram a realizar um trabalho profundo e definitivo, capaz de demonstrar que a tuberculose, em todas as suas fases clínicas, em diversos momentos históricos e circunstâncias evolutivas da sociedade humana, é uma doença capaz de influenciar criador e criatura, “dessemelhante nas características individuais, mas homogênea nas reações perante o bacilo de Koch. Porque, como dizia Stênio sobre João Alphonsus:

Um tuberculoso é um elemento sem pátria, nem fronteiras [...] Um ladrão chinês é um ladrão chinês, diferentíssimo do ladrão turco, brasileiro, norte-americano, a começar pelas coisas que furta, como furta, etc. Um sujeito honesto é também diferente em cada país, como o gigo-lô, o político, o funcionário público, o vendedor ambulante. Mas um tuberculoso é o mesmo em qualquer parte do mundo, internacionalizado pelo mesmíssimo bacilo...

Ouçamos, por fim, o que nos diz o poeta Barbosa de Freitas, de muitos desconhecido e, pelo autor capixaba, resgatado em seu leito de morte na Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza:

Sombras da noite eterna, horríveis sombras,
O que buscais em torno do meu leito?!
Vireis trazer-me o bálsamo da vida,
Ou alertar a esperança no meu peito?
Sombras da noite eterna, horríveis sombras!

Deixai, deixai-me em plácido sossego!
Inda lobrigo, à tênue luz dos sonhos,
Nos meus vergéis as gramas viridentes,
Meus perfumosos lírios tão risonhos!
Deixai-me, deixai-me em plácido sossego.

Sinto saudades das manhãs de moço,
De ti. Maria – inocentinha hebreia,
Mas... qual da noite a luz do fogo errante,
De minha vida a lâmpada bruxuleia,
Sinto saudades das manhãs de moço,
.....

Sombras da noite eterna, horríveis sombras!
Não me oculteis da vida a claridade...
Não me lanceis tão cedo, oh! Impiedosas!
Na enxovia fatal da eternidade!
Sombras da noite eterna, horríveis sombras!
.....

É cedo ainda, oh! pálidos coveiros!
Ainda quero beber venturas, enganos...
Quero cantar a minha doce aurora,
Que me sorri aos meus vinte e dois anos!
É cedo ainda, oh! pálidos coveiros!
.....

Tenho nojo do esquife, odeio as nênias!
Causa-me tédio o sino que retumba.
Maldigo o seco crepitar dos círios,
Prostra-me a ideia da sombra tumba.
Tenho nojo do esquife, odeio as nênias!

Sabei agora, oh! lívidos fantasmas!
Quando meu ser cair na dura estrada
Como a lua que se apaga à ventania
Voltarei ao temor, ao grande nada!
Sabei agora, oh! lívidos fantasmas!

Referências

MONTENEGRO Tulo Hostílio. *Tuberculose e Literatura* – Notas de pesquisa – Segunda edição revista e aumentada, 1971. Rio: A Casa do Livro.
CASTELLANOS Marcelo E. P. e NUNES Verardo Duarte. A Sociologia da Saúde: Análise de um Manual. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 15(2):353-371, 2005.

ADAM, Philippe & HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da medicina*. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: Edusc, 2001.

MACIEL M. S., MENDES, P. D., GOMES, A. P. e SIQUEIRA-BATISTA, R. A história da tuberculose no Brasil: os muitos tons (de cinza) da miséria. *Revista Brasileira de Clínica Médica*. São Paulo, 10(3):226-30, 2012.

OLIVEIRA Rafael Soares. *O último tísico: A imagem tuberculosa na poesia de Manuel Bandeira*. Caligrama. Belo Horizonte, 11:93-100, 2006.

ANTUNES J. L. F., WALDMAN, E. A., MORAES, M. A tuberculose através do século: ícones canônicos e signos do combate à enfermidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2):367-379, 2000.

GONÇALVES, Helen. *Peste branca; um estudo antropológico sobre a tuberculose*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

BERTOLLI FILHO, Claudio. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

REALISMO FANTÁSTICO, HISTÓRIA E IMAGINAÇÃO NA OBRA DE ADELPHO POLI MONJARDIM

*Francisco Aurelio Ribeiro**

Adelpho Poli Monjardim (1903-2003) é um caso *sui generis* na literatura brasileira produzida no Espírito Santo, pois transitava entre a literatura *tout court* e a documental, de uma maneira pacífica, sendo reconhecido por seus pares tanto pela qualidade de suas obras produzidas pela imaginação quanto por aquelas geradas por pesquisas históricas, como as biografias de figuras ilustres como Caxias, Tamandaré, Santos Dumont, Bolívar e San Martín ou sobre os conhecimentos acumulados sobre o Espírito Santo e Vitória, seu berço natal.

Romancista, jornalista, político, servidor público, político, historiador, geógrafo e esportista, na juventude, era figura conceituada na sociedade vitorense, membro atuante do IHGES e da AEL, em que ingressou em 1973. Empresário malsucedido, administrador eficiente na Prefeitura de Vitória, Adelpho Monjardim vinha da família mais aristocrata de Vitória, os Monjardim, era filho do Barão de Monjardim, uma família que se destacou na política e nas armas. Adelpho, no entanto, foi uma exceção, pois se destacou nas letras. É o que afirma, em seu depoimento de 1986:

Nasci para as letras, vocação demonstrada desde a infância. No Ginásio Espírito-Santense, o Professor de Português, Dr. Jonas Meira Bezerra Montenegro, renomado literato e um dos Patronos da Academia Espírito-santense de Letras costumava passar descrições, que feitas em

* Professor e Escritor. Pertence à cadeira 06 da Academia Espírito-santense de Letras (AEL). Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)

casa, seriam lidas em classe. Tomei muitos zeros, porque o Professor julgava não serem feitas por mim, o que não deixava de ser um elogio. Até o momento em que deponho, 21 de abril de 1986, tenho dezesseis livros publicados e sete Prêmios Literários, sendo o quarto de âmbito nacional. Entretanto, fui muito boicotado. As minhas atividades literárias causavam moossa a determinados escribas que postulavam o domínio das nossas letras. Para mim tanto fazia ser o primeiro ou o último no “rank”. Escrever era o meu “hobby”. A modéstia, a minha companheira de sempre. A vaidade é negação da inteligência, isola os indivíduos.

Talvez por sua origem aristocrática ou, ainda, por sua pouca escolarização, visto que só tinha a educação primária, feita no Rio de Janeiro, e a secundária, no Colégio Estadual, situação semelhante à da historiadora Maria Stella de Novaes, a elite intelectual com formação universitária, criada na ou pela Ufes, ignorou sua obra. Somente encontrei sobre ele e sua obra uma pequena referência feita pelo Prof. José Augusto Carvalho, em “Panorama das Letras Capixabas”, publicado na *Revista de Cultura – Ufes*, em 1982. Além disso, nem uma linha sequer escrita de crítica literária sobre a sua obra, cerca de duas dezenas, publicadas de 1942, quando lançou a novela “*O Mistério da Ilha de Trindade*”, ao “*Entrevista de Guayaquil*”, precioso e bem documentado relato histórico sobre a conquista dos povos sul-americanos pelos espanhóis, desde Vasco N. Balboa, sob “a indiferença fatalista dos fortes e a mesma paixão pela pilhagem mesclada por um forte zelo pela propagação da Fé” (p.8). Em sua última obra publicada, Monjardim contrasta a violência e a crueldade da conquista espanhola à contemporização dos lusitanos, com menos pressa na conquista. Em sua obra, o autor relata a destruição violenta das culturas originárias, sobretudo as astecas,

maias e incas, num processo sanguinário de 300 anos e a luta pela independência das colônias espanholas, no início do século XIX, com a atuação de Miranda, Bolívar e San Martin, os principais líderes da América. O título da obra se refere ao acordo firmado em Guayaquil, entre Bolívar que a desejava para a Colômbia e San Martin, para o Peru. Eram os dois os libertadores do Norte e o Sul. Com a morte dos dois heróis, Guayaquil passa fazer parte do país chamado Equador, em 1830. Nesse livro, seu “canto de cisne”, Adelpho Poli Monjardim demonstra todo o seu conhecimento histórico sobre a América Latina, sua capacidade de lidar com fontes históricas pertinentes e a sua clareza na redação de um texto documental de nossa história.

Em “*O Tesouro da Ilha da Trindade*”, sua primeira obra literária, Adelpho Monjardim, embora iniciante, já apresentava maturidade linguística e estética, fruto de suas muitas leituras. O que desejo destacar, neste ensaio, no entanto, é a mistura de realidade e fantasia, característica da obra ficcional adelphiana. Conforme ele mesmo diz, no Prefácio à primeira edição:

Quando me propus escrever a novela *O Tesouro da Ilha da Trindade*, determinei de forma que a mesma não fosse apenas filha da fantasia, mero trabalho de ficção. Lenda ou realidade, essa história fabulosa viveu momentos de extraordinário esplendor ao apagar das luzes do século XIX, quando inúmeras expedições esquadrinharam os seus montes e vales à cata do fantástico El Dourado [...]

Para concluir:

Como de início expus, esta novela não é fruto exclusivo da imaginação. Calçada sobre episódios históricos e mundialmente conhecidos vem reviver a pitoresca e estonteante lenda que fez pulsar

milhares de corações aventureiros e tornar conhecido de nós mesmos esse pedaço do Brasil, relegado ao esquecimento pela distância quase invencível que nos separa.

Assim, as lendas em torno de tesouros escondidos na Ilha de Trindade foram o motivo para o imaginário de Adelpho criar os personagens Ricardo Taylor, o Dick, filho de inglês e de brasileira e seu amigo Martinho de Nova, tenente da Marinha, que se aliam para ir em busca de um tesouro na Ilha da Trindade. Saem do porto de Vitória, em 1897, no “Albatroz”, com uma tripulação de 25 homens, comandados pelo Mestre Rodrigues. Ao chegarem à Ilha, descobrem Marina, filha do Mestre, e partem em busca do tesouro, que, no entanto, é protegido um estranho vulto, o Solitário, “um bichão ermo e grosso, com dois olhos que deitavam fogo”. Após uma semana na ilha, muitas aventuras e perseguições ao monstro, chegam à caverna onde havia o tesouro guardado por ele. Martinho luta, ferozmente, com o monstro e vence-o, mas o tesouro se perde nas profundezas do oceano junto com o seu guardião. Regressam a Vitória e Martinho ao Rio, mas promete voltar para ir em busca do tesouro perdido no fundo do mar. Dick, o narrador, termina a narrativa prometendo narrar, na próxima, a aventura que viveram, no mesmo cenário, quando voltaram, dez anos depois, em busca do tesouro perdido. É o final típico de uma novela de ação, como se pode observar, prometendo ao leitor novas aventuras:

As peripécias dramáticas desta segunda expedição, levada a efeito dez anos mais tarde, pretendo, como a estas, enfeixar num livro que legarei aos meus filhos, se a minha saúde precária, irremediavelmente comprometida pelo clima inóspito da Trindade, o permitir.

Em sua primeira obra, Adelpho Monjardim já se apresenta como mestre desse gênero literário, a novela de ação, um modelo

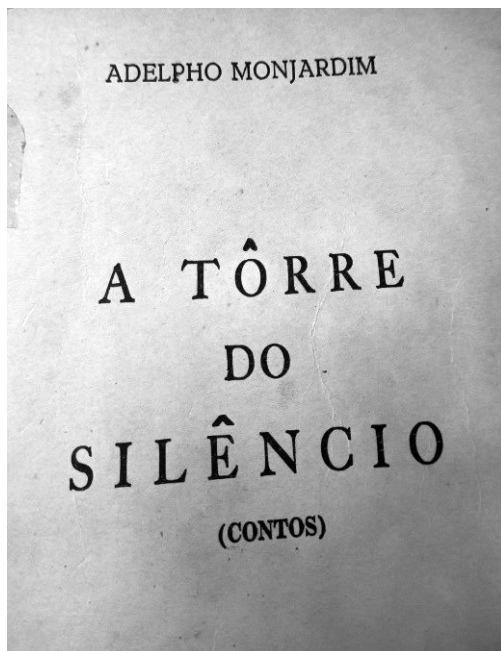
vencedor no século XIX e na primeira metade do século XX, cultivado por vários autores, bem como uma extraordinária capacidade de elaborar diálogos, para prender o leitor à sua narração. A presença do elemento “estranho”, misto de homem/animal, o solitário guardião, que luta até a morte para preservar o tesouro, também é outro elemento que caracteriza a narrativa realista fantástica, cultivada em outros livros do autor, como nos contos de “*A Torre do Silêncio*” e as “*Novelas Sombrias*”, em 1944. O realismo fantástico, em suas várias vertentes, o fantasmagórico, o estranho, o maravilhoso, foi sempre cultivado na literatura, e sua origem está no mito. Segundo J.L. Borges, o notável escritor argentino:

[...] costuma-se dizer que o relato fantástico, como gênero mais ou menos definido, aparece no século XIX, na literatura anglo-saxônica. Essa ideia, cremos, é demasiado parcial para ser verdadeira. Se recordarmos alguns dos temas recorrentes do conto fantástico — as aparições de fantasmas ou de seres desconhecidos, as viagens através do tempo, as metamorfoses, os animais fabulosos, os poderes extraordinários, os feitos simultâneos em mundos paralelos, ou a imortalidade — não são assuntos privativos dos dois últimos séculos. Encontram-se em tempos e espaços remotos. (In: *Literatura Fantástica*. Madri. Ed. Siruela, 1985).

Todavia, pode-se observar que as duas obras citadas de Adelpho Monjardim estão totalmente inseridas no realismo fantástico, com os elementos clássicos do gênero predominante no século XIX, consagrado por Edgar A. Poe, Hoffman, H.G.Wells, Hawthorne e tantos outros. Adelpho Monjardim não escreve à moda de Kafka, seu contemporâneo, ou dos brasileiros Murilo Rubião ou J. J. Veiga. Seu realismo fantástico, ou fantasmagórico, é o do século XIX, sem as nuances psicológicas pós-freudianas a que se costuma associar o

fantástico moderno. Assim, nos seis contos de *“A Torre do Silêncio”*, personagens e cenários são estrangeiros, exóticos à nossa realidade. Em *“Vinte minutos na Lua”*, o jovem jornalista nova-iorquino Bill, ao entrevistar um místico hindu, é submetido a uma experiência de ir ao lado desconhecido da Lua, por vinte minutos, em companhia da jovem Diana, assistente do guru; em *“Uma noite de horror”*, a experiência é passar uma noite de terror, numa casa abandonada, a *“Casa da Morte”*, onde 15 anos atrás, ocorrera o assassinato de um fazendeiro por seu capataz; em *“A Torre do Silêncio”*, o cenário é a Índia, em 1857, na época da dominação inglesa. A história narrada por um oficial inglês, tempos depois, ocorreu durante a Revolta dos Cipayos, um levante armado dos indianos contra os ingleses, quando ele e um colega devem levar uma mensagem a um batalhão inglês e é preso, ferido, e colocado na torre do silêncio, onde os mortos eram colocados para serem devorados por abutres; o conto *“O Satanás de Iglawaburg”* ocorre em 1914, perto de Praga, quando o narrador, Ernest Beir, recebe um bilhete de um colega da universidade, para visita-lo em seu castelo. Ao chegar lá, encontra o amigo preso à maldição de uma tela que retrata Satanás, o Gênio do Mal, trazida por um seu antepassado. O amigo enlouquece, incendeia o castelo e morre, pouco tempo depois, no hospício, enquanto o narrador se preparava para a Guerra, que incendiou a Europa. O quinto conto, *“O Purba”* retrata as aventuras de um jovem brasileiro “filho dos Pampas”, que sai pelo mundo, aos 17 anos, em busca de aventuras. Depois de percorrer grande parte do mundo, se alia a um ex-pirata chinês, Feng-li, e decidem ir a Lhasa, a cidade sagrada, capital do Tibet. Depois de muitas peripécias, perigos e aventuras, conheceram o Buda Viva e o Purba, o punhal mágico que nomeia o conto; o último conto, *“O Diário da Medusa”* narra a história contada por um velho marinheiro, o Marselhês, sobre um barco, o “Medusa”, encontrado à deriva próximo à Ilha Maurício. Ao entrar no

barco, encontrou a tripulação toda morta por monstro que invadiu um navio durante uma tempestade e o diário do capitão que registrou todo o horror. Sepultado o capitão e o Marselhês, ao chegar ao seu país, foi em socorro da família dos marinheiros mortos do Medusa. Conforme Borges, antes citado, “A literatura é essencialmente fantástica”, “o importante é que o resultado seja feliz” (Id., *ibid.*, p.25). Essa me parece a tônica de todos os contos citados: apesar de todas as peripécias, desafios, incertezas, medos, perigos, há um equilíbrio ao final, uma volta à normalidade, o que não acontece nas narrativas kafkianas, onde tudo é fantástico, e assim permanece.



Folha de rosto de *A Torre do Silêncio*, 1944.

“*Novelas Sombrias*”, também publicado em 1944 pela mesma editora A Noite, do Rio, constitui-se de uma novela “O estranho caso de Phelippe Augusto Gringoire”, e de cinco contos: “O Fantasma da Casa Grande”, “O Fazendeiro da Bocaina”, “O Feiticeiro”, “O

Lobisomem” e “O Convidado N° 13”. Todos trazem elementos bem característicos da narrativa fantástica: elementos sobrenaturais, insólitos, inexplicáveis, estranhos, ilógicos, mas com uma nebulosidade com relação à fronteira entre o real e o irreal, o possível e o impossível. Essa indistinção provoca no leitor uma hesitação que o faz perguntar: será que isso aconteceu mesmo? Ou ainda: o ocorrido é imaginação ou realidade? É sobre essa vacilação que trabalha o autor das histórias fantásticas e, nesse aspecto, Adelpho Monjardim é craque, mestre na arte de efabular e de construir diálogos e enredos verossímeis e fantasiosos. Outra faceta interessante nas narrativas fantástica do autor é a de trazer lendas capixabas, como a do “Tesouro de Caçaroca”, “O Fantasma da Casa Grande” ou a do “Lobisomem do Caparaó”.



Capas das primeiras edições publicadas em 1944 pela Ed. A Noite, do Rio de Janeiro.

Outra vertente literária de Adelpho Poli Monjardim é a de historiador, como tão bem revelou em sua última obra publicada, “A Entrevista de Guayaquil”; no entanto, ela, às vezes, se confunde com a do ficcionista, e o resultado não é tão bom, como se pode ver na

obra “*O Brasil no ano 2100, Ensaio*”, de 1988. Nela, o velho historiador Sorel, “Nobel de História” — não existe — é visitado por um jovem universitário, Daniel Sikorkis, em sua “casa de aspecto nobre”, na rua Barão de Monjardim, em Vitória (onde vivia Adelphi), no dia 16 de setembro (aniversário do autor) de 2100. Seu objetivo é entrevistar o historiador ficcional sobre uma tese que pretende escrever sobre a História, “a narração crítica dos grandes Estados, Guerras, grandeza, preponderância e decadência dos mesmos”. Sorel afirma ser ambicioso seu projeto, mas se propõe ajudá-lo. Primeiro, discutem se História é ciência ou arte, chegando à conclusão de “Não nos interessa como definir a História”, pois são “assuntos de lanacaprina”. E aí começa a longa digressão do pseudo historiador, que começa a discorrer sobre Alexandre, César e Aníbal, Cipião, o Africano, Epaminondas, Pirro, suas batalhas, vitórias e derrotas. Discorre sobre Aníbal, o cartaginês, o maior de todos, segundo ele, cujo “retrato moral moldura o físico”. Para o senil historiador, “sem lutas e sem antagonismos, as sociedades cairiam em torpez que as incapacitaria para o progresso. A guerra é um fenômeno humano, político e social e resulta das atividades e aspirações dos homens”. Para ele, “A guerra é quase uma lei da natureza”. Essa premissa do historiador Sorel é a mesma do ficcionista Monjardim, o que se revela em quase toda a sua obra não ficcional. Embora ele discorra sobre a história mundial, desde a antiguidade até os tempos atuais, como a história da eterna guerra entre os homens, ele a conclui com uma futurologia utópica, ficcionalizando a realidade:

Estamos em pleno Ano 2100. O Brasil prospera e não para de crescer. Pacificado o mundo, a razão voltou à humanidade. Guerras, guerrilhas, revoluções, são coisas do passado. É com horror que o homem moderno percorre as velhas páginas da História. Possuiria o homem de outrora dupla personalidade? Espécie de Dr. Jekyll and

Mr. Hyde? O homem que realizava feitos portentosos, conquistas sublimes nos campos da Ciência, dilatando os conhecimentos do Cosmos, conquistando a Lua, visitando planetas, era o mesmo que deflagrava guerras de extermínio, hecatombes de sangue em que mergulhavam as nações? Hoje a paz é real, verdadeira, universal. A tranquilidade. A Pomba da Paz, que há milênios alçou da Arca o voo fraterno, conduzindo o ramo de oliveira, baixou entre nós. Hosanas a Deus nas alturas. Paz na Terra aos homens de boa vontade.

Em outro de seus livros, “*O Preço da Glória*”, publicado pelo IHGES, do qual era membro atuante, em 1985, desde o Preâmbulo, Adelpho P. Monjardim define o seu conceito de História: “Que é a História senão relato de crimes e desgraças?” Nesse livro, escolheu vinte personagens históricos para mostrar como, “muitas vezes, a criatura se volta contra o criador”. Dos vinte escolhidos, 18 são homens e 2 mulheres, Joana D’Arc e Madame Curie. Os outros são: Robespierre, o alpinista inglês Whymper, Savonarola, Amundsen, Santos Dumont, Mussolini, Fernão de Magalhães, Tiradentes, Joseph Smith, o Mórmon, Otto Lilienthal, inventor do planador, Lord Carnarvon ou A maldição de Tutankhamon, Hitler, Domingos José Martins, Giordano Bruno, Gandhi, Colombo, Simón Bolívar, Aníbal, o Cartaginês. Creio que a simples escolha desses personagens históricos já seria sintoma para diagnosticar, ideologicamente, o escritor Adelpho Monjardim. Basta, no entanto, um deles, Benito Mussolini, de quem afirma:

Reconhecemos nele grande político, grande estadista, extremado patriota e sobretudo incomparável administrador. A sua ação de homem público, de larga visão, de pronto se fez sentir. [...]A presença de Mussolini se impôs positiva,

transformando o país como um passe de mágica. As ferrovias, péssimas e deficientes, passaram a ser modelo. Levantou a nação, o moral do povo, voltando o nativo a orgulhar-se da pátria.

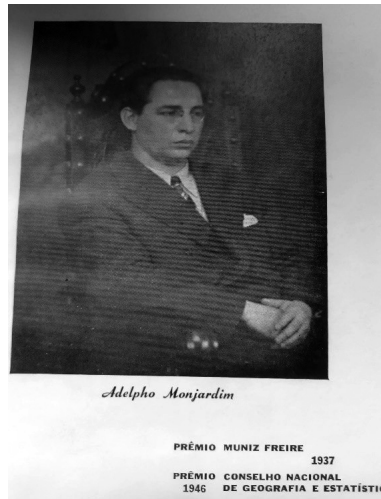
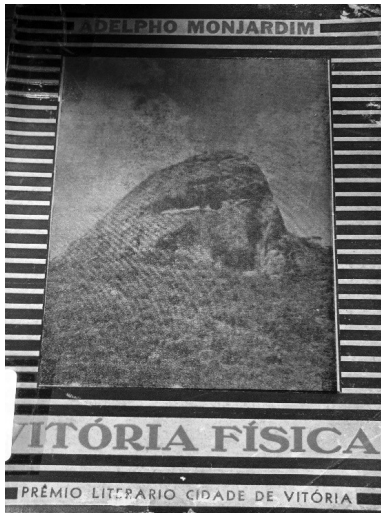
Monjardim conclui seu texto laudatório a Mussolini, lamentando:

Notável estadista e administrador, em que pese os seus erros, não merecia a morte infamante, o fim ignóbil. Enfim, no mundo, tudo é passageiro, mesmo a Glória. Filho da sua fértil imaginação, das elucubrações das longas vigílias políticas, em meio a uma Itália conturbada, Mussolini criou o Fascismo e terminou vítima do próprio gênio.

Por aí, pode-se ver o posicionamento ideológico do autor diante da História.

Em 1948, criou-se a Lei Municipal 20/48, instituindo o Prêmio Cidade de Vitória, que oferecia um valor em dinheiro e a publicação da obra vencedora. Cinco concorrentes se candidataram e Adelpho Poli Monjardim saiu vencedor com a obra “*Vitória Física*”, juntamente com Maria Stella de Novaes. Sua obra trata dos aspectos físicos e geográficos da Ilha de Vitória, seus bairros, morros e pedras, de uma forma que granjeou a admiração dos leitores. Adelpho, que já era bem conhecido como ficcionista, torna-se reconhecido por seu caráter de pesquisador, o que o levou a ingressar no IHGES. Como afirma no Prólogo “PORQUE”, sempre teve inclinação pela Geografia, sobretudo a Física: “as montanhas exercem sobre meu espírito estranha sedução – talvez influência do meio. Que é Vitória senão montanhas?” A 1ª edição do livro saiu em 1949 e uma segunda, em 1995, org. de Amylton de Almeida.

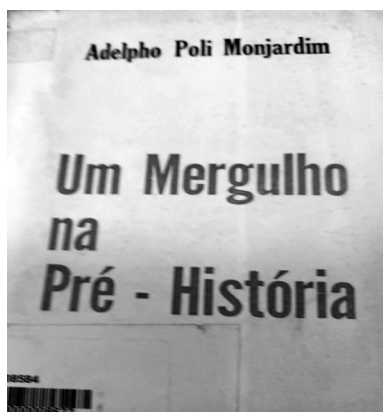
Após o sucesso da publicação de “*Vitória Física*”, Adelpho publica três obras não ficcionais: “*O Exército visto por um Civil*”,



Capa da 1ª ed. de *Vitória Física* e Imagem do autor jovem inserida na edição (1950).

“Bolívar e Caxias, paralelo entre duas vidas” e *“Uma Entrevista com Simón Bolívar”*, em todas revelando sua admiração pelo militarismo e pelos grandes militares da História. Somente em 1976 sai seu novo romance de aventuras *“Um Mergulho na Pré-História”* já anunciado na 1ª ed. de *“Vitória Física”*, uma edição de 393p. O livro trata da aventura de Lord Summerville, que reuniu uma equipe, dentre a qual o brasileiro Carlos Madeira, para penetrar no interior do Brasil, pelos rios Tocantins e Araguaia, em busca de comprovação de sua tese de que dinossauros e homínídeos coabitaram, no mesmo tempo e espaço. Depois de longa viagem cheia de perigos, dentre os quais uma quadrilha de traficantes internacionais, ataque de animais selvagens e de aguerridos nativos, chegam ao Vale da Morte, onde todas as suas expectativas foram bem-sucedidas, incluindo o encontro de animal antediluviano ainda vivo. Com apenas uma perda, a do geógrafo Huston, o périplo pela selva amazônica termina em Belém, com o regresso de George, outro membro da expedição, à Inglaterra convocado para lutar na II Guerra Mundial. Os

elementos fantásticos presentes em toda a viagem e, principalmente no Vale da Morte, como animais gigantes, dentre outros, mostram a extraordinária capacidade inventiva do autor. Afinal, já lhe vaticinara o pai: “Vai ser escritor ou um grande mentiroso”.



seu terceiro romance, “*Os Imigrantes*”, publicado em 1980, reconstitui a saga do Conde Luigi de Castiglione, “alto, espadaúdo e atlético, um belo homem” que, ao se empobrecer na Itália, por ter emprestado dinheiro ao governo italiano durante as guerras de unificação, vem com a mulher, Gina, e o Filho, Benito, como imigrante, para o Brasil. Seu destino era São

Paulo, mas o comandante os desembarca em Piúma. Daí, são levados para o Diretor do Serviço de Imigração, Aristides Guaraná, militar da Guerra do Paraguai, que, ao ver sua cultura e “nobreza”, diferente dos rudes imigrantes que chegam o contrata como Secretário. Vivem cinco anos no Espírito Santo, depois vão para São Paulo, onde Benito continuará os estudos e o Conde administrará a fazenda de café do Comendador Arzão, colega de caserna de Guaraná. O final é feliz: o Conde recupera sua fortuna emprestada ao governo, recompra o castelo de sua família, compra uma das fazendas do Comendador e Benito se compromete com a filha do fazendeiro vizinho, após achar uma bolsa de riquezas perdidas por antigo bandeirante em suas terras. Infelizmente, essa não foi a sorte dos milhares imigrantes italianos, alemães e outros, que vieram para o Brasil e aqui só encontraram muito trabalho, fome e muita formiga. A história do Conde Luigi, imigrante italiano, é bem diferente de outras já escritas no Espírito Santo como a de “*Karina*”,

de Virgínia Tamanini, “*Da Itália ao Brasil*”, de Ormando Moraes, “Do Veneto para o Brasil”, “*Giovani Maria*” e “*La vita de Vitorio*”, de Douglas Puppim. Parece que, até na literatura, a fantasia favorece os ricos enquanto a realidade é dura para os pobres.

Seu segundo livro publicado foi “*Novelas sombrias*” com o qual ganhou, em 1936, o Prêmio Muniz Freire do Concurso Literário e Científico do Espírito Santo, no Rio, pela Editora A Noite, em 1944. Naquela época, não havia editoras capixabas. Sobre esse livro recebeu vários elogios, dentre os quais o de Raul Pederneiras: “Sinto nas páginas de seu livro, inicialmente, o atrativo que imortalizou Hoffmann, com muito maior verossimilhança e estilo insinuante” e o de Armando Gonçalves: “O vitorioso escritor capixaba, em suas novelas, se nos afigura à feição de Edgard Poe, pelas suas tendências para os assuntos macabros que deram ao gênio americano a sua notabilidade”. Ernest T. A. W. Hoffmann (1776-1822), escritor romântico, compositor, desenhista e jurista alemão, conhecido como um dos maiores nomes da literatura fantástica do século XIX, bem como o escritor norte-americano Edgar A. Poe (1809-1849, conhecido por suas histórias de mistério, considerado o inventor da ficção policial e da ficção científica, são as duas principais referências para a literatura de Adelpho Monjardim. Embora tenha escrito seus contos da segunda metade do século XX ao final, Monjardim segue modelos literários do século XIX, como se pode comprovar, nos oito contos publicados em “*Sob o céu de Ísis*”, em 1978, bem como nos “*Contos Fantásticos*”, de 1980. Os vinte contos dessa obra são, claramente, influenciados pelo realismo fantasmagórico, com presença de elementos insólitos ou macabros comuns às narrativas de Poe e de Hofmann, no século XIX.

Portanto, Adelpho Poli Monjardim deixou como principal legado para a literatura do Espírito Santo, preciosa incursão ao gênero literatura fantástica, em sua obra ficcional de contos, novelas e

romances; em sua contribuição à História e à Geografia, publicou obras que nos fazem recorrer à história da humanidade e, sobretudo, à da América Latina, veiculada em sua visão bastante pessoal dos fatos históricos; mas, sobretudo, o seu veio mais forte é o profundo conhecimento e amor que devotou a sua cidade natal, Vitória, e ao nosso Estado, o Espírito Santo, como se pode comprovar em “*Vitória Física*”, “*O Saldanha do meu tempo*” e “*O Espírito Santo na História, na Lenda e no Folclore*”.

Em seus vinte e dois livros publicados, em cerca de cinquenta anos de produção literária, metade de sua longa vida, Américo Poli Monjardim deixou de legado nove títulos literários, sendo três de romances/novelas, quatro de contos fantásticos, um de crônicas memorialísticas e um de lendas capixabas. É sua melhor obra e merece ser reeditada e estudada para conhecimento das novas gerações. Sua obra não-literária totaliza dez livros de ensaios históricos, geográficos e biografias; dois de diálogos ideológicos, defensor apaixonado do militarismo, do patriotismo e da ditadura militar e o seu discurso de posse na AEL, em 1973. Sem nenhuma dúvida, seu maior legado para o Espírito Santo e para as letras capixabas é a sua criação literária, a introdução do realismo fantástico no Espírito Santo e o amor que tinha à sua terra natal. Encerro este ensaio com as suas palavras, em seu discurso de posse na AEL, em 28 de junho de 1973: “Nos livros que escrevi, em todos está minh’alma genuflecta ante o seu altar”.

LIVROS PUBLICADOS POR ADELPHO POLI MONJARDIM

1. *O Tesouro da Ilha de Trindade*. 1ed. Rio de Janeiro: A Noite. 1942. Novela.

2. *A Torre do Silêncio*. 1ed. Rio de Janeiro: A Noite. 1944. 154p. Contos.

3. *Novelas Sombrias*. 1 ed. Rio de Janeiro: A Noite. 1944. 240p.
1 Novela e 5 contos.
4. *A Baía de Vitória*. Ensaio.
5. *Vitória Física* (Geografia, História e Geologia). 1ed. Vitória: Canaan, 1950. 86p. Ensaio.
6. *O Exército visto por um civil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1968. 272p. Diálogo.
7. *Bolívar e Caxias. Paralelo entre duas vidas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1967. 650p. Ensaio.
8. *Orações Acadêmicas*. Cadeira 22. Vitória: AEL. 1973. Discurso.
9. *O Grande Almirante*. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil. 1976. 318p. Ensaio.
10. *Sob o véu de Ísis*. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno. 1978. 160p. Contos.
11. *Um mergulho na pré-história*. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno. 1978. 394p. Romance.
12. *Os imigrantes*. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno. 1980. 218p. Romance.
13. *O Militarismo na América Latina*. 1980. Reeditado pelo IHGES em 2008. Ensaio.
14. *O Espírito Santo na História, na Lenda e no Folclore*. 1ed. Petrópolis: Vozes. 1983. Lendas.
15. *O Saldanha do meu tempo*. Vitória: Canaan. 1984. 64p. Crônicas memorialísticas.
16. *O Ícaro Brasileiro*. Santos Dumont. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1985. Ensaio.
17. *O Brasil no ano 2100*. Rio de Janeiro: Letras e Artes. 1988. 86p. Diálogo.
18. *O Preço da Glória*. Vitória: IHGES. 1985. 100p. Ensaio.
19. *Contos Fantásticos*. Rio de Janeiro: Letras e Artes. 1990. 218p. Contos.

20. *A entrevista de Guayaquil*. Rio de Janeiro: Letras e Artes. 1991. 122p. Ensaio.

21. *A Entrevista de Simon Bolívar e San Martin*. Ensaio. s/d.

22. *O Pico do Frei Leopardi*. Ensaio.s/d.

OBRAS DE REFERÊNCIA SOBRE AMÉRICO POLI MONJARDIM

1. *A Gazeta*. Adelpho Monjardim. Tudo o que Vitória tem de moderno foi feito por mim. Entrevista a Graciano Dantas. 10/07/1988.

1. CARVALHO, José A. de. Panorama das Letras Capixabas. *Revista de Cultura*. Ufes. Ano VII. Nº 22. 1982.

2. MONJARDIM, Leonardo. *História Política da Família Monjardim*. Vitória: PMV/Lei Rubem Braga. 2003.

3. RAMIRES.A. Isaías. *Adelpho Poli Monjardim*. Vitória: A Gazeta. 10/10/1985.

4. VAX, Louis. *A Arte e a Literatura Fantásticas*. Viseu: Arcádia. 1972.

NA DENSIDADE DA ESCRITURA DE SAMUEL DUARTE AMOR E ÓDIO SE MESCLAM

Ester Abreu Vieira de Oliveira*

Caladas sombras, Flegetonte e Caos,
Taciturnos vastíssimos contornos,
Dai-me o que ouvi narrar, daime os arcanos
Do abismo descoser caliginoso
Virgílio, Eneida, Livro VI, p. 169

Resumo: Propõem-se apresentar breves comentários sobre os romances de Samuel Duarte, escritor capixaba, *As Montanhas da Lua* (1982), *As duas faces de Eros* (1995) e *Alma de Mestre* (2014), destacando a contraposição de sentimentos de almas atormentadas.

Samuel Machado Duarte (Atílio Viváqua—ES—1934), cirurgião dentista, poeta, cronista, contista e romancista, é o 4º ocupante da Cadeira nº 05 na Academia Espírito-santense de Letras, cujo Patrono é Amâncio Pinto Pereira.

Ele faleceu em 17 de abril de 2024, em São Paulo. Foi membro efetivo da Academia Cachoeirense de Letras, da Ordem Nacional dos Escritores e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Entre as suas obras estão os romances *As Montanhas da Lua* (1982) e *As duas faces de Eros* (1995), *Alma de Mestre* (2014), e *O Almirante Batavo*. Também o livro de poemas *O Sino Submerso* e *Eu Pescador*, o livro de contos *Taperas & Coivaras*, (2010), o de crônicas *Amor de minha Terra* e a exemplar obra histórica-etimológica *O Incalistrado – Topônimos Capixabas de origem Tupi* (2008 e 2014).

* Professora Emérita da Ufes, Dra em Letras Neolatinas (UFRJ-RJ), Pós Doc em Teatro Contemporâneo (UNED-Madrid), membro do IHGES, da AEL, da AFESL, da ALB, e autora de obras didáticas, ensaios, memória, crônicas, poesia e para crianças,

O *Incalistrado* é uma pesquisa sobre a significação dos topônimos capixabas de origem tupi. Ela foi desenvolvida, segundo ele, durante treze anos. No prólogo o autor declara que utiliza a língua registrada e falada no litoral nos começos da colonização europeia, para evitar os neologismos e alterações sintáticas acrescidas posteriormente.

No livro de contos *Taperas & Coivaras* (2010), semelhante às obras medievais, Samuel Duarte titula os títulos de seus vinte títulos, com a temática da história narrada de ambiente rural e graciosos acontecimentos de caçadas e de pescarias e, até, de “causos” sobrenaturais como o narrado no conto “O castigo da bordadeira curiosa ou a missa que não houve na velha igreja de nossa Senhora do Amparo”.

Nos romances de Samuel, localizados, mais comumente, no interior ou litoral do Espírito Santo, pode-se observar pelos detalhes descritivos um estudioso, que entre verdades e mentiras, confabula com o leitor.

Segundo Gustavo Bernardo (2019, p.16), a verdade, como explica Nietzsche, são ilusões, metáforas esquecidas, é uma

multiplicidade incessante de metáforas de metonímias, de antropomorfismos, em síntese, uma soma de relações humanas que foram poética e retoricamente elevadas, transpostas, ornamentadas, e que, após um longo uso, parecem a um povo firmes, regulares e constringedoras.

O mar, guardador de segredos a serem desvendados, é um tema constante nas narrativas de Samuel Duarte.

Desde a sua primeira obra “A ilha do fim do mar” e nos posteriores romances e contos, desse escritor capixaba, se observa esse espetáculo de beleza, bravura, sinuosidade, inquietação, movimento e mistério, que circunda a terra, e estabelece um impacto com

os homens estabelecendo neles o intento de sondá-lo. E o escritor vai-nos explicar o que é uma ilha em *As duas faces de Eros* (p. 52):

As ilhas, como quase toda a gente sabe, são picos de montanhas submersas, aflorando ao nível das águas e separadas da terra firme por braços de mar, ora profundos, ora raros, ora estreitos, ora mais largos. Representam restos de continentes desmembrados, ou, então, levantamentos de rochosas cadeias submarinas. Não passam, em última análise, de evidências da natureza em fúria; são os símbolos tangíveis de pavorosos desmembramentos de catastróficos dilaceramentos.

As duas faces de Eros

Exímio contador de “causos”, entre verdades e mentiras, Samuel pincela nesse romance, que enfoca Eros e Tanatos, “personas” significativas da sociedade.

Ele engendra: um juiz: “homem fechado. Obstinado. Inacesível. Inabordável. Vivera só e vinha de morrer na mais espantosa das solidões” (p. 26). Par com ele os amigos: um sacerdote, bondoso, leal, com filosofia avançada para sua época; um médico jovem e solteiro; dois serviçais e um capanga, que dialogam para desvendar o mistério da morte do amigo juiz e o fio da história de uma mulher bonita, casada, que foi amante de um juiz, solteiro, rico, que a amava, e se prostituiu, deixando-o magoado.

São esses personagens que vão servir ao escritor para narrar uma história de amor e ódio, de morte e vida, que se vai descorrinando na vida de um juiz apaixonado, que se atormenta entre o amor e o ódio e, que se joga ao mar, atormentado pelo remorso de ter, injustamente, colocado na prisão a amada, em sua decisão judicial, contribuindo com sua morte, enforcada, num manicômio judiciário.

Na introdução o autor justifica seu poder criativo:

Julgo ser de bom alvitre que os personagens e os fatos narrados nessa história são produtos exclusivos de imaginação do autor, em que pese as reconstituições da época e do ambiente serem as mais fieis possíveis. Creio, no entanto, ser esse um esclarecimento necessários na apresentação de uma obra de ficção ambientada em uma sociedade pequena e fechada, pelo menos à época de sua confecção.(p.13)

As duas faces de Eros (1995), teve a apresentação do Prof. Dr. Aylton Bermudes que declara: [...]

Samuel Duarte escolheu bem o seu tema, o cenário físico e humano, abrangente, em que se desenrola a ação dos personagens que lhe ensinam reflexões feitas com profundez e maestria. O livro apresenta os melhores ingredientes do romance, trama, suspense, imprevistos, cenas dramáticas, análise, e uma linguagem que o singulariza e enriquece. (p. 10)

Nesse romance, a história se passa na cidade de Vitória, “na ilha de Maé, do arquipélago das Seychelles” (p.53).

Nessa fictícia Vitória, ocorrerá uma morte, num penhasco à beira mar, onde as ondas

compassadas, cadenciadas, até chicotearem os penhascos e envolverem-se, caindo umas sobre as outras. Ouvia-se de longe aquele canhoneio. Noite e dia o mar empenhava-se em derrocar as pedras. Mas o penhasco resistia, aljofrado de espuma, equilibrando cuidadosamente, no seu topo, a casa daquele estranho sonhador. E ela se destacava, ora rebrilhando ao sol, com as janelas abertas para as brisas marinhas, ora envolta em nevoeiros súbitos, pisca-piscando luzes, visíveis de longe em toda aquela costa. Os pescadores de

Itaipava, Iriri e Piúma já se orientavam por ela, pela casa do “doutor juiz” [...] p; 75)

E nas imediações dessa Vitória, ocorrem causos na Praia do Suá, zona de pescadores, em Caratoíra, zona de prostituição, e na Praça Oito, zona dos cafés e bate papos, e a vizinhança litorânea da cidade, na década de quarenta:

[...] época de ditadura, interventores, golpes, constituições, camisas verdes e Plínio Salgado. Passavam esquadrilhas de aviões, frágeis monomotores de asas altas ou anacrônicos biplanos, e o país vivia efervescência das ideologias totalitárias.

É nessa ocasião de rodas de discussões e fofocas no local central de Vitória, Praça Oito, que foi vista pela primeira vez Elena, o pivô da história, aquela que será o tormento do desembargador Dr. Otávio Matos Bandeira de Freitas.

As Montanhas da Lua

Em *As Montanhas da Lua* (1982), Samuel desenvolve a história de uma família portuguesa, os Ignez, que imigraram para o Espírito Santo no século XIX. Mas, entre a história e a ficção, em um tempo fantástico que retrocede e antecipa, vai desenvolvendo de geração a geração quatrocentos anos de história, o que nos faz lembrar a saga dos Buendías de *Cien años de soledad*, de García Márquez. Em *Confissão*¹, Agostinho explica que os tempos, sucessão contínua de

¹ AGOSTINHO. *Confissões*. XI, A medição do tempo, XV, 20. Disponível. <https://pt.slideshare.net/glaubermenezes/agostinho-de-hipona-confessioneslivrosxi>

instantes individuais, são três: o presente dos fatos passado (memória), o presente dos fatos presentes (visão) e o presente dos fatos futuros (a espera) que existe na alma, logo memória e espaço estão dentro do tempo.

A obra consta de dois volumes e 60 capítulos, nos quais o escritor engendra um personagem inquieto, Ariel, que conviverá com tempestades inalteráveis, sejam elas referentes a tumultos interiores ou a intempéries ocorridas no mar ou em terra. As tempestades são o signo de sua existência. Segundo o personagem (vol. 2, p. 282), elas são uma constante em sua vida, pois seu nome Ariel, decorre de uma leitura de sua mãe da obra *A tempestade* de Shakespeare². E assim declara o personagem: “[...] desde que minha mãe tivera a péssima ideia de me batizar com o nome de um gênio dos ares. A primeira delas me mostrara as asas e estigmatizara minha vida com o seu mistério”. O encontro e perda da amada ideal ocorrem numa noite de tempestade (2 vol. p 284-285), quando encontra a paz com a vida, com o mundo e com ele mesmo para seguir para as Montanhas da Lua.

Na maioria dos capítulos predomina a primeira pessoa, onde o leitor vai encontrar as experiências diretas e buscas de Ariel, mas, quando ele está ausente, a narrativa se encontra na 3ª pessoa. O romancista consegue criar para o leitor um mundo fictício num mundo real e os limites entre eles não são firmes, mas diáfanos, proporcionando um mundo real completo e consistente. Contudo os mundos fictícios são incompletos, inconsistentes, duvidosos. Não há delimitação de fronteiras entre fictício e não fictício que se desenvolvem ao longo dos variados tempos e se fazem presentes na existência do ser Ariel.

² Mas o título da obra é uma intertextualidade de versos do poema “El dorado” de Edgar Allan Poe: “Sobre as montanhas/ da lua e entranhas/ do Vale Mal-Assombrado,/ vá com coragem”/ disse a miragem,/ “se procuras o Eldorado”. (POE, 2007)

A obra inicia com um possível fato ocorrido na história de navegações, em 1481, com o sefardista, matemático, astrônomo e geógrafo italiano, Paolo dal Pozzo Toscanelli, um ano antes de sua morte, escrevendo a Cristóvão Colombo, uma orientação para atingir o Extremo Oriente. Nessa carta ele o elucidava a viajar para ocidente a partir da costa atlântica européia. A narrativa prossegue em uma noite de tempestade quando Ariel, ancião, “sentado à porta da cabocla Delaura” e na iminência de haver um temporal, reflete sobre as suas aventuras reconhecendo que todo o entusiasmo que punha em seus empreendimentos “tocava as raias da loucura”. Declara que repensando seu passado — (“[...] poucas pessoas viveram uma vida tão intensa como a minha.” — vol. 1, p. 18). Como uma forma de dilatar, à maneira proustiana, os momentos válidos do presente em função da memória, espera o temporal que se está formando com “certa impaciência, porque [sabe] que com a sua chegada, [irá] embora. Nessa parte se fundem presente e futuro, pois essa situação voltará a ocorrer momentos antes de desaparecer esse personagem, em uma noite de tempestade, no final do segundo volume.

Nas primeiras páginas do romance o autor justifica a inclusão de fatos históricos e imaginativos e dá à obra um caráter insólito muito próprio das narrativas de Cortázar, Borges, Rulfo e García Márquez, cujos relatos estão impregnados de realidade ficcional, coberta de contornos fantásticos. Essa explicação direciona o leitor para uma obra ficcional de fantasia criativa para que ele aceite as coisas do mundo mostradas diferentemente do que apresenta no que se chama “realidade”. (vol1, p. 5) “Grande parte dos acontecimentos relatados em *As Montanhas da Lua* é fato histórico e pertence ao domínio público. No entanto, neles foram introduzidas algumas modificações com a finalidade de se criar uma obra de ficção, que um leitor perspicaz conseguirá identificá-las facilmente.

Ariel é idealista, imaginativo, íntegro, corajoso, grande leitor. Ele procura descobrir um enigma de sua existência. Nessa busca,

ele vai captar a sua história ancestral ao mesmo tempo em que, mediante o enigma do tempo, amplia a história da humanidade, do Brasil e, principalmente, do sul do estado do Espírito Santo. Ele é uma reencarnação de vários judeus sefarditas, e, na narrativa, viverá 60 anos, mas suas aventuras ultrapassarão o seu tempo de vida. Em cada capítulo há uma surpresa, um avançar e um retroceder no tempo e no espaço de Ariel.

A inquietação de Ariel não se limita à questão do tempo proustiano da busca pessoal, na memória pessoal, ao contrário, ele amplia o horizonte para o enigma do tempo coletivo, do tempo que gira para olhar o passado, para captar o mistério de sua própria história.

Na busca da origem de Ariel, um dos traços do homem, e na construção da saga desse personagem, para fazê-la verossímil, Samuel toma como base a historicidade e o tempo caminhando do século XV ao XX, pois a vida do homem tem início muito antes dele conforme esclarece Foucault³ “É sempre em relação a um fundo já começado que o homem pode pensar aquilo que vale para ele como origem”. O ambiente mais privilegiado por ele para apresentar o insólito é o rural de São Filipe.⁴

A vida de Ariel, viajante do tempo, pode ficar inserida na temática da “Oração do tempo” de Caetano Veloso, trilha sonora da novela “Vida da Gente”: “tempo, tempo, tempo, tempo/compositor de destinos/[...] tempo, tempo, tempo, tempo/Por seres tão inventivo/ E pareceres contínuo/ Tempo, tempo, tempo, tempo/ És dos deuses, o mais lindo”, porque entre o historiográfico e a ficção, o real

³ FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Edições 70, 1966, p. 368,

⁴ Esse lugar, terra natal do escritor, passou a chamar-se Marapé, distrito de Cachoeiro de Itapemirim, ES. A partir de 1963, foi emancipado com o nome de Atilio Viváqua.

e o fantástico, ou maravilhoso, dentro de um tempo verossímil, Samuel Duarte, como Cromo, que absorve o tempo, magnificamente, rompe com o tempo e o espaço num romance épico-poético, onde o leitor acompanha a angústia de um ser solitário e percebe o grande leitor que é o criador da obra. Samuel, por meio das dúvidas, tristezas e anseios de uma vida, rememora as crises mundiais (econômica, política e social), dá ênfase ao crescimento de Cachoeiro de Itapemirim e lugares circundantes e mostra que a humanidade não aniquila nem sufoca a obra humana, mas a acompanha, pois a vida é uma maré constante entre o existir e memória.

Nas citações de obras e nas intertextualidades, Samuel se vale, pela boca de seus personagens, para demonstrar a força do passar do tempo e o seu caudal de leituras. Assim, se o nome do personagem principal provém de uma obra, o mesmo acontece com o título da obra, que foi inspirado no poema *El Dorado*⁵, de Edgar Allan Poe, que o leitor encontra citado, na p. 81, do 2º volume, na lembrança um pouco destorcida de Ariel.

Tanto *Tempestade* como *El Dorado* serão suportes para o desenvolvimento do teor maravilhoso temporal que percorre o livro, na metáfora do tempo, seja nos ciclones atmosféricos e pessoais que o personagem enfrenta, seja na busca de sonhos, que as palavras de Próspero, em *Tempestade* refletem: “[...] somos feitos de mesmo material que os sonhos e nossa curta vida acaba num sono”.

⁵ Gentil, faceiro,/ um cavaleiro,/ sob sol e sombreado,/ seguiu avante,/ cantarolante,/ em busca do Eldorado./ Mas o andarilho/ ficou tão velho,/ no âmagô assombrado,/ por não achar/ nenhum lugar/ assim como Eldorado./ E, enfim diante/ de sombra errante,/ parou, quando esgotado/ e argüiu-lhe “onde/,/ sombra, se esconde/ a terra de Eldorado?”/ “Sobre as montanhas/ da lua e entranhas/ do Vale Mal –assombrado,/ vá com coragem”,/ disse a miragem, “se procuras o Eldorado”.

Alma de Mestre

O último romance de Samuel Duarte, *Alma de Mestre*, levada a público, em 2014, editada em Vitória, pela Formar, com 132 p., foi dedicada aos amigos Claudionor Coutinho e Júlio José da Silva, “amigos que (com ele) navegaram por mais de vinte anos e que agora (segundo ele) pescam na barca de São Pedro [...]”.

O tema é a história de amor de um pescador idoso com um passado lendário de ter comido um colega.

Nessa obra um pescador de oitenta anos, conhecido na colônia de pesca como O Velho, de natural silencioso, de “instinto de índio”, e não benquisto, viveu um verão de intenso amor.

Dos encontros amorosos resultou um menino que, logo ao nascer, a mãe parte deixando-o aos cuidados do pai que se apegava à criança e vai cuidar com zelo de sua educação. Mas, quando o filho do pescador já está um rapaz, sem que o pai perceba, ele segue o caminho do tráfico e é morto pelo chefão. Mas, antes de receber o tiro fatal, pede ao pai vingar sua morte e esse consegue cumprir o prometido depois de anos de lenta aprendizagem com mundo do tráfico, dentro de seu ambiente marítimo.

A vida silenciosa e a pesca de um homem idoso nos lembram o romance de Hemingway, ou o filme, *O Velho e o Mar*.

“O Velho”, a princípio, pescava com o barco Marlixandrina, nome de uma viúva vizinha, mas depois, com a embarcação Dioenia, nome de uma planta carnívora, que será sua confidente, e uma personagem muda. E é com ela que vingará a morte do filho. E, assim dialoga em solilóquio: “Aqui vamos nós, Dioneia, a cumprir o nosso destino. E olha que eu nunca vi uma tarde assim, de um sol assim faiscando nas maretas da enseada, de um céu assim tão espeelhado que faz tudo parecer mais perto [...]” (p. 27).

O romance prende a atenção do leitor não tanto pelo enredo,

possível de acontecer em qualquer época, mas pela arquitetura da linguagem e leveza na destreza de conduzir a história.

Por fim, há, nas narrativas de Samuel Duarte, situações sigilosas e misteriosas. Com perspicácia, o escritor delinea os vilões e os retratos humanos com atitudes densas. A maestria do escritor se revela tanto pela linguagem como pelo seu amor e conhecimento da vida marítima e da História local e internacional. Com técnica narrativa precisa, lapidável linguagem, conhecimento do mundo, exemplar psicologia descritiva de personagens, ele faz de suas obras um deleite de leitura.

Referência

AGOSTINHO. Confissões. XI, A medição do tempo, XV, 20. Disponível. <https://pt.slideshare.net/glaubermenezes/agostinho-de-hipona-confessioneslivrosxi>

BERNARDO, Gustavo. O Livro Metaficção. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editoria. 2001.

DUARTE, Samuel. As duas faces de Eros [S/C], [S/D] (1995)

..... As Montanhas da Lua. Cachoeiro de Itapemerim: Gráfica & Editora. Gracial. 2004. 2 v.

..... Taperas & Coivaras, Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, 2010.

..... O Incalistrado – Topônimos Capixabas de origem Tupi. Vitória: Gm, 2014. (2ª ed. revisada (2008 e 2014).

..... Alma de Mestre. Vitória: Formar, 2014.

FOUCAULT, M. As palavras e as coisas. Lisboa: Edições 70, 1966, p. 368,

POE, Edgar Allan. El dorado. Disponível em: <https://www.luso-poemas.net/modules/news03/article.php?storyid=243> Luso Poemas. Acesso em 26/06/2007.

VETOS E CENSURAS NA LITERATURA

Marcela Neves*

Marco Kbral**

“A minha única arma é a pena”. Assim falou Graciliano Ramos, incontornável escritor alagoano, ao se referir à luta contra o regime militar ditatorial que o aprisionou sob a condenação de subversão e participação da Intentona Comunista de 1935.

Em que medida a Literatura pode ser “criminosa”, “subversiva” ou “imoral”, a ponto de levar alguém a ser privado de sua liberdade, pelo “mau uso” das palavras? Como contar histórias pode afetar, ameaçar, subverter ou modificar a História?

No livro X da obra “A República”, Platão, o grande filósofo ateniense, não poupa críticas aos poetas que, segundo ele, apenas representam uma mimesis do plano das ideias, ou seja, trabalham unicamente para a promoção de uma imitação das imagens ideais, verdadeiras, justas e belas. Como resultado, o autor de Fédon achou por bem expulsar tais literatos, “desvirtuadores da juventude”, de sua república idealizada.

Umberto Eco, magistral escritor italiano, em sua obra *O Nome da Rosa*, evidencia a concentração do saber nas mãos do clero durante a Idade Média ocidental. O controle exercido pela Igreja so-

* Advogada, escritora, mestra em Direito Público pela Université Paris 2 – Panthéon/Assas (França), secretária-geral da Comissão Especial de Direito Cultural e Propriedade Intelectual da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Espírito Santo (OAB ES), associada do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), membro efetivo da Academia de Letras Jurídicas do Estado do Espírito Santo – ACALEJES.

** Historiador, especialista em História do Brasil pela Universidade Gama Filho (UGF-RJ), membro efetivo da Academia de Letras de Vila Velha – ALVV, associado do IHGES, e músico popular aprimorando seus estudos na Faculdade de Música do Espírito Santo – FAMES.

bre a divulgação do conhecimento representou a intensa censura existente à época. Como demonstra em diálogo entre monges personagens do romance: “nem todas as verdades são para todos os ouvidos”.

A *Vulgata*, versão em latim da Bíblia cristã, elaborada por São Jerônimo a pedido do Papa Dâmaso I, teve sua divulgação ampliada com a invenção da prensa tipográfica de Gutemberg, nos idos de 1450. A difusão de um conhecimento religioso, que outrora permanecia concentrado nas mãos de uma elite litúrgica, foi o estopim para, por exemplo, a Reforma Protestante, de Martinho Lutero e o surgimento da Igreja Anglicana, na Inglaterra do temível Henrique VIII. E é justamente na Inglaterra de sua filha, a rainha Maria I, que ocorrerá as primeiras censuras editoriais de textos protestantes, por meio do monopólio dos livreiros, primórdios históricos do surgimento do direito autoral.

Em terras brasileiras, no período colonial, os censores régios, nomeados por D. João VI visavam impedir a disseminação de ideias contrárias ao Império e à fé católica. A Real Mesa Censória, composta por clérigos e leigos, possuía a incumbência de afastar detratores da manutenção do absolutismo monárquico e da religião católica, por meio da elaboração de listas e índices de livros proibidos, quais sejam, de autores protestantes, jesuítas, feiticeiros, de conteúdo considerado obsceno, entre outros títulos contestatórios do regime imperial português e de suas colônias.

Com o advento da Primeira República (1889-1930), vigiar para punir seria a tônica do período republicano, onde pelo olhar de Michel Foucault, o modelo de vigilância das prisões e manicômios, transladava-se de um microcosmo privado para um macrocosmo público, fazendo parecer com que todas as instituições sociais pudessem ter forte poder de coerção acerca dos corpos e conhecimentos humanos, não só daqueles adquiridos pela historicidade comum

aos entes sociais, como também, aqueles exercidos e desenvolvidos pela luta de um entrelaçamento ideológico da sociedade. Literatura, música e todo tipo de arte passavam, muitas vezes sem saberem, pelo crivo disciplinador de um “super olho” (panóptico) tutelado pelo rigor da régua do censo governamental. Em se tratando de instituições responsáveis por veicularem cultura e informação, a imprensa republicana com seus jornais, por ora objetivando liberdade de expressão, seriam alvos de punições quando eram impedidos fosse pela força legislativa, ou censura velada, de veicularem toda e qualquer sorte de conteúdo avesso a jovem e efeméride República Velha brasileira.

Num país controlado pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, os jornais quando passavam a criticar o poder político vigente, precisavam ser vigiados, punidos e cerceados.

Para tanto, em 1923, com a regulamentação da imprensa no Brasil, por meio do Decreto nº 4.743, o governo pretendia salvar seu *status quo*, para manter um grupo economicamente hegemônico no exercício do poder, ao deixar claro um corolário severo de possíveis sanções a imprensa, aos olhos desses aristocratas, tida como audaciosa e beligerante. Tal decreto tratava muito mais de proibir a liberdade da imprensa do que resguardar os direitos imparciais das informações necessárias a serem disseminadas para o bem-estar da sociedade. O decreto visava, entre outros pontos, ao fim do anonimato na imprensa, já previsto na Constituição de 1891. Acerca disso, é curioso ressaltar o caso do Jornal *O Globo*, em 1924, ao ter seu editor processado, na vigência do decreto acima supracitado, simplesmente por colocar em risco a elite agropecuária mineira, quando, sem assinatura do editorial, comprometia a imagem dos produtores de manteiga do estado de Minas Gerais, em benefício de outros produtores de tal laticínio. No entanto, em sua defesa, o editor do jornal apenas alegou ter copiado na íntegra

um memorial de conhecimento do próprio governador mineiro, encaminhado também para outros jornais do mesmo período. O tiro parecia ter saído pela culatra, tornando abnóxio o feito jurídico, haja vista não ter havido caso de injúria relativo aos nomes elencados no editorial a ser julgado pela censura institucionalizada por lei, no tocante aos querelantes da dita ação judicial na já obsoleta República Velha. Vale mensurar ser a imprensa com seus periódicos e jornais um celeiro da intelectualidade pensante de um país, independentemente, do pensamento ou egrégora política adotada pelos membros daquela, ou de outra coletividade.

Durante o Estado Novo (1937-1945), a ditadura de Getúlio Vargas impôs como forma de manutenção de um governo autoritário, uma prisão não só física, mas também de natureza quase conceitual e metafórica aos agentes das artes. Monteiro Lobato e Jorge Amado tiveram suas obras ou criticadas, ou confiscadas, pois de acordo com os censores, *Capitães de Areia*, por exemplo, retratava um cotidiano brasileiro responsável por ferir a imagem pátria, pois era um forte retrato das mazelas sociais do nosso povo. Logo, obras literárias de um povo miscigenado, em sua cultura, deveriam ser sonegadas, escondidas nos calabouços da opressão. Esse momento histórico persiste na tática do Estado em se manter soberano ao negligenciar vozes críticas e ao negar ao indivíduo o acesso às informações e instruções responsáveis por fazê-los seres hermenêuticos numa cosmovisão democrática. Sendo assim, a sociedade parecia estar limitada a produzir cultura pela ótica do opressor.

Ainda nos anos quarenta, o fechamento dos cassinos parecia coibir a aglomeração de uma elite pensante. Com parca economia e impossibilitados de trabalharem nos palcos das casas de jogos e apresentações do teatro musicado e burlesco, eram os artistas também censurados em suas letras de músicas, textos editoriais e publicações livrescas. Muitos levaram sua arte para o exílio, para ou-

tras áreas de entretenimento, ou atravessavam a Baía de Guanabara sendo abraçados pelo Palácio do Mimi (São Gonçalo), que graças ao seu fundador com seus contatos políticos, estendeu as atividades desse conglomerado ludológico até os anos 60 do século passado, neste momento, oportunizando a classe artística em sua busca pela empregabilidade. O pavor ao comunismo responsabilizou-se por marginalizar artistas durante o período pseudodemocrático do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

Nesta gangorra, a arte e literatura panfletária ressurgem modernizadas. Assim como na Roma Antiga paredes da Urbe Eterna eram pichadas com mensagens contra a ditadura imperial dos césores, nos anos 70 do Brasil do século passado, os mimeógrafos debutavam contra o governo militar instalado anos antes.

Em convergência ao exposto neste *paper*, o movimento marginal e literário conhecido como Geração do Mimeógrafo nos mostra o poder da Literatura como agente de transformação do todo social. Artistas como Ana Cristina Cesar e Paulo Leminski denunciam a censura dos Anos de Chumbo (1964-1985) censurando a própria censura. Isto só se faz possível quando a tentativa de calar o indivíduo, ou um grupo, gera paradoxalmente elementos para combater o jugo do opressor. Outrossim, o digladiar de tensões entre governo e artistas prosseguiu-se e persiste, talvez moderadamente, em dias atuais. Isso é benéfico, pois na luta natural para a sobrevivência dos grupos sociais é da antítese de ideias que temos a produção de conhecimento holístico pautado na divergência salutar do tão prazeroso jogo democrático.

Aproximando o foco para os relatos de censuras literárias em terras capixabas, observa-se que grandes escritores espírito-santenses sofreram atos de repúdio, por conta de obras julgadas “impróprias à circulação”, a exemplo da obra *Kitty aos 22: Divertimento*, de Reinaldo Santos Neves, e *A oferta e o altar*, de Renato Pacheco.

No caso de *Kitty aos 22: Divertimento*, publicado em 2006, a brilhante narrativa de Reinaldo Santos Neves foi motivo de polêmica, sobretudo quando o pai de uma estudante adolescente processou sua professora pela indicação do livro “inapropriado por induzir jovens à sexualidade”.

Como afirmou Sérgio Blank, em artigo publicado no jornal *A Gazeta*¹:

Reinaldo Santos Neves é um patrimônio cultural do Espírito Santo, uma referência quando se trata de literatura feita com o compromisso na originalidade, conteúdo e pesquisa. Um dos autores mais sofisticados do país. *Kitt aos 22 – Divertimento* traz uma visão seca da juventude contemporânea. Me perdoem o spoiler: é a releitura da gata borralheira. Uma jovem passando pelo dolorido processo de amadurecimento. Estamos presenciando tempos sombrios. O ser humano nasce nu e isso nunca foi um escândalo. O próximo passo será fazer fogueiras de livros em praça pública?

Nessa senda obscurantista, o magistrado, historiador e escritor Renato Pacheco foi considerado persona non grata, no município de Conceição da Barra. Isso se deu em decorrência de sua obra *A oferta e o Altar*, seu manifesto contra o provincianismo, uma vez que critica “o pequeno jeito de fazer as coisas”, bem como “os exageros nas definições partidárias” daquela localidade. O autor chegou a ter exemplares de seu livro efetivamente queimados em praça pública, assim como Jorge Amado teve exemplares de *Capitães de Areia* levado às cinzas durante o Estado Novo (1937-1945).

Nesta baila, ressaltamos a questão ou fator psicológico do fogo como elemento simbólico margeado pelo senso comum, signo e agente purificador da história da humanidade, presente em várias culturas mundiais e intrinsecamente ligado ao período medievo.

Há um contraponto interessante e quase paradoxal no ato de se tentar queimar o conhecimento. Quanto mais se tenta extinguir uma obra literária pela censura, mais forte essa se torna, pois a tentativa de seu apagamento implicará em sua raridade, ou melhor dizendo, em sua importância enquanto objeto e instrumento palpável para o constructo do real. A fogueira medieval, perpassando como modelo de atividade censória por inúmeros períodos históricos demonstra o quanto um saber pode transformar-se em algo perigoso ao ser dimensionado como objeto de crítica a um macrocosmo sociopolítico e econômico encerrando em seu bojo um conjunto de ferramentas marcadas por historicidade metaforicamente luminosas e inquietantes. Desta feita, o conhecimento parece se fazer pernicioso, aos olhos dos censores, pois transforma o todo social ao expandir a consciência humana transmutando-a, tal qual faz uma fogueira com suas salamandras, para um movimento contínuo de *flow* rumando para liberdade.

A repercussão de ambos os escritos revela, no entanto, o conservadorismo míope que ainda caracteriza boa parte da população espírito-santense, vigilantes atentos quanto à potência inspiradora de mudanças progressistas inerente à boa literatura.

Referências

- AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- BACHELARD, Gaston. *A Psicanálise do Fogo*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- DIEPPE, Carla Ferreira. A Censura da Notícia no final da Primeira República. *Revista Anagrama USP: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*, São Paulo, V.2, julho 2017.

- ECO, Umberto. *O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- PACHECO, Renato. *A Oferta e o Altar*. Rio de Janeiro: Expressão/Cultura, 1973.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo, 2019.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: PubliFolha, 2000.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: Evolução Política*. São Paulo: Difel, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder* (1978). 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (1975). 41ª ed. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis. Editora Vozes,
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão* (1975). 42ª ed. Petrópolis: Editora Vozes,
- FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva: Curso no Collège de France (1972-1973)*. 1ª ed. WMF Martins Fontes: (2016)
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) *26 poetas hoje*. 6ªed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2007.
- MATTOSO, Glauco. *O que é poesia marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NEVES, Reinaldo Santos. *Kitty aos 22: divertimento*. Flor&Cultura, 2006.
- SILVA, Salvador da Mata. *O Palacete do Mimi. Incansáveis estudiosos locais*. Mimeo, s/d.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

BICENTENÁRIO DE
D. PEDRO II

O CONDE D'EU E A COROA DA PRINCESA ISABEL: A LINGUAGEM REPUBLICANA DE CRÍTICA AO PRÍNCIPE CONSORTE

Cibele Camargos*

Resumo: Os anos que precederam ao golpe republicano no Brasil foram permeados pela intensa crítica à família imperial. O casal que herdaria a coroa, e conduziria os destinos do país na ausência de Pedro II, recebeu especial enfoque da imprensa republicana, que elencava a incapacidade da princesa Isabel para o exercício das funções majestáticas. Considerando o gênero da sucessora, a figura de seu marido, o conde d'Eu compôs um dos principais eixos contestatórios da perpetuação da monarquia Bragantina. Neste estudo, analisamos os jornais *Gazeta da Tarde*, *Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Comércio*, por meio da metodologia das linguagens políticas.

Palavras-chave: Crise do Império; terceiro reinado; conde d'Eu; princesa Isabel.

Introdução

Nos anos 1880, o regime imperial brasileiro enfrentava um momento de acentuada crise política. É nessa conjuntura que o principal representante da nação, o imperador d. Pedro II, tornou-se alvo de severos ataques pelos contestadores da ordem. O intento da propaganda republicana parecia ser promover a fragilização da imagem do soberano, comprometendo a estabilidade do próprio sistema monárquico. Nesse cenário, criticar o imperador significava criticar também a própria monarquia. Logo, tendo em vista o

* Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes). Associada efetiva do IHGES.

ideário de modernidade que permeava a cultura política daquela sociedade, tornou-se imperativo combater também a representação da responsável pela continuidade da monarquia em solo brasileiro, a princesa imperial d. Isabel de Bragança, assim como a do seu marido, o príncipe consorte Gastão de Orleans.

Devido ao frágil estado de saúde do monarca e o início da terceira regência de Isabel, a princesa imperial tornou-se um dos principais temas dos jornais do período, debatia-se a proximidade da concretização do terceiro reinado, tendo em vista a possibilidade de que Pedro II não retornasse vivo à pátria. Assim como a esposa, a figura do conde d'Eu, foi mobilizada nas páginas dos periódicos, recebendo especial enfoque pela linguagem do republicanismo. Considerando a cultura política patriarcal em voga no período, buscava-se apresentar d. Isabel como submissa ao príncipe consorte. Tal argumentação fragilizava a monarquia e a própria sucessora, congregando a percepção de que caso o terceiro reinado se concretizasse, o país seria gerido por um aristocrata estrangeiro, e não por uma princesa que compartilhasse a mesma nacionalidade de seus súditos.

A crise que provocou o colapso do domínio da dinastia Bragança iniciou-se a partir das alterações sentidas na sociedade imperial nos anos 1870, atingindo seu apogeu na década de 1880. De acordo com a obra de Angela Alonso, a desestabilização da ordem ocorreu em consequência da modernização da sociedade e da economia, que proporcionou novas rotas de acesso ao debate político por indivíduos anteriormente alijados, assim como da cisão interna aos partidos monárquicos, com destaque para a emergência de uma ala reacionária do partido Liberal (Alonso, 2002, p.100). Nesse sentido, como explicita Maria Teresa Chaves de Mello, na última década de vigência da monarquia em solo brasileiro, discutia-se intensamente a redefinição da cidadania (Mello, 2007).

Os estudos de Maria Luiza de Carvalho Mesquita argumentam que, no ápice da crise imperial, as vozes favoráveis à instalação do governo da princesa Isabel silenciavam cada vez mais, assim como a argumentação contestatória fortalecia o seu posicionamento de que o terceiro reinado corresponderia a uma “desgraça iminente para o país” (Mesquita, 2009, p.142).

Nessa conjuntura, divergentes representações acerca do casal d'eu e do terceiro reinado destacavam-se nas principais publicações periódicas. Conforme acentua Chartier:

As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica (2011, p.22).

Considerando as indicações teóricas do expoente da história cultural, questiona-se a efetividade da retórica republicana em inviabilizar a sustentação simbólica do projeto de terceiro reinado. A fim de identificar elementos do vocabulário de crítica à monarquia que atingiram a representação do marido da possível futura imperatriz, analisamos os jornais *Gazeta da Tarde*, *Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Comércio*. Tal exame foi empreendido à luz da metodologia das linguagens políticas, de acordo com as premissas dos membros da Escola de Cambridge, Quentin Skinner e John Pocock. Este último postula que, ao explorar vestígios do passado deve-se “procurar os indícios de que as palavras estavam sendo usadas de novas maneiras, como resultado de novas experiências, e estavam dando origem a novos problemas e possibilidades no discurso da linguagem sob estudo” (Pocock, 2003, p.37).

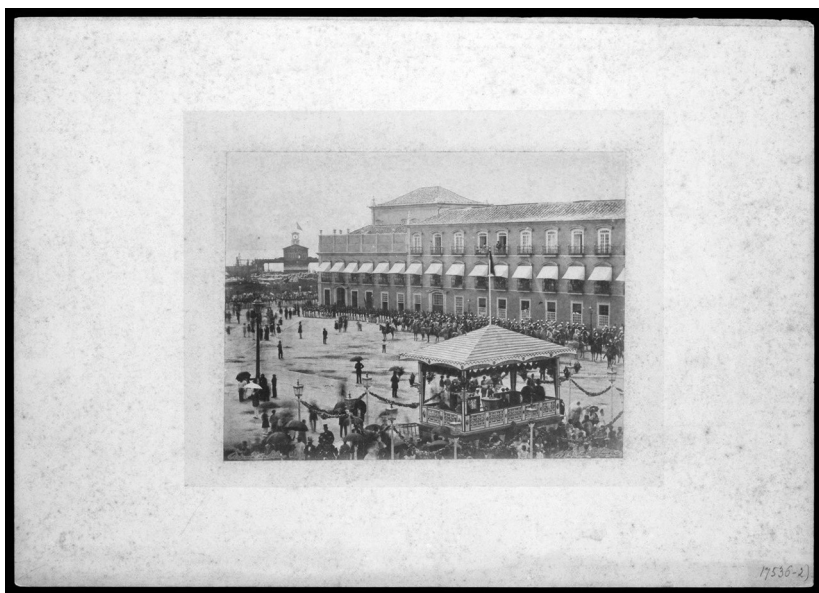
Discutiremos a seguir como o vocabulário destes periódicos de grande tiragem elaborou representações para o príncipe consorte e em que medida tais investidas retóricas prejudicaram a imagem do conde d'eu, da sua augusta esposa, a princesa Isabel, e da própria possibilidade de concretização da sucessão dinástica. A inexpressiva popularidade do marido de Isabel teria contribuído para a deflagração do golpe republicano em 1889?

Um herói entre os Isabelistas

A figura do conde d'Eu, marido da princesa imperial d. Isabel, dividia opiniões na sociedade brasileira oitocentista. Enquanto certos grupos da elite política exaltavam sua imagem e demonstravam confiança no príncipe francês para auxiliar sua esposa no terceiro reinado, outros o rejeitavam firmemente. De acordo com o biógrafo Luis da Camara Cascudo, o conde era o filho primogênito do duque de Nemours, e na ocasião do seu nascimento, no dia 28 de abril de 1842, foi batizado com o nome Luis Felipe Maria Fernando Gastão de Orleans. Devido aos eventos da Revolução Francesa, ele foi obrigado a deixar seu país aos 6 anos, encontrando exílio na Espanha. Em terras espanholas iniciou a preparação para a carreira militar, chegando a se destacar na Batalha de Tetuan, no Marrocos, sendo, portanto, agraciado com uma medalha (Cascudo, 1933, p.52-53).

A referida medalha, segundo Hermes Vieira, inclusive adornou a farda utilizada pelo conde d'Eu em seu casamento com a princesa imperial d. Isabel (Vieira, 1990, p.50). A cerimônia de enlace matrimonial entre Isabel e Gastão ocorreu no dia 10 de outubro de 1864, após a votação um decreto-lei na Câmara dos Deputados para regulamentar o casamento da herdeira da coroa. Segundo o autor, a cidade do Rio de Janeiro estava em festa pelo matrimônio, a cele-

bração foi de grande gala e atraiu extrema atenção popular, assim como ilustrado na fotografia do Largo do Paço disposta a seguir. A princesa imperial utilizou um vestido de filó branco que contava, assim como o véu, com rendas de Bruxelas; a grinalda foi ornada com flores de laranja e uma fita de penas. D. Isabel também utilizou uma pulseira cravejada de pérolas e brilhantes. Quanto aos trajes do noivo, além da medalha da Batalha de Tetuan, também adornou a farda de Marechal do exército com três importantes broches (Vieira, 1990, p.46-50).



Fotografia 01 – Parada no Largo do Paço por ocasião do casamento da Princesa Isabel com o Conde d'Eu.

Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:

https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=3232. Acesso em: 03 dez. 2024.

Ao assumir a condição de príncipe consorte do Brasil, Gastão de Orleans também empregou seu treinamento militar na Guerra do Paraguai. De acordo com Braz Batista Vas, o conde d'Eu pediu autorização ao Parlamento, ao Conselho de Ministros e ao Conselho de Estado para participar da guerra nos anos de 1866, 1867 e

1868. Entretanto, somente sua última solicitação foi homologada. Segundo Vas, a gênese da recusa do Conselho de Estado aos requerimentos do marido de d. Isabel estava em uma “política da cautela e preservação da família imperial”. Assim, para Vas, o objetivo era impedir o destaque e a visibilidade da figura do conde d’Eu, tendo em vista a possibilidade de sua esposa herdar a coroa (Vas, 2011, p.158-160).

Logo, a partir da referida aprovação em 1868, e do fato do general Caxias ter pedido demissão, o Conde foi escalado como comandante-em-chefe para coordenar os exércitos aliados. Gastão liderou as tropas nas batalhas de Peribebeu e de Campo Grande, consagradas como as duas mais importantes do contexto final da guerra. Vas também destaca a contribuição do conde d’Eu na perseguição e assassinato do Presidente do Paraguai, Solano Lopez (Vas, 2011, p.160 e 166). Ademais, o biógrafo Luis da Camara Cascudo apresenta outra importante contribuição de Gastão, a abolição da escravidão no Paraguai em 1869, manifestando-se categoricamente contra a instituição escravista (Cascudo, 1933, p.106). Na visão de Braz Vas, a divulgação da atuação do Príncipe Consorte na guerra correspondia a um esforço dos aliados do conde em aumentar seu prestígio e aproximá-lo do povo, disseminando a imagem de um herói de guerra (Vas, 2011, p.163).

Ainda que existissem reservas quanto à popularização da imagem do conde d’Eu, no contexto posterior à Guerra do Paraguai, as homenagens à figura do marechal foram inevitáveis. Nos jornais do período, Gastão era descrito como herói, e medalhas chegaram a ser cunhadas em sua homenagem. O item apresentado a seguir compõe o acervo do Museu Imperial, integrando a Coleção Museu Histórico de Petrópolis, disponível para acesso na plataforma DAMI. A medalha de madeira foi cunhada pelos empregados da Casa da Moeda em homenagem ao conde d’Eu. No campo do an-

verso, consta a efígie do homenageado. No campo do reverso, figura uma inscrição acompanhada de dois ramos de café unidos por um laço: “Ao vencedor de Pirebebuy e Campo Grande — os empregados da Casa da Moeda”. A escolha simbólica do café associava a medalha à heráldica nacional¹, que realçava o tabaco e o café como elementos representantes das singularidades econômicas e geográficas da nação. A imagem do Orleans era conectada a um dos principais símbolos da prosperidade do país, ao mesmo tempo em que aparecia cunhada em madeira, em um contexto em que a família imperial era identificada como onerosa para os cofres públicos pela linguagem republicana.

O papel de gravador da medalha foi atribuído a Christiano Luster, responsável pelos moldes do Sistema Monetário da Casa da Moeda do Brasil e pelas cunhagens no período compreendido entre 1867 e 1869. Tal fato nos auxilia na precisão da data de produção do artefato, que não consta nas notas da plataforma DAMI. Considerando que as batalhas mencionadas ocorreram em 1869 e que o gravador Christiano Luster faleceu em 1871, a manufatura do objeto apenas poderia ter sido realizada nesse ínterim. A medalha vinculava o conde d'Eu a um espectro popular, sendo oferecida pelos funcionários da Casa da Moeda, e realizada em madeira, elemento que poderia remeter à simplicidade, fornecendo ao marido de Isabel uma certa aproximação aos súditos de Pedro II.

¹ Para compreender a composição da heráldica brasileira, verificar: SEIXAS, Miguel Metelo de. A emblemática oitocentista da Casa de Bragança nos tronos de Portugal e Brasil. In: RAMOS, Rui; CARVALHO, José Murilo de; SILVA, Isabel Corrêa da. (Coords.). A monarquia constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910): uma história paralela de Portugal e do Brasil depois da Independência brasileira. Amadora: Dom Quixote, 2018, p.58-60.



Figura 01 – Medalha em homenagem ao conde d'Eu

Fonte: Museu Imperial/lbram/MTur. Disponível em: <https://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acer-vo/3845>. Acesso em: 15 mar. 2025.

O desempenho do marido da herdeira da coroa na Guerra do Paraguai conferiu-o a alcunha de “verdadeiro herói do Paraguai” em meio a eixos monarquistas, como explicitado nas páginas do *Jornal do Comércio* durante a cobertura da viagem do casal d'Eu às províncias do Sul do Império em 1885². A folha, declaradamente neutra, costumava apresentar posicionamentos alinhados ao regime em vigor. A partir do ano de 1863, o periódico passou às mãos de Júlio Villeneuve, por ocasião do falecimento de seu pai, Junius. Em seu aspecto físico, apresentava entre quatro, seis ou oito páginas, sendo fixo o número de colunas: oito. Seu conteúdo mesclava telegramas, avisos, publicações a pedido, folhetins, atas de sessões da Assembleia Legislativa, anúncios, que ocupavam as últimas páginas, e contava com o apoio de diversos colaboradores. O *Jornal do Comércio* era publicado diariamente, e comercializado por meio de assinaturas anuais no valor de 30\$000 na Corte e em Niterói, e 34\$000 nas demais províncias. A linguagem da folha, ao exaltar a imagem do príncipe consorte, conferia popularidade ao próprio terceiro reinado, que seria regido a partir de seu apoio.

A tentativa de conferir prestígio ao conde correspondeu a uma das estratégias utilizadas pelos Isabelistas na publicidade para o terceiro império. Contudo, o enfoque dos propagandistas foi destina-

² *Jornal do Comércio*, n.1, 01 jan. 1885.

do à princesa Isabel, que considerando o seu gênero e o contexto de submissão do feminino ao elemento masculino durante o século XIX, já enfrentava dúvidas sobre a gestão do país na ausência do patriarca Pedro II. Como discutiremos a seguir, arrolava-se, na imprensa republicana, a tutela de Gastão sobre a princesa herdeira, que poderia conduzir a um reinado do Orleanismo no Brasil a partir do falecimento do monarca Bragantino.

Orleanizar a nação: o terceiro reinado e a impopularidade do conde d'Eu

A representação do conde d'Eu foi alvo de ferrenhas críticas da elite política imperial, principalmente na linguagem republicana. O teor da rejeição atingia frequentemente a dinastia Orleans, a qual pertenciam as características físicas de Gastão, até uma suposta surdez por parte do marido da herdeira do trono era alvo da narrativa jocosa. Era elencado como um grande problema para a pátria possuir em solo brasileiro um representante do orleanismo francês. Assim, exemplos da história francesa, e momentos em que a referida dinastia de Gastão havia usurpado a França monárquica eram publicadas nos periódicos com um certo tom de orientação à d. Pedro II. Valendo-se de conceitos como “progresso”, “futuro” e “amanhã”, almejava-se amedrontar o Imperador, demonstrando historicamente que a onipotência da realeza era temporária (*Gazeta da Tarde*, n.40, 20 fev. 1886).

O jornalista, que assinava como *Proudhomme*³, demonstrava para o imperador a inevitabilidade do fim da monarquia a partir

³ Segundo Humberto Fernandes Machado, este era o pseudônimo usado por José do Patrocínio: MACHADO, 2014, p.16.

da elucidação do exemplo francês, utilizando também o conjunto de ideias progressistas e evolucionistas em voga no período para justificar sua argumentação. Em sua linguagem, comparava D. Pedro II ao rei francês, tanto em relação à idade avançada quanto às decisões tomadas no governo. Assim, o autor expressava para o monarca, que em sua visão, seu domínio seria temporário, assim como o futuro dos seus herdeiros seria incerto. Deste modo, o periodista, demonstrava, em sua linguagem, a crença de que o Terceiro Reinado não se concretizaria, já que “o dia de amanhã” para a monarquia não chegaria (*Gazeta da Tarde*, n.40, 20 fev. 1886).

O jornal *Gazeta da Tarde* comparava e criticava as dinastias de Bragança e Orleans: “não há Braganças em França, há praga semelhante: - a dos Orleans, por exemplo”. Os jornalistas expunham uma situação em que a família Orleans cobrou do governo francês uma dívida em momento que o país se encontrava em guerra. A crítica à dinastia segue elucidando o evento da expulsão dos príncipes do território francês, fornecendo ao leitor a justificativa para não confiar nos Orleans, demonstrando o quanto seriam prejudiciais para a França, ou para qualquer nação que acolher um de seus membros em suas possessões (*Gazeta da Tarde*, n.63, 19 mar. 1886).

Utilizando o recurso linguístico da ironia, o redator do artigo demonstrava sua insatisfação com as duas famílias reais, Bragança e Orleans, e sua crença no mal que poderia advir da junção de ambas, a partir do casamento da princesa Isabel (*Gazeta da Tarde*, n.63, 19 mar. 1886). Assim, constatamos que um dos meios para atacar a possibilidade de concretização do terceiro reinado era espalhar o temor pela dinastia a que o príncipe consorte provinha. Logo, quando se instalou a terceira regência, os abolicionistas atribuíam a manutenção do gabinete escravista do barão de Cotegipe a uma “política orleanista, a que o terceiro reinado está fatalmente condenado” (*Cidade do Rio*, n.59, 28 nov. 1887).

A *Gazeta da Tarde* pertenceu a José do Patrocínio e Luiz Ferreira de Moura Brito até primeiro de setembro de 1887, quando Patrocínio abandonou a sociedade, provocando uma sensível modificação nos conteúdos publicados pela folha. Para realizar a assinatura anual do jornal na Corte, na segunda metade da década de 1880, desembolsava-se a quantia de 15\$000, ao passo que nas demais províncias pagava-se 12\$000. A estrutura do periódico poderia variar, mas apresentava costumeiramente seis colunas, quatro a seis páginas, sendo suas duas últimas ocupadas por diversos tipos de anúncios.

No contexto da inauguração da terceira regência da princesa imperial d. Isabel em 1887, a linguagem abolicionista da *Cidade do Rio* denunciava o domínio do conde sobre as decisões da princesa, chamando-o de “conselheiro perpétuo” (*Cidade do Rio*, n.59, 28 nov. 1887). Criticava-se Gastão a partir da sua família, que consideravam não saber “reinar com o povo e para o povo”, amantes da “autocracia”, obedientes apenas da “sua vontade e do seu capricho”, exploradores do país que residem. Em seu vocabulário, o jornalista utilizava trocadilhos com o título do príncipe consorte: “não considera se não o seu Eu”. Os abolicionistas alegavam que a “Regência Orleans”⁴ perpetuaria o escravismo porque seu único interesse era o dinheiro (*Cidade do Rio*, n.59, 28 nov. 1887).

O jornal *Cidade do Rio* destacava-se por seus textos alinhados à causa da emancipação dos cativos e havia sido fundado por José do Patrocínio no ano de 1887. A tipografia e redação da folha situava-se na Rua do Ouvidor. Para adquirir a assinatura anual do periódico na corte pagava-se a quantia de 12\$000, enquanto nas demais províncias o valor exigido era de 16\$000, já o número avulso do periódico era comercializado no valor de 40 rs..

⁴ “O que há de mais agora é o orleanismo esboçado de modo a nos prometer a cópia mais fiel do reinado de Luiz Felipe”: *Cidade do Rio*, n.19, 16 out. 1887.

O jornal *Gazeta da Tarde* transcreveu trechos de uma coletânea de artigos escritos por um diplomata francês para uma revista russa descrevendo “A Sociedade do Rio de Janeiro”. Em texto dedicado a figura do conde d’Eu, observamos mais descrições da dinastia a que pertencia Gastão de Orleans: “a perfídia de seus membros uns para os outros, e o espírito de ganância, de industrialismo e de avareza, que os distingue a todos” (*Gazeta da Tarde*, n.63, 19 mar. 1886). Conjecturamos, que ao reproduzir o texto, o periódico aproveitava-se da ácida crítica do estrangeiro, protegido pela distância, para expressar seus próprios posicionamentos, sob o pretexto de uma mera transcrição.

O escritor descreveu o conde como “um moço que tem a infelicidade de não contar um só amigo sincero, uma dedicação real, uma simpatia espontânea no país que adotou por seu, e onde lhe nasceram os filhos”. Além de expor as relações sociais do marido da princesa imperial d. Isabel, o diplomata zombava de suas características físicas, considerando que faltava beleza ao francês, assim como simpatia, elegância e graciosidade para dançar, andar a cavalo ou até mesmo para caminhar. Também é explicitado pelo autor, a origem da surdez de Gastão, assim como os prejuízos que a deficiência causou em sua vida (*Gazeta da Tarde*, n.63, 19 mar. 1886).

Na descrição do diplomata, a inteligência e os destacamentos do príncipe consorte são alvo de elogios, por meio de uma comparação com o Imperador d. Pedro II, ridicularizando a formação intelectual do monarca. Também contrastava as pretensões galanteadoras do sogro, frente às atitudes respeitáveis do genro para com as senhoras. Identificamos uma linguagem que comparava diretamente o monarca e o marido da Princesa Imperial, incitando uma certa competição entre os dois, como se fosse Gastão o real sucessor, o futuro Imperador e não sua esposa, d. Isabel (*Gazeta da Tarde*, n.63, 19 mar. 1886).

Aspecto latente na crítica ao conde d'Eu é a sua suposta ganância e corrupção. No artigo transcrito do diplomata francês, expunha-se que a partir do momento em que Gastão constatou que era pouco estimado no Brasil e que a princesa Isabel nunca seria imperatriz, passou a economizar “de modo ridículo e pouco digno”. Assim, divulgava-se que ao organizar as recepções no Palácio Isabel, contabilizava a compra de cervejas estrangeiras, ao passo que servia aos convidados a nacional de marca “Barbante”, vislumbrando superfaturar os gastos das festas patrocinadas pelo sogro (*Gazeta da Tarde*, n.63, 19 mar. 1886).

Outro artigo da *Gazeta* denunciava que a estrada de ferro d. Pedro I era o maior crime contra o tesouro nacional, tendo sido sua construção motivada pela insistência de d. Isabel, já que o príncipe consorte era proprietário “de terras na província de Santa Catarina, onde fundou uma colônia, cuja propriedade depende principalmente de ser construída essa estrada” (*Gazeta da Tarde*, n.193, 24 ago. 1885). O próprio casamento com a princesa imperial era descrito, naquela linguagem de rechaço ao conde, como uma tentativa de se aproveitar das riquezas do imperador, expunha-se, por meio do recurso linguístico da ironia, que Gastão pretendia continuar a “boa vida” “de ócio e folgança” dos “bons tempos acadêmicos” (*Gazeta da Tarde*, n.95, 29 abr. 1886).

A desaprovação ao matrimônio da princesa imperial com o francês era tema constante na crítica à possibilidade do terceiro reinado. A linguagem do jornal *Cidade do Rio* acusava Pedro II de descurar-se do “futuro dinástico” ao negociar o casamento de Isabel. Para os abolicionistas, foi errônea a escolha de um príncipe representante de casa banida, de pouca influência, sem significação diplomática e sem prestígio próprio. Assim, apesar de considerarem a grande inteligência e os dotes morais do conde d'Eu, reconheciam que ele não possuía “maneira de soberano”, necessária a

um “imperador consorte”. O vocabulário abolicionista manifestava que d. Isabel não havia “recebido educação para soberana” (Cidade do Rio, n.28, 06 fev. 1888), logo:

O terceiro reinado, por esta circunstância, estava adstrito aos méritos governamentais do príncipe consorte. Devia vir dele o ascendente majestático da herdeira da coroa sobre o povo e entretanto o príncipe consorte, pela sua própria posição secundária na representação dinástica, não serviu de complemento a sua augusta consorte (Cidade do Rio, n.28, 06 fev. 1888).

Utilizava-se um vocabulário que identificava o terceiro reinado como responsabilidade do conde d’Eu e não de d. Isabel. Em abaixo-assinado dos republicanos de Monte Santo, Minas Gerais, argumentava-se que o estado valetudinário de Pedro II anunciava o início do governo do príncipe consorte. Para os recém signatários do *Manifesto Republicano* de 1870, o terceiro reinado do conde d’Eu, significaria a destruição das liberdades políticas, das manifestações de progresso social e da paz no país, implicando em entraves para o “desenvolvimento da indústria e da riqueza comercial da nação”, impedindo, por fim, à fundação de instituições “que promovam o desenvolvimento moral e intelectual do povo” (*Gazeta de Notícias*, n.55, 24 fev. 1889).

O primeiro número da *Gazeta de Notícias* passou a circular no dia 2 agosto de 1875, e conforme explica George Vidipó (2016), o periódico foi fundado por dois redatores, Henrique Chaves e Lino de Assunção, e por três editores, Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes. A folha rapidamente atingiu a tiragem de 24 mil exemplares, sendo comercializados pelo valor de 40 rs. Caso o leitor residisse na Corte e optasse por efetuar a assinatura anual do jornal, desembolsaria a quantia de 12\$000, já os moradores das

demais províncias pagariam anualmente 16\$000. A *Gazeta* contemplava em suas páginas diversos aspectos do cotidiano da sociedade oitocentista, assim como debatia questões ligadas à política, por vezes propagandeando a abolição e a República.

O jornal *Cidade do Rio* especulava que a primeira regência da princesa teria sido motivada pela sede do genro do imperador em governar, e expunha os boatos de que o conde aproveitaria o prestígio conquistado na Guerra do Paraguai para forçar a abdicação do soberano. Assim, diante da repercussão negativa da assinatura da Lei do Ventre Livre na ocasião da primeira regência, para os periodistas: “O Sr. conde d’Eu não teve, pois, ocasião de cimentar a popularidade do terceiro reinado” (*Cidade do Rio*, n.52, 19 nov. 1887).

A rejeição ao Terceiro Reinado sustentava sua linguagem em um certo consenso quanto à impopularidade do marido da sucessora: “O governo sabe que o Sr. Conde d’Eu é profundamente impopular e essa impopularidade aumenta dia a dia pela posição que sua alteza, talvez com a melhor intenção, tem assumido na terceira regência” (*Cidade do Rio*, n.52, 19 nov. 1887). O *Cidade do Rio* explicitava que parte da gênese deste desprestígio foi proveniente dos ocorridos na segunda regência de Isabel e do marido: “Sabendo-se que sua alteza a Regente, como esposa e amante que é, inspira-se nos conselhos do Sr. conde d’Eu, que os dá, sem reserva [...], a antipatia popular convergiu toda sobre o infeliz descendente dos Orleans” (*Cidade do Rio*, n.52, 19 nov. 1887).

Sendo assim, o periódico asseverava que, diante do insucesso das duas primeiras Regências, “o único ensejo que o Sr. conde d’Eu tinha para popularizar-se era a terceira regência, mas a esta esperava época ainda mais tormentosa”. Para os abolicionistas, a sustentação da “política negra do gabinete” Cotegipe provava que o casal imperial não possuía “nenhuma ideia abolicionista” e que a lei de 1871 só se concretizou “porque se tinham comprometido com o

imperador e com a própria dignidade”. “De feito, se a política da emancipação fosse espontânea no espírito da regente, ela não permitiria que a continuação de 1871 fosse a página ensanguentada de 1887”. Somavam a esta questão a decadência da popularidade de Gastão no exército. Assim, estimavam: “a impopularidade dos herdeiros diretos do trono é hoje palpável” (*Cidade do Rio*, n.52, 19 nov. 1887).

Fundamentada na história da França, a retórica republicana rememorava a expulsão da família do conde daquele país e questionavam a possibilidade de submissão dos brasileiros a um Orleans exilado. Para a linguagem dos periodistas, a transição para o terceiro reinado se projetava por meio de mentiras, e a despeito das tentativas de cobri-lo com o “manto democrático”, “o orleanismo” constituía o “sangue e a alma” do terceiro reinado. Nessa linguagem, a concretização da sucessão dinástica significava “uma calamidade nacional” (*Gazeta da Tarde*, n.165, 27 jul. 1888). Alegavam também que ninguém ignorava um fato, “o reinado incipiente pertencerá ao Sr. conde d’Eu (*Gazeta da Tarde*, n.26 jun. 1888).

Nesta perspectiva, o vocabulário do jornal *Diário de Notícias* denunciava que a Princesa Imperial perdia cada vez mais proeminência, “desaparecendo atrás da individualidade militante e absorvente de seu marido”, que interferia constantemente na esfera administrativa. Para o redator, o povo encontrava-se atento e desconfiado perante a “inversão de papéis” que se operava. Na linguagem mergulhada na cultura política patriarcal do período, a natureza impunha ao príncipe consorte o papel de chefe do casal, em contrapartida, a Constituição não o admitiria como chefe de Estado.

No dia em que a fraqueza da mulher e os interesses do paço confundirem no príncipe consorte funções como essas, que a índole das nossas

instituições insuperavelmente distingue, a ambição mal esclarecida receberá na ruína dos seus planos uma lição, de que não sabemos como se poderia salvar a monarquia brasileira.

Diante do príncipe consorte oscilam hoje os thuribulos da adulação: a sua alteza se dirige o incenso dos que esperam, dos que agradecem, dos que temem. É como se a abdicação lhe pusesse a coroa na cabeça, como se Órleans fosse o descendente da nossa dinastia constitucional, e a sereníssima princesa apenas um disco lunar ao lado do esposo. Este aniquilamento da herdeira da coroa na pessoa de seu marido, esta proeminência da casa estrangeira sobre a dinastia nacional, colocará o príncipe consorte numa situação ilegítima, abusiva, malquistadora, obrigada ao regime da intriga, da corrupção e da força. Em resultado, o desdém e a impopularidade repartir-se-hão entre a princesa anulada e príncipe invasor.

Em vez de governar, e querer que se sinta o seu governo, o primeiro interesse do príncipe consorte está em evitar a ação política, e aceitar sinceramente o segundo lugar na monarquia.

Infelizmente não é o que lhe dirão os seus melhores amigos (*Diário de Notícias*, n.1383, 28 mar. 1889).

O *Diário de Notícias* obteve a sua primeira tiragem em junho de 1885, propriedade de Carneiro, Senna e companhia e com tipografia situada na Rua do Ouvidor. Para realizar a assinatura anual do periódico na corte investia-se a quantia de 12\$000, e 16\$000 nas demais províncias. O número avulso era comercializado no valor de 40 rs.. O jornal apresentava caráter informativo, eventualmente demonstrando apoio à monarquia. Entretanto, a partir de 1889, a linguagem do periódico adquiriu novos contornos, ofertando intensa oposição ao domínio dos Bragança em solo brasileiro e ao próprio terceiro reinado da princesa Isabel. A transformação no

conteúdo dos textos publicados pelo *Diário* advém do início da colaboração do republicano Ruy Barbosa, que contribuiu durante sete meses para a redação da folha.

No último ano de vigência da monarquia em solo brasileiro a animosidade contra o marido da princesa imperial era latente. Os republicanos acusavam os monarquistas de serem “instrumentos” de um “francês degenerado que pretende impor-se às justas antipatias e legítimas repulsões da nação”. Combatiam fortemente o terceiro reinado em sua linguagem e afirmavam: “é o governo do terror e do sangue”. Valendo-se de um vocabulário que se traduzia na abominação ao conde, inscreviam o seu desejo de impedir o terceiro reinado e finalizar o regime imperial, convocando seus correligionários para “uma atitude de resistência e mesmo de agressão e de castigo contra as violências do príncipe avaro, ambicioso desalmado, que pretende impor-se à dignidade e à honra do país” (*Gazeta da Tarde*, n.43, 12 fev. 1889).

Constatamos que o ataque à representação do conde d’Eu era constante na linguagem dos opositores ao terceiro reinado da princesa Isabel. Em uma sociedade marcada por uma cultura política extremamente patriarcal, as vontades de Gastão de Orleans representavam também os posicionamentos da condessa d’Eu, Isabel não existiria politicamente sem o marido, era este o seu “conselheiro perpétuo”, “ministro perpétuo”, “chanceler honorário do império” (*Cidade do Rio*, n.52, 19 nov. 1887). Assim, após a análise das fontes, reconhecemos que o terceiro reinado significava a presença do casal imperial e não apenas da princesa Isabel, legítima sucessora do pai. Para endossar sua crítica, os opositores à sucessão criaram um novo verbo para compor a linguagem política da época: “orleanizar”.

Considerações finais

Para sustentar simbolicamente a República fez-se necessário construir novas representações para os sucessores do trono de Pedro II. Em detrimento da imagem elaborada para o conde d'Eu, desde o casamento com a princesa herdeira da coroa, a linguagem da propaganda republicana fomentava a destruição do prestígio do príncipe consorte. A argumentação publicizada nos jornais encontrou no nobre estrangeiro características oportunas para solidificar a retórica da impossibilidade de concretização do terceiro reinado.

Depreende-se que criticar um Orleans exilado seria ainda mais fácil que atacar a representação de sua esposa, uma filha do Brasil, que toda a nação havia assistido crescer, e assumir a posição de primeira na linha sucessória, após as tragédias enfrentadas pela dinastia Bragança, por ocasião do falecimento dos dois herdeiros do sexo masculino. Todavia, a condessa d'Eu não passou ilesa das investidas da linguagem republicana, ao contrário, foi alvo constante de severas críticas nas publicações periódicas daquele cenário de dissolução das bases da monarquia.

Portanto, constata-se que a rejeição perpetrada a Gastão de Orleans constituiu-se como mais um dos aspectos da crítica à própria princesa Isabel e ao terceiro reinado. O vocabulário do republicanismo parecia objetivar demonstrar que todas as singularidades da princesa herdeira atestavam a sua incapacidade para gerir a nação na ausência do soberano Pedro II. A figura do conde d'Eu sofreria reprovação devido ao seu vínculo com a princesa, e o gênero da sucessora garantia aos contestadores da ordem a premissa de que seria o marido o verdadeiro condutor das decisões durante o possível terceiro império.

Referências

Fontes:

Cidade do Rio

Diário de Notícias

Gazeta da tarde

Gazeta de Notícias

Jornal do Comércio

Bibliografia

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASCUDO, Luis da Camara. *Conde d'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

Machado, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da noção de Representação. *Fronteiras*, Dourados, n.24, p.15-29, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1598>. Acesso em: 04 jul. 2020.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *O Terceiro Reinado: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SEIXAS, Miguel Metelo de. A emblemática oitocentista da Casa de Bragança nos tronos de Portugal e Brasil. In: RAMOS, Rui; CARVA-

LHO, José Murilo de; SILVA, Isabel Corrêa da. (Coords.). *A monarquia constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910): uma história paralela de Portugal e do Brasil depois da Independência brasileira*. Amadora: Dom Quixote, 2018, p.58-60.

VAS, Braz Batista. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o conde d'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011.

VIDIPÓ, George. A Gazeta De Notícias do Rio De Janeiro e os momentos decisivos (1888- 1889). In: XVII Encontro de História da Anpuh-Rio, 2016, Nova Iguaçu. *Entre o local e o global: Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio*. Nova Iguaçu: URRJ, 2016. p.1-12. Disponível em: https://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1464447611_ARQUIVO_GazetadeNoticiasemomentosdecisivos-GeorgeVidipo-Anphu-rio2016.pdf. Acesso em: 02 mar. 2022.

VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: Edições GRD, 1990.

DESCENDÊNCIA DE D. PEDRO II POR OCASIÃO DO SEGUNDO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO

*Paulo Stuck Moraes**

Neste ano de Jubileu, também estamos comemorando o segundo centenário de nascimento daquele que é considerado o maior de todos os brasileiros.

Nascido no Rio de Janeiro, a 02 de dezembro de 1825, filho do Imperador D. Pedro I (1798-1834) e da Imperatriz D. Leopoldina (1797-1826), D. Pedro II ficou órfão de mãe na tenra idade de um ano e de pai antes de completar 9 anos. Na realidade, desde os 5 anos já não tinha a presença paterna, posto que D. Pedro I abdicou em 1831 e retornou a Portugal, para restituir o trono usurpado a sua filha.

O infante Pedro ficou sob responsabilidade do Patriarca da Independência, José Bonifácio (1763-1838) e da futura Condessa de Belmonte (1779-1855). Teria ainda, como protetor, o veterano negro da Guerra Cisplatina, Rafael, empregado de extrema confiança do Imperador.

Com a infância passada entre livros, com pouco mais de 14 anos é guindado ao comando da nação, com a antecipação de sua maioridade, aprovada em 23 de julho de 1840 e com a coroação efetivada em 18 de julho de 1841.

Em 1843 D. Pedro II contrai núpcias com a princesa napolitana Teresa Cristina (1822-1889), filha do rei Francisco I (1777-1830), do reino das Duas Sicílias. Desse matrimônio segue, na sequência, sua vasta descendência.

D. Pedro II exerceu o poder por quase 50 anos, passando por revoltas internas, guerras com vizinhos continentais, mas também

* Historiador, pesquisador e genealogista. Membro da ASBRAP (Associação Brasileira de pesquisadores de História) e do Colégio Brasileiro de Genealogia (Cadeira nº 24)

comandou o desenvolvimento do país, sendo incentivador e promotor de diversas inovações.

Apesar de considerado pelo povo brasileiro, foi derrubado do poder em 15 de novembro de 1889, quando se estabelece no país o regime republicano.

Banido do país, segue para a Portugal, onde, a 28 de dezembro de 1889, perde sua esposa. Em seguida, parte para a França, vindo a falecer em Paris, três dias após completar 66 anos de idade, em 05 de dezembro de 1891.

Descendência de D. Pedro II

1. **Pedro II**, * 02.12.1825 em Rio de Janeiro (RJ),¹ (filho de Pedro I e Maria Leopoldina), batismo 09.12.1825 em Rio de Janeiro (RJ), † 05.12.1891 em Paris-França,² ocupação (1831-1889) 2º Imperador do Brasil. C.c. Teresa Cristina, 04.09.1843 em Rio de Janeiro (RJ),³ * 14.03.1822 em Nápoles-Itália,⁴ (filha de Francisco I e Maria Isabel), † 28.12.1889 em Porto-Portugal.⁵

1.1. **Afonso**, * 23.02.1845 em Rio de Janeiro (RJ),⁶ † 11.06.1847 em Rio de Janeiro (RJ),⁷ ocupação (1845-1847) Príncipe Imperial do Brasil.

¹ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 173, v.2.

² *Ibidem*.

³ *Ibidem*.

⁴ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 179, v.2.

⁵ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 180, v.2.

⁶ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 180, v.2.

⁷ *Ibidem*.

1.2. **Isabel (I)**, * 29.07.1846 em Rio de Janeiro (RJ),⁸ † 14.11.1921 em Eu, França,⁹ ocupação (1847-1848) e (1850-1891) Princesa Imperial do Brasil, ocupação (1891-1921) Imperatriz do Brasil (de jure). C.c. Luiz Filipe Gastão de Orléans, 15.10.1864 em Rio de Janeiro (RJ),¹⁰ * 28.04.1842 em Neuilly-sur-Seine-França,¹¹ (filho de Luiz Carlos Filipe de Orléans e Vitória de Saxe-Coburgo-Koháry), † 28.08.1922 no mar, a caminho do Brasil,¹² ocupação Conde d'Eu.

1.2.1. **Luiza Vitória**, * 28.07.1874 em Rio de Janeiro (RJ),¹³ † 28.07.1874 em Rio de Janeiro (RJ).¹⁴

NatiMorta.

1.2.2. **Pedro (III)**, * 15.10.1875 em Petrópolis (RJ),¹⁵ † 29.01.1940 em Petrópolis (RJ),¹⁶ ocupação (1891-1921) Príncipe do Grão Pará, ocupação (1921-1940) Imperador do Brasil (de jure). C.c. Maria Elisabete Adelaide, 14.11.1908 em Versailles-França,¹⁷ * 07.12.1875 em Chotebor, República Tcheca,¹⁸ (filha de João Vaclav II e Elizabeth de Kottulin e Krzischkowitz), † c.de 1951.

⁸ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 181, v.2.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Ibidem*.

¹² *Ibidem*.

¹³ Perfil biográfico na Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 183, v.2.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 183, v.2.

¹⁸ *Ibidem*.

1.2.2.1. **Isabel Maria Amália de Orléans Bragança**, * 13.08.1911 em Eu, França,¹⁹ † 05.07.2003 em Chérisy-França,²⁰ ocupação Condessa de Paris. C.c. Henrique de Orléans, 08.04.1931 em Palermo, Itália,²¹ * 05.07.1908 em Nouvion-en-Thierache, França,²² (filho de João e Isabel), † 19.06.1999, ocupação Conde de Paris.

1.2.2.1.1. **Isabel Maria Laura Vitória de Orléans**, * 08.04.1932 em Bélgica.²³ C.c. Frederico Carlos, c.de 1964, * c.de 1938, ocupação Conde de Schönborn-Buch- heim.

1.2.2.1.2. **Henrique Filipe Pedro Maria de Orléans**, * 04.06.1933 em Bélgica,²⁴ † 21.01.2019 em Paris-França,²⁵ ocupação Conde de Clermont. C.c. (1) Maria Teresa de Wurtemberg, c.de 1957, * c.de 1934 (filha de Filipe e Desconhecida). C.c. (2) Micaela Cousino.

1.2.2.1.2.1. **Maria**, (filha de Henrique Filipe Pedro Maria de Orléans e Maria Teresa de Wurtemberg) * c.de 1959.

1.2.2.1.2.2. **Francisco**, (filho de Henrique Filipe Pedro Maria de Orléans e Maria Teresa de Wurtemberg) * c.de 1961.

1.2.2.1.2.3. **Branca**, (filha de Henrique Filipe Pedro Maria de Orléans e Maria Teresa de Wurtemberg) * c.de 1962.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

²¹ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 183, v.2.

²² *Ibidem*.

²³ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

1.2.2.1.2.4. **João**, (filho de Henrique Filipe Pedro Maria de Orléans e Maria Teresa de Wurtemberg) * c.de 1965.

1.2.2.1.2.5. **Eudes**, (filho de Henrique Filipe Pedro Maria de Orléans e Maria Teresa de Wurtemberg) * c.de 1968.

1.2.2.1.3. **Helena Astrid Leopoldina Maria de Orléans**, * 17.09.1934 em Bélgica,²⁶ ocupação Condessa de Limburg Stirum. C.c. Everard, c.de 1957, * 1927, ocupação Conde de Limburg Stirum.

1.2.2.1.4. **Francisco Gastão Miguel Maria de Orléans**, * 15.08.1935 em Bélgica,²⁷ † 11.10.1960 em Argélia,²⁸ ocupação Duque de Orléans.

1.2.2.1.5. **Ana Margarida Brígida Maria de Orléans**, * 04.12.1938,²⁹ ocupação Infanta da Espanha, duquesa de Calábria. C.c. Carlos Maria Afonso Marcelo, c.de 1965, * 16.01.1938 em Lausanne-Suíça,³⁰ (filho de Afonso de Espanha e Alice de Bourbon-Parma), † 05.10.2015, ocupação Duque da Calabria.

1.2.2.1.5.1. **Cristina de Bourbon-Duas Sicílias**, * c.de 1966 em Madrid-Espanha.³¹ C.c. Pedro López- Quesada y Fernández Urrutia, c.de 1994.³²

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

1.2.2.1.5.1.1. **Vitória Lopez-Quesada y de Borbón-Dos Sicílias**, * c.de 1997.

1.2.2.1.5.1.2. **Pedro Lopez-Quesada y de Bórbon-Dos Sicílias**, * c.de 2003.

1.2.2.1.5.2. **Maria de Bourbon-Duas Sicílias**, * c.de 1967 em Madrid-Espanha.³³ C.c. Simeão Carlos Eugênio José Leopoldo de Habsburgo-Lorena, 13.06.1996 em La Toledana-Espanha,³⁴ * c.de 1958 (filho de Rodolfo da Áustria e Xenia Czernichev-Besobrasov), ocupação Arquiduque da Áustria.

1.2.2.1.5.2.1. **João Rodolfo**, * c.de 1997, ocupação Arquiduque da Áustria.

1.2.2.1.5.2.2. **Luiz Cristiano**, * c.de 1998, ocupação Arquiduque da Áustria.

1.2.2.1.5.2.3. **Isabel**, * c.de 2000, ocupação Arquiduquesa da Áustria.

1.2.2.1.5.2.4. **Carlota**, * c.de 2003, ocupação Arquiduquesa da Áustria.

1.2.2.1.5.2.5. **Filipe José**, * c.de 2007, ocupação Arquiduque da Áustria.

³³ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

³⁴ *Ibidem*.

1.2.2.1.5.3. **Pedro de Bourbon-Duas Sicílias**, * 16.10.1968 em Madrid-Espanha,³⁵ ocupação Duque de Calábria. C.c. Sofia Landaluce y Melgarejo, 30.03.2001 em Madrid-Espanha,³⁶ * c.de 1973.³⁷

1.2.2.1.5.3.1. **Jaime de Bourbon-Duas Sicílias**, * c.de 1993, ocupação Duque de Noto e Capua.

1.2.2.1.5.3.2. **Juan de Bourbon-Duas Sicílias**, * c.de 2003.

1.2.2.1.5.3.3. **Pablo de Bourbon-Duas Sicílias**, * c.de 2004.

1.2.2.1.5.3.4. **Pedro de Bourbon-Duas Sicílias**, * c.de 2007.

1.2.2.1.5.3.5. **Sofia de Bourbon-Duas Sicílias**, * c.de 2008.

1.2.2.1.5.3.6. **Blanca de Bourbon-Duas Sicílias**, * c.de 2011.

1.2.2.1.5.3.7. **Maria de Bourbon-Duas Sicílias**, * c.de 2015.

1.2.2.1.5.4. **María Inés de Bourbon-Duas Sicílias**, * c.de 1971 em Madrid-Espanha.³⁸ C.c. Michele Carrelli Palombi dei Marchesi di Raiano, c.de 2001 em Toledo-Espanha,³⁹ * c.de 1965.⁴⁰

1.2.2.1.5.4.1. **Teresa Carrelli Palombi dei Marchesi di Raiano**, * c.de 2003.

1.2.2.1.5.4.2. **Blanca Carrelli Palombi dei Marchesi di Raiano**, * c.de 2005.

1.2.2.1.5.5. **Vitória de Bourbon-Duas Sicílias**, * c.de 1976 em Madrid-Espanha.⁴¹ C.c. Markos Nomikos, c.de 2003,⁴² * c.de 1965,⁴³ ocupação Armador grego.

³⁵ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

⁴⁰ *Ibidem*.

1.2.2.1.5.5.1. **Anastasios Nomikos**, * c.de 2005.⁴⁴

1.2.2.1.5.5.2. **Ana Nomikos**, * c.de 2006.⁴⁵

1.2.2.1.6. **Diana de Orléans**, * 24.03.1940 em Petrolina (PE),⁴⁶ ocupação Duquesa de Württemberg. C.c. Carlos, c.de 1960, * c.de 1936 (filho de Filipe e Desconhecida), ocupação Duque de Wurttemberg.

1.2.2.1.6.1. **Frederico**, * c.de 1961.

1.2.2.1.6.2. **Ebehard**, * c.de 1963.

1.2.2.1.6.3. **Filipe**, * c.de 1964.

1.2.2.1.6.4. **Miguel**, * c.de 1965.

1.2.2.1.7. **Miguel José Benedito Maria de Orléans**, * 25.06.1941 em Marrocos,⁴⁷ ocupação Conde de Évreux. C.c. Beatriz Pasquier de Franclieu, c.de 1965, * c.de 1941 (filha de Bruno Pasquier de Franclieu e Jacqueline Térise).

1.2.2.1.7.1. **Carlos Filipe**, * c.de 1973.

1.2.2.1.8. **Jaime João Maria Jaroslau de Orléans**, * 25.06.1941 em Marrocos,⁴⁸ ocupação Duque de Orléans. C.c. Françoise Thérèse Gersende de Sabran-Pontèves, c.de 1969, * c.de 1942 (filha de

⁴¹ *Ibidem.*

⁴² *Ibidem.*

⁴³ *Ibidem.*

⁴⁴ *Ibidem.*

⁴⁵ *Ibidem.*

⁴⁶ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

⁴⁷ *Ibidem.*

⁴⁸ *Ibidem.*

Joseph Marie Elzear Foulques de Sabran-Pontèves e Roselyne Manca-Amat de Vallombrosa).

1.2.2.1.8.1. **Carlos Luis**, * 1972.

1.2.2.1.8.2. **Foulques**, * 1974.

1.2.2.1.9. **Cláudia Maria Inês Catarina de Orléans**, * 11.12.1943 em Marrocos,⁴⁹ ocupação Duquesa d'Aosta. C.c. (1) Amadeu Humberto Constantino Jorge, c.de 1964, * 27.09.1943,⁵⁰ (filho de Aiman de Aosta e Irene da Grécia), ocupação Duque de Aosta. C.c. (2) Arnoldo La Cagnina, 1982.

1.2.2.1.10. **Joana de Chantal Alice Clotilde Maria de Orléans**, * 09.01.1946,⁵¹ ocupação Baronesa de Sambucy de Sorgue. C.c. François Xavier de Sambucy de Sorgue, c.de 1972, * c.de 1943, ocupação Barão de Sambucy de Sorgue.

1.2.2.1.11. **Thibault Luis Dionisio Humberto Maria de Orléans**, * c.de 1948, † c.de 1983, ocupação Conde de La Marche. C.c. Mercedes Marion Gordon-Orr, c.de 1972, * c.de 1941 (filha de James Gordon-Orr e Desconhecida).

1.2.2.1.11.1. **Axel**, * c.de 1976.

1.2.2.2. **Pedro (IV) Gastão**, * 09.02.1913 em Eu, França,^{52,53} †

⁴⁹ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

⁵³ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 183, v.2.

27.12.2007 em Sevilha-Espanha,⁵⁴ ocupação (1940-2007) Imperador do Brasil (de jure). C.c. Maria Esperança, 18.12.1944 em Sevilha-Espanha,⁵⁵ * 14.06.1914 em Madrid-Espanha,⁵⁶ (filha de Carlos Maria das Duas Sicílias e Luiza da França), † 08.08.2005 em Villamanrique de la Condesa, Sevilha-Espanha, ocupação Princesa das Duas Sicílias.

1.2.2.2.1. **Pedro (V) Carlos de Orléans e Bragança**, * 31.10.1945 em Petrópolis (RJ),⁵⁷ ocupação (2007-) Imperador do Brasil (de jure). C.c. (1) Rony Kuhn de Souza, 02.09.1975 em Petrópolis (RJ),⁵⁸ (filha de Alfredo Kuhn e Maria das Graças Mercedes de Souza), † 14.01.1979.⁵⁹ C.c. (2) Patrícia Ana Maria Alexandra Paula Elisabeth Branscombe, 16.07.1981 em Paraíba do Sul (RJ), * 22.11.1964 em Petrópolis (RJ),⁶⁰ † 21.11.2009.⁶¹ C.c. (3) Patrícia Alvim Rodrigues, 01.09.2018 em Petrópolis (RJ) (filha de José Jorge Rodrigues e Maria Norma Alvim Rodrigues).

1.2.2.2.1.1. **Pedro Tiago Maria de Orléans e Bragança**, (filho de Pedro (V) Carlos de Orléans e Bragança e Rony Kuhn de Souza) * 12.01.1979.⁶²

1.2.2.2.1.2. **Filipe Rodrigo Alexandre Orléans e Bragança**, (filho de Pedro (V) Carlos de Orléans e Bragança e Patrícia Ana Maria

⁵⁴ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 02.10.2014.

⁵⁵ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 183, v.2.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

Alexandra Paula Elisabeth Branscombe) * 31.12.1982 em Brasília (DF).⁶³

1.2.2.2.2. Maria da Glória de Orléans e Bragança, * 13.12.1946 em Petrópolis (RJ).⁶⁴ C.c. (1) Alexandre (II) Karadjordjevitch, 01.07.1972 em Villamanrique de la Condesa, Sevilha-Espanha,⁶⁵ * 17.07.1945 em Londres-Inglaterra,⁶⁶ (filho de Pedro II e Alexandra da Grécia e Dinamarca), ocupação Príncipe Herdeiro da Iugoslávia. C.c. (2) Inácio de Medina y Fernández de Córdoba, ocupação Duque de Segorbe.

1.2.2.2.2.1. Pedro da Iugoslávia, (filho de Alexandre (II) Karadjordjevitch e Maria da Glória de Orléans e Bragança) * 05.02.1980 em Chicago, Illinois-EUA.⁶⁷

1.2.2.2.2.2. Filipe da Iugoslávia, (filho de Alexandre (II) Karadjordjevitch e Maria da Glória de Orléans e Bragança) * c.de 1982 em EUA.⁶⁸

1.2.2.2.2.3. Alexandre da Iugoslávia, (filho de Alexandre (II) Karadjordjevitch e Maria da Glória de Orléans e Bragança) * c.de 1982 em EUA.⁶⁹

1.2.2.2.2.4. Maria de la Blanca de Medina y Orléans e Bragança, (filha de Inácio de Medina y Fernández de Córdoba e Maria da Glória de Orléans e Bragança) * c.de 1985.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

⁶⁵ *Wikipédia, Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

⁶⁶ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

⁶⁷ *Wikipédia, Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

⁶⁸ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

⁶⁹ *Ibidem*.

1.2.2.2.2.5. **Luna de Medina y Orléans e Bragança**, (filha de Inácio de Medina y Fernández de Córdoba e Maria da Glória de Orléans e Bragança) * c.de 1988.

1.2.2.2.3. **Afonso Duarte de Orléans e Bragança**, * 25.04.1948 em Petrópolis (RJ).⁷⁰ C.c. (1) Maria de Parejo y Gurruchaga, 03.01.1973 em Sevilha-Espanha, * 13.05.1954 em Sevilha-Espanha (filha de Isidro Parejo e Maria Vitória Gurruchaga). C.c. (2) Sylvie Amélie de Hungria Machado.

1.2.2.2.3.1. **Maria de Orléans e Bragança**, (filha de Afonso Duarte de Orléans e Bragança e Maria de Parejo y Gurruchaga) * 14.01.1974 em Sevilha-Espanha.

1.2.2.2.3.2. **Julia de Orléans e Bragança**, (filha de Afonso Duarte de Orléans e Bragança e Maria de Parejo y Gurruchaga) * 18.09.1977 em Rio de Janeiro (RJ).

1.2.2.2.4. **Manoel Álvaro de Orléans e Bragança**, * 17.06.1949 em Petrópolis (RJ).⁷¹ C.c. Margarita Haffner y Lancha, c.de 1977,⁷² * c.de 1949 (filha de Oskar Haffner e Desconhecida).

1.2.2.2.4.1. **Luiza Cristina de Orléans e Bragança**, * 25.06.1978 em Sevilha-Espanha.

1.2.2.2.4.2. **Manoel Afonso de Orléans e Bragança**, * 09.03.1981 em Sevilha-Espanha.

⁷⁰ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

⁷¹ *Ibidem.*

⁷² *Ibidem.*

1.2.2.2.5. Maria Cristina de Orléans e Bragança, * 16.10.1950 em Petrópolis (RJ),⁷³ † 15.05.2025.⁷⁴ C.c. (1) Jan Pavel Sapieha-Rozanski, c.de 1980,⁷⁵ * 26.08.1935 em Varsóvia-Polônia (filho de Jan Andrzej e Maria Zdziechowska), ocupação Príncipe de Sapieha-Rozanski. C.c. (2) José Carlos Calmon de Brito.

1.2.2.2.5.1. Ana Teresa de Bourbon Orléans e Bragança Sapieha, (filha de Jan Pavel Sapieha-Rozanski e Maria Cristina de Orléans e Bragança) * 25.05.1981 em Petrópolis (RJ), ocupação Princesa de Sapieha-Rozanska.

1.2.2.2.5.2. Paola Maria de Bourbon Orléans e Bragança Sapieha, (filha de Jan Pavel Sapieha-Rozanski e Maria Cristina de Orléans e Bragança) * 23.04.1983 em Londres-Inglaterra, ocupação Princesa de Sapieha-Rozanska e princesa de Swiatopelk-Czetwertynska. C.c. Constantin Swiatopolk-Czetwertynski, 01.2012 em Bruxelas-Bélgica (filho de Michael Swiatopolk-Czetwertynski e Desconhecida), ocupação Príncipe de Swiatopelk-Czetwertynska.

1.2.2.2.6. Francisco Humberto de Orléans e Bragança, * 09.12.1956 em Petrópolis (RJ).⁷⁶ C.c. (1) Christina Schmidt Peçanha, 28.01.1978 em Petrópolis (RJ), * 14.01.1953 em Rio de Janeiro (RJ) (filha de Gaubert Schmidt e Alice Peçanha). C.c. (2) Rita de Cássia Pires, c.de 1980.⁷⁷

⁷³ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

⁷⁴ *Ibidem.*

⁷⁵ *Ibidem.*

⁷⁶ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

⁷⁷ *Ibidem.*

1.2.2.2.6.1. **Francisco Theodósio de Orléans e Bragança**, (filho de Francisco Humberto de Orléans e Bragança e Christina Schmidt Peçanha) * 25.09.1979 em Petrópolis (RJ).

1.2.2.2.6.2. **Maria Isabel de Orléans e Bragança**, (filha de Francisco Humberto de Orléans e Bragança e Christina Schmidt Peçanha) * c.de 1982.

1.2.2.3. **Maria Francisca de Orléans e Bragança**, * 08.09.1914 em Eu, França,^{78,79} † 15.01.1968 em Lisboa-Portugal.⁸⁰ C.c. Duarte Nuno de Bragança, 15.10.1942 em Petrópolis (RJ),⁸¹ * 23.09.1907 em Seebenstein, Neunkirchen, Baixa Áustria-Áustria,⁸² (filho de Miguel Januário de Bragança e Maria Teresa de Löwenstein-Wertheim-Rosenberg), † 23.12.1976 em Ferragudo, Lagoa-Portugal,⁸³ ocupação Duque de Bragança.

1.2.2.3.1. **Duarte Pio de Bragança**, * 15.05.1945 em Berna-Suíça.⁸⁴ C.c. Isabel Inês de Castro Curvelo de Herédia, 13.05.1995 em Lisboa-Portugal,⁸⁵ * 22.11.1966 em Lisboa-Portugal,⁸⁶ (filha de Jorge de Herédia e Raquel Leonor Pinheiro Curvello).

⁷⁸ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 184, v.2.

⁷⁹ Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 30.05.2016.

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 184, v.2.

⁸² Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 30.05.2016.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ *Ibidem*.

1.2.2.3.1.1. **Afonso de Santa Maria de Bragança**, * 25.03.1996 em Lisboa-Portugal.⁸⁷

1.2.2.3.1.2. **Maria Francisca Isabel Micaela Gabriela Rafaela Paula de Bragança**, * 03.03.1997 em Lisboa-Portugal.⁸⁸ C.c. Duarte Maria de Sousa Araújo Martins, 07.10.2023 em Mafra-Portugal.⁸⁹

1.2.2.3.1.3. **Dinis de Bragança**, * 25.11.1999 em Lisboa-Portugal.⁹⁰

1.2.2.3.2. **Miguel**, * 03.12.1946 em Berna-Suíça,⁹¹ ocupação 7º Duque de Viseu.

1.2.2.3.3. **Henrique João**, * 06.11.1949 em Berna-Suíça,⁹² † 15.02.2017,⁹³ ocupação 4º Duque de Coimbra.

1.2.2.4. **João Maria Filipe de Bragança**, * 15.10.1916 em Boulogne-sur-Seine, França,⁹⁴ † 27.06.2005 em Rio de Janeiro (RJ).⁹⁵ C.c. (1) Fátima Scherifa Chirine, 29.04.1949 em Sintra, Lisboa-Portugal,⁹⁶ * 19.04.1923 em Cairo-Egito,⁹⁷ (filha de Ismail Hussein Chi-

⁸⁷ Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 30.05.2016.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

⁹⁰ Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 30.05.2016.

⁹¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 24.05.2017.

⁹² *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 184, v.2.

⁹⁵ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

⁹⁶ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 184, v.2.

rine e Aicha Mussallam), † 14.03.1990 em Rio de Janeiro (RJ).⁹⁸ C.c. (2) Teresa Souza Campos, 29.04.1990 em Petrópolis (RJ).⁹⁹

1.2.2.4.1. **João Henrique de Orléans e Bragança**, (filho de João Maria Filipe de Bragança e Fátima Scherifa Chirine) * 25.04.1954 em Rio de Janeiro (RJ).¹⁰⁰ C.c. Stella Christina Lutterbach, c.de 1986 (filha de Hersias Morado Lutterbach e Stella Carmen Correa Pinto).

1.2.2.4.1.1. **João Philippe de Orléans e Bragança**, * 27.11.1986. C.c. Yasmine Paranaguá, c.de 2013, * c.de 1986.

1.2.2.4.1.1.1. **Mia**.

1.2.2.4.1.1.2. **João Antonio**, * c.de 2017.

1.2.2.4.1.2. **Maria Cristina de Orléans Bragança**.

1.2.2.5. **Teresa Maria**, * 18.06.1919 em Boulogne-sur-Seine, França,¹⁰¹ † 18.04.2011.¹⁰² C.c. Ernesto Martorell y Calderó, 07.10.1958 em Sintra, Lisboa-Portugal,¹⁰³ * em Portugal.¹⁰⁴

1.2.3. **Luiz Maria Filipe**, * 26.01.1878 em Petrópolis (RJ),¹⁰⁵ † 26.03.1920 em Cannes-França.¹⁰⁶ C.c. Maria Pia das Duas Sicílias,

⁹⁷ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 184, v.2.

¹⁰² *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

¹⁰³ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 184, v.2.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

04.11.1908 em Cannes-França,¹⁰⁷ * 10.04.1877 em Cannes-França,¹⁰⁸ (filha de Afonso Maria das Duas Sicílias e Maria Antonieta das Duas Sicílias), † c.de 1973.

1.2.3.1. **Pedro Henrique de Orléans e Bragança**, * 13.09.1909 em Boulogne-sur-Seine, França,¹⁰⁹ † 05.07.1981 em Vassouras (RJ). C.c. Maria Isabel Francisca Teresa Josefa de Wittelsbach e Croy-Solre, 19.08.1937 em Munich, Baviera- Alemanha,¹¹⁰ * 09.09.1914 em Munich, Baviera-Alemanha,¹¹¹ (filha de Francisco da Baviera e Elisabete de Croy), † 2011.

1.2.3.1.1. **Luiz Gastão**, * 06.06.1938 em Mandelieu, Cannes-França,¹¹³ † 15.07.2022 em São Paulo (SP).

1.2.3.1.2. **Eudes Maria de Orléans e Bragança**, * 09.06.1939 em Mandelieu, Cannes- França,¹¹³ † 13.08.2020 em Rio de Janeiro (RJ), ocupação Príncipe do Brasil. C.c. Ana Maria de Moraes e Barros, 08.05.1967 em São Paulo (SP),¹¹⁴ * 20.11.1945 em São Paulo (SP),¹¹⁵ (filha de Luiz de Moraes e Barros e Maria do Carmo Cerqueira César).

¹⁰⁵ *Ibidem.*

¹⁰⁶ *Ibidem.*

¹⁰⁷ *Ibidem.*

¹⁰⁸ *Ibidem.*

¹⁰⁹ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 184, v.2.

¹¹⁰ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 184, v.2.

¹¹¹ *Ibidem.*

¹¹² *Ibidem.*

¹¹³ *Ibidem.*

¹¹⁴ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 06.07.2017.

¹¹⁵ *Ibidem.*

1.2.3.1.2.1. **Luiz Filipe de Orléans e Bragança**, * 03.04.1969 em Rio de Janeiro (RJ).¹¹⁶

Deputado federal (2019-2023).

C.c. Fernanda Hara Miguita, 08.08.2008,¹¹⁷ * 04.06.1978 em Londrina (PR),¹¹⁸ (filha de Luiz Carlos Miguita e Kessae Hara).

1.2.3.1.2.1.1. **Maximiliano de Orléans e Bragança**, * 07.06.2012.¹¹⁹

1.2.3.1.2.2. **Ana Luiza de Orléans e Bragança**, * 21.06.1971 em Rio de Janeiro (RJ).¹²⁰ C.c. Paulo Ibrahim Mansour, * 02.02.1962 em São Paulo (SP),¹²¹ (filho de Ibrahim Mansour e Regina Chamiê), ocupação Industrial.

1.2.3.1.2.2.1. **Rodrigo Rui Orléans-Bragança Mansour**,^{122*} 19.07.1997 em São Paulo (SP).

1.2.3.1.2.2.2. **Guilherme Orléans- Bragança Mansour**, * 13.11.2002 em São Paulo (SP).¹²³

1.2.3.1.3. **Bertrand Pio**, * 02.02.1941 em Mandelieu, Cannes-França.¹²⁴

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 06.07.2017.

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 06.07.2017.

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 185, v.2.

1.2.3.1.4. **Isabel Maria Josefa Henriqueta Francisca**, * 05.04.1944 em Mandelieu, Cannes-França,¹²⁵ † 05.11.2017 em Rio de Janeiro (RJ).¹²⁶

1.2.3.1.5. **Pedro de Alcantara**, * 01.12.1945 em Petrópolis (RJ),¹²⁷ ocupação Príncipe do Brasil. C.c. Maria de Fátima de Andrada Baptista de Oliveira de Lacerda Rocha, 04.07.1974 em Rio de Janeiro (RJ),¹²⁸ * 14.07.1952,¹²⁹ (filha de Orlando de Lacerda Rocha e Sílvia Maria de Andrada Baptista de Oliveira).

1.2.3.1.5.1. **Maria Pia de Orléans e Bragança**, * 23.08.1975 em Rio de Janeiro (RJ),¹³⁰ ocupação Princesa de Orléans e Bragança. C.c. Rodrigo Otávio Broglia Mendes, 25.08.2001,¹³¹ * 07.11.1974,¹³² (filho de Antonio Carlos Mendes e Sonia Maria Broglia).

1.2.3.1.5.1.1. **Antonio d'Orléans Bragança e Broglia Mendes**, * 21.10.2004.

1.2.3.1.5.1.2. **Pedro d'Orléans e Bragança e Broglia Mendes**, * 30.01.2009.

¹²⁵ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 185, v.2.

¹²⁶ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

¹²⁷ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 185, v.2.

¹²⁸ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 03.02.2022.

¹²⁹ *Ibidem.*

¹³⁰ *Ibidem.*

¹³¹ *Ibidem.*

¹³² *Ibidem.*

1.2.3.1.5.2. **Maria Carolina de Orléans e Bragança**, * 18.06.1978 em Rio de Janeiro (RJ),¹³³ † 02.12.2005, ocupação Princesa de Orléans e Bragança. C.c. Nuno de Carvalho Moreira, 02.12.2005,¹³⁴ * 20.09.1974 em Rio de Janeiro (RJ),¹³⁵ (filho de César de Faria Domingues Moreira e Maria Guadalupe Carvalho).

1.2.3.1.5.2.1. **Joaquim Pedro de Orléans e Bragança de Carvalho Moreira**, * 13.04.2008.¹³⁶

1.2.3.1.5.2.2. **Maria Sofia de Orléans e Bragança de Carvalho Moreira**, * 10.2010.¹³⁷

1.2.3.1.5.2.3. **Maria Júlia de Orléans e Bragança e Moreira**, * 19.02.2018.¹³⁸

1.2.3.1.5.3. **Gabriel de Orléans e Bragança**, * 01.12.1980 em Rio de Janeiro (RJ),¹³⁹ ocupação Príncipe de Orléans e Bragança. C.c. Luciana Oliveira de Souza Guaspari, 19.07.2009 em Rio de Janeiro (RJ),¹⁴⁰ * 14.09.1981 em Rio de Janeiro (RJ),¹⁴¹ (filha de Atilio Guaspari e Regina Oliveira de Souza).

1.2.3.1.5.3.1. **Gabriel Pedro Guaspari e d'Orléans e Bragança**, * 12.04.2013.

¹³³ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 03.02.2022.

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ *Ibidem*.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 03.02.2022.

¹³⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ *Ibidem*.

1.2.3.1.5.3.2. Rafael José Miguel Rafael Gonzaga Guaspari e d'Orléans e Bragança, * 12.08.2015.

1.2.3.1.5.4. Maria de Fatima de Orléans e Bragança, * 13.05.1988 em Rio de Janeiro (RJ),¹⁴² ocupação Princesa de Orléans e Bragança. C.c. João Fontes Soares, 04.05.2019.¹⁴³

1.2.3.1.5.5. Maria Manoela de Orléans e Bragança, * 26.05.1989 em Rio de Janeiro (RJ),¹⁴⁴ ocupação Princesa de Orléans e Bragança.

1.2.3.1.6. Fernando Diniz Henrique Maria José, * 02.02.1948 em Petrópolis (RJ).¹⁴⁵ C.c. Maria da Graça de Siqueira Carvalho Baère de Araújo, c.de 1975,¹⁴⁶ (filha de Walter Baère de Araújo e Maria Magdalena de Souza Carvalho e Siqueira Carvalho).

1.2.3.1.6.1. Isabel Maria Eleonora de Orléans e Bragança, * 30.01.1978 em Rio de Janeiro (RJ).¹⁴⁷ C.c. Alexander de Stolberg-Stolberg, c.de 2009,¹⁴⁸ (filho de Franz de Stolberg e Jacqueline Florin de Duickinberg), ocupação Conde.

1.2.3.1.6.1.1. Louis-Bernhard de Stolberg-Stolberg.

1.2.3.1.6.1.2. Lorenz de Stolberg-Stolberg.

1.2.3.1.6.1.3. Ana Katharin de Stolberg-Stolberg.

¹⁴² *Ibidem.*

¹⁴³ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 03.02.2022.

¹⁴⁴ *Ibidem.*

¹⁴⁵ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 185, v.2.

¹⁴⁶ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

¹⁴⁷ *Ibidem.*

¹⁴⁸ *Ibidem.*

1.2.3.1.6.2. **Maria da Glória Cristina de Orléans e Bragança**, * 11.11.1982 em Rio de Janeiro (RJ).¹⁴⁹

1.2.3.1.6.3. **Luiza Carolina Maria de Orléans e Bragança**, * 27.10.1984 em Rio de Janeiro (RJ).¹⁵⁰

1.2.3.1.7. **Antonio João de Orléans e Bragança**, * 24.06.1950 em Rio de Janeiro (RJ),¹⁵¹ † 08.11.2024 em Rio de Janeiro (RJ).¹⁵² C.c. Cristina de Ligne, 30.10.1981, * 11.08.1955 (filha de Antonio e Alice de Luxemburgo).

1.2.3.1.7.1. **Pedro Luiz de Orléans e Bragança**, * 12.01.1983 em Rio de Janeiro (RJ),¹⁵³ † 21.05.2009 em Oceano Atlântico.¹⁵⁴

1.2.3.1.7.2. **Amélia Maria de Fátima de Orléans e Bragança**, * 15.03.1984.¹⁵⁵ C.c. Alexander James Spearman, 16.08.2014 em Rio de Janeiro (RJ),¹⁵⁶ * 27.03.1984,¹⁵⁷ (filho de Lochain Alexander Spearman e Pilar Garrigues Carnicer).

1.2.3.1.7.2.1. **Alexander Joaquim Spearman**.

1.2.3.1.7.2.2. **Nicholas Spearman**.

¹⁴⁹ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 03.02.2022.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁵ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 03.02.2022.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ *Ibidem*.

1.2.3.1.7.3. **Rafael Antonio Maria de Orléans e Bragança**, * 24.04.1986.¹⁵⁸

1.2.3.1.7.4. **Maria Gabriela Fernanda de Orléans e Bragança**, * 08.06.1989.¹⁵⁹

1.2.3.1.8. **Eleonora Maria Josefa Rosa Filipa**, * 20.05.1953 em Jacarezinho (PR). C.c. Miguel de Ligne (filho de Antonio e Alice de Luxemburgo), ocupação 14º Príncipe de Ligne.

1.2.3.1.8.1. **Alix Marie Isabelle Adelgonde Eléonore**, * 03.07.1984 em Bruxelas-Bélgica.¹⁶⁰ C.c. Guillaume de Dampierre (filho de Audoin de Dampierre e Roselyne Alvar de Biaudos de Castejá), ocupação Conde.

1.2.3.1.8.1.1. **Olímpia de Dampierre**.

1.2.3.1.8.1.2. **Guy de Dampierre**.

1.2.3.1.8.2. **Henri Antoine Gabriël Wauthier Marie Lamoral**, * 01.03.1989 em Bruxelas-Bélgica.¹⁶¹

1.2.3.1.9. **Francisco Maria José Rasso**, * 06.04.1955 em Jacarezinho (PR).¹⁶² C.c. Cláudia Regina Borges Martins Godinho, c.de 1980,¹⁶³ (filha de Eurico Borges Godinho e Nilza Leite Martins).

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ *Ibidem*.

¹⁶⁰ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ *Ibidem*.

1.2.3.1.9.1. **Maria Elisabeth Josefa Angela**, * 01.03.1982 em Rio de Janeiro (RJ).¹⁶⁴ C.c. Pablo Trindade de Souza, c.de 2011,¹⁶⁵ (filho de Evandro Romeu de Souza e Ísis Maria Trindade).

1.2.3.1.9.1.1. **Maria Isabel Trindade de Souza.**

1.2.3.1.9.1.2. **Maria Luiza Trindade de Souza.**

1.2.3.1.9.1.3. **João Francisco Trindade de Souza.**

1.2.3.1.9.2. **Maria Thereza Christina Josefa Albertina**, * 31.01.1984 em Rio de Janeiro (RJ).¹⁶⁶ C.c. Guilherme dos Santos Zanker, c.de 2017,¹⁶⁷ (filho de Pedro Lazlo Zanker e Rosa Maria dos Santos).

1.2.3.1.9.2.1. **Maria Francisca Zanker,**

1.2.3.1.9.2.2. **Pedro Zanker.**

1.2.3.1.9.3. **Maria Eleonora Josefa Antonia Christina**, * 31.01.1984 em Rio de Janeiro (RJ).¹⁶⁸

1.2.3.1.10. **Alberto Maria José João**, * 23.06.1957 em Jundiá do Sul (PR).¹⁶⁹ C.c. Maritza Ribas Bokel (filha de Jaddo Barbosa Bokel e Marisa Bulcão Ribas).

¹⁶² *Ibidem.*

¹⁶³ *Ibidem.*

¹⁶⁴ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

¹⁶⁵ *Ibidem.*

¹⁶⁶ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

¹⁶⁷ *Ibidem.*

¹⁶⁸ *Ibidem.*

¹⁶⁹ *Ibidem.*

1.2.3.1.10.1. **Pedro Alberto Maria José Francisco**, * 31.05.1988 em Rio de Janeiro (RJ). C.c. Alessandra Haegler Fragoso Pires, c.de 2021,¹⁷⁰ (filha de Rafael Fragoso Pires e Bettina Haegler).

1.2.3.1.10.2. **Maria Beatriz Josefa Isabel Guilhermina**, * 27.07.1990 em Rio de Janeiro (RJ).

1.2.3.1.10.3. **Ana Teresa Maria Josefa Francisca**, * 24.04.1995 em Rio de Janeiro (RJ).

1.2.3.1.10.4. **Antonio Alberto Maria José Henrique**, * 28.05.1997 em Rio de Janeiro (RJ).

1.2.3.1.11. **Maria Tereza Adelgunda Luiza Josefa**, * 14.07.1959 em Jundiá do Sul (PR).¹⁷¹ C.c. Johannes Hessel de Jong, c.de 1995.

1.2.3.1.11.1. **Johannes Pedro Michel Marie**, * 24.04.1997 em Londres-Inglaterra.

1.2.3.1.11.2. **Maria Pia Gabriela**, * 12.07.2000 em Bruxelas-Bélgica.

1.2.3.1.12. **Maria Gabriela Dorothea Isabel Josefa**, * 14.07.1959 em Jundiá do Sul (PR). C.c. Teodoro de Hungria Machado, c.de 2003,¹⁷² (filho de Paulo Eduardo de Hungria Machado e Sílvia Emília de Mello Franco Senna).

1.2.3.2. **Luiz Gastão Antônio Maria Filipe de Orléans e Bragança**, * 19.02.1911 em Cannes-França,¹⁷³ † 08.08.1931.

¹⁷⁰ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

1.2.3.3. **Pia Maria de Orléans e Bragança**, * 04.03.1913 em Boulogne-sur-Seine, França,¹⁷⁴ † 24.10.2000, ocupação Condessa de Nicolay. C.c. René Jean Marie Nicholas de Nicolay, * 1910, † 1954, ocupação Conde de Nicolay.

1.2.4. **Antonio Gastão Francisco**, * 09.08.1881 em Paris-França,¹⁷⁵ † 29.11.1918 em Edmonton, Londres.¹⁷⁶

Faleceu solteiro.

1.3. **Leopoldina de Bragança**, * 13.07.1847 em Rio de Janeiro (RJ),¹⁷⁷ † 07.02.1871 em Viena-Áustria,¹⁷⁸ ocupação Princesa de Saxe-Coburgo-Gotha. C.c. Luiz Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha, 15.12.1864 em Rio de Janeiro (RJ),¹⁷⁹ * 09.08.1845 em Eu, França,^{180, 181} (filho de Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha e Clementina de Orléans), † 14.09.1907 em Karlsbad, Karlovy Vary-República Tcheca.^{182, 183}

1.3.1. **Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança**, * 19.03.1866 em Rio de Janeiro (RJ),¹⁸⁴ † 07.07.1934 em Tulln an der Donau, Viena-Áustria.¹⁸⁵

¹⁷³ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 185, v.2.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 185, v.2.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

¹⁸² ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 185, v.2.

¹⁸³ Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

Começou a apresentar distúrbios mentais logo após o banimento da família imperial.

Morreu em um hospício nos arredores de Viena.

1.3.2. Augusto Leopoldo de Saxe-Coburgo e Bragança, * 06.12.1867 em Petrópolis (RJ),¹⁸⁶ † 11.10.1922.¹⁸⁷ C.c. Carolina Maria da Áustria-Toscana, 30.05.1894 em Viena-Áustria,¹⁸⁸ * 05.09.1869,¹⁸⁹ (filha de Carlos Salvador da Áustria-Toscana e Maria Imaculada de Bourbon-Duas Sicílias), † 12.05.1945.¹⁹⁰

1.3.2.1. Augusto, * 27.10.1895 em Pola, Ístria-Croácia,¹⁹¹ † 22.09.1909 em Gerasdorf, Korneuburg-Áustria,¹⁹² ocupação Príncipe de Saxe-Coburgo-Gotha.

1.3.2.2. Clementina, * 23.03.1897 em Pola, Ístria-Croácia,¹⁹³ † 07.01.1975 em Lausanne-Suíça,¹⁹⁴ ocupação Princesa de Saxe-Coburgo-Gotha. C.c. Eduardo de Heller, 17.11.1925 em Coburgo-Alemanha,¹⁹⁵ * 21.03.1877 em Cairo-Egito,¹⁹⁶ † 06.12.1970 em Bougy Saint Martin-Suíça.¹⁹⁷

¹⁸⁴ *Ibidem.*

¹⁸⁵ *Ibidem.*

¹⁸⁶ *Ibidem.*

¹⁸⁷ *Ibidem.*

¹⁸⁸ *Ibidem.*

¹⁸⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 16.04.2021.

¹⁹⁰ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 16.04.2021.

¹⁹¹ *Ibidem.*

¹⁹² *Ibidem.*

¹⁹³ *Ibidem.*

¹⁹⁴ *Ibidem.*

¹⁹⁵ *Ibidem.*

¹⁹⁶ *Ibidem.*

¹⁹⁷ *Ibidem.*

1.3.2.2.1. **Marie-Amélie de Heller**, * 09.08.1926 em Lausanne-Suíça.¹⁹⁸ C.c. Carlo Nicolis di Robilant, * 11.07.1927 em Veneza-Itália,¹⁹⁹ (filho de Andrea Nicolis di Robilant e Gabriela), † 13.10.2008 em Aubonne-Suíça.²⁰⁰

1.3.2.2.1.1. **Maurizio Nicolis di Robilant**, * 02.04.1951 em Roma-Itália,²⁰¹ ocupação Conde Nicolis di Robilant. C.c. Maria Manuela Greppi, * 17.04.1954 em Milão-Itália.²⁰²

1.3.2.2.1.1.1. **Francesca Nicolis di Robilant**, * 16.05.1981 em Milão-Itália.²⁰³ C.c. Giacomio Bonifácio Moroni.

1.3.2.2.1.1.1.1. **Malì Moroni**, * 24.07.2013.²⁰⁴

1.3.2.2.1.1.1.2. **Pietro Clemente Moroni**, * 22.01.2015 em Milão-Itália.²⁰⁵

1.3.2.2.1.1.1.3. **Edmée Moroni**, * 26.05.2016.²⁰⁶

1.3.2.2.1.1.2. **Costanza Nicolis di Robilant**, * 03.12.1982 em Milão-Itália.²⁰⁷ C.c. Matteo Trabattoni, 16.05.2015 em Robecco Sul Navíglío, Milão, Lombardia-Itália,²⁰⁸ * 15.05.1980 em Milão-Itália.²⁰⁹

¹⁹⁸ *Ibidem*.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

²⁰⁰ *Ibidem*.

²⁰¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 16.04.2021.

²⁰² *Ibidem*.

²⁰³ *Ibidem*.

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ *Ibidem*.

²⁰⁷ *Ibidem*.

²⁰⁸ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 16.04.2021.

²⁰⁹ *Ibidem*.

1.3.2.2.1.1.2.1. **Giulio Trabattoni**, * 08.04.2016 em Roma-Itália.²¹⁰

1.3.2.2.1.1.3. **Benedetta Nicolis di Robilant**, * 15.05.1986 em Milão-Itália.²¹¹ C.c. Tommaso Poggiani, 15.09.2012 em Varena, Lecco, Lombardia-Itália,²¹² * 15.12.1984 em Milão-Itália.²¹³

1.3.2.2.1.1.4. **Leone Alvise Nicolis di Robilant**, * 12.05.1997.²¹⁴

1.3.2.2.1.2. **Alessandro**, * 23.10.1953,²¹⁵ ocupação Conde Nicolis di Robilant.

1.3.2.2.1.3. **Edmondo**, * 30.04.1958,²¹⁶ ocupação Conde Nicolis di Robilant. C.c. Maia Evans.

1.3.2.2.1.3.1. **Michele Nicolis di Robilant**, * c.de 1996.²¹⁷

1.3.2.2.2. **Helena de Heller**, * 07.1928 em Lausanne-Suíça,²¹⁸ † 12.1931 em Cairo-Egito.²¹⁹

1.3.2.2.3. **Athlone-Alexander de Heller**, * 22.07.1938 em Lausanne-Suíça,²²⁰ † 05.02.1969.²²¹

²¹⁰ *Ibidem.*

²¹¹ *Ibidem.*

²¹² *Ibidem.*

²¹³ *Ibidem.*

²¹⁴ *Ibidem.*

²¹⁵ *Ibidem.*

²¹⁶ *Ibidem.*

²¹⁷ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 16.04.2021.

²¹⁸ *Ibidem.*

²¹⁹ *Ibidem.*

²²⁰ *Ibidem.*

²²¹ *Ibidem.*

1.3.2.3. **Maria Carolina**, * 10.01.1899,²²² † c.de 1941 em Hartheim-Áustria, ocupação Princesa de Saxe-Coburgo-Gotha.

Executada em câmaras de gás, vítima do Aktion T4, programa de eugenia e eutanásia obrigatória da Alemanha nazista.

1.3.2.4. **Rainier de Saxe-Coburgo e Bragança**, * 04.05.1900 em Pula, Ístria-Croácia,²²³ † 07.01.1945 em Gyömrö, Pest-Hungria,²²⁴ ocupação Príncipe de Saxe-Coburgo-Gotha. C.c. (1) Johanna Károlyi de Károly-Patty, 15.12.1930 em Munich, Baviera-Alemanha,²²⁵ (filha de Heinrich Karolyi de Karoly-Patti e Desconhecida). C.c. (2) Edith de Kózol, 13.02.1940 em Budapest-Hungria.

1.3.2.4.1. **João Henrique de Saxe-Coburgo-Gotha**, (filho de Rainier de Saxe-Coburgo e Bragança e Johanna Károlyi de Károly-Patty) * c.de 1931,²²⁶ † c.de 2010.²²⁷ C.c. (1) Gabrielle von Fürstenberg, 24.10.1957,²²⁸ ocupação Baronesa. C.c. (2) Matilde da Saxônia, 12.11.1968,²²⁹ * c.de 1936,²³⁰ (filha de Frederico Cristiano da Saxônia e Isabel Helena de Thurn e Taxis), † c.de 2018.²³¹

1.3.2.5. **Filipe de Saxe-Coburgo e Bragança**, * 18.08.1901 em Walterskirchen-Áustria, † 18.10.1985 em Viena-Áustria, ocupação Príncipe de Saxe-Coburgo-Gotha. C.c. Sára Aurélia Hálasz,

²²² *Ibidem.*

²²³ *Ibidem.*

²²⁴ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

²²⁵ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

²²⁶ *Ibidem.*

²²⁷ *Ibidem.*

²²⁸ *Ibidem.*

²²⁹ *Ibidem.*

²³⁰ *Ibidem.*

²³¹ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 04.02.2022.

23.09.1944 em Budapest-Hungria,²³² (filha de Imre Hálás e Aurélia Maximovics Saladuchin).

1.3.2.5.1. **Filipe Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha**, * c.de 1944,²³³ † c.de 2014.²³⁴ C.c. (1) Bettina Pfretschner, 23.09.1968,²³⁵ * c.de 1944²³⁶, † c.de 1989.²³⁷ C.c. (2) Rosemarie Jäger, c.de 1991,²³⁸ * c.de 1952.²³⁹

1.3.2.5.1.1. **Isabel de Saxe-Coburgo-Gotha**, (filha de Filipe Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha e Bettina Pfretschner) * c.de 1969.²⁴⁰

1.3.2.5.1.2. **Maximiliano de Saxe-Coburgo-Gotha**, (filho de Filipe Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha e Bettina Pfretschner) * c.de 1972. C.c. Cristina Schnell.

1.3.2.5.1.2.1. **Francisca Maria de Saxe-Coburgo-Gotha**, * c.de 2009.

1.3.2.5.1.3. **Alexander Ernesto de Saxe-Coburgo-Gotha**, (filho de Filipe Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha e Bettina Pfretschner) * c.de 1978.

²³² *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

²³³ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

²³⁴ *Ibidem.*

²³⁵ *Ibidem.*

²³⁶ *Ibidem.*

²³⁷ *Ibidem.*

²³⁸ *Ibidem.*

²³⁹ *Ibidem.*

²⁴⁰ *Ibidem.*

1.3.2.5.1.4. **Cristina de Saxe-Coburgo-Gotha**, (filha de Filipe Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha e Rosemarie Jäger) * c.de 1995.

1.3.2.6. **Teresa Cristina de Saxe-Coburgo-Gotha e Bragança**, * 23.08.1902 em Thüringen, Bludenz, Vorarlberg-Áustria,²⁴¹ † 24.01.1990 em Villach-Áustria,²⁴² ocupação Princesa de Saxe-Coburgo-Gotha. C.c. Lamoral Táxis, 06.10.1930 em Salzburg-Áustria,²⁴³ (filho de Omodeo Taxis von Bordogna und Valnigra e Franziska von Ottenhaler zu Ottentha), ocupação Barão de Bordogna e Valnigra.

1.3.2.6.1. **Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança**, * 16.07.1931 em Gmunde, Alta Áustria-Áustria,²⁴⁴ ocupação Barão de Bordonha e Valnigra. C.c. (1) Denise Paes de Almeida.

Denise: Sem descendência.

C.c. (2) Walburga de Áustria-Toscana, ocupação Arquiduquesa.

1.3.2.6.2. **Alice Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança**, * 07.06.1936,²⁴⁵ † 29.08.2013.²⁴⁶ C.c. Michel Formentini, ocupação Conde de Tolmino e Biglia.

1.3.2.6.3. **Filipe Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança**, * 03.01.1939.²⁴⁷ C.c. Ana Maria Duarte Nunes.

1.3.2.6.3.1. **Ana Cristina Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança**.

²⁴¹ Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

²⁴⁴ Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

²⁴⁵ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

²⁴⁶ *Ibidem*.

²⁴⁷ *Ibidem*.

1.3.2.6.3.2. Alice Carolina Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança.

1.3.2.6.4. Maria Cristina Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, *
31.01.1945.²⁴⁸ C.c. Raimondo Dettori.

1.3.2.7. Leopoldina, * 13.05.1905,²⁴⁹ † c.de 1978,²⁵⁰ ocupação
Princesa de Saxe-Coburgo-Gotha.

Faleceu solteira.

1.3.2.8. Ernesto, * 25.02.1907,²⁵¹ † c.de 1978,²⁵² ocupação Prín-
cipe de Saxe-Coburgo-Gotha. C.c. Irmagard Röhl.

Irmagard: Sem descendência.

1.3.3. José Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, * 21.05.1869
em Rio de Janeiro (RJ), † 13.08.1888 em Wiener Neustadt-Áus-
tria.²⁵³

1.3.4. Luiz Gastão de Saxe-Coburgo-Gotha, * 15.12.1870
em Ebenthall-Áustria,²⁵⁴ † 23.01.1942 em Innsbruck-Áustria.²⁵⁵ C.c.
(1) Matilde da Baviera, 01.05.1900 em Munich, Baviera- Alema-
nha,²⁵⁶ * 17.08.1877,²⁵⁷ (filha de Luiz III e Maria Teresa), † 06.08.1906

²⁴⁸ *Perfil biográfico na Wikipédia* (<http://pt.wikipedia.org>), em 30.08.2025.

²⁴⁹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 16.04.2021.

²⁵⁰ Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

²⁵¹ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 16.04.2021.

²⁵² Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

²⁵³ *Ibidem.*

²⁵⁴ Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

²⁵⁵ *Ibidem.*

²⁵⁶ *Ibidem.*

²⁵⁷ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 16.04.2021.

em Davos-Suíça.²⁵⁸ C.c. (2) Ana de Trauttmansdorff-Weinsberg, 30.11.1907 em Bischofteinitz-Tchequia,²⁵⁹ * 27.05.1873,²⁶⁰ (filha de Karl Johann Nepomuk Ferdinand e Josefina de Pallaviciniová), † 24.07.1948,²⁶¹ ocupação Condessa de Trauttmansdorff-Weinsberg.

1.3.4.1. Antonio de Saxe-Coburgo e Bragança, (filho de Luiz Gastão de Saxe-Coburgo-Gotha e Matilde da Baviera) * 17.06.1901 em Innsbruck-Áustria,²⁶² † 01.09.1970 em Steyr- Áustria,²⁶³ ocupação Príncipe de Saxe-Coburgo-Gotha.

Sem descendência.

C.c. Luise Mayrhofer, 14.05.1938 em Steyr-Áustria,²⁶⁴ * 22.06.1903 em Graz- Áustria,²⁶⁵ (filha de Alois Mayrhofer e Therese Leicht), † 21.10.1974 em Steyr-Áustria.²⁶⁶

1.3.4.2. Maria Imaculada de Saxe-Coburgo e Bragança, (filha de Luiz Gastão de Saxe-Coburgo-Gotha e Matilde da Baviera) * 10.09.1904 em Innsbruck-Áustria,²⁶⁷ † 18.03.1940 em Varese, Lombardia-Itália,²⁶⁸ ocupação Princesa de Saxe-Coburgo-Gotha.

Faleceu solteira.

²⁵⁸ *Ibidem*.

²⁵⁹ Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

²⁶⁰ GeneAll (<http://www.geneall.net/>), em 16.04.2021.

²⁶¹ *Ibidem*.

²⁶² Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

²⁶³ GeneAll (<http://www.geneall.net/>), em 16.04.2021.

²⁶⁴ GeneAll (<http://www.geneall.net/>), em 16.04.2021.

²⁶⁵ *Ibidem*.

²⁶⁶ *Ibidem*.

²⁶⁷ Wikipédia, *Artigo da Internet*, em 06.09.2016.

²⁶⁸ GeneAll (<http://www.geneall.net/>), em 16.04.2021.

1.3.4.3. Josefina Maria de Saxe-Coburgo e Bragança, (filha de Luiz Gastão de Saxe-Coburgo-Gotha e Ana de Trauttmansdorff-Weinsberg) * 20.09.1911 em Schloss Vogelsang-Áustria,²⁶⁹ † 27.11.1997 em Stockdorf bei München-Alemanha,²⁷⁰ ocupação Princesa de Saxe-Coburgo-Gotha. C.c. Richard Friedrich, 12.05.1937 em Tirol-Áustria,²⁷¹ * 28.11.1901 em Budischau, Moravia-Rep. Tcheca,²⁷² † 14.12.1998 em Viena-Áustria,²⁷³ ocupação Barão de Baratta-Dragono.

1.3.4.3.1. Maria Caroline, * 16.10.1937 em Viena-Áustria,²⁷⁴ ocupação Baronesa de Baratta-Dragono.

1.3.4.3.2. Richard-Peter, * 16.04.1939 em Viena-Áustria,²⁷⁵ † c.de 2018,²⁷⁶ ocupação Barão de Baratta-Dragono.

1.4. Pedro, * 19.07.1848 em Rio de Janeiro (RJ),²⁷⁷ † 09.01.1850 em Rio de Janeiro (RJ),²⁷⁸ ocupação (1848-1850) Príncipe Imperial do Brasil.

²⁶⁹ *Ibidem.*

²⁷⁰ *GeneAll* (<http://www.geneall.net/>), em 16.04.2021.

²⁷¹ *Ibidem.*

²⁷² *Ibidem.*

²⁷³ *Ibidem.*

²⁷⁴ *Ibidem.*

²⁷⁵ *Ibidem.*

²⁷⁶ *Ibidem.*

²⁷⁷ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil* (Editorial Enciclopédia, 1960-1961), 185, v.2.

²⁷⁸ *Ibidem.*

Conclusão

Este trabalho é uma união de diversos trabalhos, publicados em livros ou divulgados na Internet.

O acesso a essa gama de dados propicia a confecção de árvores genealógicas muito extensas, pois abre a possibilidade de unificar trabalhos esparsos, dedicados a ramos específicos da descendência de um genearca.

A descendência do Imperador D. Pedro II mantém ligação com várias casas reais europeias. Essa descendência estaria reinando, hoje, além do Brasil, em Portugal, na França e na antiga Iugoslávia, e muito próxima da casa da Grécia e da Romênia, sem falar nos Habsburgos, família da Imperatriz D. Leopoldina, sua mãe. Também são muitas as ligações a casas da nobreza secundária e a pretendentes de outros títulos de nobreza.

Uma nota trágica: sua bisneta (1.3.2.3) Maria Carolina, morreu em câmara de gás, vítima do terror nazista.

Esta é, pois, a descendência de nosso segundo Imperador, espalhada pelo mundo, com membros nascidos tanto na América, quanto na Europa e no norte da África, boa parte dela ligada à nobreza tradicional, mas com muitos outros membros ligados a pessoas sem nobreza aparente.

Desejamos que o transcurso do bicentenário de nascimento do Imperador possa relembrar a memória do cidadão exemplar que amou e honrou a terra onde nasceu.

DISCURSOS
E
PRONUNCIAMENTOS

ELOGIO AOS ASSOCIADOS FALECIDOS 2024/2025

Manoel Goes Neto

Boa noite a todos e todas,

Iniciamos as homenagens associados falecidos em 2024/2025.

Certa vez li esse texto e gostaria de compartilhar com vocês:

“Quando morre um escritor ou um poeta, a literatura fica mais pobre, porque seca uma fonte de sabedoria, tal qual uma mina de água”.

Homenageados falecidos:

Letícia Malard

Professora, nascida em 15 de novembro de 1936 na cidade de Pirapora, em Minas Gerais. Falecida em 24 de fevereiro de 2025, aos 88 anos, na cidade de Belo Horizonte, MG. Associada Correspondente do IHGES desde 1998.

Escritora e professora emérita da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ela também lecionou português e matérias relacionadas à literatura na Escola Estadual Governador Milton Campos. Entre suas publicações, destacam-se os livros “No vasto mundo de Drummond” (2005) e “Literatura e dissidência política” (2006), além dos romances “Um amor literário” (2005) e “Divina dama” (2013). Além de atuar como professora e escritora, Malard prestou assessoria a órgãos acadêmicos e culturais sobre literatura brasileira e sua relação com a história.

Ela foi uma pensadora da cultura, alguém que dinamizou a vida cultural de Belo Horizonte e de Minas Gerais com suas con-

^{*} Discurso proferido pelo associado orador do IHGES na Sessão Solene de 11 de junho de 2025.

ferências, palestras e seminários. Letícia deixa um legado de valor inestimável. Malard era uma referência fundamental para quem queria cobrir, jornalisticamente, a cultura e, sobretudo, a literatura em Minas Gerais.

Vocacionada para a sala de aula, ela tinha uma generosidade imensa para partilhar seu conhecimento. Não tinha preguiça de ensinar nem de discutir com os alunos o que sabia. Foi, sobretudo, uma professora e, depois, uma pesquisadora em literatura brasileira.

Regina Rodrigues Hees

Professora, nascida em 02 de maio de 1939 na cidade de Cachoeiro de Itapemirim no ES. Falecida em 30 de janeiro de 2025, aos 85 anos, na cidade de Vitória no ES. Associada no IHGES desde 1981. Foi professora do Departamento de História da Ufes, onde ingressou em 1965. Aposentada em 1991, especializou-se em História da América Pré-Colombiana e cursou mestrado em História Econômica na Universidade de São Paulo (USP). Sua dissertação se debruçou sobre a colonização alemã no Espírito Santo.

Pela Editora da Ufes (Edufes), a professora publicou o livro *Santa Maria de Jetibá: Uma comunidade teuto-capixaba* em 2014. A obra apresenta a realidade vivida pelos descendentes dos pomeranos na década de 1970, mostrando o resultado dos esforços de gerações de agricultores. Em 2024, Regina participou do documentário *Entre o Ontem, o Hoje e o Amanhã: 70 anos de História na Ufes*, que celebra a trajetória do curso na Universidade.

Gabriel Augusto de Mello Bittencourt

Historiador, professor, nascido em 21 de dezembro de 1942 na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Falecido em 18 de dezembro de 2024, aos 81 anos, na cidade de Linhares no ES. Associado no IHGES desde 1981. Gabriel Bittencourt era presidente de honra do IHGES, membro titular correspondente do IHGB, recebeu a Comenda Ceciliano Abel de Almeida, a Medalha Renato Pacheco, a Comenda Rubem Braga, e membro da Academia Espírito-santense de Letras e Cidadão Vitoriense. Gabriel é autor de 25 livros, dentre os quais se destacam *Esforço industrial na república do café*, de 1982, *Espírito Santo: A indústria de energia elétrica*, de 1984, *Notícias do Espírito Santo*, de 1989, e *História geral e econômica do ES*, de 2006.

Gabriel Bittencourt recebeu ainda outras importantes premiações, como a Ordem do Mérito Domingos Martins, no grau de oficial, a medalha do Sesquicentenário do Poder Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales), e o 1º Prêmio do concurso 250 Anos do Café no Brasil, do IBC, em 1978.

Com um vasto currículo, Gabriel era livre docente, mestre, e doutor especialista em História do Brasil pela Universidade Gama Filho (RJ), diplomado em *Estudos Avançados-DEA* (França), em Altos Estudos de Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra do Brasil, e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais.

Foi professor e fundador da Escola de Ciências Jurídica da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI/RIO), atuou como ex-professor-assistente de Política da Universidade Gama Filho da Universidade de Vila Velha, e também do departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo.

Também integrou as Academias Portuguesa da História, Letras e Artes (Cascais, Portugal), Real Academia de La Historia (Espanha)

nha), Nacional de La Historia (Argentina), Boliviana de La História (La Paz) e o Instituto Historico y Geografico del Uruguay.

Na última década, deu continuidade a pesquisa a respeito da história do Espírito Santo, publicando *Jesuítas e governantes do Espírito Santo (1551-2008)*. *O Palácio Anchieta e de Vitória, Recriando as trilhas de Anchieta (Os jesuítas e as obras de Anchieta no Brasil e no Espírito Santo)* e *A saga dos Bittencourt*.

Luiz Guilherme Santos Neves

Professor, nascido em 24 de setembro de 1933 na cidade de Vitória no ES. Falecido em 30 de julho de 2024, aos 90 anos, na cidade de Vitória no ES. Associado no IHGES desde 1963. Presidente de Honra do IHGES, recebeu a Comenda Ceciliano Abel de Almeida, a Medalha Renato Pacheco e a Comenda Rubem Braga. Um dos maiores nomes da literatura do Espírito Santo foi o seu pai, Guilherme Santos Neves, além de entusiasta pesquisador do folclore, foi um dos mais respeitados professores de seu tempo.

Luiz Guilherme formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Espírito Santo e em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo. Foi professor de História em diversos colégios e na Universidade Federal do Espírito Santo, onde lecionou História do Espírito Santo durante 26 anos. Foi colaborador da revista *Vida capixaba*, onde assinava a coluna “Escritório do Professor Nostradamus Júnior”; colaborou também no jornal *A Gazeta*, onde assinou a coluna “Literatura e História”.

Em 1977 publicou seu primeiro texto literário, *Queimados*, em que dramatiza a Insurreição do Queimado, ocorrida na Serra em 1849. A produção literária de Luiz Guilherme Santos Neves é extensa e nela se destacam os livros *A nau decapitada*, romance, 1982,

As chamas na missa, romance, 1986, *Torre do delírio*, contos, 1992, *História de Barbagato*, infantil, 1996, *O templo e a força*, romance, 1999 e *Capitão do fim*, romance, 2001.

É autor de crônicas publicadas nos mais diversos jornais e revistas da capital, escreveu também inúmeras obras didáticas e paradidáticas e de estudos e pesquisa histórica, algumas em parceria com Renato Pacheco, Léa Brígida de Alvarenga Rosa e seu irmão, o escritor Reinaldo Santos Neves é um escritor referência na literatura do Espírito Santo.

DISCURSO DE POSSE DOS NOVOS ASSOCIADOS DO IHGES*

Cibele Camargos

Ilustríssimo Senhor Presidente Dr. Getúlio Marcos Pereira Neves,
Autoridades presentes,
Caros consócios,
Senhoras e Senhores,

Exultante, profundamente honrada e ciente da responsabilidade desta tarefa, agradeço, em nome dos meus distintos colegas, também empossados nesta noite, a confiança desta casa em nos tornar membros dessa instituição, consagrando-nos a perpetuar, em parceria com nossos ilustres consócios, a nobre missão de desvendar e difundir faces da história, cultura e potencialidades deste notável estado.

Essa instituição, que na data de amanhã completará célebres 109 anos de existência, notabiliza-se pela sua inestimável contribuição para a preservação da memória, da cultura e da compreensão geográfica do Espírito Santo. Como guardião da intelectualidade capixaba, desde 1916, a entidade centenária exerceu o exímio ofício de coleta e conservação de documentos vitais para a composição de pesquisas históricas e geográficas. Sob os auspícios do venerando patrono Domingos José Martins, 44 fundadores se reuniram em uma sala do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, na primeira reunião que inaugurava solenemente o digno propósito do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Na prestigiada ocasião apresentava-se o homenageado desta noite, Domingos

* Discurso de posse da associada Cibele Camargos no IHGES, proferido na Sessão Solene realizada no dia 11 de junho de 2025.

José Martins, mártir da revolução pernambucana de 1817, em uma construção heroica entorno de sua personalidade, em um contexto, que como salienta o historiador José Murilo de Carvalho, elaboravam-se os mitos constitutivos do panteão republicano.

A referida particularidade histórica amplia o simbolismo desta noite em que somos empossados nessa insigne casa, retornamos a uma entidade familiar para os autores desse instituto.

Que ao tornarmo-nos partícipes dessa honrosa instituição, sejamos esmerados continuadores da obra de nossos ilustrados predecessores. Que reverberemos o sublime propósito dos idealizados desta casa, Carlos Xavier Paes Barreto, Archimimo Martins de Mattos e Antonio Francisco Athayde. Que o legado dos destacados intelectuais Afonso Cláudio, Guilherme Santos Neves, Hermógenes Lima Fonseca, Renato José Costa Pacheco e tantos outros vultos expressivos da tradição capixaba seja norteador de nossas pesquisas e de nossas contribuições na entidade que somos ora empossados.

Em minhas investigações sobre o ramo brasileiro da dinastia Bragança, constatei o entrelaçamento entre as dimensões pública e privada que fundamentam os regimes monárquicos, as afeições do âmbito íntimo e a esfera pública estabelecem um vínculo inerente. Permitam-me, com a devida licença, traçar uma analogia pessoal: minha paixão pela história e pelo Espírito Santo formou-se por vias igualmente imbrincadas. Ao deixar a pequena cidade de Itambacuri, em Minas Gerais, encontrei nesse estado o território para realizar os sonhos da pesquisa histórica, e o campo afetivo que os nutriu. Em minha trajetória, fui direcionada por uma grande expoente nas análises do passado político e cultural capixaba, a professora Karulliny Siqueira, minha orientadora, cuja sensibilidade e generosi-

² BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de instaurir-se o IHGB. *RIHGB*, v. 1, 1839, p. 9-18.

dade intelectual me trouxeram até esta tribuna, nesta noite de júbilo e gratidão.

Se no contexto de sua criação, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ambicionava construir um sentimento de nacionalidade, interligar o Brasil por meio da propalação da consciência histórica e geográfica, revelar as singularidades culturais e naturais dessa terra, qual seria a missão dessa instituição capixaba, filha da oitocentista fundada sob o intermédio do Augusto imperador Pedro II? Certamente congregar os nascidos e amantes deste glorioso estado entorno da preservação histórica e cultural deste território. Rememorando a obra de Marc Bloch que substancia a nossa compreensão acerca da história, a “qualidade mestra do historiador” é justamente a “faculdade de apreensão do que é vivo”. Que em nosso intento historiográfico, os registros humanos, os movimentos, e as rupturas que acompanham o percurso deste estado sejam constantes em nossos escritos.

Ao examinarmos as páginas da imprensa nos anos que precederam à Proclamação da República no país, constatamos a expressão de uma certa fé na história envolvendo a linguagem dos jornalistas do período. A exemplo disso, Francisca Diniz, redatora do semanário *O Sexo Feminino*, proclamava na primeira edição do seu empreendimento em 1873, que a circulação da folha poderia exibir uma curta existência, todavia, ainda que sucumbisse, “a sua morte” seria “gloriosa, e a posteridade” julgaria “o perseguidor e o perseguido”. A conjuntura, pautada pela disseminação de ideias positivistas, promovia o vislumbre do futuro como a expressão da modernidade, e do progresso, e concebia a história como uma potência responsável por arbitrar na posteridade, acepção que não permeia o fazer historiográfico atual. Todavia, se pudéssemos aprender algo

³ Bóris Fausto.

com os periodistas que ansiavam pelo fim da monarquia no Brasil na década de 1880, seria reconhecer a influência da história na tecitura de perspectivas que orientam a construção memorial ao longo do tempo e na composição de noções acerca de realidades arbitrárias e excludentes.

Assumamos essa responsabilidade, nobres consócios, que ao nos dedicarmos à escrita da história, estejamos cientes do impacto daquilo que a nossa pena produz. Nos reconheçamos como agentes do ímpeto que aproxima e constrói em nossos compatriotas o sentimento de pertencimento aos locais que habitam, tão caro para a nossa identidade enquanto nação. Cumpramos a missão primordial do IHGB, unir o país em torno de uma solidariedade em comum, concebendo que só amamos aquilo que conhecemos, forneçamos aos capixabas e brasileiros, evidências gloriosas do esplendor da sua terra, sem nos esquecermos de reconhecer os desafios e débitos dessa sociedade.

Em suas análises acerca da pluralidade de tendencias assumidas pelos historiadores, José D'Assunção Barros destaca aqueles que pretendem “transformar com o saber histórico a própria História”. Embora tal direção pareça audaciosa, sejamos destemidos em propor novas análises e abordagens, questionar antigos pressupostos e discutir concepções estabelecidas, considerando os paradigmas historiográficos que orientaram tais produções. Guiados por esta vocação, que se manifesta em nossas pesquisas, reafirmemos o compromisso pactuado pelos fundadores desta insigne casa, iluminar aspectos obscurecidos do passado cultural e político do Espírito Santo, e do Brasil, suscitando sentimentos de pertencimento e devoção em nossos compatriotas.

Nessa ilustre missão de evidenciar a trajetória do Espírito Santo, rememoremos os pressupostos de Nietzsche, que assinala o olhar para o passado como o meio para encontrar evidências de que, nas

palavras do autor, “a grandeza, que existiu uma vez, foi, em todo caso, possível uma vez e, por isso, pode ser que seja possível mais uma vez; segue com ânimo sua marcha, pois agora a dúvida, que o assalta em horas mais fracas, de pensar que talvez queira o impossível é eliminada”. Que o estudo de transformações e personalidades imorredouras da história capixaba nos inunde com semelhante espírito esperançoso diante da vida.

Muito obrigada!

OUTORGA DA MEDALHA BRAZ DA COSTA RUBIM AOS
PROFISSIONAIS DA HISTÓRIA E DA CULTURA
ESPÍRITO-SANTENSE

Geraldo Magela da Silva Araujo

Saudação inicial:

Excelentíssimo Senhor Deputado Delegado Danilo Bahiense,
Ilustríssima Senhora Presidente da Academia Espírito-santense de Letras, doutora Ester Abreu Vieira de Oliveira,

Ilustríssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, doutor Getúlio Marcos Pereira Neves,

Demais autoridades presentes, caros consócios, consócias, confrades e confradeiras,

Senhoras e senhores,

Boa noite!

Sinto-me muito honrado por ter sido convidado para daqui desta proeminente tribuna, fazer este pronunciamento em meu nome e dos demais homenageados nesta sessão solene em que nos reunimos para celebrar primeiramente, a passagem do Dia do Genealogista no Espírito Santo, e do aniversário de 109 anos da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, celebrados coincidentemente no último dia 12 de junho, mas lembrando ainda, os 104 anos da fundação da Academia Espírito-santense de Letras a ser comemorado no dia 4 de setembro próximo.

O Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica, órgão integrante da estrutura do Instituto Histórico, foi criado no ano de 2009. Com ele vimos nos últimos anos um crescimento no número

* Discurso proferido na Sessão Solene da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, ocorrida no dia 17 de junho de 2025,

de adeptos da Genealogia, ciência auxiliar da História, com a divulgação de pesquisas genealógicas e heráldicas. Sua revista “Genea”, desde 2017 veio suprir a lacuna existente no estudo da população espírito-santense.

O **Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Casa de Domingos Martins, Herói da Pátria Brasileira, é a mais antiga instituição cultural em funcionamento no nosso estado. Fundado em 1916, é o guardião do nosso passado, história e memória, agregando em seu quadro pesquisadores e profissionais de várias áreas do Conhecimento e da Ciência, e publica importante revista desde 1917.

A **Academia Espírito-santense de Letras**, Casa de Kosciuzko Barbosa Leão, fundada em 1921, tem por finalidade o cultivo da nossa língua, o desenvolvimento da Literatura e da Cultura espírito-santense, o incentivo à leitura e à criação de bibliotecas, a promoção de concursos literários, cursos e publicações literárias periódicas.

As três instituições

Em torno destas três instituições transcorre, ao menos parte, o viver de todos os homenageados aqui reunidos. Elas e a outras a que pertencemos, ou com as quais interagimos, congregam membros das mais diversas formações como História, Geografia, Letras, Literatura, Educação, Antropologia, Sociologia, Jornalismo e várias outras áreas, que realizam pesquisas sobre os povos originários deste território, a primeira colonização do solo espírito-santense, escravidão, imigração estrangeira, política, economia, ordenamento urbano, folclore e saberes, e vários outros temas que compõem a rica cultura do nosso estado, ao mesmo tempo em que buscam formas de difundir este conhecimento.

Braz da Costa Rubim

Nesta linha de pensamento e trabalho, lembramos hoje de todos os grandes vultos, capixabas ou forasteiros, que nos antecederam e, aqui vivendo ou por aqui passando, fizeram parte da história do nosso estado e deram a sua colaboração com serviços ou ações meritórias em prol da visibilidade de uma identidade cultural, social e política espírito-santense.

Os grandes vultos do passado abriram o caminho que trilhamos hoje para juntos com nossos pares contribuímos para o desenvolvimento, vitalidade e divulgação da cultura capixaba.

Um destes é o notável jornalista, historiador e lexicógrafo Braz da Costa Rubim, capixaba que muito se empenhou para que sua terra natal tivesse a sua primeira biblioteca pública, fazendo para isto, três doações de parte do seu acervo pessoal, tornando-se o grande benemérito da instituição que se tornou realidade apenas em 1855: a Biblioteca Pública Estadual.

Em boa hora foi resgatada pelo excelentíssimo Sr. deputado Delegado Danilo Bahiense a memória de Rubim, sendo ele o escolhido para patrono desta insigne honraria com que seremos agraciados hoje.

Unidos a nós, aqui se encontram também membros de outras instituições congêneres e parceiras, como a Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia - ASBRAP, o Colégio Brasileiro de Genealogia — CBG e Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais — IHGMG, pois, celebrar a Genealogia, História e Cultura é ideal comum a todos.

O reconhecimento que nos é dado, ao mesmo tempo é também uma grande responsabilidade, e com alegria daremos prosseguimento ao trabalho que não é para nós estorvo ou embaraço, mas carga que com prazer carregamos. Identificar-nos com o Espírito Santo, amar este torrão, terra natal de muitos e adotiva de outros, é a nossa motivação.

Genealogia

O dia do Genealogista no Espírito Santo foi instituído pela lei nº 11.839 de 6 de junho de 2023, proposta também de autoria do deputado Danilo Bahiense, e tem como patrono o grande genealogista capixaba Rui Vieira da Cunha, nascido aos 12 de junho de 1926 e falecido no ano de 2003.

Os membros do Colégio de Genealogia buscam, ora uma história familiar, ora o rastreamento de linhagens pessoais, de grupos sociais ou regionais, através de gerações. A genealogia nos coloca, às vezes, diante de mistérios, de descobertas de entrelaçamento existente entre vidas que, a princípio, pareciam tão distantes.

Às vezes nos deparamos com surpresas boas ao encontrarmos um avoengo que portou brasões e viveu as glórias do seu tempo; outro momento encontramos aqueles que passaram por privações, dificuldades, guerras, das quais nem tínhamos conhecimento; alguns com tanta história descoberta e a ser recontada, e outros dos quais sabemos apenas o nome, algumas vezes apenas o prenome.

Quantos capixabas à procura de suas origens param no mais antigo livro de registro da população de sua região, por volta de 1840, quando nesta época o Espírito Santo já contava 300 anos de história? Quantos galhos sem tronco há na genealogia espírito-santense? Mas, a pesquisa constante já assegurou o mapeamento de muitas linhagens em meio a toda dificuldade.

Saber “de que gente que a gente é”, isto é, conhecer a história das nossas famílias e a história do local em que vivemos nos ajudam a escolher o caminho certo a trilhar agora, a sermos mais assertivos e não repetirmos erros do passado.

História

O que dizer das novas abordagens da história espírito-santense? Das revisões historiográficas de assuntos aparentemente cauterizados, mas que novas pesquisas trazem luzes sobre eles? O mundo digital trouxe acesso a diversas fontes de documentos e os pesquisadores com critério, metodologia, e análise destas, trabalham para levar a público novas nuances sobre fatos e acontecimentos, às vezes respondendo questionamentos do passado, ora até derrubando lendas históricas, sempre praticando o instruir, ouvir e compartilhar.

O nosso estado não possui até os dias de hoje, um Livro de Heróis e Heroínas, onde deveriam estar gravados os nomes de tantas pessoas que nos antecederam nesta terra abençoada, fazendo dela um lugar melhor para se viver. Também não possui um completo museu de História que pudesse expor a grande significância da memória e da história capixaba, e do patrimônio cultural material e imaterial do outrora “Patinho Feio do Sudeste”.

Literatura

Quantas publicações pairavam em antigas estantes como que “esquecidas para sempre”, mas eram plantas que, ao serem novamente adubadas e regadas floriram e deram bons frutos. A literatura produzida no Espírito Santo tem sido constantemente divulgada pela Academia Espírito-santense de Letras, com reedições de antigas obras esgotadas e revelação de novos autores da terra.

Os “fantasmas” que rondam a Casa de Kosciuzko Barbosa Leão lembram aos acadêmicos que a Literatura é eterna. E esta precisa de incentivos públicos para que possa chegar às escolas e aos jovens

para que lhes sirvam de estímulo neste mundo globalizado e excessivamente digital. Daí a importância de convênios para tal.

Agradecimento — final

Agradeço, em nome de todos os homenageados, ao Sr. deputado Danilo Bahiense, pela valorização dada ao grande Braz da Costa Rubim e por este momento de congraçamento e reconhecimento a essas entidades tão antigas e tão importantes para o estado, e aos seus membros. Gratidão, é a palavra!

Haveremos de continuar trabalhando juntos, o Poder Público, as Instituições Culturais e as pessoas de bem, para que possamos ter sempre em funcionamento além destas citadas entidades relacionadas ao nosso grupo, também Universidades, Arquivos Públicos, o Estadual e os Municipais, Museus e outros equipamentos culturais.

Haveria eu de proferir aqui apenas algumas palavras de reflexão e agradecimento, mas o meu amor pelo Espírito Santo ainda me faz citar alguns sonhos que, sem muita demora, nós gostaríamos de vê-los tornarem-se realidade: a existência de um Livro de Heróis e Heroínas do Estado do Espírito Santo; a publicação de uma enciclopédia da História do Espírito Santo e de uma Genealogia Espírito-santense; a instalação de um Museu Histórico Estadual, suprimindo esta lacuna da nossa história e, por fim, a dádiva de podermos adentrar a Igreja de São Tiago Maior dos jesuítas, restaurada à sua função religiosa e de símbolo extraordinário da colonização do solo espírito-santense, além de guardião do túmulo do Apóstolo do Brasil, o insigne São José de Anchieta.

Que o Senhor Onipotente permita e que a nossa colaboração juntamente com o Poder Público, possa contribuir de alguma forma para assistirmos a estas futuras realidades, sinais da grandeza e da beleza da terra capixaba!

Proponente: Deputado Delegado Danilo Bahiense.

Homenageados:

- 1 - Adriana Pereira Campos
- 2 - Aldo Andrich
- 3 - Allysson Carlos Pereira Pinto
- 4 - Altair Malacarne
- 5 - Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho
- 6 - Cilmar Cesconetto Franceschetto
- 7 - Diogo Andrade França
- 8 - Eliana Barbosa de Souza
- 9 - Ester Abreu Vieira de Oliveira
- 10 - Estilague Ferreira dos Santos
- 11 - Fernando Antônio de Moraes Achiamé
- 12 - Francisco Aurélio Ribeiro
- 13 - Gelson Loiola
- 14 - Geraldo Magela da Silva Araujo
- 15 - Getúlio Marcos Pereira Neves
- 16 - Gilber Rubim Rangel
- 17 - Iácones Batista Vargas
- 18 - João Gualberto Moreira Vasconcellos
- 19 - João Luiz Castello Lopes Ribeiro
- 20 - José Eugênio Vieira
- 21 - José Fernando Destefani dos Santos
- 22 - Marcos José Neto Andrade
- 23 - Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel
- 24 - Margarete Silva
- 25 - Maria Lúcia Machens
- 26 - Paulo Stuck Moraes
- 27 - Rafael de Castro Baker Botelho
- 28 - Renato de Lucca
- 29 - Robert Vandersee Spillare

30 - Rogério Frigério Piva

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso na gráfica Formar, Serra-ES, em Dezembro de 2025.

Tiragem: 100 exemplares.